Carlos Mioto
Maria Cristina Figueiredo Silva
Ruth Lopes

Novo manual de sintaxe


editoracontexto

Novo manual de sintaxe

Carlos Mioto
Maria Cristina Figueiredo Silva
Ruth Lopes

Novo manual de sintaxe

editora**contexto**

Montagem de capa e diagramação
Gustavo S. Vilas Boas

Preparação
Maria Cristina Figueiredo Silva

Revisão
Fernanda Guerriero Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mioto, Carlos
Novo manual de sintaxe / Carlos Mioto, Maria Cristina Figueiredo Silva, Ruth Lopes. – São Paulo : Contexto, 2013.

Bibliografia
ISBN 978-85-7244-800-0

1. Linguística aplicada 2. Português – Estudo e ensino 3. Português – Gramática 4. Português – Sintaxe I. Silva, Maria Cristina Figueiredo. II. Lopes, Ruth. III. Título.

13-04837 CDD-469.07

Índice para catálogo sistemático:
1. Sintaxe : Português : Estudo e ensino 469.07

2013

EDITORA CONTEXTO
Diretor editorial: *Jaime Pinsky*

Rua Dr. José Elias, 520 – Alto da Lapa
05083-030 – São Paulo – SP
PABX: (11) 3832 5838
contexto@editoracontexto.com.br
www.editoracontexto.com.br

Sumário

Apresentação

Este livro teve algumas versões preliminares. A primeira versão foi o resultado da experiência dos autores adquirida durante alguns anos de ensino de sintaxe na graduação e na pós-graduação. A partir das observações e críticas de vários professores brasileiros, que deram cursos similares de sintaxe utilizando este material como apoio, a primeira versão foi substancialmente refinada e resultou numa segunda edição. O livro que ora é editado pela *Contexto* é uma reescritura da segunda versão do texto na expectativa de torná-lo ainda mais adequado para o ensino de sintaxe nas universidade brasileiras, que apresenta demanda crescente no Brasil em função do aumento de polos onde está sendo ensinada a sintaxe com base numa visão formalista.

Ao editar material dessa natureza, temos a intenção de difundir um modo de estudar e ensinar sintaxe que, apesar dos avanços da linguística, é ignorado por muitos no Brasil. Acreditamos que esta perspectiva traz vantagens imensas no que diz respeito tanto à segurança do aprendizado dos alunos de graduação e pós-graduação quanto ao encantamento e à sedução para os estudos de gramática, muito esquecidos ultimamente...

É bem verdade que os estudos poderiam ser feitos a partir dos muitos manuais de sintaxe que estão escritos em inglês e que tratam de fenômenos sintáticos (quase que exclusivamente) do inglês. Porém, observamos que existia a carência de um livro-texto que fosse escrito em português e que abordasse fenômenos do português brasileiro. Existem manuais do mesmo tipo escritos em português – por exemplo, o ótimo livro de Eduardo Raposo, que provocava entre os alunos uma reação inesperada: como os dados analisados eram do português europeu, os alunos sentiam um estranhamento natural por não terem intuições sobre os dados. Outros livros que tiveram o mesmo intuito de apresentar a teoria gramatical aos

estudantes brasileiros são o de Miriam Lemle, baseado em uma versão da teoria que é anterior à de Princípios e Parâmetros; e o da saudosa Lúcia Lobato, já inserido na versão de Princípios e Parâmetros, mas contendo considerações sobre a passagem do modelo da Teoria Padrão estendida para o de Princípios e Parâmetros. Assim, o nosso *Manual* preenche um espaço importante de disponibilização de material didático dessa natureza para o nível superior.

Nosso intuito com este material é fazer o aluno refletir sobre o que é uma teoria formal em linguística e sobre as vantagens que a explicitude dela traz para o entendimento de como funciona a língua (materna). Ao mesmo tempo, o material tem o intuito de introduzir os alunos numa disciplina que pode ser o campo de pesquisa no mestrado e no doutorado. Por isso, o manual se detém em mostrar, com certo detalhamento, qual é a estrutura de uma sentença; como se representa a estrutura da sentença em árvore (X-barra); como é explicitada a combinação de um núcleo com seus argumentos ou de um sintagma com seus adjuntos (Teoria Temática); o que regula o movimento para posição argumental (Teoria do Caso) ou não argumental; como é que se pode combinar as expressões referenciais, os pronomes e as anáforas (Teoria da Vinculação); o que regula a movimentação de núcleos e sintagmas (Mova α).

Esta versão inclui algumas novidades. Além da revisão e ampliação dos capítulos sobre Ligação e Mova α, o capítulo sobre a Teoria X-barra foi alargado para incluir, por exemplo, informações sobre estruturas coordenadas e orações relativas, que faltavam nas edições anteriores.

Devemos fazer duas ressalvas, associadas ao caráter de manual deste livro: a primeira é que, no texto, não damos crédito aos linguistas que estudaram os fenômenos discutidos, mas fazemos isso através de uma remissão bibliográfica razoável ao fim de cada capítulo; a segunda é que tentamos dosar as complicações mais sérias envolvidas em certos fenômenos para que o livro não perdesse seu caráter original.

Por fim, queremos agradecer aos muitos colegas brasileiros que contribuíram com suas críticas e sugestões para a elaboração desta versão do livro.

Carlos Mioto
Maria Cristina Figueiredo Silva
Ruth Lopes

O estudo da gramática

O que é fazer ciência da linguagem?

Talvez ninguém duvide de que a física ou a química sejam ciências; já a afirmação de que a sociologia ou a linguística são ciências não goza de tamanha unanimidade e sempre exige alguma estratégia de convencimento. É provável que essa questão não tenha nada a ver com a física ou a linguística, mas com o que imaginamos ser a investigação científica. Se este for o caso, a comparação com a física, uma disciplina bem assentada como ciência, pode elucidar e muito a nossa discussão. Nosso objetivo aqui não é discutir os inúmeros problemas que o próprio conceito de ciência coloca para a epistemologia, mas antes, ancorados no modelo clássico (e até um certo ponto ingênuo) de *ciência*, procurar mostrar como um programa de investigação da linguagem pode se caracterizar como científico. Evidentemente, a abordagem apresentada aqui não precisa ser exaustiva, já que esse não é o tópico central deste *Manual*.

Se não é nada simples responder a pergunta do título, existe uma outra que pode ser mais confortável de responder e nos levar a compreender melhor o que é o fazer científico. A pergunta que temos em mente é: o que é que um físico faz?

Em primeiro lugar, o físico – ou qualquer outro pesquisador – precisa de um *objeto de estudo*, isto é, de alguma coisa para estudar. Uma teoria se justifica na relação que tem com o objeto de estudo que ela aborda. Mas observe que "alguma coisa" é muito vago como objeto e é necessário que se faça aí uma delimitação muito mais precisa.

Digamos que o físico se ocupa de fenômenos do mundo natural. Claramente, ele não pode se ocupar de todos os fenômenos do mundo natural, mesmo porque nem todos os fenômenos do mundo natural têm a ver com a física. E, ainda que esteja em causa um fenômeno típico da física, nem todos os aspectos envolvidos

nesse fenômeno são relevantes; por exemplo, um físico que está estudando os raios e os trovões não está comprometido com a explicação do ataque de pânico que a vizinha tem toda vez que começa a chover, por mais que o ataque da vizinha pareça ser desencadeado pelos raios e trovões. Portanto, ele deve *delimitar seu objeto*. E isso deve acontecer mesmo dentro da física. Assim, encontramos físicos que trabalham com os fenômenos mecânicos, outros que estudam os fenômenos elétricos, outros que preferem os magnéticos etc. E todos esses fenômenos serão estudados dentro de limites que devem estar claramente formulados.

Com a linguística ocorre coisa semelhante: a quantidade de fenômenos que o termo *linguagem* abarca é muito grande – como o termo *mundo natural* da física – e será necessário restringir drasticamente o seu objeto de estudo. Esse ponto deve ficar mais claro no decorrer do *Manual*, uma vez que trabalharemos especificamente com uma das facetas da linguagem, a saber, a constituição sintática das sentenças das línguas naturais. (Por isso, não deve causar espanto que nesta seção não tenhamos a preocupação de distinguir linguística de sintaxe). Por agora, o que podemos dizer é que estamos interessados em explicar a estruturação sintática de uma sentença como "você sabe que horas são?". O fato interessante de ela poder significar uma repreensão ao aluno que entrou atrasado na aula representa para o sintaticista o mesmo que o ataque de pânico da vizinha para o físico: não faz parte do objeto de estudo delimitado.

Mas voltemos ao físico. Suponhamos que ele esteja querendo explicar o que são os raios e os trovões, fenômenos físicos do mundo natural. Parece claro que o físico deve *observar atenta e acuradamente esses fenômenos*, não uma única vez, mas diversas vezes. E deve procurar *observá-los da maneira mais objetiva e imparcial possível*. Esses não são conceitos muito fáceis de definir, mas intuitivamente sabemos o que eles querem dizer: o próprio físico não pode ter um ataque de pânico quando estiver observando os trovões e os raios, pois isso introduziria elementos alheios ao fenômeno no estudo que ele está tentando fazer. Também é esperado que o físico não deixe que interfiram em suas observações uma série de ideias que fazem parte do senso comum – é pouco provável que o físico chegue a uma explicação razoável do que são trovões se ele se deixar levar pela crença de que São Pedro está lavando o céu e deixou cair um grande balde cheio de água...

Também na linguística esperamos ser capazes de fazer observações atentas e acuradas de maneira tão objetiva e imparcial quanto possível. Talvez seja um pouco cedo para tentar explicar o que exatamente quer dizer tudo isso, mas pelo menos um ponto já pode ficar claro: se estamos querendo construir uma teoria científica da organização sintática das sentenças, devemos antes de mais nada observar as

que efetivamente são próprias da língua sem ignorar nenhuma delas. E, assim, não se pode ser parcial e ignorar as sentenças ditas "feias"! A importância dessa observação será avaliada com mais vagar na próxima seção, quando discutiremos um pouco a Gramática Tradicional (doravante, GT).

Porém, a observação cuidadosa dos fenômenos não basta, porque parece inútil (e mesmo impossível, porque há raios e trovões que ainda não aconteceram) descrever com muitos detalhes todos os raios e trovões do mundo se o físico não se perguntar por que eles são como são, por que eles acontecem dessa maneira e não de outra. O que estamos querendo dizer é que os raios e os trovões que existem efetivamente não são exatamente o objeto de estudo dos físicos; é a *realização de fenômenos abstratos* que é o foco da atenção deles. Repare que não é só uma questão de retirar dos fenômenos particulares o que eles têm de comum; muito mais do que isso, é necessário que o físico relegue certas características dos fenômenos concretos para poder formular princípios que estão na base desses mesmos fenômenos, princípios estes responsáveis pela explicação do que eles são. Só observando os trovões, o físico não será capaz de prever inteiramente o que acontecerá no próximo trovão.

O linguista defronta-se com o mesmo tipo de problema: apenas observando as sentenças que efetivamente existem na língua, ele não será capaz de prever o formato da próxima sentença que vai lhe aparecer pela frente. É necessário passar por cima de uma série de características das sentenças que existem para poder *formular um padrão para elas, que deve ser necessariamente abstrato*. E é *esse padrão que deve ser explicado*, porque só assim chegaremos a prever o formato que as sentenças podem ou não ter. Dito de outro modo, os linguistas estão interessados na *formulação de princípios* que estejam na base de todo fenômeno sintático existente.

Para que a formulação desses princípios seja possível, sabemos que muitas vezes o físico tem que supor a existência de entidades que não são diretamente perceptíveis nos fenômenos que ele está estudando. Por exemplo, o físico lida com conceitos como átomo e elétron, que não são visíveis a olho nu; no entanto, supondo que tais entidades existem na natureza, o físico chega a explicar fenômenos presentes no cotidiano de qualquer um, como a eletricidade, os raios e os trovões. A esse conjunto de postulações básicas e de afirmações consequentes chamamos um **modelo teórico**.

Claro é que os físicos devem ser cuidadosos no que postulam como base para a sua teoria. Sobretudo, eles devem estar sempre dispostos a mudar um postulado se este for contrariado por algum fato do mundo natural. Um bom exemplo disso é um dos primeiros modelos do átomo, conhecido como "pudim com passas", de autoria de J. J. Thomsom: para ele, o átomo era uma massa carregada positiva-

mente (os prótons) com pequenos "grãos" negativos (os elétrons) grudados nela. Ora, um modelo de átomo desse tipo faz a previsão de que, se fossem disparados raios alfa (de carga positiva) sobre um átomo e houvesse um anteparo atrás dele, muitos dos raios disparados deveriam ser refletidos (porque o encontro de duas cargas positivas teria esse efeito), alguns poucos deveriam ficar grudados no "pudim" (quando acertassem as "passas", os elétrons do "pudim") e pouquíssimos seriam encontrados no anteparo colocado atrás do átomo. Entretanto, o que efetivamente se observou, num experimento conduzido por Lord Rutherford, foi que um sem-número de raios alfa alcançou o anteparo, pouquíssimos grudaram no que se supunha ser o "pudim" e que alguns de fato voltaram. Assim, o modelo do "pudim com passas" se mostrou inadequado para descrever e explicar os fatos do mundo. A saída foi a adoção de um outro modelo, conhecido como "modelo planetário do átomo", que supõe que o átomo possui um núcleo positivo, muito pequeno (responsável pela reflexão dos poucos raios alfa), com os elétrons girando em volta desse núcleo de tal modo que existe uma enorme região vazia entre eles (por onde passaram os raios alfa que foram se instalar no anteparo).

Do mesmo modo que o físico postula a existência de entidades que não são diretamente perceptíveis nos fenômenos que ele está estudando, é legítimo que o linguista se utilize de categorias e conceitos que não aparecem diretamente na produção linguística, mas cuja existência pode explicar por que a produção linguística se dá de uma maneira e não de outra. Evidentemente, o linguista também vai ter que rever um postulado cada vez que os dados das línguas naturais mostrarem que ele não é adequado nem para a descrição nem para a explicação de algum fenômeno.

Observe que os físicos adotam uma linguagem com termos bastante especializados para enunciar os princípios gerais que eles alcançaram; muitas vezes, o que eles dizem é incompreensível para nós que não estudamos física. Adicionalmente, eles se utilizam de uma linguagem artificial, a matemática, que parece capaz de garantir que um determinado resultado seja interpretado de maneira inequívoca. Não se sustentaria uma física que dissesse coisas que podem ser entendidas dessa ou daquela maneira, porque uma das razões para a formulação desses princípios gerais é a *predição de novos fenômenos* e o poder de predição de uma física formulada de modo impreciso estaria seriamente comprometido.

Também o linguista deve ter à disposição uma **metalinguagem** suficientemente acurada – não necessariamente matemática, mas igualmente rigorosa – para poder garantir que os princípios formulados sejam interpretados de maneira inequívoca. Seria facilmente rejeitada e demolida uma teoria linguística que dissesse coisas que podem ser interpretadas dessa ou daquela maneira: como os físicos, os linguistas estão igualmente interessados no poder de predição de suas generalizações que, se estiverem formuladas de modo vago, impossibilitarão que se extraia delas as predições pretendidas.

Será que os linguistas, no estudo da linguagem, podem ter uma postura semelhante à que os físicos têm ao estudar o mundo natural? Este Manual responde afirmativamente a essa pergunta, apresentando um modelo teórico conhecido como **gramática gerativa**, que se dispõe a fazer um percurso semelhante ao dos físicos no seu fazer científico. Para tanto, propomos uma série de reflexões que devem nos levar à conclusão de que tal tipo de postura é não só possível e desejável como altamente instigador.

Conceito de gramática

Para alcançar os objetivos deste capítulo precisamos estabelecer o conceito de **gramática** com que vamos trabalhar. Normalmente, o termo *gramática* nos leva a pensar em um livro grosso e pouco confiável, cheio de regras que jamais conseguimos decorar e que, na melhor das hipóteses, tem uma conexão distante com a língua que falamos. **Gramática** pode ser entendida, nesse sentido, como o conjunto das regras "do bem falar e do bem escrever". Repare que, nesta acepção, apenas uma variedade da língua está em jogo: a norma culta ou padrão; e é esse "padrão" que guiará os julgamentos do que é "certo" ou "errado" na língua. Consequentemente, se uma sentença se conforma ao padrão, ela é considerada "certa"; caso contrário é "errada". Isso implica conceitos quase estéticos: se a estrutura está "certa", é considerada "bonita"; se não é "feia".

A GT pode ser entendida, então, como o grande exemplo dessa definição de gramática, o que explica inclusive o seu caráter prescritivo: não fale/escreva assim, porque é errado... Observe que a exemplificação das regras da GT é sempre feita com base em textos literários, em grande parte antigos, que figuram como o padrão de "correção", de "beleza", que nós deveríamos seguir mesmo no falar espontâneo. Se não o fazemos, além de estarmos falando errado, estamos "empobrecendo a língua", "maltratando o idioma", "fazendo doer o ouvido"... Note que a GT trabalhará com as noções de **certo** e **errado** segundo as construções se conformem ou não a esse ideal de correção linguística: é um receituário de um pretenso bem falar/escrever.

Contudo, mesmo como receituário, ou seja, enquanto descrição de uma norma dita padrão, a GT tem a deficiência de não ser explícita. Qualquer teoria, quer ela

reivindique ou não para si o estatuto de teoria, implementa uma metalinguagem para que seja possível falar em termos abstratos dos fenômenos que ela quer estudar. A GT não é exceção: *preposição*, *sujeito*, *hipérbato* e tantos outros são usados como termos técnicos, e como tal deveriam ter definição precisa. O leitor já deve ter comprovado nos seus anos de estudo de português na escola que nem sempre é este o caso. Adicionalmente, as definições normalmente são inadequadas não se aplicando a todos os casos a que em princípio deveriam se aplicar. Para ilustrar o que estamos querendo dizer, tomemos como um dos inúmeros exemplos uma definição bastante corrente nas gramáticas tradicionais para a classe de palavras *advérbio*; segundo ela, os advérbios são palavras que podem ser agregadas fundamentalmente aos verbos (para a expressão das circunstâncias que envolvem o processo verbal) ou a adjetivos (para intensificar uma qualidade). Todas as gramáticas têm também uma seção em que classificam os advérbios e invariavelmente lá encontramos *provavelmente* classificado como um advérbio de dúvida. Esperamos assim que *provavelmente* seja encontrado junto a verbos e a adjetivos, esperando igualmente encontrá-lo somente nestes contextos sintáticos.

Observemos então o seguinte conjunto de sentenças:

(1) a. [Provavelmente o João] doou os jornais para a biblioteca. (não a Maria)
b. O João [provavelmente doou] os jornais para a biblioteca. (não vendeu)
c. O João doou [provavelmente os jornais] para a biblioteca. (não as revistas)
d. O João doou os jornais [provavelmente para a biblioteca]. (não para o bar)

Notemos em primeiro lugar que estamos falando de sentenças absolutamente bem construídas em português. É claro que *provavelmente* pode aparecer em diferentes lugares da sentença, com a esperada alteração do seu significado. O que é crucial, no entanto, é a possibilidade de esse advérbio "modificar" constituintes diversos, não somente o verbo ou o adjetivo. O uso dos colchetes nas sentenças de (1) serve para deixar claro o que o advérbio focaliza: a *o João* em (1a), a *doou* em (1b), a *os jornais* em (1c) e a *para a biblioteca* em (1d). A definição de Celso Cunha, portanto, não dá conta de todas as sentenças em (1) e, na verdade, implica que *provavelmente* não é sempre advérbio ou que advérbio não é aquilo que a definição enuncia. A conclusão que queremos tirar é simples: a GT, ao contrário do que nos fizeram crer na escola, não se constitui em um corpo coeso de conhecimentos; e ampliando a crítica: o conjunto de observações que a GT faz não dá conta da riqueza da língua, nem mesmo do registro que ela se propõe a descrever.

Neste *Manual*, temos em mente uma outra definição de gramática, não determinada por um padrão de correção. Com base na discussão da seção anterior, vamos colocar o linguista na mesma posição do físico: este, para entender os fenômenos meteorológicos, precisa primeiramente separar o que é fenômeno meteorológico do que não é; do mesmo modo, o linguista/sintaticista começará separando o que é fenômeno sintático do que não é. Depois, o físico deve observar com rigor as ocorrências do fenômeno em estudo para descrever acuradamente o que está acontecendo; nosso sintaticista fará o mesmo: descreverá apuradamente o fenômeno sintático que está sendo observado. Finalmente, o físico desenvolve uma hipótese explicativa para o fenômeno; faremos o mesmo: desenvolveremos uma hipótese que explique o fenômeno linguístico que está em estudo.

Vamos começar construindo nossa definição de gramática observando um fato que é bastante banal até, mas que tem implicações imediatas para o que estamos discutindo: do que se sabe até hoje dos reinos animal, vegetal e mineral, só os seres humanos falam. Não estamos dizendo que outros seres não disponham de sistemas até bastante sofisticados de comunicação, mas afirmando que só os seres humanos falam de uma certa maneira. Só os seres humanos são capazes de combinar itens de um conjunto de elementos segundo certos princípios básicos, que são em número finito, de modo a gerar um número infinito de sentenças novas: isto corresponde ao que chamamos de "aspecto criativo da linguagem" dentro do programa de estudos que desenvolveremos aqui. E mais: à parte verdadeiras exceções, isto é, casos de distúrbios neurológicos graves, todos e apenas os seres humanos falam uma língua natural, o que quer dizer que as línguas naturais têm uma ligação estreita com o que é definidor da natureza humana: chamemos a esse dote da espécie "racionalidade humana".

Dizer que as línguas naturais estão relacionadas estreitamente com a racionalidade humana equivale a dizer que nós não falamos combinando elementos quaisquer de maneira aleatória, chamando a isso de sentença. Ao contrário do que quer nos fazer crer a gramática normativa, quando falamos, mesmo que não estejamos obedecendo às regras dadas como as únicas possíveis, estamos fazendo uso de regras que são, em última instância, ditadas pela racionalidade humana.

Um exemplo pode ajudar a esclarecer o que estamos querendo dizer aqui. A GT não reconhece a forma pronominal *você* como pronome de segunda pessoa do singular de vários dialetos do português brasileiro; no máximo, esta forma recebe alguma nota de rodapé nos livros de gramática. É claro que para *'cê*, que é a forma reduzida de *você*, não existe nem mesmo uma mísera menção. No entanto, qualquer falante nativo do português brasileiro (isto é, qualquer pessoa que aprendeu o português brasileiro na infância) é capaz de reconhecer as sentenças em (2) a seguir como pertencentes a esta língua:

(2) a. 'Cê viu a Maria saindo.
a'. Você viu a Maria saindo.

b. Quem que 'cê viu saindo?
b'. Quem que você viu saindo?

c. A Maria disse que 'cê foi viajar.
c'. A Maria disse que você foi viajar.

Por outro lado, mesmo os falantes que não utilizam essas formas sabem que as sentenças em (3a,b,c) são claramente estranhas nessa língua e nenhum de nós teria qualquer dúvida em dizer que elas não pertencem ao português do Brasil (o que será representado por meio de um asterisco na frente das sentenças):

(3) a. * A Maria viu 'cê.
a'. A Maria viu você.

b. * A Maria comprou o livro pra 'cê.
b'. A Maria comprou o livro pra você.

c. * A Maria e 'cê vão comprar o livro.
c'. A Maria e você vão comprar o livro.

Porque os falantes sabem que a situação apresentada em (2) é própria do português brasileiro sem que ninguém lhes tenha ensinado isso, dizemos que eles dispõem de uma **gramática internalizada**, isto é, de um conjunto de regras que rege a distribuição de formas como *'cê* e *você*.

Introduzindo um pouco da linguagem técnica que usaremos neste *Manual*, as sentenças em (2) são **gramaticais**, pois elas são formadas segundo a gramática do português brasileiro, enquanto as sentenças (3a,b,c) são **agramaticais**. Evidentemente, estamos abandonando a palavra *gramática* na acepção da GT, pois esta certamente baniria algumas sentenças de (2) que não queremos nem podemos banir. Estamos pensando naquela outra definição de **gramática**, que tem a ver com o conhecimento que o falante tem de sua língua materna, independentemente de ter tido aulas de português na escola ou de conhecer a Nomenclatura Gramatical Brasileira. Nesta concepção de gramática, como conhecimento inconsciente, então, não há lugar para os conceitos de "certo" e "errado", baseados exclusivamente em uma norma que, particularmente no caso do português do Brasil, até podemos questionar que seja ainda utilizada por algum falante; há tão somente os conceitos de **gramaticalidade** e **agramaticalidade**, ou seja, sentenças que pertencem ou não a uma dada língua. Quem sabe decidir se uma sentença pertence ou não a uma dada língua é o falante nativo daquela língua, escolarizado ou não. Portanto, os conceitos de gramaticalidade/agramaticalidade não recobrem de forma alguma os conceitos de certo/errado da GT. Para que fique mais claro o que queremos dizer com esses conceitos, vamos observar o conjunto de sentenças do português brasileiro que aparece em (4) a seguir:

(4) a. O José viu *ele* no cinema.
b. O José viu-*o* no cinema.
c. * Vê-lo-ei no cinema.

De acordo com a GT, a sentença em (4a) estaria errada, pois não pertence à norma culta – segundo a norma, o objeto direto só pode ser realizado por um pronome oblíquo átono, como em (4b) ou (4c); no entanto, esta sentença é gramatical, isto é, faz parte das estruturas possíveis no português brasileiro. E por isso deve ser descrita e analisada. Observe ainda que (4c) é uma sentença correta segundo a GT, mas agramatical em português brasileiro contemporâneo, porque ela não faz parte das estruturas possíveis nessa língua (e por isso colocamos um asterisco na frente dessa sentença).

O que permite ao falante decidir, então, se uma sentença é gramatical ou não é o conhecimento que ele tem e que tem o nome técnico de **competência**. Quando o falante põe em uso a competência para produzir as sentenças que ele fala, o resultado é o que chamamos tecnicamente de ***performance*** (ou **desempenho**). O papel da nossa teoria, tal qual a concebemos, é descrever e explicar a competência linguística do falante, explicitando os mecanismos gramaticais que subjazem a ela. Logicamente, a *performance* tem o seu papel nesse nosso estudo: como o físico deve observar os raios e trovões, o linguista tem que observar as sentenças produzidas. Mas, sem dúvida, não pode se ater a elas. A nossa teoria deve ser capaz de lidar também com sentenças que ainda não foram produzidas e, muito mais, com sequências de palavras (não sentenças) que nunca ocorrerão, isto é, com a **evidência negativa** que discutiremos na próxima seção. Estudando só a *performance*, nossa teoria linguística seria deficiente, pois jamais alcançaria o nível de predição que uma teoria deve alcançar.

Para exemplificar esse ponto, consideremos uma propriedade das línguas naturais que é a **recursividade**. O que é recursividade fica claro se tomamos como exemplo o encaixamento de sintagmas. Sabemos que para construir uma estrutura encaixada devemos tomar predicadores que permitam esse encaixamento, como aqueles mostrados em (5):

(5) a. O Paulo *disse* que a Maria vai sair.
b. O Paulo *disse* que a Ana *pensa* que a Maria vai sair.
c. O Paulo *disse* que a Ana *pensa* que o João *aposta* que a Maria vai sair.

Note que podemos construir sentenças curtas como (5a) – com apenas um grau de encaixamento – e muito mais longas do que (5c) – que já tem três graus de encaixamento – por meio de aplicações **recursivas** do mesmo processo. Como deveria reagir o linguista diante de uma longa sentença com 254 sentenças encaixadas de modo adequado?

Que a sentença monstruosa apavore o falante é a expectativa. Que se considere que uma tal sentença é uma criação artificial de um linguista que pode acabar incomodando um outro colega linguista é admitido muitas vezes. Mas que é uma sentença que deve ser submetida ao crivo de uma teoria não se pode negar. A nossa sentença monstruosa certamente é gramatical, pois é formada de acordo com os princípios que regem o encaixamento de estruturas. O falante sabe disso implicitamente por causa do conhecimento que tem da sua língua. Que ele não produza uma sentença como essa é questão de *performance*. Para a nossa teoria não resta outra saída a não ser explicar o que acontece. No nível da competência a nossa sentença monstruosa é possível. No nível da *performance* a chance de ela ocorrer é mínima, pois neste momento interferem questões como limitação de memória, atenção e outros fatores de ordem não linguística. A competência linguística é a capacidade humana que torna fundamentalmente possível que todo ser humano seja capaz de interiorizar um ou vários sistemas linguísticos, isto é, uma ou várias gramáticas.

Finalmente, é preciso notar que nem sempre sentenças gramaticais nos parecem aceitáveis; dito de outro modo, **aceitabilidade** não se confunde com **gramaticalidade**. Vamos explicar essa diferença observando um novo conjunto de exemplos, desta vez com as ditas sentenças subordinadas adjetivas, que chamaremos de sentenças relativas. Como você deve se lembrar, as sentenças relativas se acoplam a nomes para dar algum tipo de especificação a eles. Nossa observação aqui é que, quando as sentenças relativas se acoplam ao nome que está em posição final da sentença superior (e o que é relativizado é o sujeito da sentença relativa, por exemplo), não vemos nenhum problema em encaixamentos sucessivos de relativas, à parte os problemas de memória:

(6) a. A Maria conhece a moça *que leu o livro*.
b. A Maria conhece a moça *que leu o livro* **que o Pedro indicou para o prêmio**.
c. A Maria conhece a moça *que leu o livro* **que o Pedro indicou para o prêmio** <u>que a Ana pretende disputar</u>.

Por outro lado, se tentamos encaixar as orações relativas no centro da sentença superior, apenas da primeira vez em que fazemos isso o resultado nos parece perfeito, como vemos em (7a); a partir do segundo encaixamento, como em (7b), as sentenças já nos soam degradadas e o terceiro encaixamento, mostrado em (7c), nos parece completamente absurdo, ainda que a regra que esteja sendo usada para construí-lo seja exatamente a mesma que foi usada para construir o primeiro exemplo:

(7) a. A menina [*que o homem conhece*] é a Maria.
b. ??A menina [*que o homem* [**que o médico examinou**] *conhece*] é a Maria.
c. *A menina [*que o homem* [**que o médico** [<u>que deu plantão</u>] **examinou**] *conhece* é a Maria.

A conclusão aqui é que o falante nativo pode dizer se uma frase é aceitável ou inaceitável na sua língua materna, mas cabe ao linguista dizer se, no caso de uma sentença inaceitável para o falante, estamos diante de uma sentença realmente agramatical ou se a razão para a inaceitabilidade deve ser computada a outros fatores (como aqueles relativos à *performance*).

O programa gerativista

Acabamos de notar que as línguas naturais são um dote do ser humano, e apenas dele. Nenhum animal fala como nós falamos. Parece bastante plausível supor que a capacidade de falar uma língua tenha conexão direta com o aparato genético da espécie humana e que é isso que a distingue de todas as outras espécies.

Vamos supor que isso é verdade, isto é, vamos postular que o ser humano possui em seu aparato genético alguma coisa como uma **faculdade da linguagem**, alocada no cérebro humano, uma hipótese plausível que se presta a marcar a diferença fundamental entre a espécie humana e todos os outros seres do planeta.

Observe que não é possível verificar diretamente essa hipótese inicial, visto que não se pode abrir a cabeça de alguém e ver o que acontece ali quando esse alguém fala. Também não é muito claro que de fato poderíamos ver alguma coisa, porque as neurociências ainda não sabem muito sobre a relação entre o funcionamento neurológico e as habilidades cognitivas humanas. Mas mesmo não sabendo exatamente como a substância física do cérebro produz a percepção de formas ou cores, por exemplo, parece claro que a mente humana lida com essas informações de maneira extremamente ágil e eficiente. O mesmo se pode dizer então sobre a linguagem: apesar de não sabermos muito sobre a relação entre o funcionamento

físico do cérebro e as sentenças que produzimos, é plausível supor que algo tem realidade ali de tal modo que a mente humana é capaz de processar um sistema complexo e sofisticado como uma língua natural.

Essa nossa hipótese inicial pode ir mais longe: sabemos que o corpo humano é composto por órgãos diferentes que desempenham diferentes funções, cada um deles com funcionamento específico – ou seja, o coração bate para fazer circular o sangue, mas os rins não batem para filtrar a água do corpo; adicionalmente, o tipo de tecido que compõe o fígado é muito diferente do tipo de tecido que compõe o estômago, por exemplo. Baseando-nos nesta conhecida estrutura do corpo humano, podemos postular que a mente/o cérebro também é **modular**, isto é, é composta por "módulos" ou "órgãos" responsáveis por diferentes atividades, o que equivale a dizer que a parte do cérebro/da mente que lida com a língua tem especificidades diferentes daquela que lida, digamos, com a música. Estamos afirmando assim que a faculdade da linguagem não é parte da inteligência como um todo, mas é específica, com uma arquitetura especial para lidar com os elementos presentes nas línguas naturais e não em outros sistemas quaisquer.

Ir mais longe ainda nesta hipótese inicial será postular que, mesmo dentro da faculdade da linguagem, temos módulos diferenciados para lidar com diferentes tipos de informação linguística: da mesma maneira que o ventrículo direito e a aurícula esquerda do coração realizam diferentes tarefas no fenômeno geral do batimento cardíaco, o módulo que lida, por exemplo, com a determinação da referência para os pronomes (um exemplo de como um pronome pode ter o mesmo referente do nome está em (8a) logo a seguir) é diferente do módulo que lida com a estruturação das sentenças das línguas. Alguns módulos serão desenvolvidos em forma de subteorias em cada um dos próximos capítulos.

Até aqui, tudo o que afirmamos nos levaria a crer que as línguas do mundo são todas idênticas: todas são fruto do código genético humano que é basicamente o mesmo para toda a espécie. No entanto, sabemos que as línguas apresentam diferenças. E não é só a respeito de diferenças do léxico que estamos falando, isto é, o problema não será só saber ou não o que significam as palavras em diferentes línguas, mas saber também como as palavras se organizam na sentença, que é a verdadeira questão da sintaxe. A pergunta em todo o caso é esta: como explicar então a diversidade das línguas se estamos calcando o nosso modelo no aparato genético humano?

Nossa teoria tem uma solução para este aparente paradoxo, articulada a partir de duas noções: **Princípios** e **Parâmetros**. A faculdade da linguagem é composta por princípios que são leis gerais válidas para todas as línguas naturais; e por parâmetros que são propriedades que uma língua pode ou não exibir e que são

responsáveis pela diferença entre as línguas. Uma sentença que viola um princípio não é tolerada em nenhuma língua natural provavelmente devido à forma como o cérebro/a mente da espécie funciona; uma sentença que não atende a uma propriedade paramétrica pode ser gramatical em uma língua e agramatical em outra.

Observemos (8), onde interessa considerar somente a possibilidade de *ele* e *o Paulo* serem correferenciais (o índice *i* subscrito representa que o referente das duas expressões é o mesmo):

(8) a. O $Paulo_i$ disse que ele_i vai viajar.
b. *Ele_i disse que o $Paulo_i$ vai viajar.

A sentença (8b) é impossível no português; e também continuará impossível se traduzida em qualquer língua natural. Isto nos leva a crer que esta é a situação porque está sendo violado um princípio, a ser enunciado, que estabelece as condições em que um nome pode ou não ser correferencial com um pronome.

Por outro lado, a sentença em (8a) é possível no português brasileiro. Também é possível (9), onde temos um vazio no lugar do pronome *ele*:

(9) O $Paulo_i$ disse que $–_i$ vai viajar.

Por enquanto, marcaremos o tal "vazio do sujeito" por meio de um travessão, querendo dizer com isso que, neste espaço, ainda que não pronunciemos nada, supomos a realização de um elemento pronominal.

Se traduzirmos (8a) e (9) para o italiano temos (8'a) e (9'):

(8'a) *$Paolo_i$ ha detto che lui_i viaggerà.
(9') $Paolo_i$ ha detto che $–_i$ viaggerà.

Com entonação contínua, isto é, se não estamos colocando nenhum tipo de ênfase ou foco sobre o sujeito da oração subordinada, apenas a segunda sentença se presta a expressar a correferência pretendida. A presença do pronome em (8'a) implica referência disjunta, isto é, que *Paolo* e *lui* têm pessoas diferentes como referentes. Se traduzirmos ainda (8a) e (9) para o inglês, temos (8''a) e (9''):

(8''a) $Paul_i$ has said that he_i will travel.
(9'') *$Paul_i$ has said that $–_i$ will travel.

Agora, só (8''a) é admitida para expressar a correferência entre os dois sujeitos, já que (9'') resultaria em uma sequência de palavras que não constitui uma sentença do inglês.

Para as línguas que serviram de exemplo, está em jogo um parâmetro que diz respeito ao fato de o sujeito poder ou não ser nulo nas sentenças finitas, isto é, estar sintaticamente presente, ainda que foneticamente vazio – não pronunciado. Para o parâmetro são considerados dois valores: o inglês apresenta o valor negativo do parâmetro (não apresenta sujeito nulo) e as outras línguas o valor positivo (apresentam sujeito nulo). A sentença em (9'') é agramatical porque ostenta o valor positivo do **parâmetro do sujeito nulo** em desacordo com o valor do parâmetro escolhido pelo inglês.

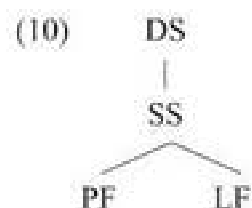
Veremos no decorrer dos capítulos como o modelo, cujos pressupostos estamos começando a esboçar, explica estes fatos. Por ora basta frisar que uma língua é regulada por condições de duas naturezas: (8b) exemplifica uma situação em que um princípio é violado, o que torna a sentença impossível para qualquer língua natural; (8a) e (9) exemplificam uma situação em que está em jogo um parâmetro e a gramaticalidade dessas sentenças dependerá das propriedades que são constitutivas das línguas particulares.

Introduzimos aqui o conceito de **gramática universal** (UG, do inglês *Universal Grammar*) que é o estágio inicial de uma criança que está adquirindo uma língua. A UG se constitui dos princípios e dos parâmetros, estes sem valores fixados. À medida que os parâmetros vão sendo fixados, vão se constituindo as **gramáticas das línguas**, como veremos com mais vagar na seção sobre aquisição da linguagem. Exemplificando: existe um princípio que enuncia que todas as sentenças finitas têm sujeito (o Princípio da Projeção Estendida, abreviado como EPP). Associado ao EPP existe o Parâmetro do Sujeito Nulo exemplificado com as sentenças de (8) a (9). Para certas línguas, como o inglês, este sujeito tem que ser pronunciado sempre; para outras, como o português, nem sempre o sujeito é pronunciado. O inglês apresenta o valor negativo; o português o valor positivo. No estágio inicial da UG, porém, nenhum dos dois valores do Parâmetro do Sujeito Nulo estava fixado. Voltaremos a este assunto na seção 5, deixando claro desde já, no entanto, que a intenção aqui é apenas a de introduzir alguns conceitos.

O formato do modelo

A esta altura devemos pensar no formato que toma a teoria para analisar as sentenças das línguas naturais. Para tanto, vamos considerar, bastante ingenuamente, que uma sentença é uma sequência de sons – cuja representação abstrata é PF (Forma Fonética, do inglês *Phonetic Form*) – e que, além da

representação fonética, tem um determinado sentido – cuja representação abstrata é LF (Forma Lógica, do inglês *Logical Form*). Então, a tarefa mínima do nosso modelo (como de qualquer modelo linguístico) é mostrar a relação existente entre o som de uma sentença, PF, e o seu sentido, LF. Nosso modelo defende que a relação entre PF e LF não é direta, mas mediada pela estrutura sintática SS (Estrutura Superficial, do inglês *Surface Structure*), como representado em (10):

(10)


O que é SS? SS é uma representação sintática da sentença que vai ser interpretada fonologicamente por PF, isto é, PF vai dizer como aquela estrutura é pronunciada; e vai ser interpretada semanticamente por LF, isto é, LF vai dizer qual é o sentido da estrutura.

Para mostrar que a relação entre PF e LF não é direta, vamos considerar uma sentença ambígua como a em (11):

(11) Eu comprei este carro novo.

A sentença é ambígua porque engloba duas estruturas sintáticas distintas: uma em que *novo* tem a ver com *este carro novo*, para a qual o sentido, *grosso modo*, pode ser parafraseado por [Este carro novo foi comprado por mim]; a outra em que *este carro novo* não constitui um elemento indivisível de modo que *novo* e *este carro* são elementos distintos, caso em que a paráfrase seria [Quando eu comprei este carro, ele era novo]. A ambiguidade se forma porque a rigor PF interpreta duas estruturas da mesma maneira. Mas os dois sentidos se mantêm porque LF interpreta duas SSs distintas. Seria no mínimo complicado sustentar que LF interprete uma única PF de duas maneiras diferentes.

O outro nível não discutido ainda é DS (Estrutura Profunda, do inglês *Deep Structure*). Este é um nível de representação postulado para dar conta de fenômenos como o que observamos em (12):

(12) a. O João comprou o quê?
b. O que o João comprou?

Nas duas sentenças, o que é interrogado é o objeto do verbo *comprar*. Entretanto, a expressão interrogativa aparece à direita do verbo em (12a) e no início da sentença em (12b). Como dar conta do fato de que *o que* é o objeto do verbo? Postulando que *o que* no nível de representação DS está à direita do verbo para as duas sentenças. Mas no nível SS ele pode permanecer *in situ* (isto é, no seu lugar de objeto de verbo) e, neste caso, PF vai pronunciar a SS como (12a); ou pode ser movido para o início da sentença e, neste caso, PF vai pronunciar a SS como (12b). Esta é uma característica de todas as línguas naturais, como veremos ao longo deste *Manual*: pronunciamos determinados elementos em um lugar da sentença e os interpretamos em outro, como em (12b). O objeto direto está na posição inicial da sentença, mas todos sabemos que se trata do objeto de *comprar*. A forma como o modelo implementa a representação de um tal fenômeno nas línguas naturais ficará mais clara no decorrer dos próximos capítulos.

O importante é perceber que há níveis distintos de representação de uma sentença e que, como veremos, eles estão sujeitos a determinados princípios que neles atuarão. É importante também lembrar que determinados elementos podem se mover de sua posição original para uma outra posição onde serão pronunciados por PF e, ainda, que nenhuma informação de natureza sintática ou semântica se perde nesse processo.

O que queremos do nosso modelo sintático organizado desta maneira é que ele dê conta do fato de que, para construirmos uma sentença, devemos recorrer ao léxico da língua (isto é, ao nosso "dicionário mental", o conjunto de palavras pertencentes à nossa língua) e, fazendo uso das informações aí presentes, construir uma primeira estrutura, DS. Na passagem de DS para SS, podemos movimentar constituintes, de tal modo que então poderemos ter o objeto direto do verbo na posição inicial da sentença, como em (12b). É a representação da sentença em SS que será enviada para PF para ser pronunciada; é também essa representação que será enviada para LF para ser interpretada semanticamente.

Como viemos discutindo ao longo deste capítulo, nosso modelo teórico postula que o ser humano possui uma Faculdade da Linguagem, inata, isto é, codificada geneticamente e estruturada de forma modular, que independe de mecanismos gerais de inteligência e aprendizagem, sendo, portanto, específica à linguagem. Vimos ainda que o funcionamento das línguas naturais pode ser reduzido a Princípios gerais e abstratos que se aplicam a toda e qualquer língua e a Parâmetros que, ainda que restritos, dão conta da diversidade entre as línguas. De posse de tal aparato, nosso modelo descreve as línguas, mas vai além explicando seu funcionamento. E exatamente porque se dispõe a ser explicativo, deve ter algo de relevante a dizer sobre o processo de aquisição da linguagem: entender como as crianças adquirem suas línguas maternas é essencial não só para a ciência da linguagem como um todo, mas também para ajudar a compreender melhor a organização das diferentes línguas.

Aquisição da linguagem

Raras vezes nos perguntamos como uma criança pequena adquire sua língua materna, como ela "aprende a falar". Trata-se de um daqueles processos tão naturais que merecem do leigo pouca atenção: uma criança normal andará pouco antes de um ano de vida, em média, e começará a falar um pouco mais tarde. O mais fantástico sobre esse processo é que, salvo seríssimos problemas patológicos, ele é universal.

Há alguns fatos irrefutáveis sobre a aquisição da linguagem: toda criança adquire (ao menos) uma língua quando pequena e qualquer criança pode adquirir qualquer língua – não há línguas mais fáceis ou difíceis da perspectiva da aquisição –, bastando para tanto que esteja exposta a uma dada língua. Sem que passem por qualquer tipo de treinamento especial ou sem que sejam expostas a uma sequência cuidadosa de dados linguísticos, as crianças desenvolverão sistemas gramaticais equivalentes aos dos demais membros de sua comunidade linguística, a despeito das consideráveis diferenças de sua experiência no mundo, quer de ordem intelectual, quer afetiva etc. O mais espantoso é que esse processo se dá de forma muito rápida e, universalmente, na mesma fase de desenvolvimento da criança.

Todos que já tiveram a oportunidade de estar perto de crianças pequenas observaram que elas passam por fases em que não falam exatamente como os adultos. Logo no início, por exemplo, tendem a omitir artigos, preposições etc. Vejamos os dados a seguir:

(13) Popô Lela (= chupeta da Lela) [R. 18 meses][1]
(14) Daddy car (= daddy's car) [Adam, 27 meses]
"papai carro" (/carro-GEN papai/ = carro do papai)

Nos dois casos as crianças querem indicar posse; em português, da chupeta pela Lela e, em inglês, do carro pelo pai. Fazemos isso no português usando uma preposição, enquanto no inglês, especialmente no caso de o possuidor ser humano, usamos a marca de genitivo ('s). É interessante que nas duas línguas – e em tantas outras que possamos examinar – as crianças, em fases semelhantes de

desenvolvimento da gramática, omitem esses elementos a que chamaremos de 'funcionais' no capítulo "Teoria X-barra". Assim, embora essas crianças estejam geográfica e culturalmente distantes, expostas a experiências distintas, e embora as línguas sendo adquiridas sejam diferentes, há uma enorme semelhança no processo de aquisição.

Quando se pensa em aquisição da linguagem, devem ser consideradas as capacidades envolvidas no processo, bem como a natureza de um tal conhecimento. Em outras palavras, o problema é precisar exatamente o que se vem a saber quando se adquire uma dada língua, ou mais do que uma, no caso de crianças bilíngues. É este tipo de questão que o linguista tem que abordar se quiser entender melhor a Faculdade da Linguagem, que mencionamos anteriormente.

A primeira pergunta óbvia é, então, como um bebê consegue "saber" o que é linguagem. Vamos nos afastar um pouco do nosso objeto e traçar um paralelo. Imaginemos que a tarefa da criança seja 'adquirir os números pares'. Imaginemos, ainda, que a criança vai realizar essa tarefa observando o mundo ao seu redor, tentando encontrar os números pares entre outros objetos, matemáticos ou não. Ela poderá chegar a alguns deles, listados em (15):

(15) {2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16...}

Ocorre que esses números, já agrupados em um conjunto, embora possam dar uma ideia do que sejam números pares, não passam de **exemplos** deles, pois é impossível chegarmos a um conjunto completo, dado que o conjunto é infinito, muito embora a experiência da criança com os exemplos de números pares seja finita. Em outras palavras, nunca uma criança será exposta à totalidade dos números pares. Observemos igualmente que os números em (15) estão corretamente agrupados, ou seja, não há números que não possam pertencer ao conjunto formado, por exemplo, um número ímpar qualquer. E como isso poderia decorrer da observação? Como a criança poderia vir a saber que um certo número não poderia pertencer ao conjunto acima?

Imaginemos, por outro lado, que, ao invés de se fiar na observação do mundo, a criança conte com algum tipo de 'regra' que a auxilie no processo, como aquela em (16):

(16) Um número par é qualquer número resultante da multiplicação de um número integral por 2: {x: $x = 2y$, y um integral}

Agora temos um "conhecimento" sobre números pares que nos permitirá identificá-los ou gerá-los independentemente de qualquer observação. A fórmula em (16) permite deduzir quais sejam os números pares independentemente do tamanho da experiência que se tenha tido com eles e dos exemplares de números pares encontrados. Em outras palavras, o conhecimento sobre os números pares vai muito além do que a experiência que se tem com eles no mundo pode fornecer.

O modelo que adotamos neste *Manual* parte exatamente desses pressupostos para explicar o processo de aquisição da linguagem. É impossível imaginarmos que uma criança venha a ter contato com a totalidade daquilo que seja a sua língua, pois se trata de um objeto infinito. Como o conhecimento adquirido vai muito além da informação disponível no ambiente (os chamados 'dados linguísticos primários'), então parte dele deve estar previamente determinado. Há um equilíbrio de forças: se a experiência é insuficiente, incompleta ou, eventualmente, "complicadora" do processo de aquisição (porque, por exemplo, apresenta dados ambíguos), então deve haver algo geneticamente codificado na espécie que dê conta desse processo de aquisição, considerando que todas as crianças passarão por ele com sucesso, sem esforço, de forma razoavelmente uniforme e universal a despeito de sua condição de entorno. E falamos não da aprendizagem de amarrar os próprios sapatos, de que adultos se ocupam por horas a fio para ensinar aos pequenos, mas do domínio de um sistema rico e complexo que capacita a criança a compreender e produzir (ao menos) uma língua bem precocemente, antes de chegar à escola, e, muitas vezes, antes de ser capaz de amarrar seus próprios sapatos.

No entanto, é fato que se os adultos ao lado da criança falam português, é português que ela vai falar, mas se eles falam chinês, é chinês que ela vai falar. Portanto, apesar de parte da informação necessária para a aquisição ser geneticamente codificada, ainda assim o ambiente ou a experiência são essenciais ao processo. Precisamos então entender qual é o papel da experiência e como ela chega à criança.

Uma das teses mais populares é que os adultos tendem a corrigir a criança e, assim, ela aprenderia o que pertence ou não à sua língua. Ocorre que os adultos tendem a corrigir o conteúdo daquilo que a criança fala, mas normalmente ignoram a forma. E quando corrigem a forma, a criança se mostra "surda" a tal correção, muito provavelmente porque sua gramática ainda não chegou a uma fase de desenvolvimento capaz de acomodar determinadas informações. Vamos aqui explorar dois dos exemplos clássicos na literatura em aquisição sobre o inglês. O mesmo, claro, se aplica ao português, mas, infelizmente, não dispomos de bases de dados suficientes que nos permitam mostrar o fenômeno de forma tão contundente, embora apresentemos um exemplo na língua.

(17) C(riança): Nobody don't like me.
/Ninguém não gosta(m) de mim/
P(ai): *No, say "nobody likes me."*
/Não, diga "ninguém gosta de mim"/
C: *Nobody don't like me.*

(oito repetições do mesmo diálogo depois...)
P: *No, now listen carefully; say "nobody likes me."*
/Não, ouça com atenção e diga "ninguém gosta de mim"/
C: ***Oh! Nobody don't likes me.***

(18) C: *Want **other one spoon**, Daddy.*
/Quer(o) outra uma colher, papai/
P: *You mean, you want the other spoon.*
/Você quer dizer que você quer a outra colher/
C: *Yes, I want other one spoon, please, Daddy.*
/Sim, eu quero outra uma colher, por favor, papai/
P: *Can you say "the other spoon"?*
Você consegue dizer "a outra colher"?
C: ***Other... one... spoon.***
/Outra... uma... colher/
P: *Say "other".*
/Diga "outra"/
C: *Other.*
P: *"Spoon"*
C: *Spoon.*
P: *"Other spoon".*
/Outra colher/
C: ***Other… spoon.*** *Now give me **other one spoon**?*
/Outra… colher. Agora me dá outra uma colher?/[2]

(19) C: carro **meu**. (H., 28 meses)
A(dulto): SEU carro?
C: carro **seu**.

Os exemplos (17) e (18) são bastante claros quanto ao fato de que a criança ignora por completo a correção do adulto. Em (19), H. usa o pronome possessivo (*meu*) depois do substantivo (*carro*), uma forma pouco natural em nossa língua. A mãe tenta corrigi-lo e em sua fala enfatiza o pronome na posição esperada na gramática adulta – antes do substantivo. A criança, entretanto, agarrada a seu carrinho como que para garantir a posse, repete o pronome utilizado pela mãe, mas não o tira da posição em que estava originalmente. Para além da questão que estamos

discutindo – crianças não reagem a correções –, há outro ponto muito interessante aqui: a criança está produzindo uma forma que pouco ou nunca ouve na língua.

Isso nos leva a outro ponto. Crianças produzem formas que não estão disponíveis na experiência. Ou seja, crianças pequenas cometem 'desvios de produção'; entretanto, esses não são erros aleatórios, mas parecem sempre obedecer a alguma regra quer da língua a que a criança está exposta, quer de alguma outra língua. É muito comum, por exemplo, ouvirmos crianças generalizando formas regulares de flexão verbal em verbos de morfologia irregular. Todos já ouvimos crianças dizendo 'fazi', 'cabeu' etc. O mesmo ocorre no inglês, quando crianças pequenas usam formas como 'goed' (go = ir + -ed = passado regular) ao invés de 'went'. Vejamos, contudo, o seguinte exemplo sobre concordância nominal de número no português brasileiro.

Todos sabemos que as formas (a) e (b) em (20) variam na fala, mesmo de brasileiros altamente escolarizados. Se a criança se valesse apenas dos dados que recebe, ou alternaria entre as duas formas ou escolheria uma delas, talvez em função de sua produtividade.

(20) a. a**s** hiena**s**
b. a**s** hiena

Porém, o que ocorre é que nossas crianças começam a marcar o plural através de um padrão que tem o artigo no singular e nome no plural, padrão que não existe na nossa língua (21), embora exista em outras línguas, como o inglês (22), por exemplo:

(21) a hiena**s** (C.; 28 meses)
(22) the boy**s**

Esse é um estágio pelo qual a gramática em desenvolvimento da criança passará até que ela atinja a gramática adulta em (20).

Resumindo, pois, a nossa discussão até aqui, vimos que os dados linguísticos que a criança encontra ao seu redor não são suficientes para que ela adquira uma língua, pois são incompletos, desordenados ou simplesmente inexistentes. Vimos também que não há correção efetiva e sistemática dos desvios cometidos pela criança em relação à gramática adulta. Porém, apesar de tudo isso e, sobretudo, apesar da diversidade das experiências que as crianças têm com a língua e com os adultos que as cercam, todas adquirem a língua a que estão expostas, sem nenhum esforço aparente.

Esse hiato entre experiência e conhecimento é conhecido como **pobreza do estímulo**, mas temos que ser cuidadosos com o termo "pobreza" aqui. Isso nada tem

a ver com a variedade usada por aqueles que cercam a criança – se mais próxima à norma culta ou não – ou com a "qualidade" da interação em uma perspectiva afetiva e/ou cognitiva.

Nosso modelo postulará que parte do processo seja, então, inato – dá-se através da dotação genética que nos capacita a adquirir uma língua e usá-la, salvo sérias complicações patológicas. A não ser que seja deliberadamente negado no período da infância o acesso da criança ao *input* (isto é, os dados linguísticos de uma determinada língua particular), ela vai adquirir uma língua, independentemente de sua condição social ou da qualidade afetiva e intelectual da interação com o adulto, e, para além disso, esse processo vai se dar aproximadamente no mesmo período de tempo para todas as crianças, um fato que já ressaltamos.

Esse é um dos nortes do modelo: como podem as crianças adquirir uma língua de forma tão rápida e homogênea mesmo que expostas a um *input* tão imperfeito? O argumento da "pobreza do estímulo" é então o ponto de partida para se estabelecer uma função direta (mas contrária à visão do senso comum) entre a experiência linguística que a criança recebe e sua capacidade de adquirir a gramática de um falante adulto: quanto mais pobre e degenerada a experiência, maior a capacidade inata a se prever. Dito de outro modo, é exatamente porque a experiência linguística da criança no mundo é desordenada e incompleta que se deve pensar que o ser humano possui uma capacidade genética que lhe permite de algum modo 'organizar' e 'completar' as informações necessárias para aprender a falar uma língua natural.

É importante observar também que os dados linguísticos não têm como serem tomados, pela criança pequena, em sua relação direta com o mundo, pois nem sempre a linguagem é utilizada para descrever estados de mundo. E mesmo quando este é o caso, não é claro o que descreve, já que os objetos no mundo não se apresentam com etiquetas. Basta lembrarmos do velho ditado segundo o qual "uma imagem vale mais do que mil palavras". Ele ilustra bem o fato de que não há como garantir qualquer relação biunívoca entre uma sentença e uma "imagem", ou aquilo que ela descreve do mundo. Nem mesmo a relação entre a forma de uma sentença e seu significado é biunívoca. Senão vejamos. Há formas relacionadas com apenas um significado (23a), mas há formas que comportam mais do que um significado (23b) – as chamadas estruturas ambíguas – e há formas que não podem assumir determinado significado, ou seja, aquele que produziria uma cadeia agramatical, como (23c), e que por ser agramatical justamente não fará parte das evidências a que a criança terá acesso, já que essas formas não estão presentes nos dados linguísticos primários – tecnicamente, dizemos que são formas negativas e a criança só tem acesso a dados positivos, isso é, aqueles efetivamente realizados.

(23) a. forma = 1 sentido: João tomou café.
b. forma = $sentido_1$, $sentido_2$ etc.: $João_j$ disse que $ele_{j/k}$ vai pra Portugal.
c. forma = *sentido: *Ele_k disse que $João_k$ vai pra Portugal.

Os índices em (b) e (c) acima servem para mostrar que 'João' e 'ele' podem ser interpretados como a mesma pessoa, em (b), ou não, isto é, João pode ter dito que 'Paulo', por exemplo, irá para Portugal. Em (c), contudo, o pronome 'ele' jamais poderá ser interpretado como 'João'. Os índices coincidentes, que indicam uma tal interpretação, fazem com que a sentença não seja possível, fato marcado com o asterisco de agramaticalidade. Esses fenômenos serão discutidos com vagar no capítulo "Teoria da Ligação". Aqui eles servem apenas para ilustrar mais uma vez o fato de que os dados por si não têm como determinar o conhecimento rico e complexo que uma língua representa, daí a postulação de uma certa estrutura inata codificada na Faculdade da Linguagem. Toma-se como parte da Faculdade da Linguagem a Gramática Universal que, já vimos na seção 3, é a teoria do estágio inicial do conhecimento linguístico – uma previsão daquilo que é comum a todas as possíveis línguas naturais (propriedades descritas no modelo através dos princípios), além da variação que pode ser encontrada entre elas (os parâmetros). A associação dos princípios da UG com certos valores paramétricos gera um sistema gramatical particular, ou seja, uma dada língua. Tem-se que a UG deve refletir de maneira universal a estrutura ou organização da mente humana. Se os princípios são universais, então não precisam ser adquiridos, pois já estão, de alguma forma que a ciência ainda não sabe explicar, geneticamente codificados.

O processo de aquisição de linguagem, então, é tido como a "formatação" da Faculdade da Linguagem através da fixação dos valores dos parâmetros previstos na UG. Como dissemos anteriormente, a UG é, nesse sentido, um quadro do estágio inicial da aquisição (conhecido como S_0) e o seu produto seria o estágio final da aquisição, isto é, o estágio em que a criança atinge a gramática adulta de sua língua (S_S) (do inglês *stable stage*). Em termos linguísticos é bastante complicado falar em produto ou estágio final do conhecimento. Assim, é mais plausível admitir-se que a gramática atinja um estágio de estabilização que seria considerado, então, como o estágio em que a criança apresenta uma gramática próxima à dos adultos ao seu redor.

Teríamos, então:

(24) *input* → UG (= S_0) → uma língua (= S_S)

O que ocorre, então, no processo de aquisição é uma "filtragem" do *input* através da UG. Essa "filtragem" serve para "formatá-la" através da marcação de

um determinado valor para cada parâmetro previsto em UG. Estando todos os valores paramétricos marcados, tem-se uma determinada gramática. Certamente essa marcação não é aleatória, mas determinada pelas evidências do *input* e, obviamente, dependente da própria estrutura interna da UG. Observe-se que estamos falando justamente daquilo que varia entre as línguas e que, portanto, precisa ser adquirido. Os parâmetros poderiam ser pensados como um "guia", um espaço de busca para a criança chegar a sua língua.

Pensa-se que os parâmetros têm valores binários, que podemos representar, por exemplo, pelos valores positivo ou negativo; assim, ao acionar um determinado parâmetro, a criança estará imprimindo a ele um dos dois valores, através das evidências positivas que receba no *input*. Como vimos anteriormente, há línguas que permitem que a posição de sujeito fique vazia (como o italiano, o português) e línguas que não permitem isso, ou seja, línguas de sujeito obrigatório (como o inglês). No caso das últimas, todas as sentenças terão um sujeito realizado foneticamente, ou seja, mesmo em sentenças que não têm sujeito com valor semântico, haverá um elemento expletivo (um "sujeito sintático"). Por exemplo, verbos meteorológicos nessas línguas virão precedidos de um pronome expletivo:

(25) a. *It* rains
"Chove"
b. *rains

Temos, então, variação entre línguas; portanto, algo da ordem dos parâmetros. Como já vimos, este é o Parâmetro do Sujeito Nulo.

Caberia à UG decidir qual dos dois valores se aplica à língua a que a criança está exposta. Podemos esquematizar esse parâmetro como (26):

(26) a. sujeito nulo → valor [+] para o parâmetro
b. sujeito obrigatório → valor [–] para o parâmetro

Se a criança estiver exposta ao inglês, vai ter várias evidências no *input* de que sua língua se encaixa em (26b), dado que vai estar exposta a estruturas com elementos expletivos como a exemplificada em (25a). Se a criança estiver exposta ao português, por outro lado, terá evidências na direção oposta e marcará o valor do parâmetro como em (26a).[3]

Obviamente, a criança não é vista como um "linguista em miniatura", que fica analisando os dados de sua língua antes de tomar uma decisão. Esse processo é natural e inconsciente. Seria mais uma acomodação do sistema aos dados do que qualquer outra coisa, já que, por hipótese, o sistema inicial (a UG) é capaz de dar conta de todo e qualquer dado pertencente às línguas naturais.

Vamos explorar um pouco mais a questão da marcação paramétrica. O número de parâmetros possíveis é restrito, pois, ao contrário do que as aparências poderiam sugerir, a distinção sintática entre as línguas naturais é restrita, é superficial. Voltemos ao exemplo do Parâmetro do Sujeito Nulo. Há duas possibilidades para as línguas naturais: por exemplo, no contexto de verbos meteorológicos, ou realizam sempre o sujeito foneticamente, ou ele pode ser vazio. Não existe uma terceira alternativa. Tomemos outro exemplo: a ordem de palavras em uma sentença nunca é aleatória, em nenhuma língua natural. Alguns elementos nucleares na sentença serão precedidos ou seguidos por outros elementos. Senão vejamos:

(27) a. Kato compra *doce*. (Português)
b. Kato *okashi* kau. (Japonês)
"Kato doce comprar"

Vemos em (27) que em português o objeto (doce) segue o verbo (comprar), enquanto que em japonês ele o precede. Podemos esquematizar esse parâmetro como o Parâmetro da Ordem, tomando o verbo como núcleo. Em (27a) o núcleo é inicial, ou seja, o verbo será seguido de seu complemento; em (27b), o núcleo é final, isto é, o verbo será precedido de seu complemento. Isso ficará mais claro no próximo capítulo, mas, por enquanto, vejamos como seria a marcação de um tal parâmetro:

(28) a. núcleo inicial → valor [+] para o parâmetro
b. núcleo final → valor [–] para o parâmetro

Uma criança adquirindo japonês acionaria o valor do Parâmetro de Ordem como negativo; por outro lado, uma adquirindo português o acionaria com o valor positivo, através das evidências do *input*, que, neste caso, são bastante robustas.

Tomando esses dois parâmetros (26) e (28), como seria a representação dos valores marcados pela gramática do inglês e do português, por exemplo? Vamos esquematizá-la em (29):

(29)

Português		Inglês	
Sujeito	Ordem	Sujeito	Ordem
+	+	-	+

Há inúmeros outros exemplos, mas não infinitos exemplos, porque os parâmetros são em número reduzido, já que a diversidade sintática entre as línguas é, igualmente, restrita, conforme apontamos anteriormente. Resumindo, os parâmetros estão igualmente previstos na Faculdade da Linguagem, mas, diferentemente dos Princípios, que são universais, carecem de um valor que depende do *input* que a criança recebe.

Uma metáfora bastante usada para explicar o processo é a de um quadro de força, ou seja, de uma sequência de chavetas a serem ligadas ou desligadas conforme os dados exteriores. A cada chave a criança atribuirá um valor, positivo ou negativo, a depender da língua a que está exposta. Quando o valor para cada uma delas tiver sido escolhido, então a criança terá convergido para uma gramática próxima àquela dos adultos ao seu redor.

Retomando o que discutimos até aqui, podemos assumir, então, que o processo de aquisição da linguagem seja inato, guiado pela Faculdade da Linguagem que possui uma UG, composta de Princípios e Parâmetros. Como os princípios se aplicam a todas as línguas naturais, não teriam que ser adquiridos. Os parâmetros, ainda que em número reduzido, estão igualmente previstos pela UG, porém têm seus valores abertos a serem marcados de acordo com a língua (ou as línguas) que a criança ouve ao seu redor. Uma vez filtrados os dados do *input* e marcados os valores adequados dos parâmetros, supõe-se que a criança tenha adquirido o sistema gramatical de sua língua.

Mudança linguística

Observemos os dados que se seguem:

(30) a. (...) mas recolhandoce o dito Provinçial para o Convento, os mais Frades (...) **o** fecharaó em huá cela (...) [Luiz Monteyro, 1725 em carta ao Reino, extraído de Tarallo, 1990: 20]

b. (...) a morte acomoteu-**o** com uma congestão cerebral, (...) [José Maria da Silva Paranhos, *Cartas ao amigo ausente*, 1850, extraído de Tarallo, 1990: 17]

c. Eis aqui chegou Noé ao lugar onde lutavam os dois filhos, e achou-**os** ainda agarrados um ao outro (...) [Machado de Assis, 1955: 145]

d. Porque a mãe dele salvou **ele** [AC., 3;7]

(31) a. A respiração se divide em dois tempos: um em que aspiramos o ar e outro em que **o** expiramos, isto é, **o** botamos para fora. [Monteiro Lobato, 1965: 121]

b. João perdeu a carteira e não conseguiu achar [--] em lugar nenhum.

c. Minha vó fez sushi porque os filhos queriam continuar comendo [--] depois que voltaram do Japão.

As línguas mudam. Isso é um fato! Os dados em (30) apontam claramente para isso. Mas mudança não é sinal, como profetizam os paladinos da GT, de depauperação linguística. Ao contrário, as línguas, naturalmente, evoluem.

Os dados em (30) e (31) mostram que o português vem mudando ao longo do tempo. Percebe-se, em (30), que o pronome oblíquo de terceira pessoa, que chamaremos aqui de 'clítico', utilizado em (a) a (c), deu espaço ao pronome reto (*ele*) em posição de objeto. Os dados em (31) são um pouco diferentes. Mostram que os clíticos foram substituídos, ao longo do tempo, por um 'vazio'. É um fenômeno, em alguma medida, semelhante ao do sujeito nulo, que vimos acima. Vamos chamá-lo, então, de 'objeto nulo'. Trata-se, pois, de um objeto direto nulo, ou seja, um objeto direto que não é fonologicamente realizado quer por alguma expressão nominal, quer por um pronome, o que representamos acima por [--].

Vamos nos ater aqui mais ao fenômeno em (31), embora ambos estejam relacionados. O que houve na gramática do português brasileiro, ao longo do tempo, foi a perda dos clíticos de terceira pessoa. Então, estruturas como (31a) deram lugar àquelas em (31b) e (31c). Há trabalhos que mostram que na primeira metade do século XVIII praticamente não havia objetos nulos no nosso português (algo como 14%); porém, eles vão paulatinamente aumentando até atingir a cifra de 81% na segunda metade do século XX.[4] Veja que os dados em (31b,c) são tão naturais em nossas gramáticas que sequer percebemos que 'falta' alguma coisa na estrutura. Obviamente isso se deve ao fato de que o objeto nulo é interpretado, embora não seja pronunciado. Essas categorias vazias serão discutidas com vagar no capítulo "Teoria da Ligação".

As explicações sobre os processos de mudança são várias, mas, em nosso caso, dizem respeito ao acionamento paramétrico, ou seja, ao valor que as crianças atribuem a um determinado parâmetro. Se os dados do *input* por algum motivo se tornam ambíguos, a criança poderá atribuir ao parâmetro relevante um valor distinto daquele da gramática adulta, provocando uma mudança na língua. Em outras palavras, o processo de aquisição é também tido como o lugar da **mudança linguística** nas diversas línguas naturais.

Note que há línguas em que o objeto nulo não é uma opção. É o caso do inglês, entre tantas outras línguas:

(32) a. John bought the car.
/João comprou o carro/
b. John bought it.
/João comprou isso/
c. *John bought [--]
/João comprou [--]/

Podemos imaginar, então, que, assim como ocorre com o sujeito, há um Parâmetro do Objeto Nulo. Nesse caso, o inglês teria o valor negativo marcado para ele e o português brasileiro atual, o positivo.

Pelos dados dos séculos XVIII e XIX do item anterior, vemos que o português também se comportava como o inglês; contudo, as evidências para as crianças brasileiras foram mudando e com elas um novo valor paramétrico foi acionado, que passou a gerar exclusivamente os dados em (31b,c).

Discutir mais aprofundadamente a questão da mudança linguística foge dos objetivos deste *Manual*. Queríamos apenas apontar para o pressuposto de que mudança linguística e aquisição da linguagem estão atrelados.

Sintaxe

Para fechar o capítulo, explicitamos o que é sintaxe e qual teoria da sintaxe está na base deste *Manual*.

Abordando o primeiro ponto, sintaxe é a disciplina linguística que estuda como combinamos palavras para formar sintagmas e como combinamos sintagmas para formar sentenças. Esta concepção de sintaxe se apoia no que se chama a Hipótese Lexicalista, isto é, a sintaxe começa a atuar onde acaba a atuação da morfologia. A sintaxe toma as palavras, que são o produto da morfologia, e realiza as combinações.

Dessa forma, dadas sequências de palavras como as de (33), a sintaxe tem que ser capaz de avaliar quais são bem formadas e quais são malformadas.

(33) a. *de gato rajado o botas
b. *o rajado gato de botas
c. o gato rajado de botas

Deve ser também capaz de explicar que a estrutura do sintagma é tal que *botas* se combina com *de*; que [*de botas*] se combina com [*gato rajado*] e não com *rajado*; que *rajado* se combina com *gato* e não com [*de botas*]; e que *o* se combina com [*gato rajado de botas*]. Deve, por fim, ser capaz de explicar por que, das sequências de (33), apenas (33c) é um sintagma bem formado e de reconhecer qual tipo de sintagma é esse.

Passando para o nível da sentença, a sintaxe deve avaliar as sequências de (34):

(34) a. João quer nadar.
b. *João quer Maria nadar.
c. João viu Maria nadar.
d. Eu comprei este carro novo.

e deve explicar por que, das sequências de (34), apenas (34b) não é uma sentença bem formada. No detalhe, deve explicar por que não é possível posicionar *Maria* entre os dois verbos em (34b), mas é possível em (34c). E, além de explicar que (34d) é uma sentença, a teoria sintática deve estar aparelhada para explicar por que (34d), que a rigor não contém nenhuma palavra ambígua, tem dois sentidos. Uma situação em que o dicionário não ajuda a explicar por que a sequência acaba sendo ambígua, como aquela posta em (34d), deixa claro que a sintaxe não pode se limitar a olhar para a ordem linear das palavras. Deve mirar além, procurando enxergar a estrutura que está por trás da sequência. De modo semelhante, deve ir além da ordem linear para explicar por que *Maria* não pode ocorrer entre os dois verbos de (34b), mas pode entre os dois de (34c).

Ainda no nível da sentença, a sintaxe tem que avaliar sentenças como as de (35):

(35) a. O João leu que livro?
b. Que livro o João leu?

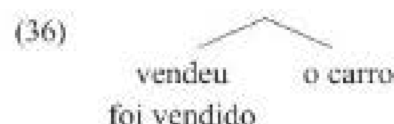
e explicar por que o sintagma *que livro* pode ocorrer no fim ou no começo da sequência sem que haja alteração substancial do sentido. Isto é, deve explicar por que é possível pronunciar um sintagma fora do lugar em que ele é interpretado.

Questões como essas e muitas outras que serão enunciadas exigem uma teoria de sintaxe com um nível considerável de sofisticação, o que nos leva ao segundo ponto desta seção. A teoria que embasa esse manual, mesmo com as simplificações que adotamos, preenche os requisitos mínimos para discutirmos as questões sintáticas que serão postas. É uma teoria formal, de cunho gerativista, que, como já dissemos, é construída em cima de **princípios** e **parâmetros**. Em boa medida, o formato deste *Manual* reflete o formato da teoria. Assim, cada capítulo subsequente desempenha um papel importante na missão de explicar como é que combinamos palavras para formar sintagmas e como é que combinamos sintagmas

para formar sentenças. Cada capítulo corresponde a um módulo da teoria sintática. Para justificar a inclusão deles nesse *Manual*, ilustraremos brevemente o papel que eles desempenham na avaliação das combinações sintáticas e na explicação de como elas são realizadas.

O capítulo "Teoria X-barra" tem a função de orientar com segurança o procedimento para a confecção das representações arbóreas. Uma árvore é muito importante para a sintaxe porque ela ilustra elegantemente como um item *x* está combinado com um item *y* e mostra qual objeto sintático se forma desta combinação. Ela explicita a estrutura que subjaz aos sintagmas e às sentenças, estrutura que não é espelhada simplesmente pela ordem linear. Fazer uma árvore para representar uma sentença em um nível (DS, SS ou LF) significa seguir as instruções que não podem ser desobedecidas naquele nível. Assim, por exemplo, se existe uma instrução que enuncia que em DS todo argumento interno de um verbo se combina com ele posicionando-se à sua direita, a árvore tem que seguir essa instrução quer tenhamos uma sentença na voz ativa quer na passiva, como ilustramos em (36):

(36)



Contudo, se na SS a instrução é que o argumento interno de um verbo de uma sentença passiva deve figurar à esquerda do complexo verbal, como sujeito, a representação arbórea será como (37):

(37)



O capítulo "Teoria Temática" compõe este *Novo manual de sintaxe* porque nas combinações mencionadas acima devem ser levadas em conta propriedades semânticas dos itens combinados. Quando fazemos combinações ignorando que deve haver compatibilidade semântica entre os itens combinados, podemos produzir sentenças estranhas como a de (38), que traduz a famosa sentença de Noam Chomsky "Colorless green ideas sleep furiously":

(38) Ideias verdes incolores dormem furiosamente

Embora uma interpretação poética dessa sentença possa ser construída, uma interpretação natural não parece estar diretamente disponível. Isso acontece

porque foram desobedecidos (deliberadamente por Chomsky) alguns princípios semânticos que regulam as combinações. O papel básico da Teoria Temática no jogo sintático é fixar como os argumentos são marcados semanticamente por seus predicados. E por *default* como os adjuntos se relacionam semanticamente com determinado constituinte.

O capítulo "Teoria do Caso" é incluído neste livro porque a categoria Caso é muito importante para a sintaxe de qualquer língua. Nas línguas que têm morfologia casual, o papel semântico dos sintagmas nominais é indicado pelas marcas de Caso. Nas línguas que têm Caso abstrato, como o português, o papel semântico dos sintagmas nominais é indicado muitas vezes pela posição que eles ocupam. Assim, uma sequência constitui uma sentença bem formada se os sintagmas nominais estão distribuídos em posições marcadas por um Caso. Tomemos um exemplo emblemático, como o de (39):

(39) a. Maria parece ter cantado muito bem.
b. *Parece ter Maria cantado muito bem.

Maria recebe o papel semântico de cantora do verbo *cantar*, mas não é plausível que isso possa acontecer em (39a), onde os dois elementos estão distantes um do outro. A posição normal em que *Maria* deveria receber seu papel é imediatamente à esquerda do verbo *cantar*, como em (39b). Entretanto, se o sintagma é pronunciado ali, a sentença fica agramatical. Sem a Teoria do Caso fica difícil explicar a situação em (39): por que o sintagma *Maria* tem que ser pronunciado longe do verbo que lhe atribui seu papel semântico? A partir da Teoria do Caso é elaborada uma explicação direta: em (7a) *Maria* está em uma posição com Caso, coisa que não acontece em (39b). É por questões como a ilustrada nesta brevíssima apresentação que o capítulo "Teoria do Caso" faz parte deste manual.

O capítulo "Teoria da Ligação" compõe este manual para regular a distribuição dos sintagmas que são correferenciais em sentenças simples e complexas. A distribuição desses itens é estruturalmente regulada. Consideremos os exemplos em (40):

(40) a. $Maria_i$ disse que ela_i canta muito bem.
b. *Ela_i disse que $Maria_i$ canta muito bem.

A Teoria da Ligação tem a missão de explicar por que, numa situação em que *Maria* e *ela* são correferenciais, a combinação (40a) é bem formada, enquanto a combinação (40b) não é. Não basta dizer que (40b) é malformada porque o pronome *ela* precede o nome *Maria*, uma vez que (41) é bem formada:

(41) Quando ela_i estava em Florianópolis, $Maria_i$ cantava muito bem.

Se *ela* e *Maria* podem ser correferenciais em (41), uma explicação elaborada simplesmente em termos de precedência não é suficiente, sendo necessário ir além da ordem linear. Essa questão ilustra brevemente como a Teoria da Ligação atua para avaliar as combinações que contêm sintagmas correferenciais e por que elas são bem ou malformadas.

Por fim, o capítulo "Mova α" faz parte deste *Manual* para tratar do fato de que constituintes podem ou devem ser movidos de um lugar para outro numa sequência. Esse capítulo aponta os tipos de movimento que podem ser efetuados tendo em vista o item que é movido, o lugar de onde e o lugar para onde o item é movido. A natureza do movimento determina que tipo de categoria resta no lugar de onde o elemento é movido. Consideremos as sequências em (42):

(42) a. *João acha o que_i a Maria comprou t_i?
b. João perguntou o que_i a Maria comprou t_i?
c. O que_i João acha que a Maria comprou t_i?
d. *O que_i João perguntou que a Maria comprou t_i?

Nas duas sequências de (42a,b), podemos dizer que *o que* foi movido para a mesma posição. Entretanto, o movimento em (42b) resulta em uma sentença gramatical, enquanto que em (42a) temos uma sentença malformada. Paralelamente, em (42c,d) *o que* é movido para a mesma posição, mas o movimento tem consequências diferentes em (42c) e (42d). Por outro lado, em (43) o movimento de *Maria* só é válido se atingir o início da sentença, como em (43b):

(43) a. *Parece Maria ter t_i cantado muito bem.
b. Maria parece ter t_i cantado muito bem.

Se *Maria* estaciona entre os verbos *parecer* e *ter*, o que temos é uma sentença malformada. Questões como essas justificam a inclusão de um capítulo que discute propriedades do movimento de sintagmas e núcleo neste *Manual*.

Bibliografia adicional

Este capítulo foi escrito com base em alguns livros que vale a pena o leitor conhecer: se ler em inglês é uma opção, o manual de introdução de Liliane Haegeman, intitulado *Introduction to Government & Binding Theory*, pode ser uma excelente escolha. Ian Roberts também têm um manual introdutório, chamado *Comparative Syntax*, que é também muito bom. Se a leitura de um livro em inglês não é uma opção, o leitor pode consultar o manual de Eduardo Raposo, chamado *Teoria da Gramática: a faculdade da linguagem*, notando que a exemplificação se aplica ao português europeu. Por enquanto, o mais interessante seria o primeiro capítulo do livro de Raposo, que é muito elucidativo. Há também os livros de Lúcia Lobato (*Sintaxe Gerativa do Português*) ou o de Miriam Lemle (*Análise Sintática: teoria sintática e descrição do Português*). Estes últimos abordam também a passagem de um modelo anterior ao de Regência e Vinculação. Seria interessante que o leitor consultasse esses manuais concomitantemente ao estudo deste livro, para complementar seu conhecimento e ver problemas discutidos em outras línguas.

Se quiser obter mais informação sobre alguns pontos específicos discutidos, o leitor pode consultar as seguintes obras mais especializadas:

1. sobre o "fazer ciência" e como se estruturam modelos científicos, *Introdução à Teoria da Ciência*, de Luiz Henrique Dutra, é uma excelente opção; para uma outra discussão dos pressupostos do modelo discutido neste *Manual*, ver também Rosa (2010) *Introdução à (Bio)linguística*;
2. sobre o embate GT/Linguística, o leitor encontrará farto material em Lyons, tanto em *Introdução à Linguística Teórica*, quanto em *Língua(gem) e Linguística*. Aliás, ainda sobre problemas com a GT, há um excelente livro de Rosa Virgínia Mattos e Silva, intitulado *Tradição gramatical e Gramática Tradicional*;
3. sobre inatismo, há um livro para leigos (portanto, de fácil leitura) de Pinker, chamado *Language Instinct*, já traduzido para o português; em português, temos um livro de Chomsky intitulado *Linguística Cartesiana*, de leitura mais difícil e só aconselhado a quem já tem alguma formação em filosofia;
4. sobre o argumento da Pobreza de Estímulo, os capítulos iniciais em Uriagereka (2000) são uma excelente opção. O livro é estruturado na forma de diálogo e há fartos exemplos, porém está em inglês;
5. sobre Faculdade da Linguagem e recursividade, há um excelente artigo de Hauser, Chomsky & Fitch (2003), publicado na *Science*, que discute o tópico da perspectiva evolutiva. Embora esteja em inglês, é de fácil leitura, pois é um artigo de divulgação;
6. sobre aquisição de linguagem no quadro de Princípios & Parâmetros, há ótimas introduções em artigos de Galves (1995), Kato (1995), Meisel (1997) e Mioto (1995), todos em português. Desses, o de Meisel traz uma discussão bastante aprofundada sobre a noção de "parâmetro". Os segundo e terceiro capítulos

de Lopes (1999) também são uma opção em português, mas demandam maior conhecimento teórico, como Lopes (2011). Textos um pouco mais simples são os de Costa e Santos (2003) e Fromkin & Rodman (1993), este último um manual de introdução à linguística que possui vários capítulos de interesse, não apenas sobre aquisição da linguagem por crianças mas também sobre tentativas de ensinar línguas humanas aos animais;

7. para uma discussão atualizada e mais abrangente sobre a relação entre a teoria de parâmetros e mudança linguística, cf. o capítulo introdutório em Galves, Cyrino, Lopes, Sandalo & Avelar (2012); o texto de Cyrino (1994) é uma ótima discussão sobre o processo de mudança no objeto direto no português brasileiro, mas é um texto mais técnico;
8. sobre mudança no Português do Brasil, consultar Roberts & Kato (1993);
9. para uma visão geral simplificada do modelo, dada pelo próprio Chomsky, consulte *Language and Problems of Knowledge. The Managua Lectures*, mas este está em inglês;
10. finalmente, para a descrição de alguns fenômenos do PB com vistas ao ensino de gramática, pode-se consultar Brandão e Vieira (2009), organizadoras do volume *Ensino de Gramática: descrição e uso*; para consulta sobre fenômenos gramaticais do português brasileiro falado, ainda que de uma perspectiva bem diversa daquela aqui apresentada, veja-se Castilho (2010) *Nova Gramática do Português Brasileiro*.

Exercícios

1. Nas primeiras seções deste capítulo, utilizamos a palavra *metalinguagem*. Dê exemplos da metalinguagem utilizada pela Gramática Tradicional. Ela é adequada? Isto é, ela é inequívoca, suficientemente precisa para que possamos associá-la a um fazer científico, como definido na seção 1 deste capítulo? Aplique seus exemplos a sentenças do português para fazer a verificação.

2. A seguir o leitor encontrará um trecho publicado em um encarte colecionável sobre Língua Portuguesa, do *Diário Catarinense* de Florianópolis. Leia-o com atenção e depois responda às questões propostas. Os grifos são nossos:

   "A Gramática é a disciplina que orienta e regula o uso da língua, estabelecendo um padrão de escrita e de fala baseado em diversos critérios: o exemplo de bons escritores, a lógica, a tradição ou o bom senso. A matéria-prima dessa disciplina é o sistema de normas que dá estrutura a uma língua. São essas normas que definem a língua padrão, também chamada língua culta ou norma culta. Assim, para falar e escrever corretamente é preciso estudar a Gramática. A tarefa não é das mais simples: as regras são muitas e nem sempre precisas. Sendo um organismo vivo, a língua está sempre evoluindo, o que muitas vezes resulta num distanciamento entre o que se usa efetivamente e o que fixam as normas. Isso não justifica, porém, o descaso com a Gramática. Imprecisa ou não, existe uma norma culta e toda pessoa deve conhecê-la e dominá-la, mesmo que seja para propor modificações. Quem desconhece a norma culta tem um acesso limitado às obras literárias, artigos de jornal, discursos políticos, obras teóricas e científicas, enfim, a todo um patrimônio cultural acumulado durante séculos pela humanidade." (In: *Help! Língua Portuguesa*, DC, 1999, p. 62)

   a.
   De acordo com o que foi discutido neste capítulo, é plausível afirmar que é "o sistema de normas que dá estrutura a uma língua"? Justifique a resposta com os conceitos apresentados.
   b.
   Há vários trechos no excerto acima em que o autor confunde, equivocadamente, "norma culta" com a metalinguagem utilizada pela GT para descrevê-la. Aponte esses trechos.
   c.
   Qual a concepção de linguagem que se depreende do trecho acima? Por que esse tipo de concepção pode ser preconceituosa?

3. Embora este *Manual* se ocupe exclusivamente de sintaxe, os dados a seguir trazem exemplos de morfologia derivacional, que além de fazer interface com a sintaxe também apresenta processos restritos por princípios e mecanismos bastante similares aos da sintaxe. Foram produzidos por uma criança pequena, adquirindo o português. Observe-os atentamente. Considerando que não existem no *input* que a criança recebe, como ela os produz? Lembre-se de contrastes como "apareceu" vs. "desapareceu", por exemplo, e lembre-se ainda de que tais processos envolvem regras abstratas. Discuta o que está em jogo nos dados. Como esses dados podem reforçar a hipótese inatista?

   C = criança; A = adulto[5]

   (C vai tomar leite, que está muito quente)

   A = Tá quente!
   C = Então **diquenta**. (3 anos e 11 meses)

   (A mãe fecha uma caixa de brinquedos, decepcionada, C diz:)
   C = Cê **disabriu**! (4 anos e 1 mês)

(A mãe abaixa o zíper do vestido de C, querendo brincar com ela)
C = Ah! (irritada) Não! Cê tá **dezipando**. (4 anos e 1 mês)

4. Definimos **recursão** neste capítulo. Vários estudos recentes têm mostrado que o processo de recursão é específico às línguas naturais, não sendo encontrado em sistemas de comunicação animal, por exemplo.[6] Busque exemplos de estruturas recursivas. Considere os exemplos a seguir, lembrando que crianças muito pequenas (em torno dos sete meses de vida) já conseguem lidar com tais estruturas abstratas. Comente a afirmação anterior.

   "O cachorro pegou o gato que comeu o rato que comeu o queijo que..." (brincadeira infantil)

   "Pedro que amava Lia que amava... que não amava ninguém." (Carlos Drummond)

5. Dê um outro exemplo de algum caso em que a definição dada pela GT não é precisa o suficiente para que, com base apenas nela, sejamos capazes de fazer a identificação daquilo que ela define.

6. A seguir há dados de duas crianças (R. e AC.[7]) em duas faixas etárias distintas. Compare-os, considerando tanto as faixas etárias quanto os dados entre as duas crianças. Aponte as diferenças entre as faixas etárias e as semelhanças entre as duas crianças. Aponte, ainda, aquilo que difere da gramática adulta a ser adquirida.

R.

1;07*	**2;10**
1. C: **apô**.** (= limpou) 2. A: Eu sei que é seu. A: Tá brava é? C: **a váva**. (= tava brava) A: ficou brava comigo? C: (fazendo que não com o dedo) 3. A: não é para pegar pipoca? C: **a cóca** (=? pipoca)	1. C: **eu tomo banho sozinha**. A: vai ficar lindo o teu cabelo, cê vai ver. C: **depois vai lavá né, não é?**

* Convenção para idade da criança = anos; meses.
** C = criança e A = adulto

AC.

1;8	**3;7**
1. A: quem é essa? C: **teia** [= estrela]. A: a estrela! 2. A: que que é isso? C: **bola.** A: a bola.	C: **Tu conhece o Estado do Principe do Egito?** A: eu não. C: **é um filmezinho.** A: e o que acontece na história do Principe do Egito? C: **quando o pai do príncipe do Egito era pequeno, ele mandou que ele seja matado.** A: ele mandou que ele seja matado? O pai mandou? E daí? C: **e daí ele não ficou matado, sabe?** A: e não mataram ele? por quê? C: **porque a mãe dele salvou ele.** A: ah, a mãe dele salvou C: **ela mora num castelo.** A: e o pai queria que o filho morresse? C: **é!**

Notas

[1] A base de dados de R. pertence ao Projeto de Aquisição da Linguagem do CEDAE/IEL/UNICAMP. Os dados de Adam estão disponíveis no *site* do Projeto CHILDES – Child Language Data Exchange System – em <childes.psy.cmu.edu>.

[2] O exemplo em (17) é de McNeill (1970) e o em (18) é de Braine (1971), ambos apud Crain & Thorton (1998).

[3] A discussão sobre os parâmetros é bastante mais complexa e foge completamente aos objetivos deste *Manual*. O leitor deve se remeter às leituras indicadas para um aprofundamento na questão.

[4] Veja nas indicações de bibliografia adicional a menção ao trabalho de Cyrino (1994), de onde retiramos os percentuais indicados no parágrafo.

[5] Dados de Rosa Attié, Unicamp.

[6] Cf. Artigo publicado na *Folha de São Paulo*, em 16 de janeiro de 2004, sob o título: "Macacos entendem frase simples, mas tropeçam em mais complexa".

[7] A base de dados de AC. pertence ao Centro de Aquisição e Aprendizagem da Linguagem (CEAAL) da PUC-RS.

Teoria X-barra

A noção de sintagma

Um **sintagma** é uma unidade sintática construída hierarquicamente, embora se apresente aos olhos como uma sequência de letras ou aos ouvidos como uma sequência de sons. Nenhuma teoria sintática se dedica a determinar sua extensão, uma vez que não é possível prever qual o número máximo de itens que podem pertencer a ele. Por isso, em vez de procurar estabelecer a extensão de um sintagma, a sintaxe o delimita a partir de um núcleo. Como o núcleo determina as funções que se estabelecem dentro de um sintagma, o primeiro passo para reconhecer um sintagma é identificar seu núcleo. O segundo é identificar os itens que gravitam em torno do núcleo, desempenhando as funções determinadas por ele.

Nesta seção vamos jogar com nossa intuição para tomar pé da noção de sintagma, deixando para mais tarde a tarefa de traduzi-la em termos formais. Para tanto, consideremos (1) perguntando se *aquela ré culpada* é um sintagma e, supondo que seu núcleo possa ser o nome, se é um NP (= *noun phrase*, isto é, um sintagma nominal):

(1) O juiz julgou aquela ré culpada.

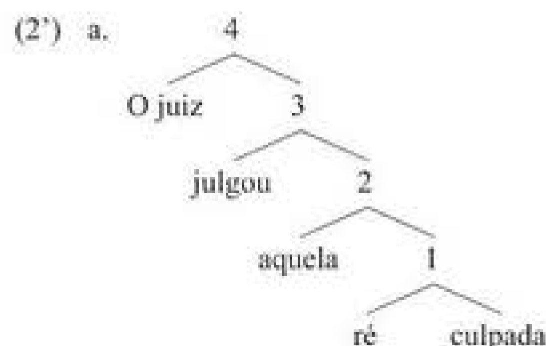
Se a resposta for sim, ela vai ser válida e representamos *aquela ré culpada* entre colchetes com o rótulo NP, como em (2a); mas se a resposta for não, ela também vai ser válida e nesse caso representamos apenas *aquela ré* entre os colchetes, como em (2b):

(2) a. O juiz julgou [$_{NP}$ aquela ré culpada].
b. O juiz julgou [$_{NP}$ aquela ré] culpada.

Vamos supor que, para formar a sentença em (1), nós combinemos os elementos de tal modo que as linhas que saem de cada elemento se encontrem em um vértice acima, formando o que chamaremos de uma árvore ou representação arbórea. Vamos supor também que as duas possibilidades de interpretação de (1) sejam o resultado de duas formas diferentes de combinar os elementos que a formam. Então, a ambiguidade de (1) vai estar espelhada em (2').

A árvore (2'a) seria o desenho estrutural da sentença (2a):

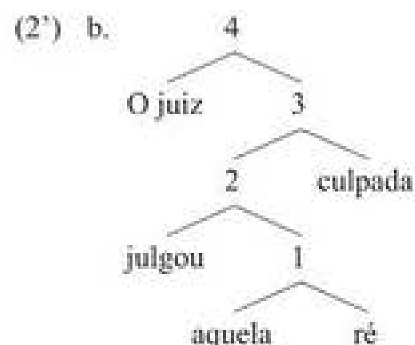
(2') a.



Lendo (2'a) de baixo para cima: primeiro combinamos *ré* com *culpada* e formamos, no vértice 1, o complexo *ré culpada*; depois combinamos *ré culpada* com *aquela* e formamos, no vértice 2, *aquela ré culpada*; depois combinamos *aquela ré culpada* com *julgou* e formamos, no vértice 3, *julgou aquela ré culpada*; e por fim combinamos *julgou aquela ré culpada* com *o juiz* e formamos, no vértice 4, *O juiz julgou aquela ré culpada* que corresponde à sentença em (1). O que merece nossa atenção em (2'a) é que *culpada* forma um complexo com *aquela ré* porque existe um vértice formado por linhas inclinadas que partem de cada um dos elementos: o vértice 2.

A árvore (2'b) seria o desenho estrutural de (2b):

(2') b.



Lendo (2'b) também de baixo para cima: primeiro combinamos *aquela* com *ré* e formamos, no vértice 1, o complexo *aquela ré*; depois combinamos *aquela ré* com *julgou* e formamos, no vértice 2, *julgou aquela ré*; depois combinamos *julgou aquela ré* com *culpada* e formamos, no vértice 3, *julgou aquela ré culpada*; e por fim combinamos *julgou aquela ré culpada* com *o juiz* e formamos, no vértice 4, *O juiz julgou aquela ré culpada* que também corresponde à sentença (1). O que merece nossa atenção agora é que *culpada* não forma um sintagma com *aquela ré* porque não formam nenhum vértice – na árvore (2'b), o vértice que espelha a combinação de *culpada* e forma *julgou aquela ré culpada* é 3.

As duas árvores de (2') são estruturas que confirmam que em (1) há uma ambiguidade cujos efeitos são os seguintes: por um lado, quando o adjetivo *culpada* não forma um vértice com *aquela ré*, como em (2'b), isto é, quando não pertence ao NP, ele representa o veredicto do juiz, que é a culpa da ré; por outro lado, quando forma o vértice com *aquela ré*, como em (2'a), ele pertence ao NP e o veredicto do juiz não é expresso na sentença. Assim, o fato sintático de a sequência em (1) tolerar mais de uma estrutura espelha a ambiguidade que ela exibe: nesta sequência, não fica claro se *culpada* pertence ou não ao NP. Se qualquer indício deixasse claro qual é a estrutura de *aquela ré culpada*, a ambiguidade não se instauraria.

Para mostrar um desses indícios, consideremos (3), onde entendemos que o pronome *ela* substitui *aquela ré*:

(3) O juiz julgou ela culpada.

Se perguntarmos se (3) é ambígua de modo semelhante a (1), a resposta é não, e o único sentido disponível é aquele em que *culpada* é o veredicto do juiz. A situação é essa porque agora não existem dúvidas de que *culpada* não pertence ao NP. Isto pode ser afirmado sempre que um adjetivo "modifica" um pronome pessoal, pois o pronome sozinho vale por um NP inteiro. Ao fazermos o NP virar pronome, o vértice que entra em jogo é o vértice 1 de (2'b), já que não há nenhum vértice formado por *aquela ré/ela* e *culpada*. Como nenhuma linha que sai do adjetivo *culpada* forma vértice com *aquela ré/ela*, o adjetivo não pode desaparecer no processo de pronominalização do NP. Dito de outra forma, ao fazermos o NP virar pronome não podemos deixar parte dele fora do processo, como seria o caso do adjetivo em (2a). O adjetivo só pode ter ficado intacto em (3) porque ele não faz parte do NP.

Se o adjetivo fizesse parte do NP, a sentença relevante com pronominalização seria (4), com *ela* valendo por *aquela ré culpada*:

(4) O juiz julgou ela.

Isso agora é possível porque *culpada* forma um vértice com *aquela ré*, como mostra a representação (2'a).

Vejamos ainda mais duas táticas para confirmar se a nossa sequência de palavras pode formar um NP. Uma supõe que só um sintagma completo pode ser **clivado**, isto é, ensanduichado entre *é* e *que* na periferia esquerda da sentença; a outra supõe que só um sintagma completo pode ser questionado – transformando-se numa expressão interrogativa, de modo semelhante ao que fizemos com o pronome pessoal – e deslocado para a periferia esquerda da sentença. Executando cada uma dessas operações com (1) obtemos respectivamente (5) e (6):

(5) a. É [aquela ré] que o juiz julgou culpada.
b. É [aquela ré culpada] que o juiz julgou.
(6) a. Quem o juiz julgou culpada?
b. Quem o juiz julgou?

Tanto na clivada (5a) quanto na interrogativa (6a), onde o veredicto do juiz – culpada – é expresso, podemos afirmar com segurança que *culpada* não faz parte do NP. Não é possível em português que só parte de um sintagma seja interrogada ou clivada.

Por sua vez, sendo relacionadas com (1) da maneira relevante, as sentenças em (5b) e (6b) atestam que o sintagma completo é *aquela ré culpada*: em (5b) *culpada* está junto com o sintagma clivado; em (6b) *culpada* foi "tragado" pela expressão interrogativa *quem*. Em nenhuma das duas sentenças está expresso o veredicto do juiz. Veja que podemos acrescentar o veredicto através do adjetivo *inocente*, a (5b), por exemplo, sem que a sentença resultante apresente qualquer anomalia semântica do tipo contradição:

(7) É aquela ré culpada que o juiz julgou inocente.

E agora é ainda mais claro que *inocente* não faz parte do NP.

Repitamos com (8) o procedimento para detectar um sintagma:

(8) O bêbado bateu na velha com a bengala.

O nosso leitor terá percebido que o sintagma em análise é *na velha com a bengala* e que a questão se resume agora em saber se podemos considerá-lo ou não como um único sintagma preposicional (*Prepositional Phrase* – PP), isto é, um sintagma introduzido por uma preposição. O efeito semântico de considerar este PP como um único sintagma é que *com a bengala* vai ser uma propriedade que descreve a velha agredida; o efeito semântico de considerar que *com a bengala* não pertence ao PP é que *a bengala* figura como instrumento da agressão. Se aplicarmos aqui as estratégias da pronominalização, da clivagem e da formação de interrogativas, vamos produzir as sentenças (9), (10) e (11):

(9) a. O bêbado bateu nela com a bengala.
b. O bêbado bateu nela.

(10) a. É na velha que o bêbado bateu com a bengala.
b. É na velha com a bengala que o bêbado bateu.

(11) a. Em quem o bêbado bateu com a bengala?
b. Em quem o bêbado bateu?

Cremos que o leitor pode prosseguir sozinho com o exercício, inclusive acrescentando um instrumento de agressão em (10b); e sem dificuldades inventar outros exemplos que permitirão lidar intuitivamente com a noção de sintagma a partir de sentenças que apresentam um tipo de ambiguidade que pode ser captado pela estrutura.

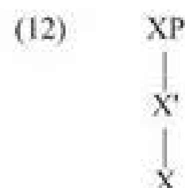
Para os propósitos deste *Manual*, interessa mostrar que a noção de sintagma é consistente a ponto de ter sua inclusão garantida em qualquer teoria sintática. Entretanto, não basta a inclusão: a teoria tem que desenvolver formas explícitas de representar a estrutura interna dos sintagmas e mostrar como eles se hierarquizam para formar sintagmas maiores, chegando ao que é o axioma da sintaxe: **a sentença**.

A Teoria X-barra

A Teoria X-barra é o módulo da gramática encarregado de mostrar como um sintagma é estruturado. Ela é necessária para explicitar a natureza do sintagma, as relações que se estabelecem dentro dele e o modo como os sintagmas se hierarquizam para formar a sentença. Como acontece com qualquer módulo da gramática, a Teoria X-barra deve ser universal a ponto de configurar-se como um esquema geral, capaz de captar a estrutura interna dos sintagmas de qualquer língua; mas também deve prestar-se a dar conta da variação nas diferentes línguas.

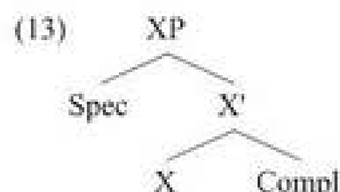
Na seção anterior afirmamos que um sintagma se constrói a partir de um núcleo. Para representá-lo vamos recorrer a uma variável X que vai tomar seu valor dependendo da categoria do núcleo do sintagma. Se a categoria for um nome, o valor de

X será N; se for um verbo, será V; se for preposição será P, e assim por diante. Este núcleo X vai determinar as relações internas ao sintagma que se estabelecem em dois níveis: o nível X' (que se lê "X linha") e o nível XP (onde P abrevia *Phrase* do inglês, traduzido como sintagma), tal como representado em (12):

(12)


X é uma categoria mínima às vezes também representada como X⁰. Chamamos X' ao nível intermediário ou à projeção intermediária de X; e XP ao nível sintagmático ou à projeção máxima de X.

Na projeção intermediária X' o núcleo pode estar relacionado com complementos (Compl) e na projeção máxima pode estar relacionado com um especificador (Spec). Com um Compl e o Spec o esquema X-barra será uma árvore como (13):

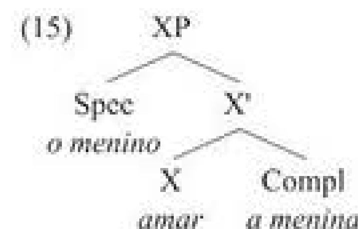
(13)


Postular a existência dos níveis de projeção máximo e mínimo é necessário: o primeiro porque obviamente não pode existir um sintagma sem núcleo; o segundo porque não pode existir sintagma infinito. Por sua vez, a existência do nível intermediário não decorre de uma necessidade lógica, como a dos outros dois. A necessidade do nível intermediário é factual: ele existe para dar conta do fato de que um núcleo pode se combinar com um ou dois complementos e, ainda assim, não formar um sintagma inteiro. Porém, quando combinamos o especificador com X', se o núcleo exige um, o sintagma fica completo.

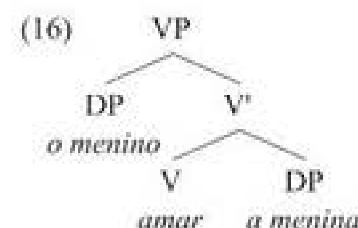
Para uma rápida exemplificação, consideremos (14):

(14) [o menino amar a menina]

Em (14) temos um verbo *amar* com seus dois argumentos *o menino*, o argumento externo, na posição de especificador do sintagma, e *a menina*, o argumento interno, na posição de complemento (a noção de argumento vai ser discutida em mais detalhes no capítulo "Teoria Temática". (14) pode ser considerado um sintagma: existe um núcleo *amar*, que determina que a relação semântica é de amor e que são dois os argumentos envolvidos nesta história. Então, sobrepondo (14) a (13) temos (15):

(15)


Sabemos que o núcleo *amar* é da categoria verbo (V), o que determina o valor de X, e que cada um dos dois argumentos envolvidos constitui um sintagma formado por um nome e um determinante – que vai ser chamado, por motivos que ficarão claros no decorrer deste capítulo, de DP (sigla para *Determiner Phrase*, traduzido por sintagma determinante). Burilando a representação de (14), utilizemos os rótulos categoriais para refazer (15) como a árvore em (16):

(16)


Podemos dizer que (16) representa as propriedades de um sintagma que tem por núcleo o verbo *amar*, que são os níveis de projeção de onde pendem o complemento e o especificador. Entretanto, (16) não capta o fato de que pode haver variação entre as línguas na ordem dos elementos, variação esta que pode ser notada na comparação do português com o japonês, por exemplo. No japonês, a ordem entre o V e o DP complemento é invertida e representamos isso em (16') e (16"):

(16')


(16") [$_{VP}$ Kato okashi kau]
/Kato doce comprar/

As representações (16) e (16') exemplificam as duas ordenações possíveis entre um núcleo e seu complemento. As línguas tendem a generalizar esta ordem de modo que ela não fica restrita ao verbo e seu complemento. Assim, por exemplo, no japonês teremos [DP,P] (posposição) em vez de [P,DP] (preposição), que é a ordem no português. O que se depreende da comparação entre (16) e (16') é que a hierarquia é um princípio, portanto universal, e que a ordem é parametrizada, portanto variável de uma língua para outra.

O esquema X-barra capta uma propriedade importante dos sintagmas que é o fato de eles serem endocêntricos. Isto significa que uma categoria XP só pode ter como núcleo uma categoria mínima X: as propriedades do núcleo são preservadas em cada projeção. Dessa forma, se juntamos à categoria mínima verbal [$_V$ *amar*] o DP [$_{DP}$ *a menina*], o resultado é uma projeção intermediária, que tem de preservar as propriedades categoriais de verbo, ou seja, [$_{V'}$ [$_V$ *amar*] [$_{DP}$ *a menina*]]; de modo paralelo, juntando o DP [$_{DP}$ *o menino*] à projeção intermediária [$_{V'}$ [$_V$ *amar*][$_{DP}$ *a menina*]] vamos obter uma projeção máxima que tem que ser verbal: [$_{VP}$ [$_{DP}$ *o menino*] [$_{V'}$ [$_V$ *amar*][$_{DP}$ *a menina*]]]. Em nenhuma das projeções podem ser mudadas as propriedades verbais, inerentes ao núcleo [$_V$ *amar*].

A rigidez das relações

Existem várias relações em (16) que precisam ser explicitadas. Essas relações são definidas entre os nós (ou nódulos) de uma árvore. Aproveitemos esta seção para nos exercitar um pouquinho em ler definições, que são formalmente elaboradas para não darem margem a interpretações inadequadas. Comecemos por explicitar uma das relações presentes em uma árvore: a relação de **dominância**. Nas definições a seguir, α, β e γ representam nós quaisquer:

(17) DOMINÂNCIA

α domina β se e somente se existe uma sequência conexa de um ou mais galhos entre α e β e o percurso de α até β através dos galhos é unicamente descendente.

Ou, dizendo informalmente: o nó α domina o nó β se e somente se α está mais alto na árvore do que β e se é possível traçar uma linha apenas descendente de α até β.

A definição de dominância capta a relação de inclusão existente entre dois sintagmas de tal modo que o sintagma de baixo está incluído no de cima. Por exemplo, na árvore em (16), V' domina V e o DP *a menina*, mas não domina o DP *o menino*; VP domina todos os nós de (16) e não é dominado por nenhum; por sua vez, o DP *a menina* é dominado por V' e por VP. Por outro lado, em (16) o DP *o menino* não domina nada, apesar de estar mais alto na árvore do que V *amar* ou DP *a menina*: o caminho que sai do DP *o menino* só chega aos nós mais baixos subindo para VP antes de descer até eles.

Essa noção de dominância abarca a noção de **dominância imediata**, cuja definição é dada em (18):

(18) DOMINÂNCIA IMEDIATA

α domina imediatamente β se e somente se α domina β e não existe nenhum γ tal que α domina γ e γ domina β.

Na árvore em (16), V' domina imediatamente V e o DP *a menina*. O VP domina imediatamente o DP *o menino* e V'; mas não domina imediatamente V e o DP *a menina*, já que V' também os domina.

Relacionadas com dominância, temos ainda as noções de **maternidade** e **irmandade** que serão úteis e se definem respectivamente como em (19a) e (19b):

(19) a. MATERNIDADE

α é mãe de β se e somente se α dominar β imediatamente.

(19) b. IRMANDADE

α é irmão de β se e somente se α e β tiverem a mesma mãe γ.

Em (16) os nós irmãos são o DP *o menino* e V' cuja mãe é VP; e ainda V' é a mãe dos irmãos V e DP *a menina*.

Outra relação importante é a de **precedência** que é definida em (20):

(20) PRECEDÊNCIA

α precede β se e somente se α estiver à esquerda de β e α não dominar β ou β dominar α.

Em (16) o DP *o menino* precede todos os outros nós exceto o VP, porque este o domina; V precede o DP *a menina*. V' não precede nada.

Temos, ainda, uma relação fundamental para a sintaxe, que é a relação de **c-comando**, definida em (21):

(21) C-COMANDO

α c-comanda β se e somente se β é o irmão de α ou se β é dominado pelo irmão de α.

Se β é o irmão de α, temos o que se chama **c-comando simétrico**, pois os dois irmãos estão no mesmo nível hierárquico, um c-comandando o outro. Se, por outro lado, β é dominado pelo irmão de α, temos o que se chama **c-comando assimétrico**: a assimetria existe porque α c-comanda β, mas β não c-comanda α. Em (16), o DP *o menino* c-comanda simetricamente V' e assimetricamente os dois filhos de V'.

Por agora, talvez esta relação pareça completamente enigmática ao leitor, mas, como veremos adiante, esta é uma noção crucial para definir certas interações entre sintagmas dentro de uma sentença.

O núcleo do sintagma

A variável X dos esquemas em (12) e (13) é usada para representar o núcleo de qualquer sintagma. No sintagma, todas as relações são estabelecidas direta ou indiretamente a partir do núcleo. Assim, para reconhecer um sintagma em toda a sua extensão, é fundamental identificar o núcleo e, a partir dele, as relações que se estabelecem e os sintagmas que desempenham algum papel nestas relações. Ou, inversamente, a partir das relações que estão postas, localizar o núcleo. Esta segunda forma é adequada, sobretudo, para o caso de sintagmas com núcleos vazios que podem estar em jogo numa sentença, como veremos adiante. Entretanto, atendo-nos aos casos de núcleos pronunciados, se voltarmos ao nosso sintagma em (16), é o núcleo *amar* que determina, por exemplo, quantos participantes a cena vai ter, e também que um participante é o amado e que o outro é o amante.

Os núcleos dos sintagmas, que são colocados à disposição da sintaxe pela morfologia, podem ser de natureza lexical ou funcional. Esta distinção é o assunto das duas próximas seções.

NÚCLEO LEXICAL

Os núcleos lexicais são definidos pela combinação de apenas dois traços distintivos fundamentais: o traço nominal [N] e o traço verbal [V]. A esses traços são associados dois valores: + ou –. A combinação de traços e valores nos fornece as quatro possibilidades em (22):

(22) Núcleos Lexicais

	[+N]	[-N]
[-V]	nome	preposição
[+V]	adjetivo	verbo

Para jogar um pouco com o quadro (22), vamos separar os núcleos em dois grupos: o grupo daqueles que têm pelo menos um valor positivo para os traços, ou seja, o nome, o adjetivo e o verbo, e o grupo unitário da preposição, que só tem valores negativos. O primeiro grupo contém as classes abertas, que se caracterizam por ter um número indefinido de membros no dicionário mental e por permitir a cunhagem de novas expressões. O grupo unitário das preposições constitui uma classe fechada.

Penetrando por um momento na seara da morfologia, que é particularmente ativa na produção de núcleos lexicais com pelo menos um valor +, tomemos um radical como *am-* do qual se derivam um nome *amor*, um adjetivo *amado* e um verbo *amar*. O radical em si se presta a estabelecer o sentido lexical da palavra (a famosa relação de amor) e a princípio não é associado a ele qualquer traço [±V] ou [±N]. Desse radical pode ser formada a palavra *amar* que é definida pelos traços [–N,+V] e identificada como um verbo: não tem traços [+N] como gênero e tem traços [+V] reconhecidos nos morfemas verbais como tempo, modo e/ou aspecto. A palavra *amor* é definida pelos traços [+N,–V] e é identificada como um nome: tem traços [+N] de gênero e não tem traços [+V]. E a palavra *amado*? Sem dúvida pode ter traços [+N] de gênero e número quando é combinada com o verbo *ser* (*Maria foi amada* por *João*), por exemplo, mas não porta tais traços quando combinada com o verbo *ter* (*A Maria tinha amado João*), caso em que revela o aspecto verbal. Por isso, a palavra *amado* é definida pelos traços [+N,+V].

Agora, abordemos as preposições, que se definem apenas pelo valor negativo dos traços nominal e verbal: não têm traços [N] de gênero, nem traços [V] de tempo, modo ou aspecto. Esta categoria é diferente das outras três em vários sentidos. Um deles é que não se deriva produtivamente de um radical que pode dar origem a outra categoria, como os radicais de nomes, verbos e adjetivos. Outro é que as preposições constituem uma classe fechada, na medida em que resiste à criação de novos itens. Como estas são características de classes funcionais ou gramaticais, que estudaremos a seguir, devemos admitir que as preposições não constituem uma classe puramente lexical, ao mesmo tempo que devemos explicitar qual a propriedade que as mantém como parte da classe das categorias lexicais.

Uma propriedade definidora das classes lexicais é a capacidade que seus membros têm de selecionar semanticamente (**s-selecionar**) seus argumentos. Assim, por exem-

plo, tomemos o verbo *beber* para mostrar que, como núcleo lexical, ele s-seleciona seus argumentos. Se *beber* toma os argumentos *João*, como o que bebe, e *o suco*, como o que é bebido, eles são apropriados para este verbo; porém, se ele toma o argumento *o suco*, como o que bebe, e *o carro*, como o que é bebido, vamos ter uma completa inadequação: *o suco* não tem propriedades compatíveis com a semântica do bebedor; também *o carro* não tem propriedades semânticas compatíveis com aquilo que pode ser bebido. Portanto, o verbo *beber* s-seleciona seus argumentos.

Se conseguirmos demonstrar que as preposições são capazes de fazer o mesmo, então é lícito mantê-las como membro da classe dos núcleos lexicais. Isto pode ser feito a partir de (23):

(23) a. A Maria desmaiou sobre a mesa.
b. *A Maria desmaiou sobre a esperança.

Sobre estabelece, em (23a), que o DP *a mesa* deve ser interpretado como um lugar, o que é compatível com a interpretação do DP. Assim, *sobre* s-seleciona o DP *a mesa*. Já (23b) mostra que isso não é possível se o DP for *a esperança* porque este DP não tem as propriedades compatíveis com as que identificam um lugar. Portanto, podemos dizer que há preposições que são núcleos lexicais porque são capazes de s-selecionar argumentos de modo paralelo ao que fazem nomes, verbos ou adjetivos.

Desta forma, o dicionário do português funciona como um repertório de núcleos lexicais N, A, V e P, produzidos pela morfologia que os disponibiliza para a sintaxe. Nosso esquema X-barra, a partir das informações fornecidas pelo dicionário, regulará a montagem dos NPs, os APs, os VPs e os PPs:

(24) a. NP – N' – N   b. AP – A' – A   c. VP – V' – V   d. PP – P' – P

Para compor a projeção intermediária, os núcleos selecionam ou não complementos; para compor a projeção máxima, selecionam ou não especificador. No caso de ser selecionado, o especificador é único. Os desenhos de (24) expressam o que é previsível e imutável na estruturação dos sintagmas encabeçados por um núcleo lexical. Porém, o desenho final do sintagma vai ser traçado de acordo com as propriedades de cada núcleo.

Observe que os advérbios não têm lugar no conjunto dos núcleos lexicais: a base para a definição contêm dois traços, [N] e [V], com dois valores cada um, [+] e [–], o que nos permite definir apenas quatro núcleos. Relaxar a base definidora (postulando mais um traço ou mais um valor, por exemplo) para incluir os advérbios entre os núcleos lexicais teria efeitos catastróficos: por um lado, permitiria a inclusão, entre os núcleos lexicais, de uma classe que não é homogênea; por outro, não barraria a inclusão de núcleos que têm propriedades nitidamente funcionais. Uma das classes de advérbios com essas últimas propriedades é a classe fechada dos intensificadores/graduadores, como *muito*, *pouco*, *mais*, *menos*.

A classe de advérbios que tem o perfil mais afinado com a candidatura à inclusão entre os núcleos lexicais é a classe aberta dos advérbios em *-mente*. Esses, como *indiferentemente*, sempre têm na raiz um adjetivo e, no limite, podem atribuir uma função semântica a um complemento, como em [*indiferentemente aos protestos da população*]. Entretanto, para evitar a inclusão, sempre se pode alegar que o complemento é herdado da parte adjetival de *indiferentemente*; obviamente, o complemento não terá nada a ver com *-mente*, a parte adverbial do núcleo. Isto é, o processo morfológico que torna o adjetivo um advérbio é cego ao fato de o adjetivo ter um complemento. Por essas e muitas outras razões, que extrapolam os limites traçados para este *Manual*, nós não incluímos nenhum dos advérbios entre os núcleos lexicais.

NÚCLEO FUNCIONAL

Além dos núcleos lexicais, nosso dicionário mental elenca núcleos funcionais, que se distinguem dos primeiros pela sua incapacidade de s-selecionar argumentos. Os núcleos funcionais também encabeçam sintagmas cuja estruturação é ditada pela Teoria X-barra. Assim, eles têm um complemento e um especificador.

A relação do núcleo funcional com seu complemento não é de s-seleção, e por isso se diz que o núcleo apenas **c-seleciona** seu complemento, isto é, ao selecionar o complemento, tem em vista apenas a categoria (**c-** abrevia categoria) à qual ele deve pertencer. Neste caso, por exemplo, se considerarmos a flexão verbal (modo-temporal e número-pessoal) como um núcleo funcional, então ela vai c-selecionar um sintagma da categoria dos verbos como complemento, ou seja, um VP. Esta é uma forma de traduzir a seguinte ideia: como a flexão de tempo e modo e de número e pessoa é um afixo verbal, ela só se combina com (só c-seleciona) verbos; e faz isso sem levar em consideração o tipo semântico do verbo. Também o especificador

dos núcleos funcionais não pode ser s-selecionado e se constitui numa posição a ser ocupada por sintagmas dotados de traços compatíveis com o núcleo. Um exemplo é exatamente o caso da flexão verbal, um núcleo funcional que, como veremos mais a frente, em seu especificador abriga o DP sujeito da sentença. Aquilo que chamamos de concordância verbal é a identidade dos traços número-pessoais do DP e da flexão: se o DP sujeito é de terceira pessoa do plural, a flexão verbal deve portar os traços de terceira pessoa do plural. Esse processo independe completamente de qual é a interpretação semântica específica que tem o sujeito.

Os núcleos funcionais têm função eminentemente gramatical e em muitas línguas não raro podem se apresentar como afixos; um exemplo é a flexão verbal em português que acabamos de mencionar. No limite, um núcleo funcional pode mesmo ser nulo. Neste último caso, sua existência é postulada para uma língua se esta apresenta uma propriedade gramatical de modo saliente, mesmo sem ter um item pronunciado que dê suporte a esta propriedade. O exemplo mais simples de um núcleo funcional não pronunciado é a flexão verbal ∅ de uma forma finita como *quer*: esta forma verbal se resume ao radical do verbo *querer*.

Como não dispomos de recursos para montar um quadro como aquele em (22) para definir os núcleos funcionais, vamos enumerar os principais membros deste conjunto apresentando brevemente suas propriedades.

Comecemos pela flexão verbal finita I que encabeça o sintagma flexional IP (do inglês *Inflectional Phrase*). Ele codifica as propriedades gramaticais que definem uma sequência como sentença. É a flexão verbal I, afixada ao verbo *chegar* em (25b), que confere àquela sequência o estatuto de sentença. A flexão verbal infinitiva, afixada ao verbo em (25a), não é capaz de lhe conferir o estatuto de sentença.

(25) a. [o menino chegar]
b. [o menino chegará]

Esse é um bom indício de que a flexão verbal I é o núcleo da sentença finita. É por isso que (25b) pode ocorrer livremente como uma sentença independente enquanto (25a) não pode. A ocorrência de um sintagma como (25a) está limitada a contextos dependentes, como em (26):

(26) Maria viu o menino chegar.

Aqui (25a) está encaixado como complemento do verbo *ver*. Este sintagma também tem forma de sentença, mas sua ocorrência não é livre.

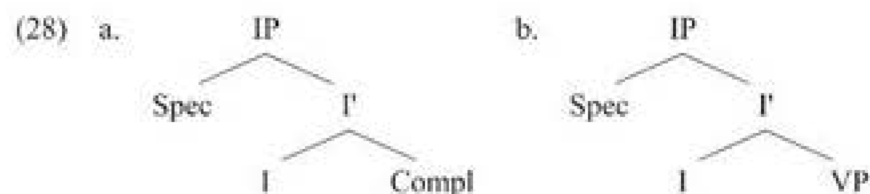
Observe que o infinitivo em português pode apresentar flexão rica, como vemos em (27):

(27) a. *Os meninos chegarem.
b. Maria viu os meninos chegarem.
c. Maria viu que os meninos chegaram.

Mesmo com tal flexão, a ocorrência de uma sentença infinitiva está limitada a contextos dependentes, como em (27b), não podendo ocorrer livremente, como em (27a). Uma sentença finita também pode ocorrer em contextos dependentes, como acontece em (27c).

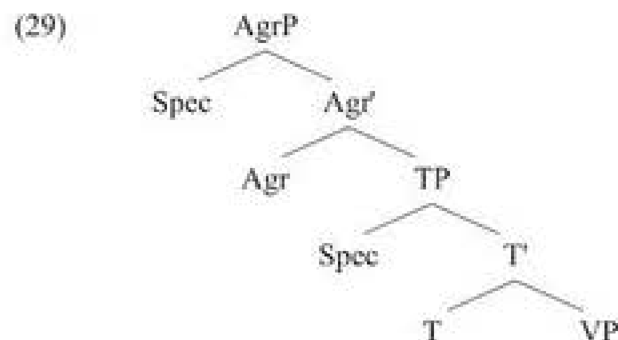
Veja, então, que, apesar das semelhanças entre sentenças finitas e infinitivas, existe uma diferença crucial: só a flexão finita I é capaz de marcar uma sequência como uma sentença independente. Como uma das tarefas principais da sintaxe é estabelecer o que é uma sentença independente (lembre-se que a tarefa da sintaxe é mostrar como combinamos sintagmas para formar sentenças), o núcleo funcional I é de suma importância. Não importa se ele se expressa muitas vezes como afixo, se ele é um morfema, se é entidade da morfologia; o que importa é que I é o núcleo da sentença independente.

Como o sistema X-barra se aplica a qualquer sintagma lexical ou funcional, I deve ser o núcleo do sintagma IP, representado como (28a), com um complemento e uma posição de especificador. O complemento de I tem que ser de natureza verbal, isto é, I só pode ser combinado com um verbo: então, I c-seleciona VP, como representado em (28b):

(28)


O que fizemos foi identificar I com a flexão verbal finita. Se agora analisarmos os componentes da flexão verbal, vamos ver que em muitas línguas ela é composta de flexão de modo e tempo (abreviada por T, do inglês *tense*) e flexão de número e pessoa (abreviada por Agr, do inglês *agreement*). Por isso, podemos ir além e supor que I na verdade compreende dois núcleos T e Agr, cada um encabeçando sua projeção máxima TP e AgrP, respectivamente. Estipulando que Agr toma TP como complemento, a cisão do IP em dois sintagmas resulta em (29):

(29)



Não recorreremos a essa cisão do IP em duas categorias ao longo deste livro, a não ser quando necessário, pois toda flexão finita engloba as duas categorias AgrP e TP. Mas, no caso da flexão infinitiva, a possibilidade de cindi-la é esclarecedora para línguas que apresentam um infinitivo pessoal: é esclarecedora porque o infinitivo tanto pode ter como não ter Agr. Em particular, no caso do infinitivo pessoal do português, a cisão da flexão em dois núcleos diferentes parece bem adequada, já que temos aí presente o morfema de concordância número-pessoal e o morfema /-**r**/, equivalente do morfema modo-temporal. Observe-se, no entanto, que esta cisão não vale para nada nas línguas sem infinitivo pessoal.

Esta última afirmação deixa margem para uma pergunta: pode-se afirmar que uma língua (quase) sem morfemas para marcar a flexão verbal finita não tem a categoria funcional IP? Embora se possa afirmar isto, não se deve afirmar isto. Por quê? Simplesmente porque uma sentença finita, em qualquer língua natural, tem propriedades sintáticas (ser uma sentença, por exemplo) e semânticas (conter uma afirmação que pode ser falsa ou verdadeira, por exemplo) que são irrefutáveis, independentemente da existência de um paradigma de morfemas para expressá-las. Este seria um caso em que temos uma categoria funcional com núcleo vazio, não pronunciado; porém, há necessidade da categoria, pois as propriedades estão lá, desempenham papel sintático importante e precisam ser explicitadas pela sintaxe.

Consideremos, agora, uma nova categoria funcional que pode ser deduzida de uma sentença como (27c), aqui repetida:

(27) c. Maria viu [que os meninos chegaram].

Já sabemos que [*os meninos chegaram*] constitui uma sentença finita IP. Reescrevamos, então, (27c) como (27c'):

(27) c'. Maria viu [que [$_{IP}$ os meninos chegaram]].

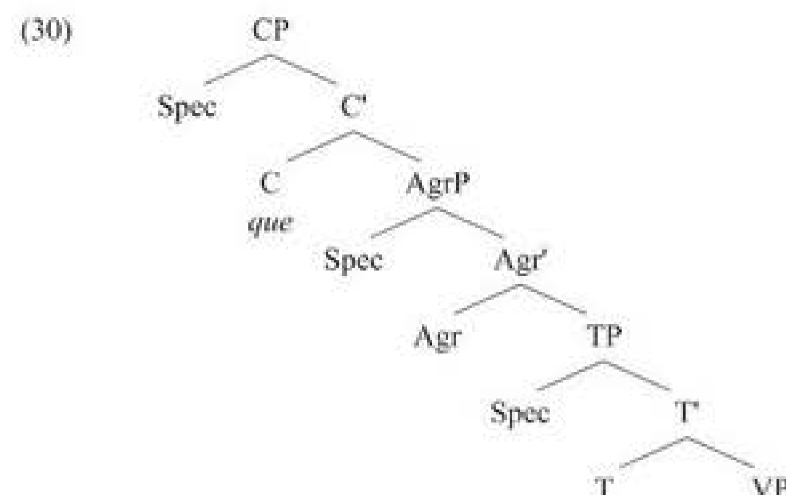
Vemos em (27c') que o complementizador *que* está fora do IP. Dizemos que ele é o núcleo de uma categoria CP (C vale por *complementizer* do inglês). Assim, reescrevemos mais uma vez (27c) agora como (27c''):

(27) c''. Maria viu [$_{CP}$ que [$_{IP}$ os meninos chegaram]].

Qual é a função que o complementizador *que* desempenha na sentença (27c)? A função dele é puramente gramatical: ele está em (27c) para possibilitar o encaixe do IP finito como complemento do verbo *ver*.

A árvore das categorias funcionais apresentadas até agora, com IP cindido em duas categorias, seria (30):

(30)

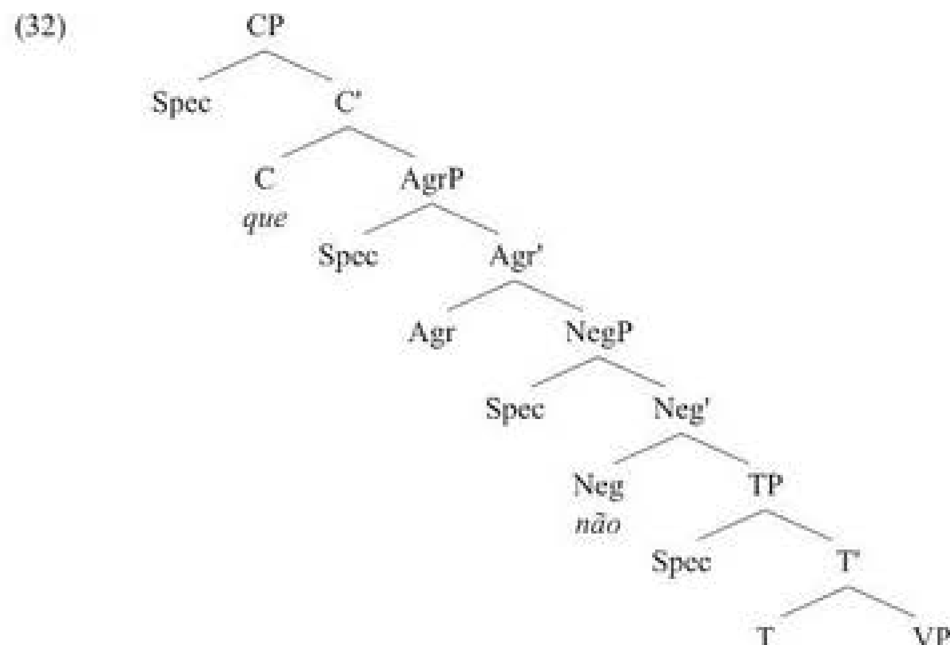


Vamos acrescentar ainda um *não* à sentença encaixada de (27b), para formarmos a sentença em (31):

(31) A Maria viu [$_{CP}$ que [$_{IP}$ os meninos não chegaram]].

Suponhamos que *não* encabeça o sintagma responsável pela negação sentencial. Postulemos que ela deve estar entre AgrP e TP, sendo inserida como complemento de Agr. Assim chegamos à árvore em (32):

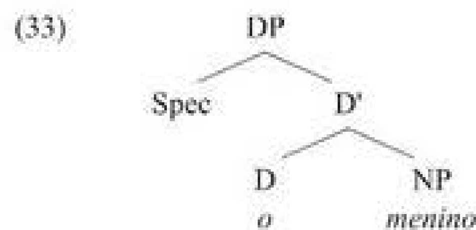
(32)



Com Neg completamos o conjunto das principais categorias funcionais com que se constrói a sentença independente. Estas categorias todas dominam o sintagma verbal e correspondem a um feixe de propriedades gramaticais que gravitam em torno dele. Em especial, existe a categoria IP que dá ao sintagma verbal o estatuto de sentença.

Finalmente, para terminar a enumeração dos núcleos funcionais mais discutidos neste *Manual*, vamos abordar rapidamente o núcleo D (do inglês *Determiner*) que encabeça o sintagma DP. O DP domina o NP atuando sobre ele de modo paralelo ao que faz o IP com o VP: o D constrói a referencialidade do NP, conferindo-lhe estatuto de argumento. Esta é a razão pela qual desde o começo chamamos os argumentos nominais de DP em vez de NP. A categoria lexical NP é dominada por uma categoria funcional DP de modo paralelo à categoria VP, que é dominada por IP. A representação de um DP como *o menino* fica como em (33):

(33)



Resumindo, o que mostramos é que categorias não lexicais como DP, NegP, IP e CP também se conformam ao esquema X-barra, ainda que elas tenham um caráter bastante particular: são elementos com função gramatical, incapazes de s-selecionar e por isso mesmo são chamadas de categorias funcionais. Veremos que essas não são as únicas categorias funcionais: podemos acrescentar outras a este inventário, visto que até agora não temos um sistema de traços como [± N] e [± V] para gerá-las, isto é, não temos um quadro análogo ao de (22) para esses elementos.

Especificador e Complemento

Na seção anterior, apresentamos os núcleos lexicais e funcionais mostrando que eles encabeçam o sintagma determinando sua natureza categorial. Para atingir a projeção máxima o núcleo pode selecionar complemento e especificador. A organização hierárquica do sintagma revela como o núcleo se relaciona assimetricamente com seu complemento e com seu especificador. Quanto ao complemento, ele é irmão do núcleo X, ambos imediatamente dominados por X'. Neste caso, dizemos que o núcleo **subcategoriza** o complemento.

Entretanto, não faz sentido dizer que o núcleo subcategoriza o especificador, já que a relação entre os dois não é de irmandade, estando o especificador mais alto na estrutura. Na verdade, o irmão do especificador é X'. Assim, seleção é um conceito mais amplo do que subcategorização e se aplica tanto à relação que o núcleo tem com o especificador quanto à que mantém com o complemento; por outro lado, subcategorização só se aplica à relação que o núcleo tem com seu complemento. A relação entre o especificador e o núcleo é indireta, X' fazendo a mediação entre eles. A escolha do especificador, como veremos no capítulo "Teoria Temática", não é determinada apenas pelo núcleo X, mas por X' que domina o núcleo e o complemento. Quando se trata de núcleos lexicais, o especificador é também chamado de argumento externo; o complemento é também chamado de argumento interno.

Nesta altura, já sabemos que um sintagma se completa quando sua projeção máxima contém os complementos e o especificador que o núcleo seleciona. Se, para exemplificar, tomamos um núcleo lexical como o verbo V, a projeção máxima VP se completa quando contém todos os argumentos internos e o argumento externo que o verbo seleciona. Sabendo quantos argumentos um verbo seleciona, podemos reconhecer os sintagmas verbais ou suas partes.

Considere (34), onde os colchetes querem dizer que seu conteúdo deve ser encarado como um todo, mesmo se contêm mais de um item:

(34) a. [cortar o pão]
b. [ler]
c. [Maria chorar]
d. [sorrir]
e. [chover]
f. *[Maria cortar]

Que resposta deveríamos dar se nos perguntassem:

– o que é (34a)?
A resposta deveria ser que (34a) é um pedaço de sintagma que se caracteriza por ser verbal – V – e atingir a projeção intermediária V'. Veja que (34a) contém apenas o complemento que *cortar* seleciona, mas não o especificador: $[_{V'}$ cortar o pão]. Para ser o sintagma inteiro VP, o especificador deveria estar presente.

– o que é (34b)?
A resposta é que (34b) é sem ambiguidade V, já que não engloba nem o complemento nem o especificador que *ler* seleciona: $[_{V}$ ler].

– o que é (34c)?
A resposta é que (34c) é um VP, já que contém todos os argumentos que *chorar* seleciona, ou seja, o especificador *Maria*: $[_{VP}$ Maria chorar].

– o que é (34d)?
A resposta é que (34d) é ambíguo: pode ser tanto um V como um V', já que *sorrir* não subcategoriza nenhum complemento: $[_{V}$ sorrir] ou $[_{V'}$ sorrir].

– o que é (34e)?
A resposta é, também, que (34e) é ambíguo, mas agora são três as possibilidades, já que *chover* não seleciona nenhum argumento: $[_{VP}$ chover], $[_{V'}$ chover] ou $[_{V}$ chover].

– o que é (34f)?
A resposta é que (34f) é um pedaço imperfeito de sintagma se consideramos que o verbo *cortar* seleciona dois argumentos e que o único argumento expresso é o especificador. (34f) não pode atingir a projeção máxima VP sem estar perfeitamente representado no nível V', isto é, sem ter um complemento pendendo de V'.

Olhemos agora mais detidamente para a estruturação dos núcleos funcionais. Uma diferença que deve ser apontada é que os núcleos lexicais podem subcategorizar ou não um complemento, mas os núcleos funcionais devem obrigatoriamente ter um. Este é c-selecionado pelo núcleo funcional, ou seja, o núcleo funcional, sem olhar para a semântica, olha para a categoria do XP selecionado. Os complementos c-selecionados pelos núcleos funcionais aparecem em (32). Note que, em (32), VP é o único sintagma encabeçado por uma categoria lexical, mas, ao c-selecioná-lo, T ignora que pode se tratar de um verbo de ação, estado ou processo. O que T não toleraria de maneira nenhuma seria uma categoria como um DP ou um AP, por exemplo, na sua complementação. Isto porque, sendo um afixo verbal, T jamais aceitaria como complemento uma categoria que fosse [-V] ou [+N].

Também não é qualquer tipo de sintagma que pode figurar como especificador de um núcleo funcional. Como já dissemos, o Spec é uma posição que só pode alojar sintagmas que tenham traços compatíveis com os do núcleo. Assim, por exemplo, o especificador de IP tenderá a ser ocupado por um DP quando marcado por Caso nominativo (ver o capítulo "Teoria do Caso"), mas não por um PP; o especificador de NegP só está disponível para um quantificador negativo como *ninguém*; o especificador de um CP interrogativo só vai poder ser preenchido por uma expressão interrogativa como *quem*, *quando*, *o que*.

Adjuntos

Nas seções precedentes trabalhamos com a concepção de que os sintagmas são definidos a partir de um núcleo e são integralizados quando na projeção intermediária dominam os complementos que devem dominar e na projeção máxima dominam no máximo um especificador. Todas as relações definidas pelo núcleo devem ser assentadas dentro da sua projeção máxima. Entretanto, existem ainda sintagmas que são licenciados numa sentença sem serem complemento ou especificador de um núcleo. São os chamados **adjuntos**.

Para explicar em que consiste um adjunto precisamos definir duas noções adicionais: **inclusão** e **continência**. Inclusão é definida como em (35):

(35) INCLUSÃO
α inclui β se e somente se todos os segmentos de α dominam β.

Por sua vez, continência é definida como em (36):

(36) CONTINÊNCIA

α contém β se nem todos os segmentos de α dominam β.

Observemos a representação em (37) onde vamos jogar com o CP como o sintagma que é adjunto:

(37)

```
            XP1
          /     \
       XP2       CP1
      /    \
             X'
           /    \
          X      CP2
```

Dizemos que CP_2 está incluído em XP, dado que é dominado por cada segmento de XP que são XP_1 e XP_2: partindo tanto de XP_1 como de XP_2 chegamos a CP_2 indo apenas no sentido descendente. Um argumento é, portanto, um sintagma incluído na projeção máxima do núcleo com o qual está relacionado.

Um adjunto, por sua vez, é um sintagma que está apenas contido na projeção máxima de um núcleo. Em (37), CP_1 está contido, mas não incluído, em XP, uma vez que é dominado apenas por XP_1, mas não por XP_2: para ir de XP_2 para CP_1, primeiro vamos para cima, para XP_1, e só depois vamos para baixo, em direção a CP_1.

Saber se um sintagma é pendurado como complemento ou adjunto em uma árvore é muito importante para a sintaxe. A importância disso transparece quando queremos explicar por que certas operações, como a extração de sintagmas, são possíveis se o domínio de extração é um complemento, mas não se é um adjunto. Isto é, ser adjunto é ser uma ilha, um domínio da sentença de onde a extração é proibida. Vamos observar os CPs entre colchetes em (38) e (39):

(38) a. Você acha [$_{CP}$ que a Maria leu quais livros]?
b. Quais livros você acha [$_{CP}$ que a Maria leu –]?

(39) a. Ele está chorando [$_{CP}$ porque a Maria leu quais livros]?
b. *Quais livros ele está chorando [$_{CP}$ porque a Maria leu –]?

Em (38a), a extração da expressão interrogativa *quais livros* da sentença subordinada produz (38b), uma sentença gramatical. Isso é possível porque a sentença subordinada é um complemento. Por outro lado, a extração de *quais livros* da sentença subordinada em (39a) produz (39b), uma sentença agramatical. Isso acontece porque a sentença subordinada é um adjunto. Ainda voltamos a esse assunto até o final deste capítulo; e no capítulo "Mova α", desenvolveremos um estudo mais detalhado desse fenômeno.

A representação do adjunto sempre implica a duplicação da categoria com a qual ele está relacionado. Desta forma, o adjunto vai ser dominado apenas pelo segmento de cima da categoria duplicada. Esta é uma necessidade que decorre do fato de ele estar apenas contido em uma categoria. A noção de adjunção estará presente em inúmeros momentos deste nosso estudo.

Construindo as representações da estrutura da sentença

O que foi exposto até aqui permite visualizar como se constroem as representações dos sintagmas e das sentenças em árvores. A construção das árvores é orientada por um tipo de algoritmo cujas instruções devem começar por estabelecer o nível em que a sentença vai ser representada: DS, SS ou LF. Sabemos que, para passar do primeiro nível aos outros, aplicam-se movimentos que são visíveis no caso do caminho de DS para SS, pois aqui o sintagma movimentado é pronunciado na posição para onde ele foi deslocado. Também na passagem da SS para LF podem ser necessários movimentos, como os que posicionam os quantificadores um em relação ao outro para serem interpretados, como veremos no último capítulo; mas nesse caso os movimentos são invisíveis porque a PF não alcança a área que vai da SS para a LF para pronunciá-la. A representação de uma sentença na DS, então, requer que todos os movimentos realizados sejam desfeitos, isto é, que os sintagmas deslocados apareçam em sua posição de base, que a flexão sozinha apareça sob I e que o verbo apareça sob V.

DS E SS

O esqueleto de uma sentença, se deixarmos de lado categorias como NegP, é representado como (40):

(40)

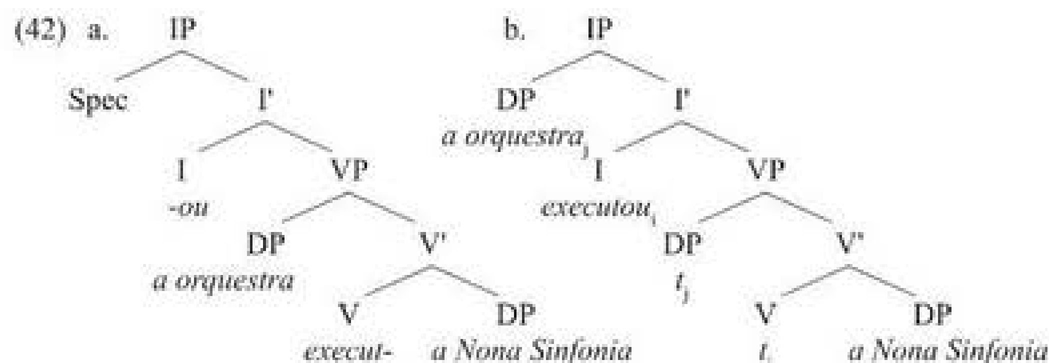
```
CP
|
IP
|
VP
```

A estrutura em (40) generaliza uma situação em que existe uma categoria lexical VP dominada por duas categorias funcionais IP e CP. O conjunto dessas duas categorias constitui a **projeção estendida** da categoria lexical: a sentença é a projeção estendida de VP. Como a estruturação das categorias funcionais CP e IP é invariável, o que resta saber para completar a árvore é a constituição de VP.

Vamos considerar um exemplo simples como (41), que contém um VP cujo núcleo é um verbo de dois argumentos:

(41) A orquestra executou a Nona Sinfonia.

Queremos representar a DS de (41). Para tanto, devemos recordar que o que PF pronuncia é SS, estrutura que espelha todos os movimentos realizados. Assim, os movimentos realizados na passagem de DS para SS devem estar espelhados também em (41). Para construir a representação de (41) em DS devemos, então, desfazer os movimentos realizados. Os movimentos estão representados na SS (42b) da seguinte forma: o elemento movido recebe um índice arbitrário subscrito (**i**, **j**, **k** etc.) e o lugar de onde o elemento foi movido vai conter um **vestígio** (**t**, do inglês *trace*) com o mesmo índice do elemento movido. A estrutura (42a) é a representação em DS de (41):



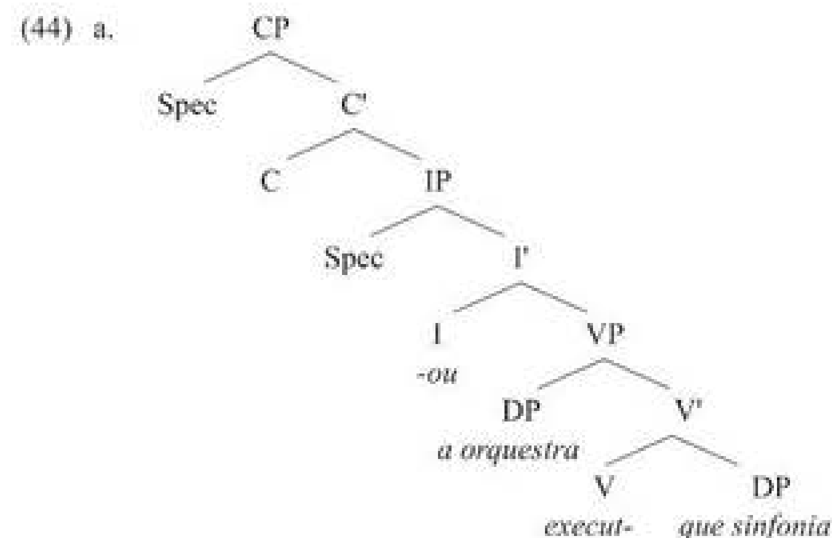
Como foi construída a representação (42a)? Para responder, devemos começar por reconhecer o tipo da sentença, isto é, devemos saber se a sentença é declarativa ou interrogativa. (41) é uma sentença declarativa, o que significa que a árvore vai começar no IP que sempre, **como qualquer categoria funcional**, se desdobra da mesma maneira. Ao chegar a VP, devemos ter em mente que ele, **como qualquer categoria lexical**, nem sempre se desdobra da mesma maneira: seu desdobramento depende do número de argumentos que o verbo, que é seu núcleo, tem e do fato de haver ou não adjuntos. Em (41), o núcleo de VP é o verbo *executar* que, sabemos, tem dois argumentos: um complemento e um especificador. Como não existe nenhum adjunto, a estrutura do VP vai ser aquela em (42a). Note que em (42a) V foi preenchido com o radical *execut-* e o núcleo I com o sufixo verbal *-ou* e que *a orquestra* está em Spec VP. Como não é (42a) que PF pronuncia, (41) não é uma reprodução linear da ordenação dos itens. O que se faz para chegar a DS em (42a) é uma anatomia da sentença que é desmembrada em seus constituintes maiores.

O que PF pronuncia é (42b). A necessidade de radical e sufixo se juntarem em SS é concebida como a razão para o movimento de *execut-* para I. O fato de o DP *a orquestra* ser pronunciado antes de *executou* permite deduzir que o DP foi movido para o especificador de IP (a razão para este movimento vai ficar clara no capítulo "Teoria do Caso"). É isto que está representado em (42b): a estrutura pronta para ser linearizada/pronunciada. São estes dois movimentos que devem ser desfeitos para que a representação em DS de (41) seja construída. A representação em SS conserva a história derivacional da sentença mostrando o lugar de onde os itens saíram. Ao mesmo tempo, preserva a estrutura da sentença, mantendo todas as relações definidas em DS, e atende às particularidades dos itens no sentido de que uma posição de núcleo só pode receber elementos nucleares e uma posição de Spec só pode receber sintagmas.

Como representamos em DS as sentenças de (43) que contêm contrapartes interrogativas de (41)?

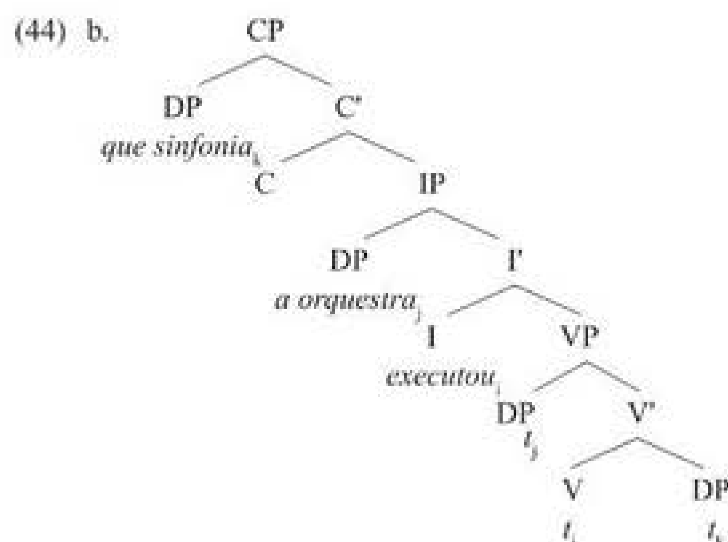
(43) a. A orquestra executou que sinfonia?
b. Que sinfonia a orquestra executou?

Vamos assumir que uma sentença interrogativa ativa sempre um CP e considerar que a expressão interrogativa *que sinfonia* à esquerda em (43b) explicita que o nível CP da sentença deve ser ativado. Então, (43) é representada como (44a) em DS:



Note que, além da inclusão do CP em (44a), existe uma outra novidade em relação a (42a): a troca do DP *a Nona Sinfonia* por um DP que é talhado para fazer uma pergunta, a expressão Wh *que sinfonia* (Wh é a sigla internacional criada a partir das expressões *who, what, when, which* etc. do inglês para representar as expressões interrogativas). Para chegar a (44a) partindo de (43a), desfizemos dois movimentos: o de *execut-* e o de *a orquestra*, já discutidos; partindo de (43b) temos que desfazer mais um movimento, a saber, o movimento do DP *que sinfonia*, que saiu da posição de complemento de *executar* para a periferia esquerda da sentença, mais precisamente, para o especificador de CP. Para desfazer este movimento, *que sinfonia* é devolvido à posição de complemento do verbo *executar*. A representação (43b) na SS seria (44b):

(44) b.



Cumpre fazer uma observação importante a respeito da possibilidade de termos núcleos vazios: como em (44) não temos um item para preencher o núcleo de CP, temos nas mãos justamente um caso de uma categoria funcional com núcleo nulo. A situação, entretanto, poderia ser aquela em que o núcleo estivesse explícito, como em (45):

(45) Que sinfonia que a orquestra executou?

A árvore para representar (45) seria (44) com uma única novidade: o *que* grifado deve aparecer preenchendo C.

Nas próximas seções ainda trabalharemos algumas vezes com os níveis de representação DS e SS para deixar mais claro como o sistema funciona.

V E VPs

Na seção anterior, trabalhamos com as categorias funcionais CP e IP da sentença e, de passagem, com a categoria lexical VP, para mostrar como se constrói uma representação em DS e SS. Agora, vamos nos deter no VP e mostrar como ele se estrutura.

A projeção estendida do VP

Vimos que a flexão verbal e o CP compõem a projeção estendida do VP. A flexão verbal pode se manifestar em formas finitas e não finitas. As formas finitas sempre englobam dois núcleos, Agr e T, que, por simplificação, foram reduzidos a um só: o núcleo I de IP. As formas não finitas do português são três a rigor: o gerúndio (GerP), o particípio (ParP) e o infinitivo. O infinitivo pode ser impessoal (InfP) ou pessoal (AgrP+InfP). Essas são as categorias que dominam imediatamente o VP.

V e argumentos

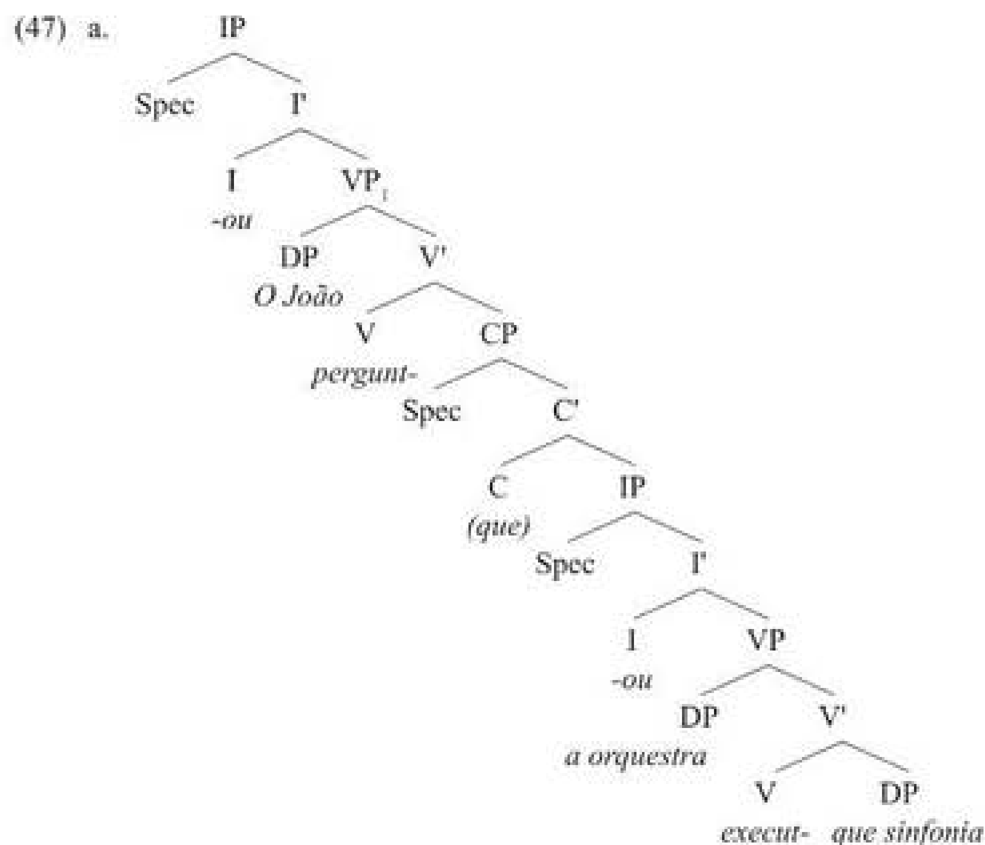
A estrutura de um VP é ditada pelo verbo que é seu núcleo. O verbo determina, dentre outras coisas, quantos argumentos vão ser necessários para a integralização do VP. Para ilustrar o que é uma DS e uma SS, usamos na seção passada o verbo *executar* que tem dois argumentos simples. Agora vamos trabalhar com sentenças que contêm verbos que selecionam argumentos complexos como as de (46):

(46) a. O João perguntou que sinfonia a orquestra executou.
b. O João perguntou que sinfonia que a orquestra executou.
c. *O João perguntou que a orquestra executou a Nona Sinfonia.
d. O João acha que a orquestra executou a Nona Sinfonia.
e. *O João acha que sinfonia a orquestra executou.

Observemos que os verbos matrizes de (46) *perguntar* e *achar* c-selecionam e s-selecionam um complemento. A c-seleção dita que o complemento seja uma sentença, o que acontece em todos os casos de (46); a s-seleção, por sua vez, determina que a sentença complemento de *perguntar* seja interrogativa e que o complemento de *achar* seja uma sentença declarativa. (46c) é agramatical porque o complemento de *perguntar* é uma sentença declarativa; e (46e) é agramatical porque o complemento de *achar* é uma sentença interrogativa.

A DS de (46a) seria (47a), onde o *que* está entre parênteses para indicar que ele pode estar presente na sentença, como em (46b), ou não, como em (46a):

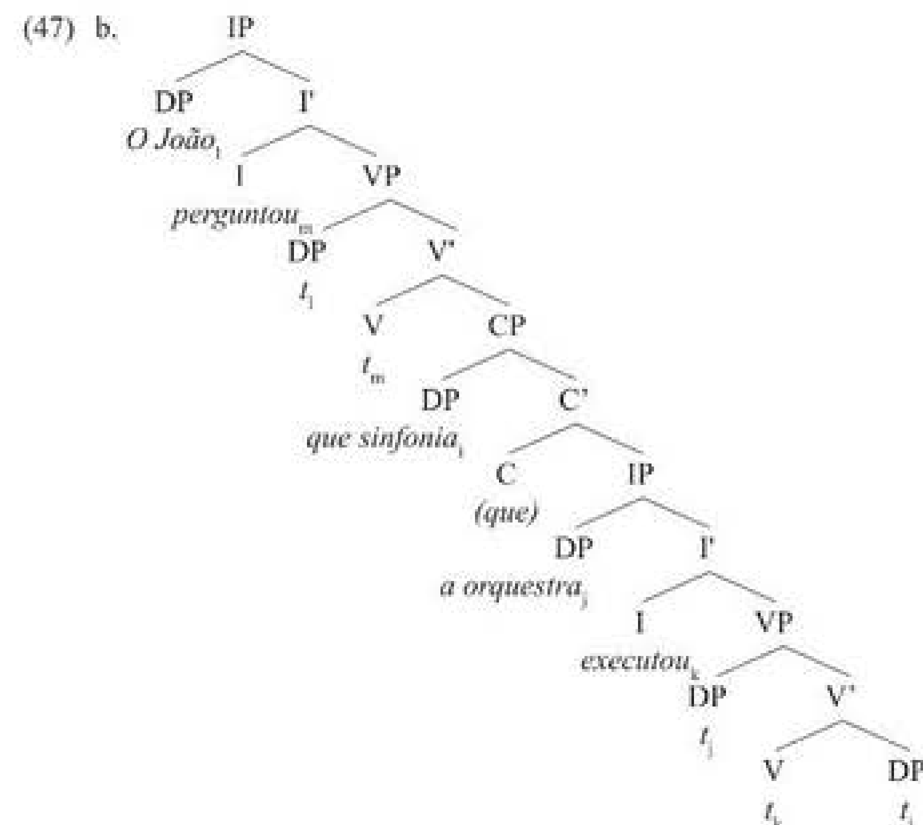
(47) a.



Para chegar a (47a), comecemos por observar que a sentença é declarativa e que, por isso, a árvore é iniciada no IP. Ao chegar ao VP$_1$, devemos observar qual verbo é seu núcleo e quantos argumentos este verbo tem: *perguntar* tem dois argumentos, o especificador *o João* e o complemento [*que sinfonia a orquestra executou*] e nada mais. De que categoria é o complemento de *perguntar*? Sabemos desde (44) que se trata de um CP interrogativo: ele tem o Spec preenchido pela expressão interrogativa Wh *que sinfonia*. Assim, desenhamos o CP interrogativo "devolvendo" a expressão Wh *que sinfonia* para a posição de complemento do verbo *executar*, como fizemos em (44a).

Em SS, a expressão *que sinfonia* vai ser movida para o Spec do CP encaixado complemento de *perguntar* e, por isso, vai ser pronunciada na posição para onde é deslocada, linearmente entre o verbo *perguntou* e o núcleo do CP, que é *(que)*. A representação de (46a,b) em SS seria (47b):

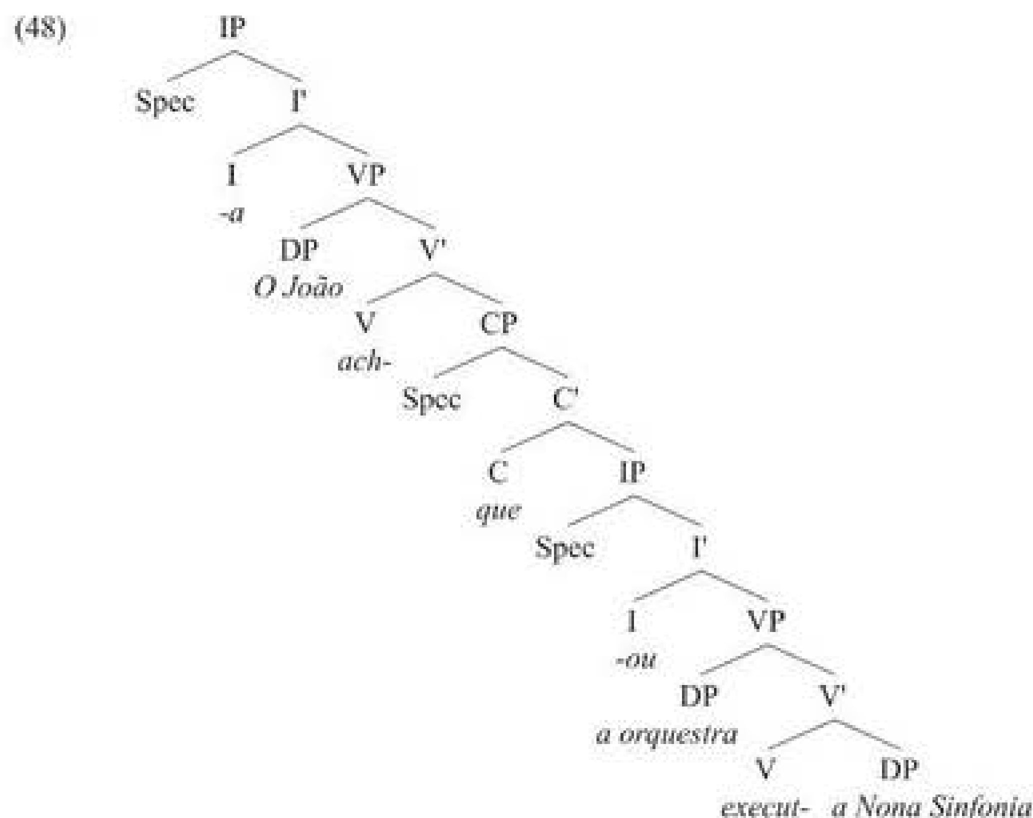
(47) b.



Como foi estabelecido, cada índice marca o lugar de onde os sintagmas são movidos.

A DS de (46d) seria (48):

(48)



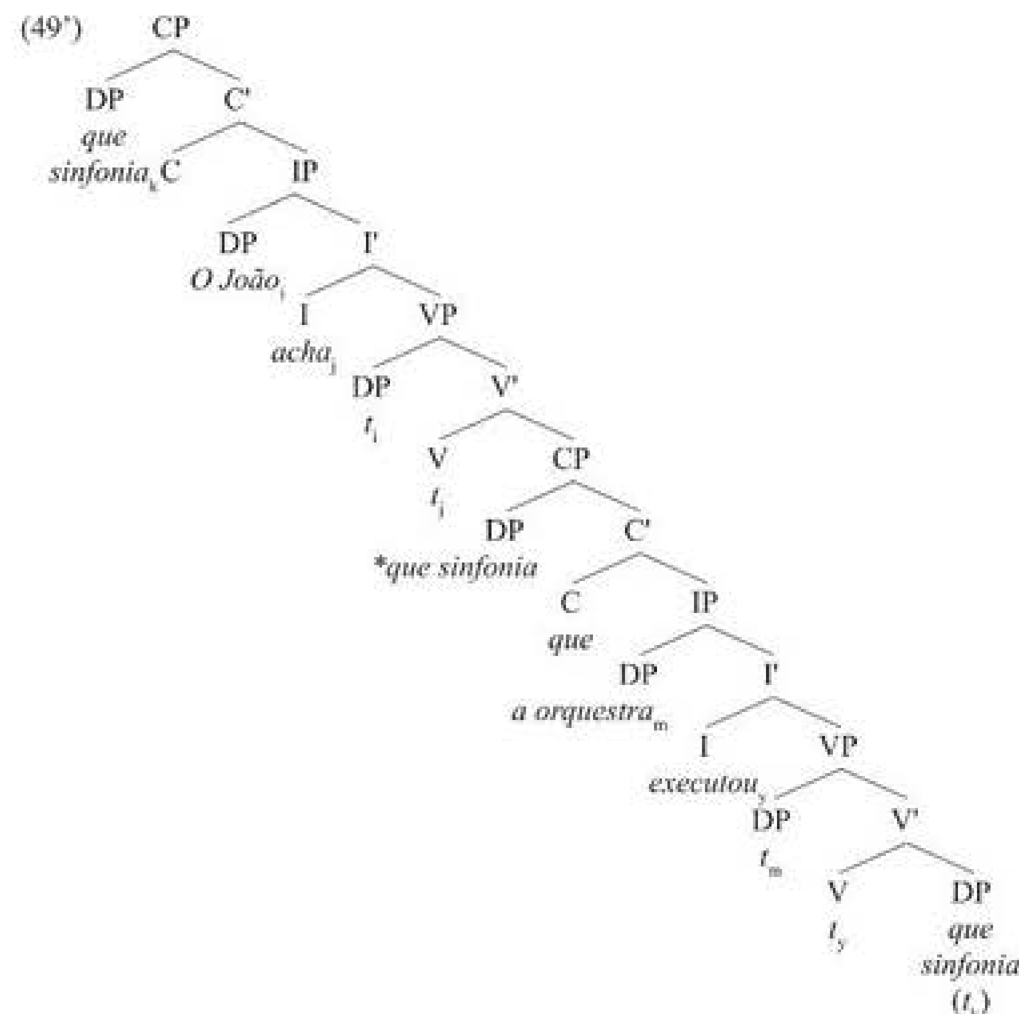
Para chegar a (48) repetimos praticamente os mesmos passos dados para a elaboração de (47a). Porém, é importante notar que o complemento de *achar* é uma sentença declarativa e que ela também é um CP, como é evidenciado pela presença do complementizador *que*. Além disso, ela não contém uma expressão Wh – o complemento de *executar* é o DP não interrogativo *a Nona Sinfonia*. O leitor é convidado a desenhar a SS de (48).

Se o DP complemento de *executar* em (48) fosse a expressão Wh *que sinfonia*, poderíamos ter (49):

(49) a. O João acha que a orquestra executou que sinfonia?
b. *O João acha que sinfonia que a orquestra executou? (= (46e))
c. Que sinfonia (que) o João acha que a orquestra executou?

O que observamos em (49)? Em (49a), a expressão Wh permanece *in situ* (= na posição de complemento de *executar* em que foi gerada) e a sentença é gramatical; em (49b), a expressão Wh foi deslocada para o Spec do CP encaixado e a sentença é agramatical; em (49c), a expressão Wh é deslocada para o Spec do CP matriz e a sentença é gramatical. Veja as possibilidades na árvore em (49'), representando sua SS:

(49')



Por que a expressão Wh não pode estacionar no Spec do CP que é complemento de *achar*? Isto não pode acontecer porque a expressão Wh marcaria o CP intermediário como interrogativo, o que contrariaria as exigências do verbo *achar*, que não s-seleciona um CP interrogativo. O fato de a expressão Wh poder ser deslocada para o CP matriz justifica a presença do ponto de interrogação em (49), marcando a sentença toda como interrogativa. Esta é a opção que contém o vestígio referente ao movimento do DP *que sinfonia*. A outra opção, como apontamos, é manter a expressão Wh *in situ*.

Agora, se voltamos ao verbo *perguntar*, o paradigma paralelo a (49) vai ser (50):

(50) a. *O João perguntou que a orquestra vai executar que sinfonia.
b. O João perguntou que sinfonia que a orquestra vai executar.
c. *Que sinfonia (que) o João perguntou que a orquestra vai executar.

A única sentença gramatical do conjunto em (50) é aquela em que as propriedades de s-seleção do verbo *perguntar* são satisfeitas, ou seja, (50b), onde o CP encaixado é marcado como interrogativo pela presença da expressão Wh em seu Spec. Se a expressão Wh *que sinfonia* se mantém *in situ*, como em (50a), ou se é movida para o Spec do CP matriz, como em (50c), a sentença vai ser agramatical.

Outra forma de marcar o CP encaixado como interrogativo é preencher seu núcleo C com o complementizador interrogativo *se*, como fazemos em (51a):

(51) a. O João perguntou se a orquestra executou a Nona Sinfonia.
b. *O João acha se a orquestra executou a Nona Sinfonia.

Veja que não temos uma expressão Wh em (51). Ainda assim a sentença encaixada é interrogativa dada a presença do complementizador interrogativo *se*. Esta é a razão por que a sentença introduzida por *se* serve como complemento para o verbo *perguntar*, mas não serve de complemento para o verbo *achar*: *se* marca o CP encaixado como interrogativo. A árvore de (51a) é igual a (48) se substituirmos *achar* e *que* por *perguntar* e *se*, respectivamente.

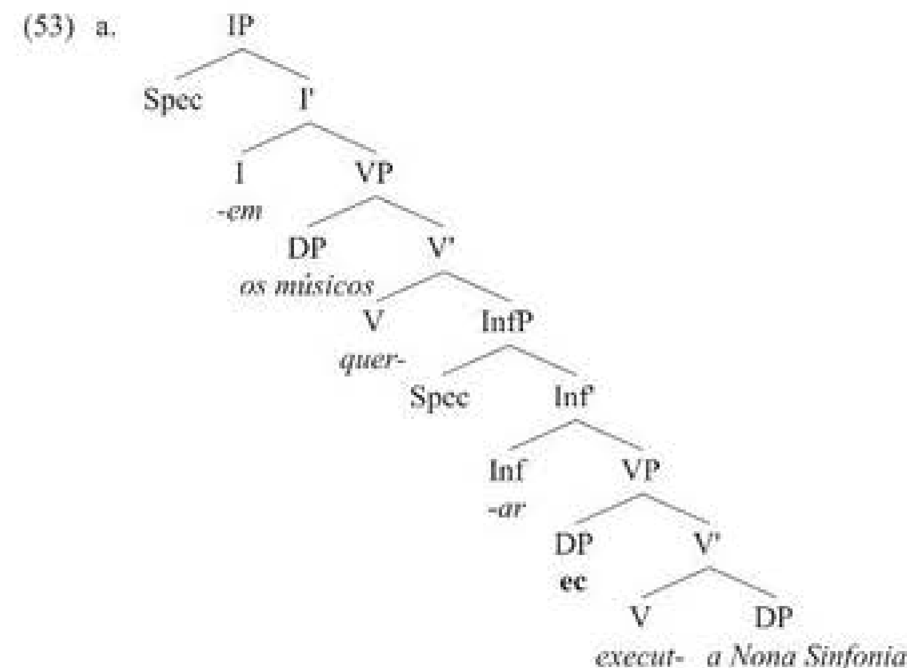
Além de um complemento CP, um verbo pode ter como complemento um infinitivo impessoal, como (52a), ou pessoal, como (52b):

(52) a. Os músicos querem executar a Nona Sinfonia.
b. O João viu os músicos executarem a Nona Sinfonia.

Para fazer a árvore das sentenças de (52), vamos considerar que o infinitivo, além do morfema *-r* que o identifica, pode ou não ter concordância, ao contrário do que acontece com as formas finitas do verbo, que sempre têm concordância. Usemos a sigla mnemônica InfP para representar o infinitivo e AgrP para representar a concordância. Então, o que distingue o infinitivo pessoal do impessoal é a presença de AgrP no primeiro e sua ausência no segundo.

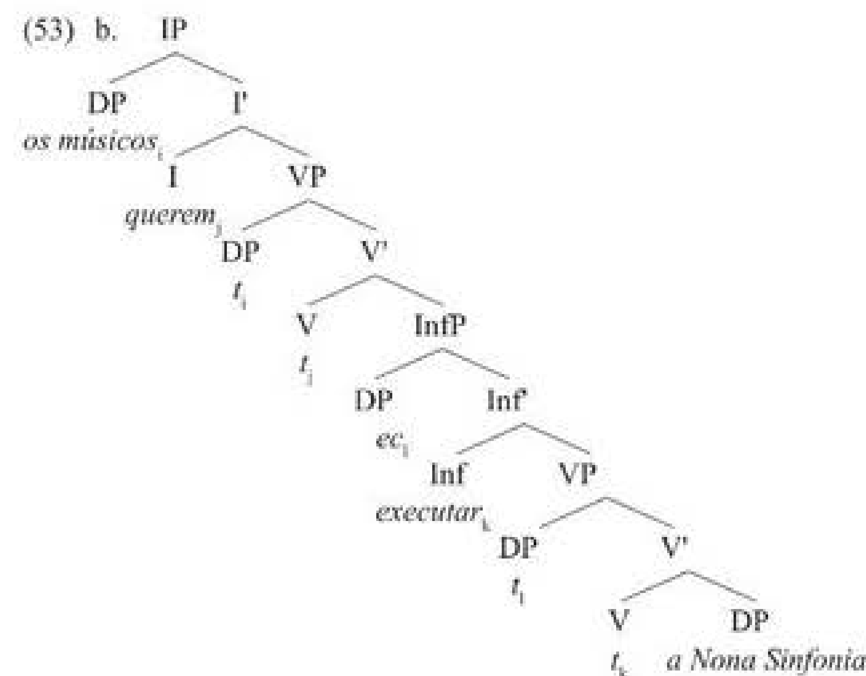
Tendo em vista estas ponderações, a representação de (52a) na DS seria (53a) – mais adiante, no capítulo "Teoria do Caso", modificaremos esta representação para captar certos fenômenos que neste momento estão sendo desconsiderados:

(53) a.



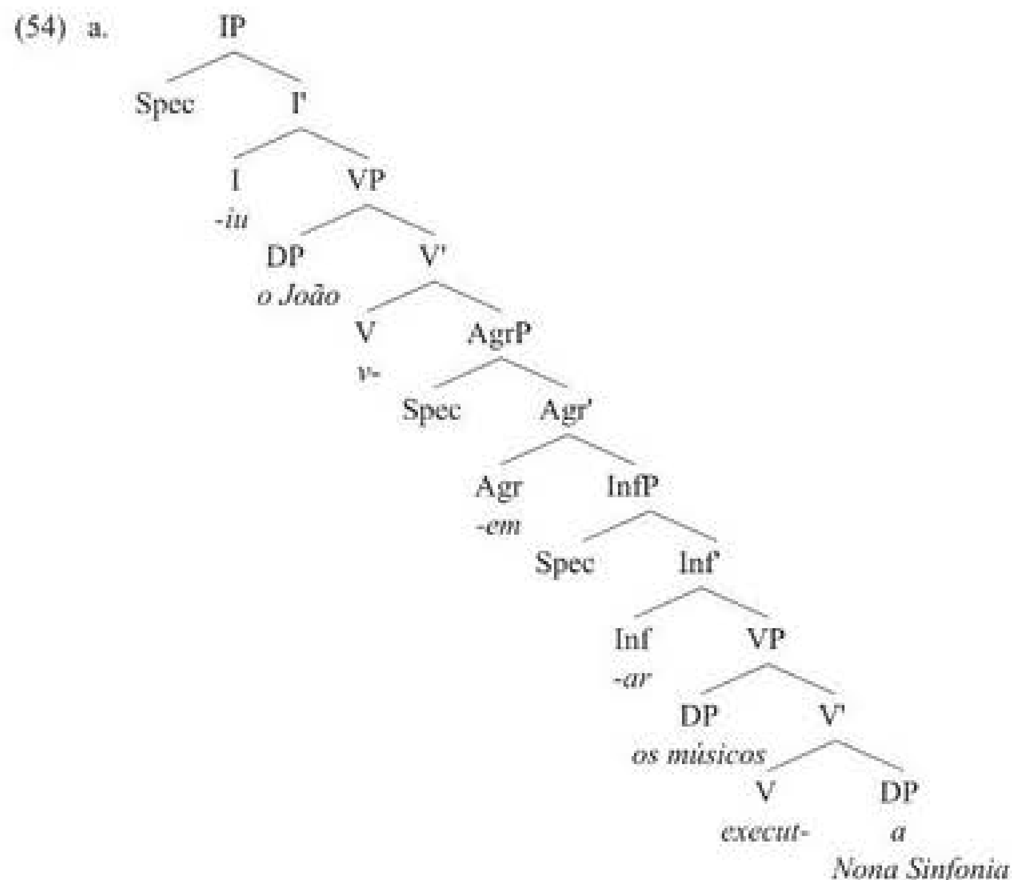
Em (53a), colocamos a vogal temática *-a-* junto com o morfema de infinitivo. Também usamos a sigla **ec**, que abrevia categoria vazia (*empty category* do inglês), que deve ser postulada para deixar explícito que o verbo *executar* tem um argumento externo. A SS que resulta de (53a) é (53b):

(53) b.



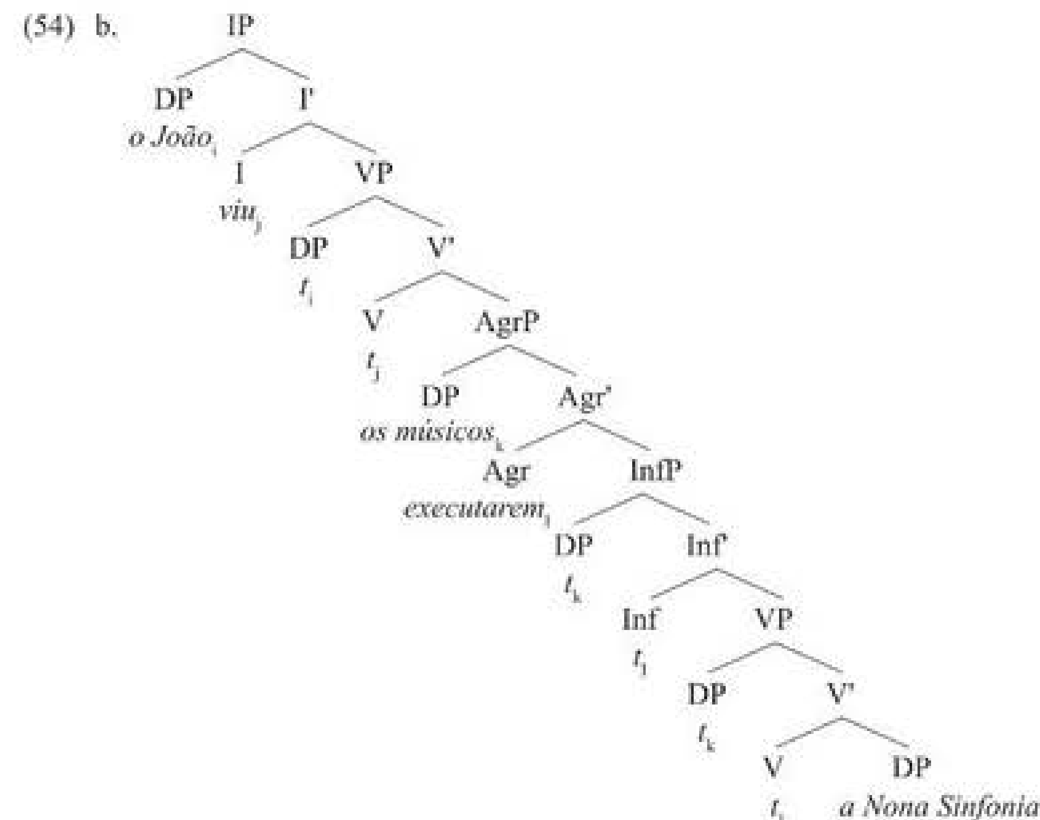
Retomemos agora (52b), cuja representação em (54) deve conter AgrP em virtude de o infinitivo ser pessoal:

(54) a.



A SS que resulta de (54a) é (54b):

(54) b.



Em (54b) estamos assumindo que *os músicos* é movido para Spec de AgrP passando pelo Spec de InfP. O radical de *executar* passa por Inf e incorpora o afixo *-ar-* e depois segue para Agr incorporando o afixo *-em*.

Consideremos, ainda, (55) onde presumimos que o verbo tome como um de seus argumentos uma sentença finita ou infinitiva, mas agora como argumento externo:

(55) a. [Que Maria pratique alpinismo] incomoda o João.
b. [Praticar alpinismo] incomoda o João.
c. [As crianças praticarem alpinismo] incomoda João.

Para simplificar, vamos assumir que as sentenças em colchetes em (55) são alçadas da posição de argumento externo de *incomodar* para o Spec de IP matriz em SS, embora a discussão sobre tal fenômeno seja mais complexa. O leitor pode tentar representar as DSs e as SSs das sentenças de (55).

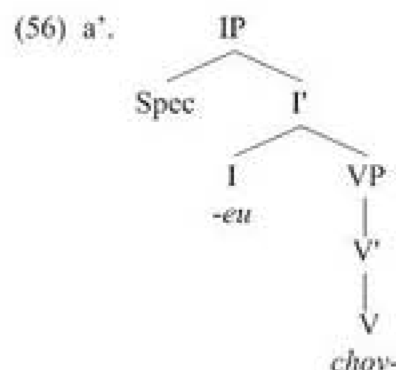
Para finalizar a seção, consideremos o conjunto de sentenças em (56) atentando para o fato de que verbos podem não ter nenhum argumento, como em (56a); podem ter só um argumento externo, como mostra (56b) – ignorando por

agora a possibilidade de verbos terem só um argumento interno; podem ter dois argumentos, sendo o argumento interno um PP, como em (56c); e podem ter três argumentos, sendo um o argumento externo e os outros dois internos, o que se vê em (56d,e):

(56) a. Choveu.
b. Maria chorou.
c. Maria gosta de João.
d. Maria pôs o pé na mesa.
e. Maria deu flores para o amigo.

Já que *chover* não tem argumentos, um VP encabeçado por ele é representado em DS como na árvore de (56a'):

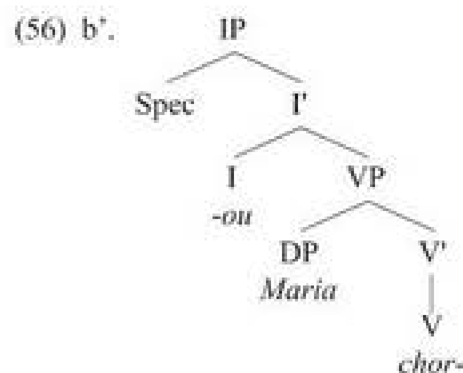
(56) a'.



O leitor é convidado a representar a SS de (56a').

Quanto ao verbo *chorar*, sabemos que ele tem um argumento só, que é o argumento externo. Assim, a DS de (56b) é (56b'):

(56) b'.

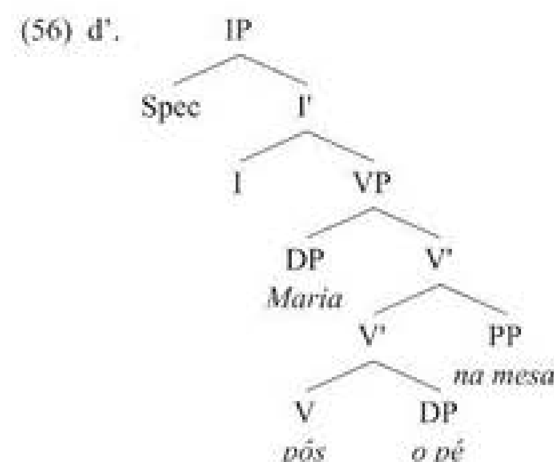


A SS de (56b') fica para o leitor desenhar.

O verbo *gostar* tem como complemento um PP e a representação da sentença (56c) seria semelhante a (42) trocando o DP complemento por PP. Outro convite ao leitor, agora para representar (56c) em DS e SS.

Entretanto, precisamos introduzir uma novidade para representar os dois complementos dos verbos *pôr* e *dar* em (56d,e). Recordemos que os argumentos de um verbo devem estar incluídos em sua projeção máxima e que os complementos devem pender de V'. Como podemos resolver a questão dos dois complementos se uma árvore não tolera que de um nódulo pendam mais de dois galhos? Resolvemos este impasse dobrando o V' de tal modo que cada complemento do verbo penda de V'. Assim, a representação de (56d) na DS seria (56d'):

(56) d'.



Damos ao leitor nova chance de se exercitar representando a SS de (56d) e a DS e SS de (56e).

Em resumo, nesta seção mostramos como são desenhados os sintagmas verbais no que diz respeito aos seus argumentos. Mostramos também que os argumentos podem ser DPs, PPs, CPs, InfPs e AgrPs. Por dependerem de informações que serão apresentadas nos próximos capítulos, algumas particularidades foram deixadas de lado para serem abordadas à medida que as informações relevantes forem sendo fornecidas.

VP e adjuntos

Vamos abordar nesta seção os adjuntos de VP. Deixando de lado os advérbios, a primeira observação útil para reconhecer um adjunto é que as categorias prototipicamente talhadas para serem adjuntos de VP são PPs.[1] Mas devemos levar em conta que a categoria **preposição** engloba núcleos de duas naturezas: existem

preposições que são funcionais, isto é, que se limitam a c-selecionar seu complemento; e existem as que são lexicais, isto é, aquelas que, além de c-selecionar seu complemento, também o s-selecionam. Para relembrar as propriedades dos núcleos, observemos (57) e (58):

(57) a. Maria desmaiou sobre a mesa.
b. *Maria desmaiou sobre a quinta-feira.

(58) a. Maria desmaiou na mesa.
b. Maria desmaiou na quinta-feira.

A questão principal deste paradigma é: por que (57b) é malformada e (57a) não é? A resposta é que *sobre* é uma preposição lexical que s-seleciona lugar como complemento, propriedade que não é compatível com o DP *a quinta-feira*, mas que é compatível com o DP *a mesa*. Por sua vez, a preposição *em* s-seleciona tanto lugar como tempo e, por isso, as duas sentenças de (58) são bem formadas.

Os PPs talhados para serem adjuntos são aqueles encabeçados por preposições lexicais, como os das sentenças bem formadas de (57) e (58); os que são encabeçados por preposições funcionais são invariavelmente complementos, como os de (56d,e). Suponhamos, agora, que temos uma série de PPs *de luxo*, *no estacionamento* e *da esquina*, em uma sentença como a de (59):

(59) Ele comprou o carro de luxo no estacionamento da esquina.

Como podemos reconhecer quais PPs são adjuntos do VP? Evidentemente, para o reconhecimento podemos recorrer às relações semânticas que existem entre os sintagmas: em (59), o *estacionamento da esquina* é o lugar onde ele comprou o carro de luxo e *no estacionamento da esquina* tem grande chance de ser um adjunto do VP. Mas será que, recorrendo à sintaxe, conseguimos determinar com precisão que *no estacionamento da esquina* é um adjunto?

Neste momento, voltam a ser úteis aqueles testes para reconhecer um sintagma quando temos uma sequência de itens que podem constituir um ou mais sintagmas. Lembrando que só podemos mover sintagmas inteiros, joguemos aqui com o teste da clivagem, como fazemos em (60), onde, por brevidade, algumas possibilidades são deixadas de lado:

(60) a. *Foi o carro que ele comprou de luxo no estacionamento da esquina.
b. *Foi de luxo que ele comprou o carro no estacionamento da esquina.[2]
c. Foi o carro de luxo que ele comprou no estacionamento da esquina.
d. *Foi o carro de luxo no estacionamento que ele comprou da esquina.
e. *Foi o carro de luxo no estacionamento da esquina que ele comprou.
f. *Foi no estacionamento que ele comprou o carro de luxo da esquina.
g. Foi no estacionamento da esquina que ele comprou o carro de luxo.
h. *Foi da esquina que ele comprou o carro de luxo no estacionamento.

O que podemos concluir de (60) é que *o carro de luxo* e *no estacionamento da esquina* são sintagmas distintos, pois são os únicos que podem ser clivados. Isto acontece, por um lado, porque na estrutura não vai haver nenhum vértice formado por *o carro* (*de luxo*) e *no estacionamento* (*da esquina*). Por outro lado, a estrutura de *o carro de luxo* e *no estacionamento da esquina* só pode ser aquela em que todos os itens de cada sintagma são dominados por um vértice comum em algum ponto da árvore, como veremos se desenharmos (59). Antes de fazê-lo, no entanto, consideremos (61):

(61) João pôs o carro de luxo no estacionamento da esquina.

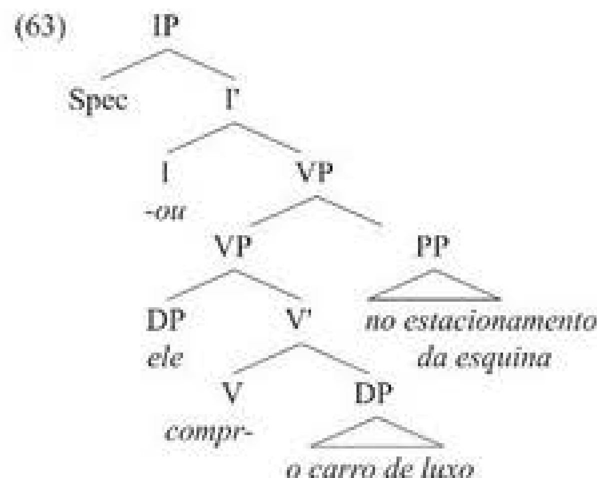
Se aplicamos a (61) o teste da clivagem, vemos que *o carro de luxo* e *no estacionamento da esquina* continuam a ser sintagmas distintos. Entretanto, (59) e (61) devem ter desenhos diferentes em virtude de uma diferença fundamental decorrente da estrutura argumental dos verbos em questão. Como vimos na seção anterior, o verbo *pôr* tem três argumentos, que devem estar **incluídos** na projeção máxima VP – veja que para compor uma cena que tem por núcleo o verbo *pôr* são necessários três argumentos; a cena é incompleta sem o lugar onde o João pôs o carro. Disto concluímos que a preposição *em*, contraída com o artigo em (61), é funcional.[3] Por sua vez, o verbo *comprar* tem apenas dois argumentos, que são *João* e *o carro de luxo*: sabemos disso porque agora estes são os argumentos suficientes para compor uma cena de compra. Isto nos leva à conclusão de que *no estacionamento da esquina* em (59) é um adjunto, que deve estar **contido** no VP. A preposição *em*, que encabeça este sintagma, é lexical.

Podemos mostrar que a distinção entre adjunto e argumento é relevante através de (62):

(62) a. João disse que comprou o carro de luxo no estacionamento da esquina.
b. João disse que pôs o carro de luxo no estacionamento da esquina.

(62a) é ambígua: *no estacionamento da esquina* tanto pode ser o local da compra, caso em que é adjunto do VP encaixado, como o local em que João disse alguma coisa, caso em que é adjunto do VP matriz. Esta ambiguidade não se verifica em (62b) porque *no estacionamento da esquina* tem que ser argumento do verbo *pôr*.

Os PPs que são talhados para serem adjuntos são aqueles encabeçados por uma preposição lexical. Eles são reconhecidos por não poderem ser argumentos do verbo. Assim, para desenhar um VP devemos encontrar o verbo que é seu núcleo, saber quantos argumentos ele tem e identificá-los. Se existe algum sintagma além do(s) argumento(s) do verbo, ele vai ser adjunto. A árvore de (59), finalmente, é desenhada em DS como (63):

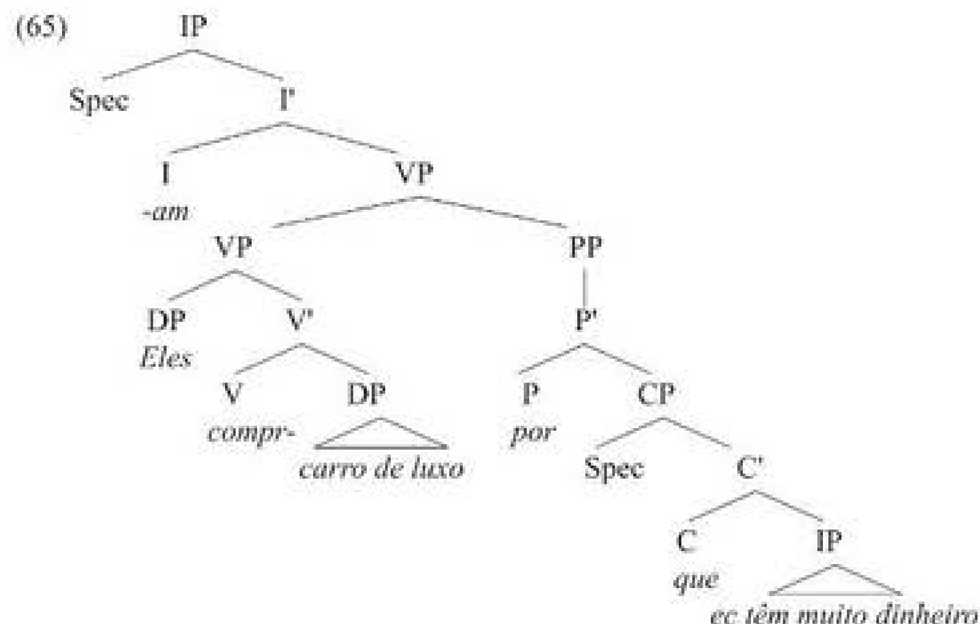
(63)


É importante observar como foi representado em (63) o que foi dito antes: não existe um vértice/nó que domine imediatamente o DP *o carro de luxo* e o PP *no estacionamento da esquina* para que eles possam formar um único sintagma; observe adicionalmente que tanto *o carro de luxo* quanto *no estacionamento da esquina* são sintagmas dominados imediatamente por um vértice/nó comum, o primeiro com o rótulo DP, o segundo com o rótulo PP. Além disso, a árvore em (63) espelha a maneira de representar um adjunto, um sintagma que está apenas contido em uma projeção máxima: dobrando o VP, a categoria da qual o sintagma é adjunto. Veremos adiante que outras categorias além do VP podem tomar adjuntos. Veremos também que os adjuntos podem pender de qualquer um dos lados da categoria à qual se adjungem. O processo de representação, no entanto, será sempre o mesmo: dobra-se a projeção máxima da qual o sintagma é adjunto.

Vejamos, agora, os resultados que obtemos ao aplicar o que foi dito acima às sentenças de (64):

(64) a. Eles compram carro de luxo porque têm muito dinheiro.
b. Eles compram carro de luxo por terem muito dinheiro.
c. Ele comprou o carro de luxo para que Maria se casasse com ele.
d. Ele comprou o carro de luxo para Maria se casar com ele.

O que temos para (64a) é a seguinte representação em DS:

(65)


Para chegar a (65), observamos que o verbo *comprar* tem dois argumentos, *eles* e *carro de luxo*, e que, por isso, [*porque têm muito dinheiro*] é adjunto. A questão é saber de qual categoria é o adjunto, ou seja, qual é seu núcleo. Se desconfiarmos de que, apesar de termos aprendido a escrever *porque* como uma palavra composta, não se trata de uma única palavra, mas de duas, então podemos conceber que o adjunto é um PP encabeçado pela preposição *por*.[4] O que a preposição *por* c-seleciona como complemento é um CP encabeçado pelo complementizador *que*, que vai ser interpretado como o motivo da compra. Na representação de (64b), as mesmas relações se mantêm. Só que agora o complemento da preposição *por*, o motivo da compra, vai ser um infinitivo pessoal estruturado como um AgrP dominando InfP, tal como está representado em (54b). O leitor está convidado a fazer a árvore que representa a SS de (64a), a DS e a SS de (64b), (64c) e (64d), como mais um exercício.

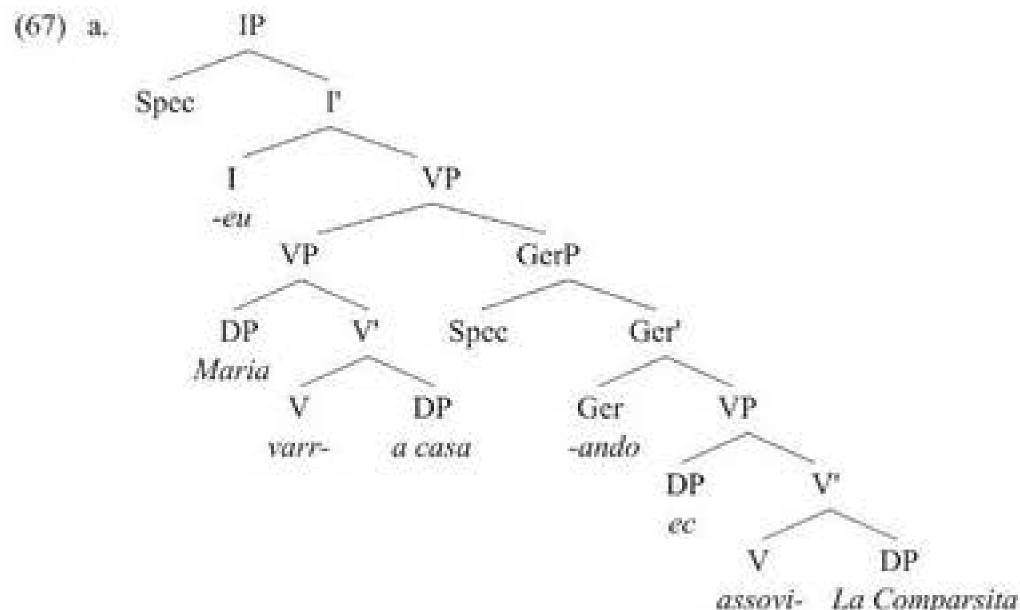
Como último exemplo de adjunção a VP, vamos considerar (66):

(66) Maria varreu a casa assoviando La Comparsita.

O verbo matriz é *varrer*, que tem dois argumentos: *Maria* e *a casa*. Portanto, [*assoviando La Comparsita*] tem que ser adjunto do VP. Este exemplo mostra uma situação em que, ao contrário das situações anteriores, o adjunto não é um

PP. Se repetimos o procedimento adotado a propósito das sentenças infinitivas, a categoria do adjunto vai ser um gerúndio que representamos mnemonicamente como GerP. Assim, a DS de (66) vai ser (67):

(67) a.



Note que o DP argumento externo do VP encaixado não é pronunciado e que na SS o radical *assovi-* vai se amalgamar ao afixo *-ando*.

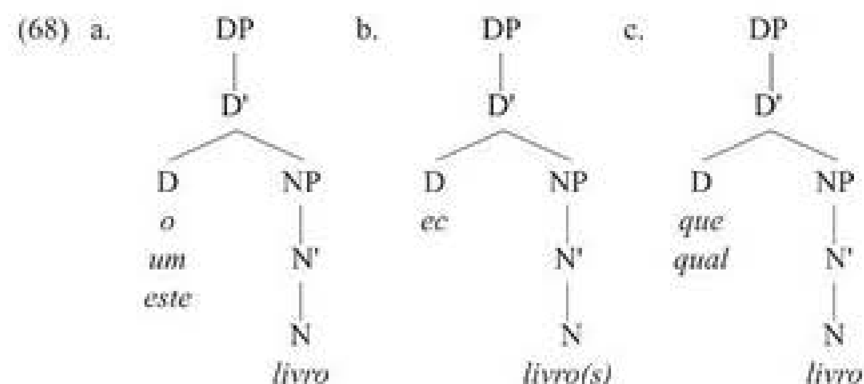
Vamos interromper por aqui nossa tarefa de representar os adjuntos de VP, deixando as complicações adicionais para os próximos capítulos.

N E *NPs*

A projeção estendida do NP

Como vimos em (33), o NP, assim como o VP, apresenta uma projeção estendida, sendo dominado por pelo menos uma categoria funcional: DP. Este DP pode ter seu núcleo D preenchido por um item que tenha valor de determinante como artigos, demonstrativos e interrogativos, ou D pode ser vazio. Em qualquer situação, dizemos que o NP deve ser determinado para poder ter o estatuto de argumento. Consideremos (68):

(68) a. b. c.



(68a) exemplifica um DP canônico com D preenchido por um artigo ou um demonstrativo; (68b) é o exemplo de um **singular** (ou **plural**) **nu**, nome cunhado na literatura para os DPs sem determinante (atenção que ainda assim são considerados DPs e não NPs); e (68c) é exemplo de um DP interrogativo, tendo como determinante os itens interrogativos *que* ou *qual*.

É possível postular que itens interrogativos como *que* ou *qual* preenchem o núcleo do DP porque estão em distribuição complementar com os determinantes. A distribuição complementar destes itens pode ser observada em (69):

(69) a. *Que/qual o/este livro o João leu?
b. *O este livro o João leu.

A impossibilidade de (69a) mostra que os determinantes *o/este* não podem coocorrer com *que/qual*. (69b) mostra que *o* e *este* também não podem coocorrer numa sentença. Todos esses itens são preenchedores potenciais do núcleo D de DP porque realizam uma operação sobre o NP que pode ser chamada de determinação.

Devemos notar ainda que em alguns casos o NP pode ser uma **ec**, como vemos no conjunto montado em (70):

(70) a. Eu quero [este livro].
a'. Eu quero [este ec].
b. [Por que motivo] o João saiu correndo?
b'. [Por que ec] o João saiu correndo?

Em (70a') o preenchimento do NP vazio após o demonstrativo *este* pode ser recuperado anaforicamente. Em (70b') o preenchimento do NP vazio após o determinante interrogativo *que* é ditado pela preposição *por* que s-seleciona como complemento um DP que significa motivo, razão, causa. O determinante inter-

rogativo *que* não deve ser confundido com o complementizador *que*, nem com o item *que* da expressão interrogativa *o que*, nem com o item *que* que encabeça as sentenças relativas.[5]

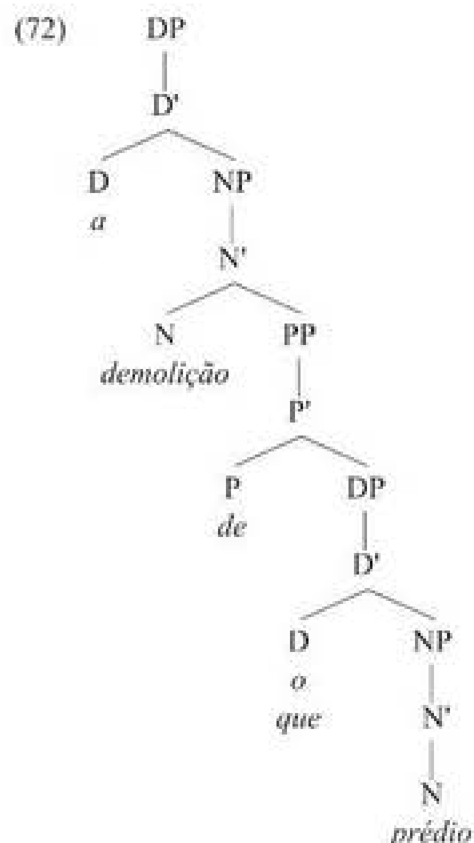
N e argumentos

Assim como verbos, nomes também podem apresentar argumentos. Destacamos entre os nomes que podem apresentar argumentos aqueles que partilham o radical com verbos: estes podem ter argumentos que, como qualquer argumento, devem estar incluídos na projeção máxima do núcleo. Exemplificamos com o sintagma entre colchetes em (71):[6]

(71) a. Ele presenciou [a demolição do prédio].
b. Ele presenciou [a demolição de que prédio]?

O que está entre colchetes é considerado um DP, já que o núcleo é o determinante ***a***. A representação deste sintagma seria (72):

(72)

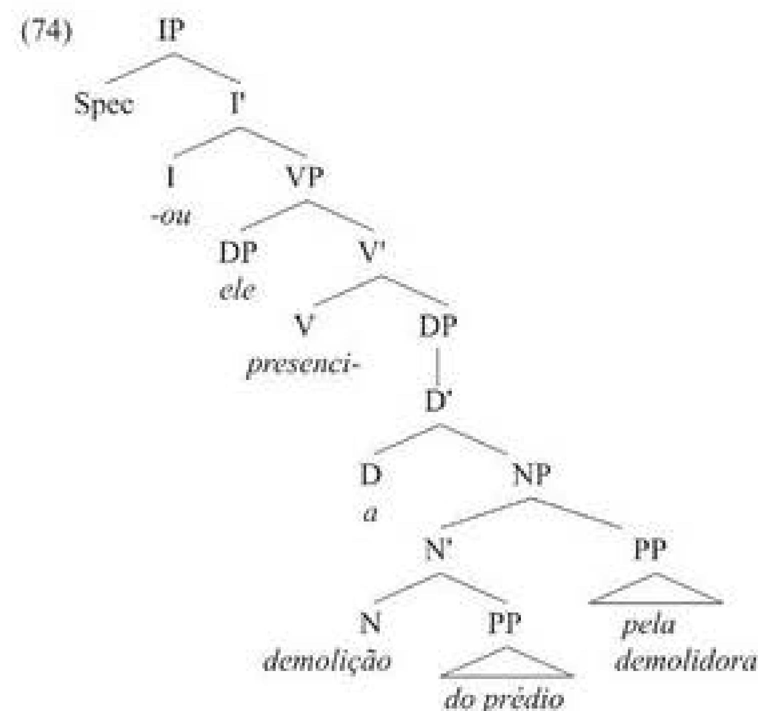


Para chegar a (72) partimos do DP e vamos automaticamente até o NP. Observamos que o núcleo do NP é *demolição* que, assim como o verbo *demolir*, pode ter argumentos. No caso, o único argumento expresso é o PP *do/de que prédio* que, sendo complemento, pende de N'. O núcleo do PP é a preposição *de* que c-seleciona um DP como complemento. O núcleo do DP é o determinante *o/que*, que c-seleciona o complemento NP cujo núcleo é o nome *prédio* que não tem nenhum argumento. Se *demolição* tivesse também o especificador expresso, como *pela demolidora* em (73), ele deveria ser representado pendendo do NP, do lado direito:

(73) Ele presenciou [a demolição do prédio pela demolidora].

A representação de (73) sem que haja decomposição dos PPs pode ser vista em (74):

(74)



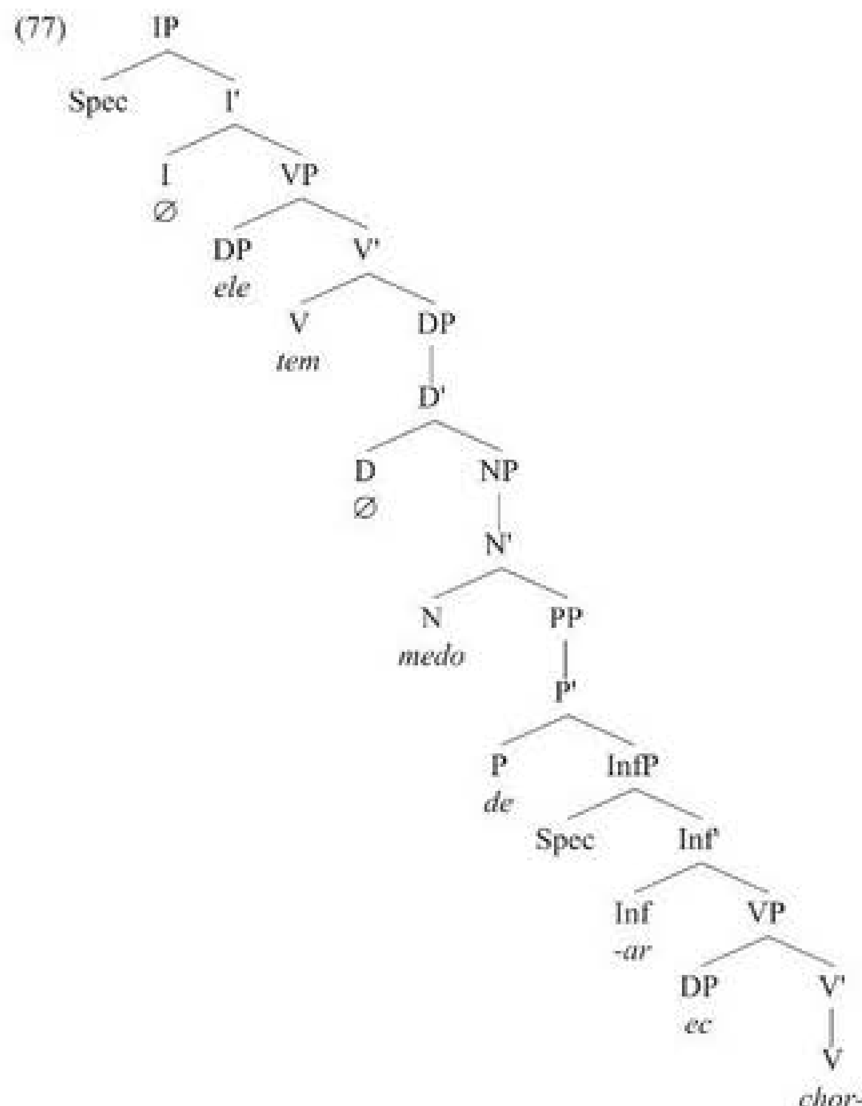
Por fim, o complemento de N pode ser uma sentença finita (75), caso em que a preposição é optativa, ou uma sentença infinitiva (76), caso em que a preposição é obrigatória:

(75) a. Ele tem [medo de que ela chore].
b. Ele tem [medo que ela chore].

(76) a. Ele tem [medo de chorar].
b. *Ele tem [medo chorar].

Representamos em (77) a DS da sentença (76a) em que *medo* tem um complemento infinitivo e deixamos para o leitor a tarefa de representar as sentenças de (75).

(77)



Os passos para chegar a (77) que merecem destaque são: a forma verbal *tem* não se decompõe como as formas regulares e por isso ficou representada como *tem* sob V e ∅ sob I; o DP *medo* não apresenta determinante e por isso temos ∅ sob D; o DP que é argumento externo de *chorar* é nulo e por isso temos **ec** sob DP; em especial, devemos notar que o PP [*de chorar*] é o complemento de *medo* e por isso pende de N'. Lembre-se de que, se o infinitivo for pessoal, temos um AgrP dominando InfP em (77).

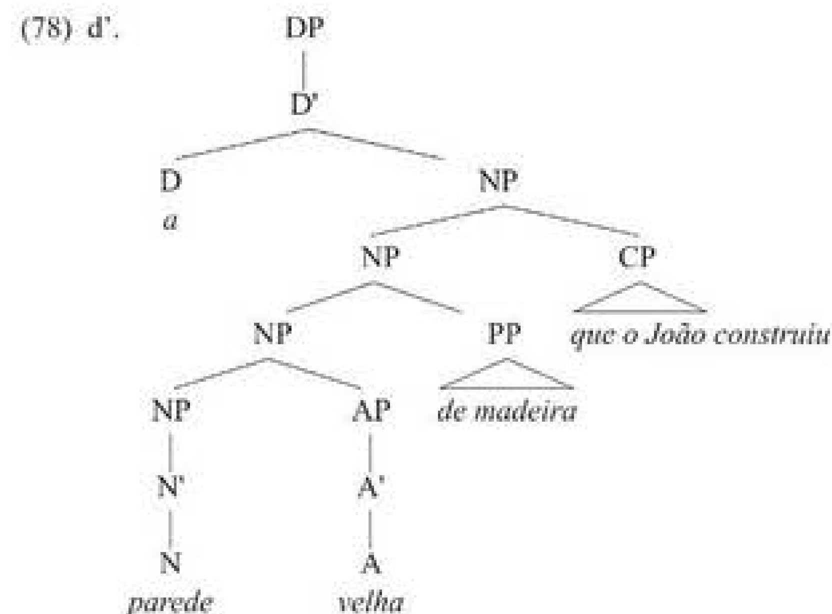
NP e adjuntos

Além de os NPs terem argumentos, eles podem ter também adjuntos como os que estão exemplificados entre os colchetes em (78):

(78) a. Ele derrubou [$_{DP}$ a parede [velha]].
b. Ele derrubou [$_{DP}$ a parede [de madeira]].
c. Ele derrubou [$_{DP}$ a parede [que o João construiu]].
d. Ele derrubou [$_{DP}$ a parede [velha] [de madeira] [que o João construiu]].

Vamos representar apenas o DP entre colchetes de (78d) em (78d'), sem decompor os adjuntos:

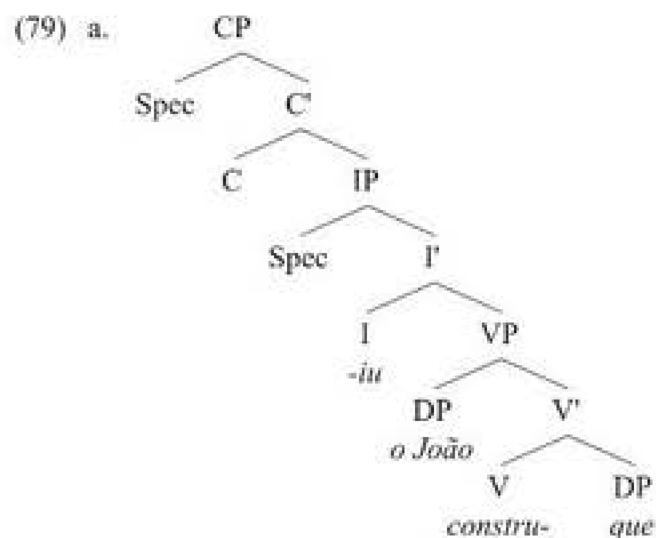
(78) d'.



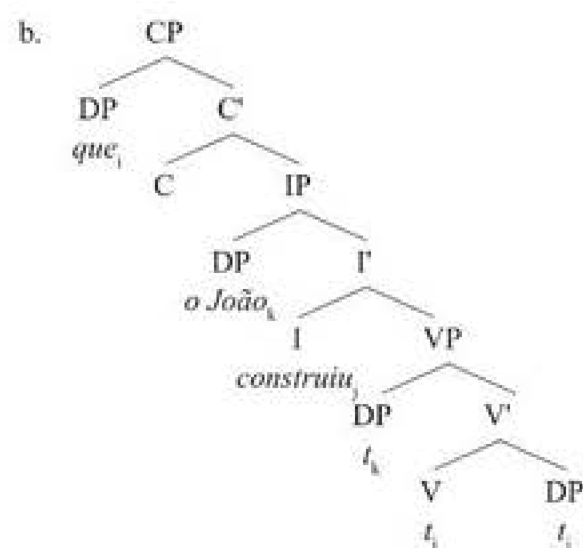
O que deve ser enfatizado em (78d') é que existem três adjuntos do NP e que o N *parede* não tem argumento. Como lemos a árvore da esquerda para a direita (não esquecer que o que está à esquerda precede o que está à direita), o CP deve ser o primeiro adjunto, contando de cima para baixo, depois o PP e por fim o AP.

O CP introduzido pelo *que* corresponde a uma sentença **relativa**, para a qual adotamos a representação tradicional de adjunto do NP. Vamos adotar a representação simplificada (79), compatível com os objetivos deste *Manual*, para a sentença relativa *que o João construiu*:

(79) a.



b.



(79a) é a representação em DS da relativa em que o pronome relativo (=Wh) *que* corresponde ao DP complemento de *construir*. Na SS o pronome *que*, por hipótese uma expressão Wh, é movido para o Spec CP deixando um vestígio na posição de onde foi movido. Voltaremos às relativas mais adiante.

P E *PPs*

Nesta seção vamos mostrar rapidamente como representamos PPs. Antes de entrar na estruturação do PP, lembremo-nos, em primeiro lugar, de que ele é

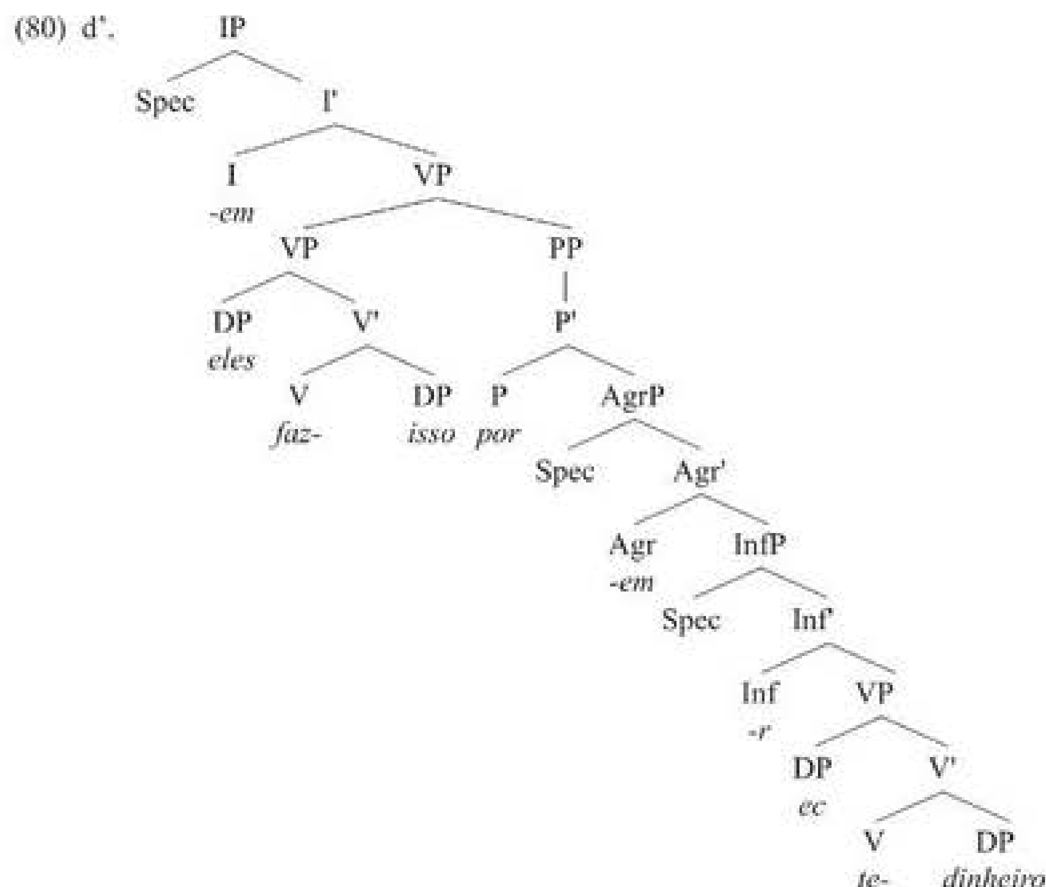
talhado para **ser** adjunto e que ser argumento não é sua função prototípica. Se um sintagma tem a forma de PP e a função de argumento, a preposição que o encabeça vai ser do tipo (semi)funcional: no máximo, ela contribui para especificar o papel semântico do seu complemento, que é atribuído pelo verbo. Se, por outro lado, o sintagma tem a forma de PP e função de adjunto, a preposição que o encabeça vai ser do tipo lexical: o papel semântico do seu complemento é fixado por ela.

Adotando um procedimento paralelo ao adotado para representar a estrutura do VP e do NP, vamos procurar saber se P tem especificador e complemento e se o PP tem adjunto. Podemos afirmar que um PP, talhado para **ser** adjunto, não é talhado para **ter** adjuntos, a ponto de ser muito difícil imaginar uma situação de adjunção a PP. Quanto a ter especificador, vamos assumir aqui que P não tem.[7] O que não dá para negar é que P tenha complemento. Assim, o que nos resta é verificar que tipo de complemento P subcategoriza (c-seleciona). O complemento de P pode ser de várias categorias, como vemos em (80):

(80) a. João faz isso [para [$_{DP}$ Maria]].
a'. João faz isso [por [$_{DP}$ Maria]].
b. João faz isso [para [$_{DP}$ quê **ec**]]?
b'. João faz isso [por [$_{DP}$ quê **ec**]]?
c. Eles fazem isso [para [$_{InfP}$ **ec** ter dinheiro]]
d. Eles fazem isso [por [$_{AgrP}$ **ec** terem dinheiro]]
e. Eles fazem isso [para [$_{CP}$ que elas tenham dinheiro]]
f. Eles fazem isso [por[$_{CP}$ que **ec** têm dinheiro]]

O complemento da preposição é rotulado em cada um dos exemplos de (80). Chamamos a atenção para a diferença entre (80a,a'), onde temos um DP não interrogativo e (80b,b') onde o DP é do tipo Wh e, por isso, a sentença tem que ser interrogativa. Em (80c) temos um infinitivo, provavelmente impessoal, ao passo que em (80d) o infinitivo é claramente pessoal. Vamos representar a sentença (80d) na DS, como (80d'), deixando a representação das outras a cargo do leitor:

(80) d'.



Convidando o leitor a reler as notas 4 e 5, vamos considerar, para finalizar esta seção, as sentenças de (81) e de (82), que são de interesse aqui por terem um PP no centro da atenção:

(81) a. Ela perguntou por que ele telefonou.
a'. Ela perguntou [$_{PP}$ por [$_{DP}$ que **ec**]] ele telefonou.
b. Ela perguntou por que que ele telefonou.
b'. Ela perguntou [$_{PP}$ por [$_{DP}$ que **ec**]] que ele telefonou.
c. Ela perguntou por que motivo (que) ele telefonou.
c'. Ela perguntou [$_{PP}$ por [$_{DP}$ que motivo]] (que) ele telefonou.

(82) a. Ela chorou porque ele telefonou.
a'. Ela chorou [$_{PP}$ por [$_{CP}$ que ele telefonou]].
b. *Ela chorou porque que ele telefonou.
c. *Ela chorou porque motivo ele telefonou.

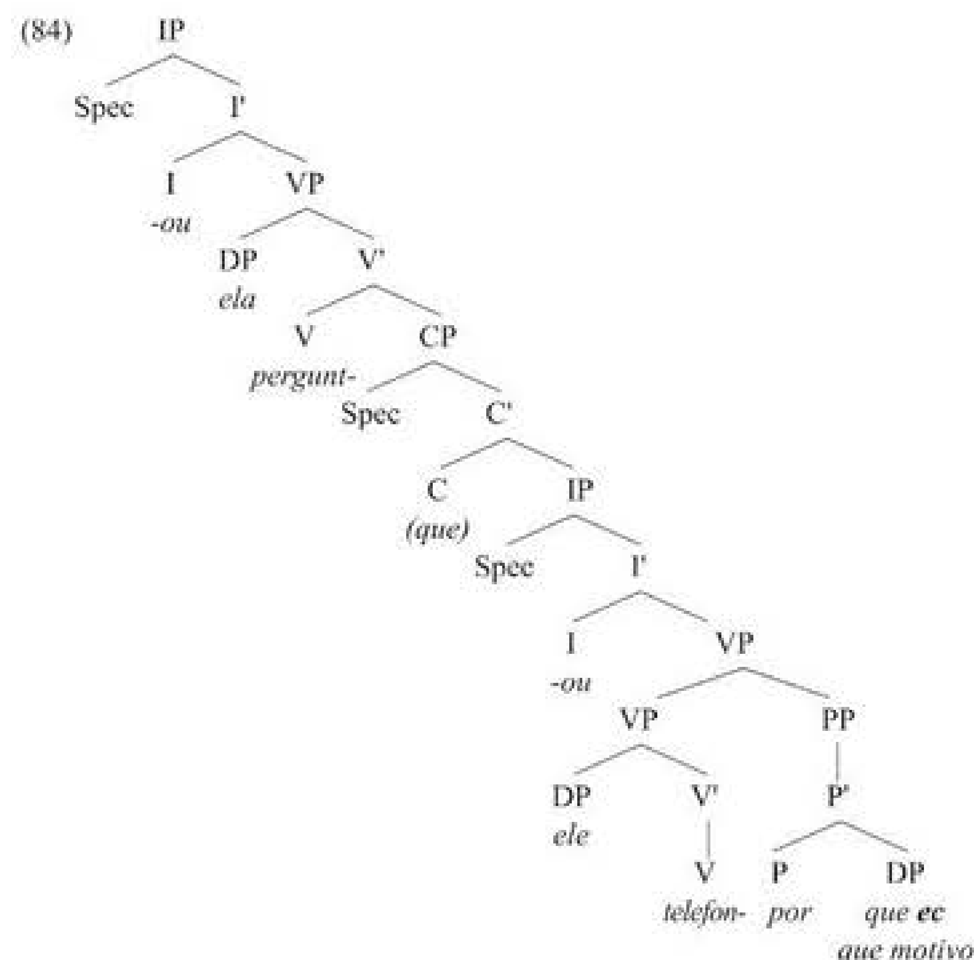
Em todas as sentenças de (81) e em (82a-a') *por* é o núcleo do PP. Mas os PPs, mesmo encabeçados pela mesma preposição, que s-seleciona um complemento que significa **motivo**, são diferentes em sua estrutura. O complemento c-selecionado por *por* nos exemplos de (81) é um DP Wh: D é preenchido pelo *que* e o NP é preenchido pelo nome *motivo* em (81c-c') ou é vazio em (81a-a') e (81b-b'). O complemento c-selecionado por *por* em (82a) é um CP encabeçado pelo complementizador *que*, como mostram os colchetes de (82a').

Em (81a), [*por que ele telefonou*] é argumento de *perguntar*, é a pergunta que ele fez, como podemos ver se consideramos (81a) resposta para a pergunta em (83):

(83) **O que** ela perguntou?

Assim, a representação de (81a) em DS seria (84), semelhante a (47a) no que diz respeito ao fato de *perguntar* ter um CP como complemento:

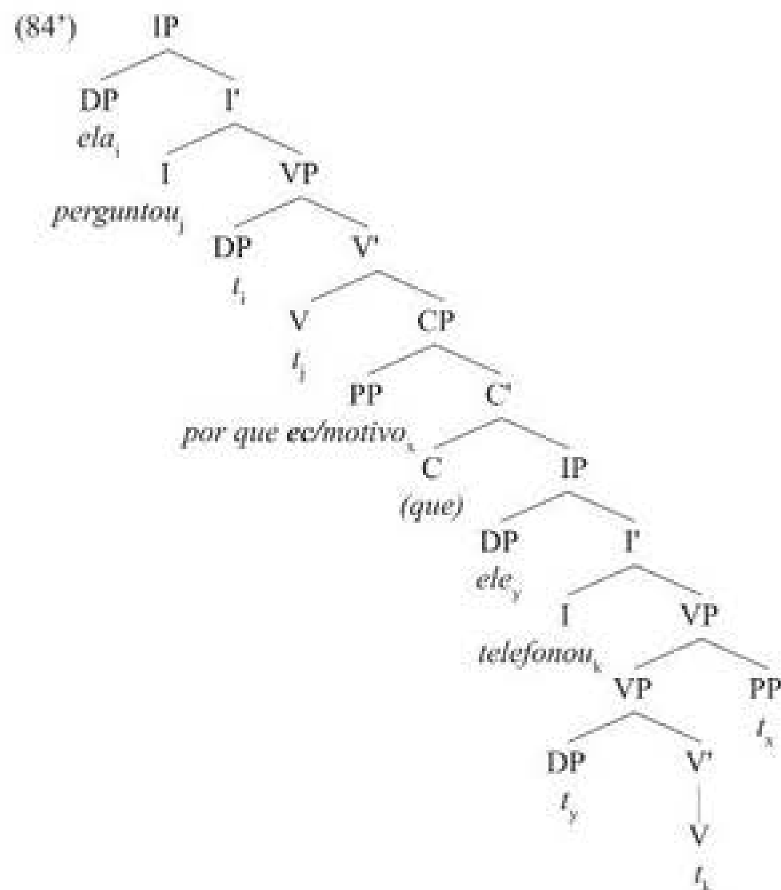
(84)



O que permite deduzir que o DP complemento de P é do tipo interrogativo é o acréscimo do complementizador *que* em (81b-b'), acréscimo que sempre é possi-

vel quando temos uma expressão Wh interrogativa; ou ainda o acréscimo do NP *motivo*, NP sobre o qual a pergunta opera explicitamente em (81c-c') ou implicitamente em (81a-a') e (81b-b'). Em DS o PP [*por que* **ec**] ou [*por que motivo*] é gerado como adjunto do VP com o qual ele está relacionado, pois a pergunta é sobre o motivo do telefonema. Em SS, o PP deve ser movido para o Spec do CP encaixado que, de acordo com as propriedades de s-seleção de *perguntar*, deve ser um CP interrogativo. Esta é a razão pela qual o PP não pode se manter *in situ* e deve se mover, como mostramos em (84'), para o Spec do CP encaixado:

(84')

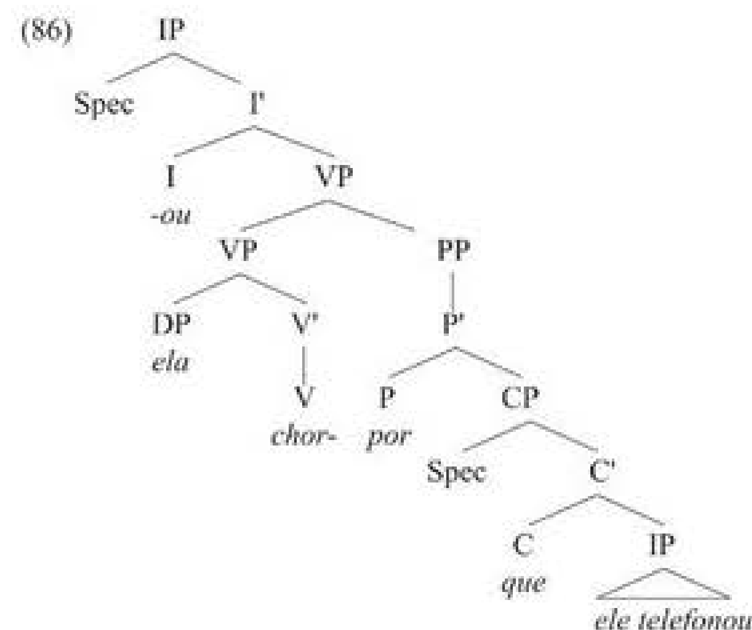


O movimento do PP *por que* para o Spec do CP encaixado na SS produz uma semelhança na pronúncia de (81a) e (82a). Entretanto, a semelhança esconde uma profunda diferença estrutural e interpretativa: no plano interpretativo, não existe nenhuma pergunta envolvida em (82a); no plano estrutural, [*porque ele telefonou*] é um adjunto do VP que tem *chorar* como núcleo. Veja que a pergunta que (82a) responderia é (85), diferentemente da pergunta (83): na primeira a expressão Wh é o PP *por que* e na segunda é o DP *o que*.

(85) Por que ela chorou?

A pergunta (85) é sobre o motivo do choro. A resposta é um PP encabeçado pela preposição *por* que tem como complemento um CP que corresponde ao motivo do choro. Assim, a representação de (82a) é (86), semelhante a (65) no que diz respeito ao fato de o PP ser adjunto:

(86)



Veja que em (86) o verbo *chorar* tem apenas um argumento que é *ela*. Por isso, [*porque ele telefonou*] só pode ser adjunto do VP. Veja ainda que não existe nenhum PP adjunto relacionado com o telefonema e que a palavra *que* é um complementizador que é o núcleo do CP complemento da preposição *por*. Em (84), existe um PP adjunto do VP que tem *telefonar* por núcleo e o *que* é um determinante Wh.

A E *APs*

O sintagma AP aporta uma série de complicações, que vão muito além dos limites deste *Manual*, quando se procura estabelecer qual é sua estrutura. Só para ilustrar, uma complicação seria saber se o AP tem uma projeção estendida, como têm os VPs e os NPs. Muito provavelmente sim: como os verbos, os adjetivos concordam, isto é, devem ser dominados por um tipo de AgrP que envolve gênero e número; como os nomes, eles toleram algum tipo de determinação que se traduz nos "intensificadores" como *bastante*, *muito*, *pouco*, *mais* etc. Entretanto,

não é tão simples vislumbrar como são representadas estas propriedades do AP. Por exemplo, a concepção tradicional para os intensificadores é que eles são adjuntos, como representamos em (87a) (para não entrar na discussão da categoria desses elementos, diremos que os intensificadores são XPs). Porém, neste caso, eles penderiam do AP pelo lado esquerdo, diferentemente do que acontece com os adjuntos de VP ou NP, que normalmente pendem pelo lado direito.

(87) a. AP
XP *mais* AP
A'
A *bonita*

b. XP
X'
X *mais* AP
A'
A *bonita*

c. XP
X'
X *muito* XP
X'
X *mais* AP *bonita*

Além de poderem ser concebidos como adjuntos, os intensificadores poderiam também ser concebidos como núcleos X e, neste caso, teriam o AP como complemento pendendo à direita de X', como representamos em (87b). No entanto, teríamos que enfrentar problemas quando consideramos que pode haver mais de um intensificador (ou um intensificador para o intensificador), como representamos em (87c). Para trazer o problema ao nível deste *Manual*, vamos assumir que, se existem itens como os intensificadores relacionados com o AP, eles serão adjuntos. Então, a escolha é pela representação (87a).

O AP se assemelha ao PP em um aspecto: ambos podem ser adjuntos. Entretanto, enquanto o PP pode ser adjunto de VP ou NP (na simplificação que promovemos aqui), o AP é talhado para ser adjunto apenas do NP, como desenhamos em (78d').[8] Além de funcionar como adjunto, o AP pode ser também um predicado (= predicativo, nos termos tradicionais) de um sujeito, como veremos na próxima seção.

Quanto à estrutura argumental do adjetivo, vamos assumir que ele não tem argumento externo: o que parece ser seu argumento externo vai ser concebido, na próxima seção, como sujeito de uma *small clause*. Assim, se o adjetivo tem em sua estrutura um argumento, este vai ser o argumento interno, como exemplificamos em (88):

(88) a. [indiferente aos protestos da multidão]
b. [capaz de dirigir motos]
c. [convencido (de) que ele achou um diamante]

Aqui limitamo-nos a representar os APs em (88) porque se fôssemos representar uma sentença inteira encontraríamos as dificuldades que vão ser abordadas na próxima seção. Por razões que ficarão claras no capítulo "Teoria do Caso", o argumento interno de um adjetivo vai ser sempre um PP, como são os argumentos do nome (como *da multidão* em (88a') atesta), encabeçado por uma preposição funcional. A estrutura dos APs de (88a,b) seria, respectivamente:

(88) a'. AP
A'
A *indiferente* PP
P'
P *a* DP
D'
D *os* NP
N' PP *da multidão*
N *protestos*

(88) b'. AP
A'
A *capaz* PP
P'
P *de* InfP
Spec Inf'
Inf *-r* VP
DP *ec* V'
V *dirigi-* DP *motos*

Em (88a'), o complemento do AP é um PP; o núcleo P tem como complemento um DP *os protestos da multidão*. Em (88b'), o complemento de P é um InfP (infinitivo, provavelmente impessoal) que se desdobra naturalmente. Deixamos a representação de (88c) a cargo do leitor.

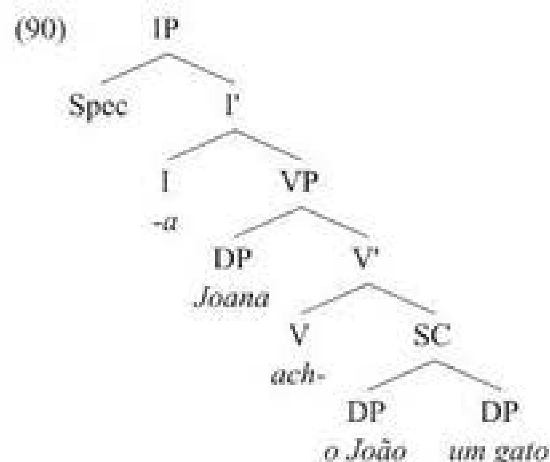
SMALL CLAUSES

Nesta seção introduzimos a noção de *small clause* (SC), às vezes traduzida como **minioração**, que vai ser muito útil mais adiante. Uma SC é uma predicação que se estabelece entre um sintagma que é sujeito e um outro que é predicado sem que o núcleo desse predicado seja um verbo (ou uma flexão verbal). Exemplos de SCs podem ser vistos em (89):

(89) a. A Joana acha [$_{SC}$ o João lindo].
b. A Joana acha [$_{SC}$ o João capaz de dirigir motos].
c. A Joana acha [$_{SC}$ o João um gato].
d. A Joana quer [$_{SC}$ o João de terno].

Nas SCs de (89), *o João* é o sujeito; os APs *lindo* e [*capaz de dirigir motos*], o DP *um gato* e o PP *de terno* são predicações que se fazem sobre *o João*: veja que *o João* é chamado de sujeito da SC porque é um sintagma sobre o qual incide uma predicação, independentemente de acabar sendo marcado como o objeto direto dos verbos *achar/querer*. Como estas predicações não têm verbo como seu núcleo, elas não podem ser encabeçadas por nenhuma das categorias que têm VP como complemento tal como IP, InfP, GerP. Representemos (89c) na DS:

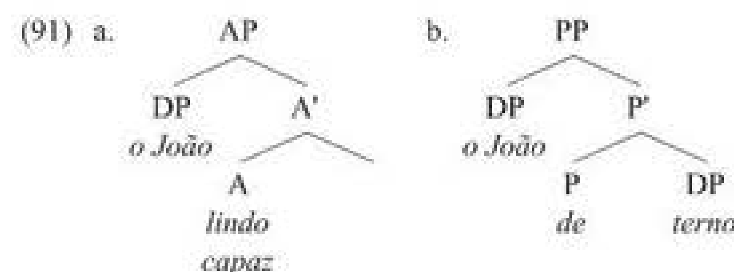
(90)



Para representar as outras sentenças de (89) basta, no que diz respeito à SC, trocar a categoria dos predicados e os itens que assumem essa função.

Vamos ver por que optamos por não considerar, nas seções "P e PPs" e "A e APs", que preposição e adjetivo pudessem ter argumento externo e por que preferimos assumir que o sintagma parecido com o argumento externo é na realidade o sujeito de uma SC.[9] Se representássemos *o João* como argumento externo dos adjetivos *lindo*, *capaz* ou da preposição *de* (o que seria possível se esta fosse uma instância de *de* como preposição lexical), como fazemos parcialmente em (91), não enfrentaríamos problemas mais sérios:

(91)



Nestes casos, *o João* seria s-selecionado pelo adjetivo ou pela preposição, itens dos quais receberia sua função semântica. Entretanto, ainda restaria um problema sério para enquadrar o DP *o João* como argumento externo de *um gato*: o que teríamos no fim das contas é DP como argumento externo do determinante *um*, representação implausível pois, sendo de natureza funcional, o determinante *um* não atribuiria função semântica a este DP.

Chama a atenção em (89) o fato de qualquer uma das SCs não ser a projeção máxima de nada, o que contraria o princípio da Teoria X-barra: todo sintagma tem uma projeção mínima, uma projeção intermediária e uma projeção máxima. Mesmo assim, vamos manter SC como sintagma para deixar a forma de representar sentenças num patamar simples, tendo em vista que esta simplificação não prejudica substancialmente nossa exposição (remetemos o leitor interessado à bibliografia que trata do assunto).

Observemos que nos exemplos em (89) as SCs são todas complemento de verbo. Agora vamos rapidamente investigar se elas podem ser também adjuntos e concentrar nossa atenção nos casos em que um AP é o predicado da SC. A investigação fica interessante se consideramos sentenças como as de (92):

(92) a. A menina sentou desajeitada.
b. A menina comeu o bolo faminta.

Em (92) temos os adjetivos *desajeitada* e *faminta*. Se quisermos manter que só existem duas possibilidades de inserir um AP numa estrutura, temos que descartar uma terceira, que ocorre nos exemplos em (92): representar os APs como adjuntos de VP. Esta possibilidade não é de todo implausível, dado que os adjetivos *desajeitada/faminta* se relacionam com o VP de alguma maneira, ou seja, eles descrevem o modo como a menina se sentou ou comeu o bolo. Porém, temos que considerar também que os APs predicam sobre *a menina*, fenômeno semântico ao qual a concordância dá suporte. Se, agora, representamos o AP como adjunto de VP, a representação não tem como captar o fato de os APs serem predicados de um DP. Assim, temos que retornar às duas possibilidades iniciais: os APs são talhados para ser adjunto de NP, como desenhado em (78d'), ou predicado (= predicativo) de uma SC e, então, seriam desenhados como em (90), trocando o DP *um gato* por um AP.

Certamente, os APs em (92) não podem ser adjuntos do NP *menina*: se fossem, fariam parte do DP [*a menina desajeitada*] ou [*a menina faminta*] e as sentenças que teríamos seriam as de (93):

(93) a. A menina desajeitada sentou.
b. A menina faminta comeu o bolo.

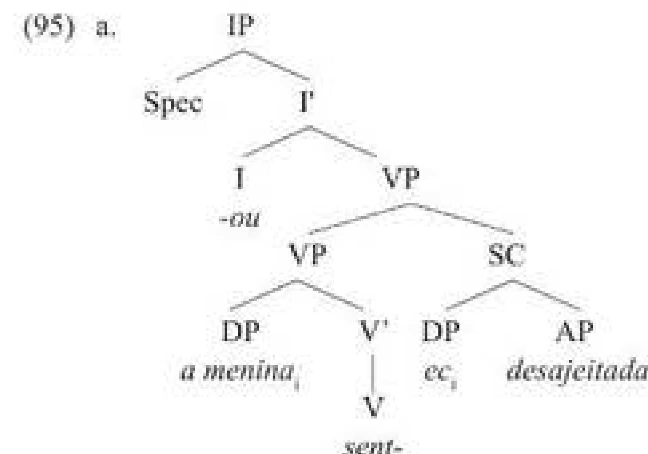
Assim, os adjetivos não poderiam vir separados[10] de *a menina*. Como admitimos que só existem duas possibilidades de inserir um AP numa sentença, não temos outra saída: o AP deve ser predicado de uma SC.

Seria uma boa solução imaginar que a SC tenha *a menina* como sujeito e um dos APs como predicado? Esta possibilidade não deve ser adotada porque nos conduziria a afirmar que os verbos *sentar* e *comer* podem ter uma SC como argumento externo, o que não estaria de acordo com as propriedades de seleção desses verbos: o argumento externo deles tem que ser um DP que em (92) é *a menina* e em (93a) é [*a menina desajeitada*] e em (93b) é [*a menina faminta*]. Se *a menina* não pode ser o sujeito da SC, que DP deveria ser o seu sujeito? A resposta é que o sujeito da SC é um DP vazio **ec**. Para captar o fato de que os APs predicam sobre o DP *a menina*, dizemos que ambos os DPs têm o mesmo referente e representamos isso com os índices subscritos em (94):

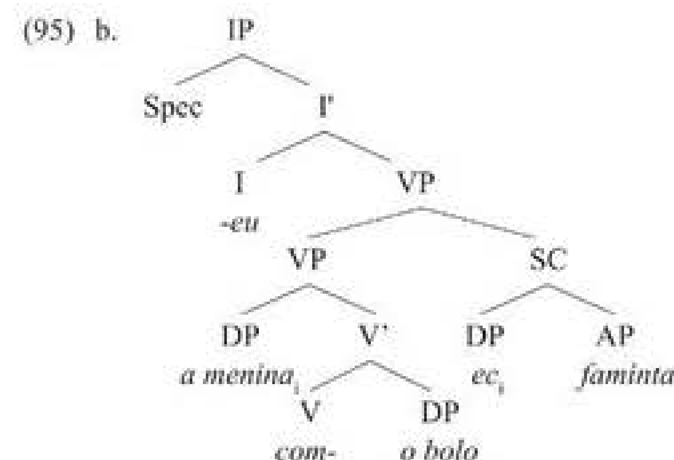
(94) a. A menina$_i$ sentou [$_{SC}$ *ec*$_i$ desajeitada]
b. A menina$_i$ comeu o bolo [$_{SC}$ *ec*$_i$ faminta]

Agora, estamos prontos para decidir se uma SC pode ser um adjunto. A conclusão é que pode. Assim, a representação de (92) é (94), desenhada em (95):

(95) a.



(95) b.



As árvores de (95) têm a SC como adjunto do VP. Agora, as representações captam as relações que os APs mantêm com o DP *a menina* e com o VP: primeiro, o AP predica sobre *a menina* indiretamente, pois é predicado de uma **ec** coindexada (correferencial) com aquele DP; depois, o AP, como adjunto do VP, representa o modo como a menina se sentou ou como a menina comeu o bolo. Ao mesmo tempo, elas permitem afirmar que os APs não são adjuntos do VP.[11] O que não temos condições de explicar neste momento é por que o sujeito da SC adjunto tem que ser uma **ec**, exigência que não se verifica se a SC é o complemento de um verbo, como mostram os exemplos em (89). Contudo, uma explicação será esboçada mais adiante, no capítulo "Teoria do Caso".

Finalmente, retomemos a discussão com a qual iniciamos este capítulo, agora que o funcionamento da Teoria X-barra foi exposto e os conceitos de SC e de DP estão razoavelmente assentados. Reconsideremos a sentença (1), aqui repetida como (96), e suas paráfrases, repetidas como (97):

(96) O juiz julgou a ré culpada.
(97) a. O juiz julgou a ré que era culpada.
b. O juiz julgou que a ré era culpada.

A ambiguidade que (96) encerra é facilmente explicada. O sentido parafraseado por (97a) resulta da estruturação de [*a ré culpada*] como um DP em que *culpada* é o adjunto do NP preenchido por *ré*. Isto é, o vértice formado por [*a ré culpada*] é um DP. Por isso, o processo de clivagem afeta o DP integralmente e a clivada em (98a) só pode ter o sentido parafraseado em (97a):

(98) a. Foi a ré culpada que o juiz julgou.
b. Foi a ré que o juiz julgou culpada.

O sentido parafraseado por (97b) condiz com a estruturação de [*a ré culpada*] como uma SC em que *culpada* é o predicado e *a ré* é o sujeito. Agora o DP se forma integralmente antes de formar vértice com o AP e compor uma SC. Por isso, a clivagem afeta exclusivamente *a ré* (ou exclusivamente *culpada*), que agora é o DP integral, e a clivada em (98b) só pode ter o sentido parafraseado em (97b).

As sentenças

Ao longo deste capítulo vimos como são estruturados os sintagmas e, de modo esparso, os resultados das combinações de sintagmas, que são as sentenças. Nesta seção, vamos abordar brevemente as sentenças finitas matrizes e encaixadas.

AS SENTENÇAS MATRIZES

As sentenças matrizes são facilmente reconhecidas pelo ato de fala que elas realizam: declarativas, interrogativas, exclamativas e imperativas. Para efeitos de representação arbórea, opomos as declarativas às outras. Simplificadamente, dizemos que uma sentença declarativa é um IP e que sua árvore se inicia no IP, como em (99a), a não ser que ela contenha, na periferia esquerda, algum tópico (sintagma que veicula informação compartilhada pelo falante e ouvinte), como mostra (99b), ou um foco (sintagma que veicula informação que se supõe não conhecida pelo ouvinte), exemplificado em (99c).

(99) a. [$_{IP}$ João entrou silenciosamente pela porta de trás].
b. [$_{TopP}$ O João, [$_{IP}$ ele entrou silenciosamente pela porta de trás]].
c. [$_{FocP}$ Pela porta de trás [$_{IP}$ o João entrou silenciosamente, não pela da frente]].

Por sua vez, as sentenças imperativas (100a), as exclamativas (100b,c,d) e as interrogativas (100e,f,g,h) são CPs e sua árvore se inicia em CP, mesmo se não existe nenhum item pronunciado em CP:

(100) a. [$_{CP}$ [$_{IP}$ Entre pela porta de trás]].
b. [$_{CP}$ [$_{IP}$ Ela é bonita]]!
c. [$_{CP}$ Como [$_{IP}$ ela é bonita]]!
d. [$_{CP}$ Como que [$_{IP}$ ela é bonita]]!
e. [$_{CP}$ [$_{IP}$ O João entrou pela porta de trás]]?
f. [$_{CP}$ [$_{IP}$ O João entrou por onde]]?
g. [$_{CP}$ Por onde [$_{IP}$ o João entrou]]?
h. [$_{CP}$ Por onde que [$_{IP}$ o João entrou]]?

As sentenças exclamativas podem conter uma expressão Wh que, sistematicamente, é movida, na SS, para o Spec de CP (100c). O núcleo de CP pode ser preenchido pelo complementizador *que* (100d), caracterizando o fenômeno conhecido como Comp duplamente preenchido: o Spec e o núcleo de CP são preenchidos.

Chamamos a atenção para o fato de as sentenças interrogativas serem do tipo *sim/não* (polares) ou do tipo Wh. As primeiras se caracterizam por pedirem uma resposta afirmativa ou negativa, como é o caso de (100e); as segundas se caracterizam por conterem um pronome Wh, que sustenta a pergunta e determina qual deve ser a resposta. Em (100f,g,h), o pronome Wh *onde* indica que a sentença é uma pergunta sobre o lugar por onde João entrou e que a resposta deve ser um lugar. Em (100f), a expressão Wh se manteve *in situ* e em (100g,h) ela foi movida, na SS, para Spec de CP. (100h) exemplifica outro caso de Comp duplamente preenchido, isto é, o caso em que a expressão Wh ocupa o especificador de CP e o núcleo de CP é preenchido por C.

AS SENTENÇAS ENCAIXADAS

As sentenças encaixadas, como qualquer sintagma encaixado, são penduradas na árvore como argumento (especificador ou complemento) ou como adjunto. Como o CP é a categoria que possibilita o encaixe de uma sentença finita em outra, as encaixadas são todas CPs. O encaixe é possibilitado pelo Spec do CP, pelo núcleo C ou por ambos.

O encaixe com complementizador

O complementizador se

Para encaixar sentenças em português, temos dois complementizadores: *que* e *se*. O último se presta a encaixar interrogativas do tipo *sim/não*, sempre como complemento de um núcleo que seleciona uma pergunta. Em geral esse núcleo é um verbo que seleciona uma sentença interrogativa. Observemos (101):

(101) a. João perguntou [se a Maria chegou ou não].
b. *João perguntou [que a Maria chegou].
c. João disse [se a Maria chegou ou não]?
d. *João disse [que a Maria chegou ou não].

(101a) é uma sentença declarativa que tem uma interrogativa *sim/não* como complemento do verbo *perguntar*. Assim, o escopo da pergunta está circunscrito à sentença encaixada em (101a). Por outro lado, (101b) é agramatical porque o complemento de *perguntar* tem que ser uma interrogativa e a sentença encaixada não tem nenhuma marca de que é interrogativa. Já (101c) é uma pergunta *sim/não* e o verbo *dizer* tem como complemento uma outra interrogativa *sim/não*, esta encabeçada pelo *se*. Veja que as respostas polares possíveis para (101c) são *disse* ou *não disse*, onde o verbo (= a sentença) matriz vai ser afirmado ou negado, mas não o verbo encaixado. Por outro lado, a sequência *ou não* entre os colchetes em (101d), marca de uma pergunta polar, é incompatível com uma sentença introduzida pelo complementizador *que*. Portanto, o complementizador *que* não pode encabeçar uma interrogativa *sim/não* encaixada, o que faz com que a sentença (101b) seja agramatical.

O complementizador que

O complementizador *que* sozinho encaixa sentenças sem traços interrogativos, como vemos em (102):

(102) a. João disse que a Maria chegou.
b. João acha que a Maria chegou.
c. *João acha se a Maria chegou.
d. João quer que a Maria dance.
e. João lamenta que a Maria dance.

A sentença encaixada pode ter seu verbo no indicativo (102a,b) ou no subjuntivo (102d,e), dependendo do núcleo/verbo que a seleciona. Comparando (101c) com (102a), vemos que o verbo *dizer* é ambíguo no que diz respeito à seleção de seu complemento: tanto pode ser um CP interrogativo, como mostra (101c), quanto um declarativo, como mostra (102a). Por sua vez, o verbo *achar* não tolera um CP interrogativo como complemento, como mostra a impossibilidade de (102c).

Além de possibilitar o encaixe de complementos sentenciais de verbos, o complementizador *que* encabeça complementos de nomes (103), de preposições (104), de advérbios (105):

(103) a. João tem medo que a Maria volte.
b. João tem esperança que a Maria volte.

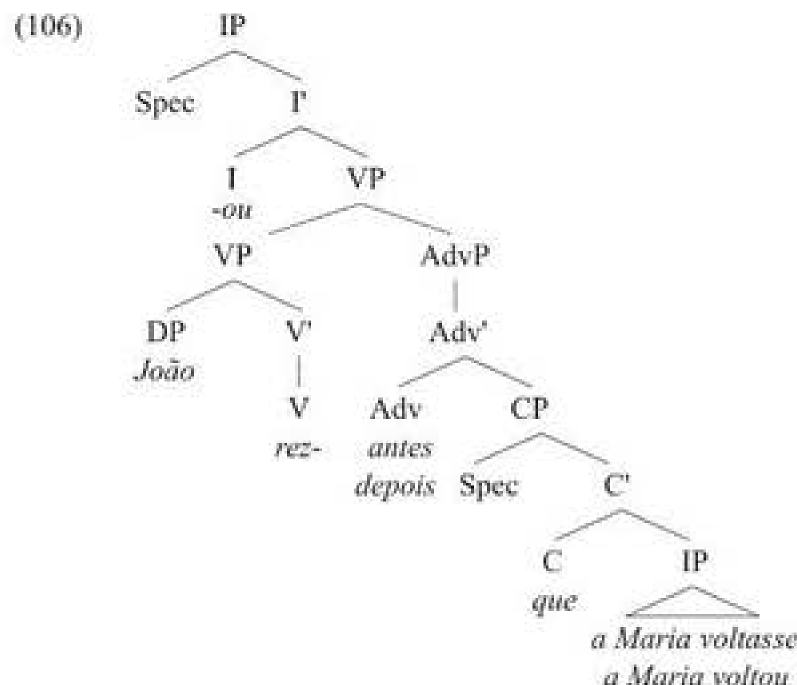
(104) a. João tem medo de que a Maria volte.
b. João rezou porque a Maria voltou.
c. João rezou para que a Maria voltasse.

(105) a. João rezou antes que a Maria voltasse.
b. João rezou depois que a Maria voltou.

Observe, mais uma vez, que o fato de o verbo adotar flexão de subjuntivo ou indicativo está na dependência de qual é o núcleo que seleciona o complemento. Por exemplo, os núcleos *para* e *antes* selecionam flexão de subjuntivo, como vemos em (104c) e (105a), respectivamente; os núcleos *por* e *depois* selecionam flexão de indicativo, como vemos em (104b) e (105b).

Alertamos o leitor para que não se deixe despistar por concepções tradicionais e atente para o fato de que, nas sentenças de (104b,c) e nas de (105), o CP introduzido pelo *que*, sem ser um adjunto, faz parte de um adjunto: certamente, ele faz parte do adjunto, mas realmente ele é o complemento da preposição em (104b,c) e do advérbio em (105). Quem quiser refrescar a memória pode representar as sentenças de (104b,c) na DS. Nós aqui ficamos com a novidade, representando as sentenças de (105) na DS:

(106)



Por fim, o complementizador *que* encaixa sentenças finitas como argumento externo/especificador de verbos (107) e como sujeito de SCs (108):

(107) a. Enfurece o João [que a Maria beije o Pedro].
b. [Que a polícia tivesse chegado rápido] fez os bandidos fugirem.

(108) a. É provável [que a Maria vá viajar].
b. João considera improvável [que o Pedro vença a corrida].

As classes de verbos que selecionam esses CPs como argumento externo são, em especial, a dos verbos psicológicos que têm o causador como argumento externo e a dos causativos. O fato de esses CPs não acabarem naturalmente na posição de sujeito da sentença vai ser abordado e explicado no capítulo "Teoria do Caso".

As sentenças relativas

Existem dois tipos principais de sentença relativa: as que têm que ter um nome como antecedente e as que não podem ter:

(109) a. O professor conversou com os alunos que foram reprovados.
b. *O professor conversou com que foram reprovados.
c. *O professor conversou com os alunos quem foram reprovados.
d. O professor conversou com quem foi reprovado.

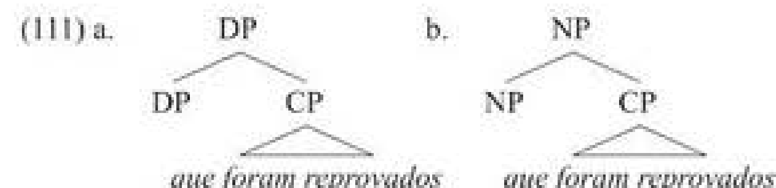
Uma relativa encabeçada pelo *que* deve ter um nome antecedente, como *alunos* em (109a). A falta do nome torna a sentença agramatical, como vemos em (109b). Por outro lado, uma relativa encabeçada pelo *quem* é gramatical sem o nome antecedente, como vemos em (109d), mas agramatical na presença do nome, como mostra (109c). As primeiras, chamadas de relativas com núcleo nominal (RNN), serão rapidamente abordadas nesta seção. As segundas, chamadas de relativas livres (RL), serão abordadas na próxima seção, dada a semelhança formal com as interrogativas Wh encaixadas.

As RNNs são semanticamente de dois tipos: as chamadas restritivas, exemplificada em (110a), e as apositivas, da qual um exemplo se encontra em (110b).

(110) a. O professor conversou com os alunos que foram reprovados. (= (109a))
b. O professor conversou com os alunos, que foram reprovados.

A distinção semântica entre elas pode ser posta nos seguintes termos: em (110a), de todos os alunos que estão no universo do discurso, reprovados ou não, o professor conversou apenas com os que foram reprovados, ou seja, a RNN realiza uma operação de restrição sobre o conjunto das entidades que estão no universo do discurso, definido pelo nome antecedente; em (110b) por outro lado, o professor conversou com todos os alunos que se encontravam no universo do discurso, conjunto composto apenas por alunos reprovados. Sintaticamente, vamos captar a diferença semântica assumindo que a apositiva é pendurada como adjunto do DP e a restritiva como adjunto do NP:

(111) a.

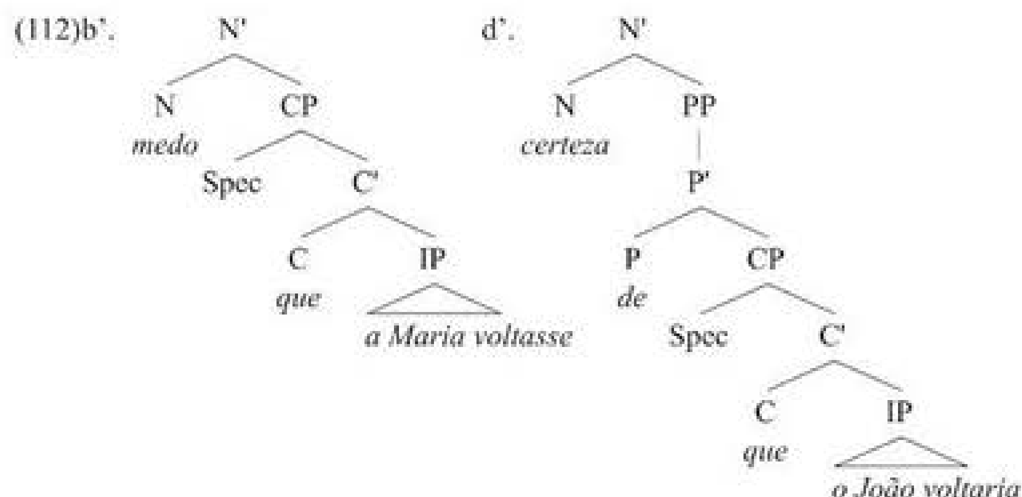


Atendo-nos, doravante, às relativas restritivas, vamos mostrar como reconhecê-las. O primeiro passo é observar que a relativa sempre tem um nome antecedente, como *alunos* em (110a). O segundo é observar que o antecedente desempenha uma função dentro da relativa, função esta que é representada por uma categoria vazia ou por um pronome. Para fazer um exercício de reconhecimento, consideremos (112), onde os exemplos foram elaborados para figurar como pares mínimos:

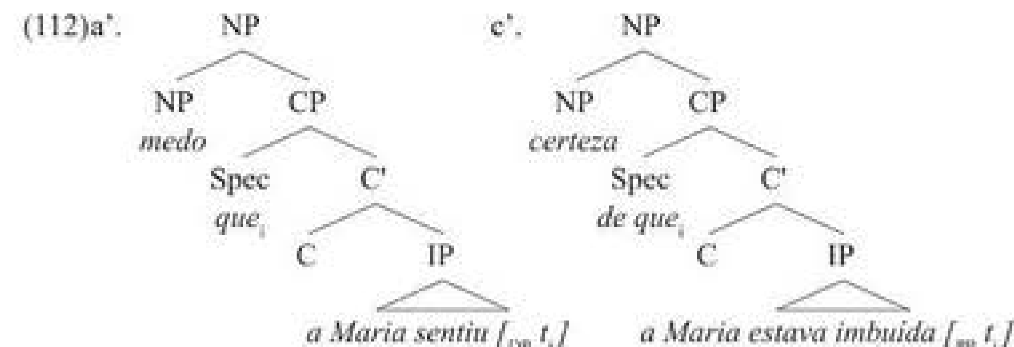
(112) a. O medo$_i$ [que a Maria sentiu ec$_i$] assustou os pais.
b. O medo [que a Maria voltasse] preocupava o João.
c. A certeza$_i$ [de que a Maria estava imbuída ec$_i$] preocupava o João.
d. A certeza [de que o João voltaria] nunca abandonou a Maria.

Em todos os exemplos de (112), embora nem todas as sentenças entre colchetes sejam RNNs, elas seguem um nome (*medo* ou *certeza*), o que significa que o primeiro passo não é suficiente para o reconhecimento. Precisamos recorrer, então, ao segundo passo. Como marcado em (112a) e (112c), as sentenças entre colchetes contêm uma categoria vazia *ec* que representa o lugar onde o antecedente deve ser recuperado. Em (112a), *medo* deve ser o complemento de *sentiu*: [*a Maria sentiu medo*]; em (112b), *certeza* deve ser parte do complemento preposicionado de *imbuída*: [*a Maria estava imbuída da certeza*]. Por outro lado, não existe em (112b,d) categoria vazia que retome o antecedente.

Se nos perguntarmos, agora, qual é a categoria do *que* em (112), temos que dizer que em (112b) ele é um complementizador que introduz a sentença complemento do nome *medo* e em (112d) ele é também um complementizador que introduz a sentença complemento da preposição *de*, como representamos em (112b',d') respectivamente:



Entretanto, nas outras sentenças de (112) *que* é um pronome relativo que, na representação em DS de (112a), é gerado como complemento de *sentiu* e em SS é movido para o Spec de CP, como mostramos na SS em (112a'); na DS de (112c), *que* é gerado na posição de complemento da preposição *de* e na SS o PP é movido para o Spec de CP, como mostramos na SS em (112c').



Nas duas árvores acima, o C está vazio e os pronomes relativos foram movidos para Spec de CP, o que deve acontecer com todo pronome relativo. Observe, em especial, que em (112c') a preposição é movida junto com o pronome relativo *que*, caracterizando o fenômeno que é conhecido como *pied piping*. Quando a preposição é abandonada no PP, temos o fenômeno conhecido como *preposition stranding* (abandono da preposição), que é praticamente ausente no português, mas muito frequente no inglês, por exemplo.

O português brasileiro apresenta os três tipos de RNNs exemplificados em (113):

(113) a. Maria é a menina com quem o João sai.
b. Maria é a menina que o João sai.
c. *Maria é a menina que o João sai com.
d. Maria é a menina que o João sai com ela.

Os três exemplos foram montados tendo um PP como o sintagma relativizado porque assim os fenômenos envolvidos ficam visíveis. (113a) evidencia um caso de *pied piping* e sua derivação é feita por movimento do PP [*com quem*] para o Spec de CP na SS. (113b) exemplifica um tipo de relativa que é chamada de cortadora (a preposição é cortada). Uma das derivações elaboradas para ela começa numa DS que tem *que* preenchendo C e um pronome relativo nulo como complemento da preposição. O pronome relativo nulo é movido para Spec de CP e, então, a preposição abandonada é apagada. Se a preposição abandonada não é apagada, temos a sentença agramatical em (113c). Por fim, (113d) é um exemplo de uma relativa resumptiva, assim chamada porque ela contém um complementizador em C e um pronome como complemento da preposição que encabeça o PP relativizado. Para essas, a rigor, não se postula movimento para derivar a relativa, pois falta uma posição vazia de onde o relativo possa ter sido movido.

Quando o sintagma relativizado é um DP, as relativas são como as de (114):

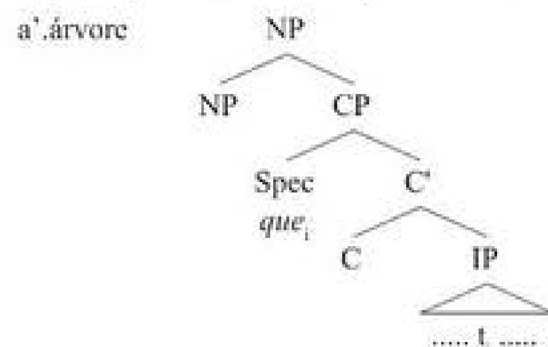
(114) a. Eu tenho um amigo que ele gosta muito de futebol.
b. Eu tenho um amigo que gosta muito de futebol.

(114a) é claramente uma relativa resumptiva, com a mesma derivação proposta acima. Mas sobre (114b) pairam dúvidas quanto à natureza categorial do *que*: é pronome relativo ou é complementizador? Para os propósitos introdutórios deste *Manual*, vamos assumir que o *que* é um pronome relativo gerado na posição do DP relativizado na DS e que na SS vai ser movido para o Spec de CP.

É oportuno juntar tudo o que dissemos até aqui a respeito do *que*, no resumo em (115):

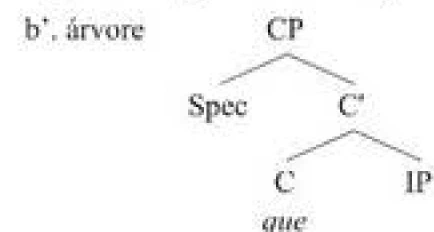
(115) a. *que* = pronome relativo (preenche um DP) = ordem [NP + *que*]

a'.árvore



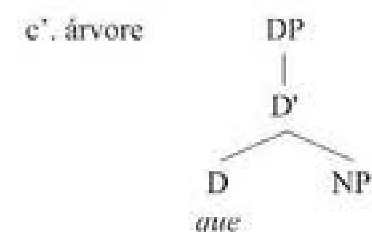
b. *que* = complementizador (preenche C)

b'. árvore



c. *que* = determinante interrogativo (preenche D) = ordem [*que* + NP]

c'. árvore



As relativas livres e as interrogativas Wh encaixadas

As relativas livres (RL) são assim chamadas por não estarem na dependência de um nome. Elas são introduzidas por pronomes relativos que trazem embutidos certos traços semânticos como [humano] em *quem*, [-animado] em *o que*, [tempo] em *quando*, [lugar] em *onde*, [modo] em *como*, [quantia] em *quanto*. Além de serem pronomes relativos, esses itens podem funcionar também como pronomes interrogativos. Por isso, as RLs se assemelham às interrogativas Wh encaixadas. Nos exemplos em (116) temos a mesma sequência entre colchetes, mas em (116a) ela é uma RL e em (116b) uma interrogativa:

(116) a. João detesta [quem a Maria ama].
b. João perguntou [quem a Maria ama].

Nossa tarefa nessa seção é criar meios de distinguir as interrogativas e as RLs. Para tanto, precisamos ter em mente, primeiro, que as RLs podem desempenhar várias funções sintáticas, como sujeito (117a), complemento de verbo (117b,c), complemento de preposição (117d) ou adjunto do VP (117e,f):

(117) a. [Quem ama] sofre.
b. Maria comeu [o que o João cozinhou].
c. João pôs o sapato [onde a Maria guarda os chinelos].
d. Ele só trabalha para [quem paga bem].
e. Maria saiu [quando João chegou].
f. Maria comprou o sapato [onde o João trabalha].

Em todas as sentenças de (117) os pronomes Wh podem ser reconhecidos como relativos: eles ao mesmo tempo estão para a sentença matriz e para a encaixada. Por exemplo, *onde* em (117c) marca o lugar em que o João pôs o sapato e o lugar em que a Maria guarda os chinelos; *quando* em (117e) marca o tempo em que a Maria saiu e o tempo em que o João chegou. Atenção para as consequências do que foi dito: chamar *quando* de pronome relativo implica considerar a sentença entre colchetes uma RL e abandonar a concepção tradicional de que *quando* é uma conjunção.

Por sua vez, as interrogativas Wh se encaixam invariavelmente como complemento de verbos que selecionam perguntas, como é o caso de *perguntar* em (116b). A questão de reconhecer se uma sentença Wh é RL ou interrogativa se põe quando ela figura como complemento de verbo. Nessa situação podemos recorrer a várias táticas. Uma tática consiste em inserir (*é*) *que* logo após a expressão Wh. Se a inserção produz uma sentença gramatical, temos uma interrogativa, como fazemos em (118):

(118) a. *João detesta quem (é) que a Maria ama.
b. João perguntou quem (é) que a Maria ama.

Outra estratégia consiste em trocar a expressão Wh por uma expressão nitidamente interrogativa, como uma sequência [*que* NP], ou relativa, como a sequência [NP *que*], exemplificadas em (119):

(119) a. João detesta o [rapaz que] a Maria ama.
b. João perguntou [que rapaz] a Maria ama.

Essas táticas são úteis sobretudo quando temos verbos ambíguos quanto a selecionarem complementos declarativos ou interrogativos, como acontece com o verbo *dizer*:

(120) a. João disse quando ((é)que) a Maria vem?
b. João disse que a Maria vem?

Em (120a) o complemento de *dizer* é uma pergunta, como atesta a possibilidade de inserir o *(é)que*, mas não em (120b).

A coordenação

Os processos sintáticos envolvidos nas combinações de constituintes para formar sintagmas e sentenças apresentados até agora supõem encaixe. O encaixe é uma relação assimétrica que subordina um sintagma a um núcleo ou a um outro sintagma. Assim é que um NP é encaixado como complemento de D, um CP ou um InfP podem ser encaixados como argumento interno ou externo de um V, um IP é encaixado como complemento de C, um PP pode ser encaixado como adjunto de um VP ou NP e assim por diante.

Entretanto, na sintaxe das línguas naturais há outro processo envolvido nas combinações, que é a coordenação. Esta é uma relação simétrica que se estabelece entre constituintes do mesmo nível sintático. Assim, é possível combinar coordenando um sintagma com outro, mas é impossível combinar coordenando um núcleo com um sintagma. Entretanto, os sintagmas combinados têm que ser da mesma natureza observando o que se chama **paralelismo categorial/sintático**:

(121) a. João comprou um livro e um caderno. (DP + DP)
b. *João comprou um livro e para Maria. (DP + PP)
c. João comprou um livro bonito e barato. (AP + AP)
d. João comprou um livro para a Maria e para a Joana. (PP + PP)
e. *João comprou um livro por vinte reais e de poesia. (PP_{por} + PP_{de})
f. *João comprou o livro que a Maria queria e bonito. ($CP_{Relativo}$ + AP)
g. João comprou o livro que era bonito e (que) a Maria queria. (CP + CP)

Em (121b,f) observamos que quando combinamos sintagmas categorialmente diferentes a coordenação falha. Quanto aos PPs, a coordenação de dois deles falha se as preposições que os encabeçam são diferentes, como vemos em (121e).

Aparentemente podemos combinar coordenando um núcleo com outro núcleo. Observe (122):

(122) a. A função de João na construção civil é cobrir e pintar casas.
b. João sorriu e partiu.

Em (122a) teríamos combinado dois núcleos verbais infinitivos e em (122b) dois núcleos verbais finitos. Porém, devemos ter em mente que no primeiro caso a coordenação se processa entre [*cobrir* (*casas*)] e [*pintar casas*], que são, de acordo com o que vimos antes, sintagmas InfPs. No segundo caso, podemos conceber que a coordenação é entre dois IPs: [*João sorriu*] e [(*João*) partiu]. Apontamos simplesmente a diferença de comportamento sintático das relações anafóricas quando se trata de coordenação de sujeito ou de objeto: no primeiro caso, a segunda ocorrência é apagada, enquanto no segundo a ocorrência que é apagada é a primeira.

A coordenação implica também um **paralelismo semântico** que dita que os sintagmas coordenados devem ser do mesmo tipo semântico. Violações desse tipo de exigência têm efeitos que nem sempre resultam em má-formação semântica, mas que são largamente utilizados para produzir humor, como se pode observar em (123):

(123) a. Drummond perdeu o bonde e a esperança.
b. Bentinho conhecia o rapaz de vista e de chapéu.
c. Ao ser ignorado, o condômino de Sabino recolheu as ideias e a barriga e se sentou.
d. Marcela amou o Brás Cubas durante dez meses e dez mil reais.

Bibliografia adicional

Recomendamos a leitura paralela dos outros manuais já citados no capítulo *O estudo da gramática*, sobretudo para enriquecer seu conhecimento com a discussão de questões levantadas por outros fenômenos ou por outras línguas. Após ter aprendido mais sobre o funcionamento da teoria gerativa e percorrido todo o *Manual*, sugerimos algumas leituras bem mais especializadas:

1. Pollock, J-Y. (1989) "Verb movement, UG and the structure of IP". Neste artigo é proposto que o IP deve ser cindido em duas categorias independentes, TP e AgrP.
2. Belletti, A. (1990) *Generalized Verb Movement*. Neste livro, ao mesmo tempo que é assumida a cisão do IP, a autora propõe que AgrP domina TP, ao contrário de Pollock (1989). Vários argumentos são oferecidos em favor desta ordenação.
3. Larson, R. K. (1988) "On the double object construction". Neste artigo o autor propõe que seja possível o desdobramento do VP em um conjunto de projeções VP para dar conta das construções de duplo objeto no inglês. Este artigo abre uma outra possibilidade de representação para os verbos que têm dois complementos.
4. Rizzi, L. (1997) "The fine structure of left periphery". Neste artigo o autor explora a possibilidade de expandir o CP em várias categorias, na mesma linha de raciocínio embutida nas propostas de Pollock (1989) para o IP e de Larson (1988) para o VP.
5. Koopman, H. & D. Sportiche (1991) "The position of subjects". Estes autores discutem a proposta de o sujeito da sentença nascer como argumento externo do V argumentando em favor dela.
6. Grimshaw, J. (1991) "Extended projections". Esta autora propõe que cada categoria lexical tem uma projeção estendida constituída pelo conjunto das categorias funcionais que a dominam.
7. Abney, S. P. (1987) *The English Noun Phrase in its Sentential Aspect*. Este autor estuda, em sua tese, a estruturação do DP fazendo um paralelo entre o papel das categorias funcionais para o NP e para o VP.
8. Se o leitor quiser se aprofundar no tópico sobre *Small Clauses*, uma excelente opção é consultar um livro editado por A. Cardinaletti A. & M.T. Guasti (1995) intitulado justamente *Small Clauses*. Igualmente interessante é um número de (2007) da revista *Cadernos de Linguísticos* editada pela Unicamp.

9. Sobre advérbios e sua relação com outros elementos da sentença, sugerimos três obras que adotam diferentes análises sobre o fenômeno: (1) Cinque (1999) *Adverbs and functional heads. A cross-linguistic perspective*, (2) Costa (1998) *Word Order Variation: a constraint-based approach* e, finalmente, (3) Ernst (2002) *The syntax of adjuncts*. Este último parte da análise de Cinque, que propõe que determinados advérbios estejam vinculados a categorias funcionais específicas, para formular uma proposta bastante diversa, mas o leitor deve considerar que é uma obra bastante técnica, demandando algum conhecimento em semântica também. Todos esses textos estão em inglês.
10. Para uma outra apresentação da Teoria X-barra com vistas à aplicação computacional, sugerimos a leitura de Othero (2006) *Teoria X-barra*.
11. As sentenças relativas podem ser tratadas de modo diferente do que tratamos neste *Manual*. Quem quiser tomar conhecimento desse tratamento inovador, pode ler Bianchi (1999) *Consequences of Antisymmetry: Headed Relatives Clauses* e a dissertação de Kenedy (2002) *Aspectos Estruturais da Relativização em Português*.

Exercícios

1. Considere as sentenças de (1) a (8):

(1) Ele entrou [na sala de professores].
(2) Ele entrou [na sala de muletas].
(3) Ele recebeu [uma fotografia de Florianópolis].
(4) Ele viu [a menina bonita].
(5) Ele perdeu [o livro de matemática].
(6) Ele viu [a menina bonita feia].
(7) Ele entrou [na sala de muletas de muletas].
(8) *Ele perdeu [o livro de matemática de física].

Questões:

a) Quais das sentenças são ambíguas? Quais não são ambíguas?
b) Desfaça a ambiguidade utilizando um ou mais testes que permitam ver que a ambiguidade reside na estrutura do que está entre colchetes.
c) Tente explicar por que (8) é malformada enquanto (6) e (7) não são.
d) Tente inventar sentenças que apresentem ambiguidade estrutural.
e) Represente em DS cada sentido que as sentenças podem ter.

2. Explique os conceitos tradicionais de predicativo e de adjunto adnominal à luz do que foi estudado neste capítulo.
3. Tendo em vista as ocorrências da preposição *de* nas sentenças a seguir, decida quais delas são lexicais e quais são funcionais:

   (1) O Émerson gosta **de** viajar **de** carro.
   (2) Eu preciso **de** dinheiro.
   (3) A Maria veio **de** Salvador.
   (4) O fato **de** o dólar disparar não freia a minha fome.
   (5) Esta mesa é feita **de** mármore **de** Carrara.

4. Tendo em mente o nível de representação DS e ignorando a estrutura interna dos DPs, desenhe as árvores dos sintagmas ou pedaços de sintagmas entre colchetes:

   (1) [gostar de leitura]
   (2) [a Maria comprar o carro]
   (3) [o menino sorrir]
   (4) [nevar]
   (5) [o motorista atropelou o pedestre].
   (6) [o que a Maria comprou]?
   (7) [a Maria comprou o quê]?
   (8) O João pergunta [o que a Maria comprou].
   (9) O João afirmou [que a Maria comprou um sapato].
   (10) O João afirmou que [a Maria comprou o quê]?

5. Admitimos que os sintagmas nas sentenças a seguir estão relacionados com o VP. Os que estão grifados são adjuntos e os que estão entre colchetes são complementos. Considerando isso, represente as sentenças em DS de maneira adequada.

   (1) O João viaja de trem.
   (2) A Maria gosta [do João].
   (3) A Mara detesta [que o João use tênis].
   (4) A Maria dançou a valsa no teatro municipal.
   (5) A Maria dançou a valsa no teatro de bonecos.
   (6) A Maria dançou a valsa no teatro que o João construiu.
   (7) A Maria pensa [no futuro].
   (8) A Maria pensa [que o João ama a Joana].
   (9) A Maria abandonou os estudos por desânimo.
   (10) A Maria abandonou os estudos porque viajou para Europa.

6. Represente as sentenças em SS e em DS (se possível, faça isso pondo as duas representações lado a lado para facilitar a comparação entre elas), sem se preocupar em desdobrar os DPs:

   (1) O lenhador derrubou a árvore.
   (2) Nevou em Fortaleza.
   (3) Quem a Maria encontrou?
   (4) Quem encontrou a Maria?
   (5) Quem que encontrou a Maria?
   (6) Você acha que o João comprou o quê?
   (7) O que você acha que o João comprou?
   (8) O João cortou cebola para as meninas chorarem.
   (9) O João cortou cebola para que as meninas chorassem.
   (10) Eu acredito que a Maria volte para casa.

7. Nas sentenças que se seguem escolhemos alguns sintagmas pondo-os entre os colchetes. Represente-os decompondo-os ao máximo:

   (1) [O tampo de mármore da mesa do pai da Joana] quebrou.
   (2) [A conquista da lua pelo astronauta no século passado] foi emocionante.
   (3) [O medo de que os piratas atacassem o navio] contagiava todo mundo.
   (4) [A casa que a vizinha comprou na semana passada] é linda.
   (5) [O medo de que a casa que ele comprou da vizinha desabasse] acabou.
   (6) Ele não consegue ser aprovado [por incompetência].
   (7) Ele não consegue comprar um carro [por sentir falta de dinheiro].
   (8) Ele não conseguiu comprar o carro [porque perdeu o dinheiro].
   (9) Ele não conseguiu comprar o carro [porque perdeu o dinheiro que emprestou dela].
   (10) Ele perguntou [por que ela voltou].

8. Observe que as sentenças a seguir são ambíguas, mas de modo diferente. Esta diferença depende do tipo de adjetivo envolvido: na literatura semântica, *sábio* é um adjetivo *individual level*, isto é, atribui uma propriedade ao rei que é tida como inerente, permanente; e *careca*, ao contrário, é um adjetivo *stage level*, isto é, a propriedade atribuída por ele ao rei não é tida como inerente, permanente. Por causa deste tipo de diferença semântica, (1) tem três sentidos enquanto (3) tem apenas dois. Os sentidos de (1) são parafraseados em (2) e os de (3) em (4). Discuta esta ambiguidade tentando, ao fim da discussão, desenhar uma árvore para cada sentido das sentenças.

   (1) Russelina achou o rei careca.
   (2) a. Russelina achou o rei que era careca.
       b. Russelina achou o rei quando estava careca.
       c. Russelina achou que o rei era careca.
   (3) Estraussiana achou o rei sábio.

(4) a. Estraussiana achou o rei que era sábio.
b. *Estraussiana achou o rei quando estava sábio.
c. Estraussiana achou que o rei era sábio.

9. Considere que o espaço entre os colchetes das sentenças a seguir pode ser preenchido por *porque* ou *por que*. Quando pronunciamos (1) não sabemos, evidentemente, se o que está entre colchetes é, de acordo com a ortografia, uma só palavra ou duas. Isto faz com que (1) seja ambígua. Entretanto, ao pronunciarmos (2) sabemos que a sentença não é ambígua. Discuta estes fatos usando todos os mecanismos apresentados ao longo deste capítulo. Não esqueça que a discussão tem que conter as árvores de cada (sentido da) sentença.

(1) Ele sabe [.........] estudou.
(2) Ele sabe física [........] estudou.

10. Quando propusemos o esquema X-barra, falamos de diversos níveis hierárquicos: o nível nuclear (X), o nível intermediário (X') e o nível máximo (XP). Dissemos também que, se é bastante intuitiva a existência dos níveis mínimo e máximo, já não é tão simples motivar a existência do nível intermediário. No entanto, a análise de certos fenômenos linguísticos pode ajudar a tornar mais real o nível X'. Faça uma lista de expressões idiomáticas (aquela do tipo *bater as botas* ou *dar uma mãozinha*) e examine quais são os sintagmas que se combinam para formá-las. São argumentos ou adjuntos ou ambos? São argumentos internos ou externos ou ambos? Enuncie então a generalização sobre o formato que pode ter uma expressão idiomática em português brasileiro. (Se o leitor conhece bem alguma outra língua, tente fazer o mesmo e veja se a generalização pode ser estendida a outras línguas naturais.)

Notas

[1] Esta propensão é tão forte que, quando temos como adjunto uma categoria não talhada para ser um adjunto, como um DP, somos compelidos a supor a existência de uma preposição não pronunciada para representá-lo. Assim, a expressão *a semana passada* em (i) deve ser representada como um PP e não como um DP:

(i) a. João escreveu esta carta a semana passada.
b. João escreveu esta carta $[_{PP}$ ∅ $[_{DP}$ a semana passada]]

[2] Se *de luxo* pode ser um sintagma autônomo, então a sentença vai ser ambígua e este PP vai ser parafraseado como *por ostentação* ou coisa semelhante.

[3] Estamos atentos ao fato de existirem preposições "semifuncionais", como a que encabeça o argumento locativo do verbo *pôr*. Devemos dizer que o verbo seleciona um locativo, sem o que a cena não fica completa, mas não podemos ignorar que a preposição que encabeça o PP locativo contribui para especificar o lugar.

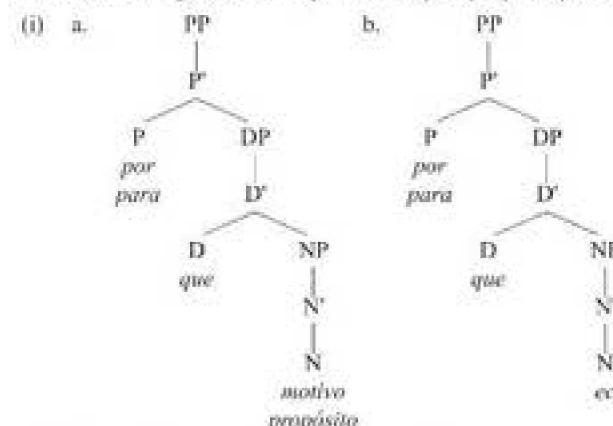
[4] A desconfiança tem toda a razão de ser. Sabemos que só escrevemos juntas (ou separadas por hífen) duas palavras que formam uma palavra composta (ex. *planalto*, *guarda-roupa*, *corre-corre*). Uma vez que uma palavra é composta, no nível da sintaxe ela não pode mais ser analisada nas partes que a compõem. Isto é, se separamos *plano de alto* ou *guarda de roupa*, o sentido da palavra composta se perde. No entanto, *porque* pode ser decomposto. Veja que a análise que podemos fazer de *porque* em (64a) é semelhante àquela que é feita para CPs cujo complementizador *que* é apagado. A consequência é que a sentença que era finita toma a forma de sentença infinitiva, como vemos em (i):

(i) a. Maria disse que está doente.
b. Maria disse estar doente.

Se retiramos o complementizador *que* do CP complemento de *dizer* em (ia), o que vamos ter é um complemento infinitivo em (ib). É exatamente isso que acontece em (64a): se retiramos o complementizador *que* escrito junto com a preposição *por*, o que teremos é a sentença infinitiva de (64b). E mais: a mesma análise pode ser estendida a *para que*, expressão que ninguém é instruído a escrever como uma palavra só.

[5] Aproveitamos a ocasião para tornar nítida a diferença entre a expressão Wh *por que/para que* e o *porque/para que*, exemplificado em (65) e na nota anterior, que se constitui de uma preposição mais um complementizador ocorrendo em adjacência. A expressão Wh *por que/para que* é representada em (ib):

(i) a. b.



(i) deixa explícito que o sintagma PP se estruturou com uma preposição lexical *por/para* que s-seleciona um DP compatível com motivo/propósito; o núcleo D é preenchido pelo determinante interrogativo *que*; o NP é preenchido em (ia) mas vazio em (ib). Veja que o elemento *que* de (65) é um complementizador, homófono do determinante interrogativo. Quando ocorrem numa sentença, as expressões Wh *por que/para que* serão adjuntos, digamos, de um VP. Em (ii) as expressões Wh são adjuntos do VP encabeçado pelo verbo *chorar* e na SS são deslocadas para o Spec do CP apropriado:

(ii) a. Por que a Maria chorou?
b. João perguntou $[_{CP}$ por que a Maria chorou].
c. Para que a Maria chorou?
d. João perguntou $[_{CP}$ para que a Maria chorou].

[6] Ignoramos o fato de a sentença poder ser ambígua: o sentido que estamos deixando de lado é aquele em que *o prédio/de que prédio* é o local de onde ele assistiu à demolição, ou seja, aquele sentido que é construído a partir da configuração em que *o prédio/ de que prédio* é um adjunto do VP.

[7] Para tornar esta assunção plausível, vamos tratar, na seção sobre *Small Clauses*, o que parece ser o especificador de P como sujeito de uma *small clause* e o PP como predicado. Já adiantamos que o mesmo será assumido para APs que funcionam como predicativos.

[8] Uma sentença como (i) a seguir poderia ser usada como contraexemplo para esta afirmação:

(i) Ele fala alto

Neste caso, poderia ser defendido que o adjetivo é de fato um adjunto do VP. No entanto, deve ser observado que, apesar de ter a forma de um adjetivo, *alto* em (i) não se comporta como tal; em particular, qualquer tipo de concordância é impossível (**Ela fala alta*), o que parece indicar que, de fato, aqui estamos diante de um advérbio, aparentado pela forma, como tantos outros, com elementos da classe dos adjetivos.

[9] Outra saída interessante seria generalizar dizendo que todos os sintagmas que têm um argumento externo são, na verdade, um tipo de SC. Assumir isto implica dizer que mesmo o VP tem uma estrutura de SC, com o argumento externo sendo o sujeito e o VP o predicado. Quem faz este tipo de generalização são Koopman & Sportiche (1991), autores que postulam um V^{max} para codificar o que chamamos de VP. Não adotamos esta proposta por causa dos efeitos que ela causaria à Teoria X-barra, tal como a expomos neste *Manual*.

[10] Lembrar que *a menina* e os adjetivos só poderiam vir separados se um deles tivesse sofrido movimento. Mas este não pode ser o caso porque, para separá-los, teríamos movido pedaços de um DP.

[11] As representações em (95) levam a considerar que PPs como *sem jeito* e *com fome* também são predicados de SC, pois predicam sobre *a menina* em (i):

(i) a. A menina sentou sem jeito.
 b. A menina comeu o bolo com fome.

Assim, eles também não são diretamente adjungidos a VP. Isto deve despertar nossa atenção no momento de representar um PP adjunto de VP: ele só é adjunto de VP se não predicar sobre um DP, vale dizer, se não é predicado de uma SC com sujeito **ec**.

Teoria Temática

Considerações iniciais

No capítulo "O estudo da gramática", discutimos com algum vagar o conceito de gramática que utilizaremos neste *Manual*. Nossa asserção básica é que gramática é um sistema internalizado de Princípios e de Parâmetros (estes últimos fixados no decorrer da aquisição da linguagem pela criança) que determina as possibilidades de formação de sentenças em uma língua. Vimos também que o nosso modelo sintático prevê vários níveis de representação onde atuarão os diferentes princípios que regulam as línguas naturais. Cabe-nos agora falar um pouco sobre o papel do léxico no modelo.

Todos sabemos que, para além de dominarmos as regras de formação sentencial, é impossível falar uma língua sem dominar o seu léxico, isto é, o conjunto de palavras que constitui o "dicionário" da língua em questão. Mais do que isso: as palavras da língua têm propriedades tais que o aparecimento de um certo item lexical já nos faz esperar um outro item ou grupo de itens. Assim, em nosso modelo sintático, a derivação das sentenças começa com o acesso ao léxico mental, isto é, ao conjunto de vocábulos que armazenamos em nossas mentes quando somos falantes de uma língua.

Observe que este léxico mental deve possuir várias informações relevantes para a formação das sentenças. Por exemplo, não é suficiente sabermos o que significa a palavra *destruição* se não soubermos que se trata de um nome; nem é suficiente sabermos que *destruição* tem basicamente o mesmo sentido que *destruir* se não tivermos a informação de que *destruir* é um verbo. Seremos incapazes de montar sentenças com estas palavras sem a informação sobre a categoria gramatical a que pertence porque nomes e verbos têm distribuição diferente nas línguas, como se pode constatar nos exemplos em (1) a seguir:

(1) a. A Maria [$_V$ destruiu] as provas.
b. *A Maria [$_N$ destruição] (d)as provas.

Assim, é necessário supor que o nosso léxico mental possui informação categorial sobre as palavras que contém. Como já mencionado no capítulo "Teoria X-barra", quando discutimos as categorias lexicais, esta informação categorial é de tipo bastante restrito, fornecendo um conjunto pequeno de possibilidades expresso através dos traços [± N, ± V]. Cabe notar que, embora o conjunto dos núcleos funcionais não possa ser reduzido a um quadro de traços como o dos núcleos lexicais, conforme já discutimos também no capítulo anterior, estes elementos funcionais igualmente fazem parte do léxico. Neste capítulo, porém, nossa atenção estará mais voltada para os núcleos lexicais.

Devemos observar que, na composição de uma sentença, os núcleos lexicais selecionam outros itens para coocorrer com eles, e o fazem de forma bastante restritiva, como podemos verificar em (2) e (3):

(2) a. Orozimbo dormiu.
b. * A pedra dormiu.
c. * Orozimbo dormiu o livro.

(3) a. Orozimbo gosta de pão de queijo.
b. * Pão de queijo gosta de Orozimbo.

Vemos em (2a) que o verbo *dormir* precisa apenas de um elemento para coocorrer com ele; porém, (2b) nos mostra que esse elemento deve apresentar alguma característica de um ser animado, ou seja, deve ser um elemento que tenha a capacidade de dormir. Já (2c) nos mostra que o DP *o livro* não tem lugar na sentença.

No paradigma em (3), o primeiro exemplo é evidência de que o verbo *gostar* precisa de dois elementos que coocorram com ele: (i) um ser de natureza animada que possa gostar de algo/alguém e (ii) aquilo/aquele de que(m) se gosta. O exemplo (3b) reforça o fato de que o elemento que representa "aquele que gosta" tem que ser de natureza animada e *pão de queijo* não tem essa propriedade, o que determina a agramaticalidade da sentença. Passemos para o exemplo (4):

(4) O João encontrou a Maria.

Nesta sentença, o verbo *encontrar* estabelece uma relação de encontro entre os DPs *o João* e *a Maria*. Este verbo traz consigo do léxico a informação de que dois elementos terão que coocorrer com ele: um "encontrante/encontrador" e um "encontrado".

É hora de apresentarmos alguns termos técnicos que usaremos no decorrer deste *Manual*. Chamamos ao núcleo que seleciona os elementos lexicais que coocorrerão com ele de **predicado** e aos itens selecionados, de **argumentos**. Note que, em todos os exemplos dados, sempre temos uma "cena" em que há um evento e participantes nesse evento. Nos nossos exemplos, o evento é denotado pelo verbo. Assim, os participantes em um evento denotado pelo verbo são os argumentos do verbo e o verbo é um predicado que define propriedades e/ou relações entre os argumentos. Diferentes argumentos terão diferentes papéis em um evento. Dessa forma, podemos dizer que os predicados têm estrutura argumental, isto é, os predicados possuem lacunas a serem preenchidas pelos argumentos que selecionam.[1]

Retomando o exemplo (4), poderíamos especificar, na composição da sentença, por exemplo, o lugar e o tempo em que o encontro de João e Maria se deu:

(5) João encontrou Maria na semana passada em Quixeramobim.

Observe que *na semana passada* e *em Quixeramobim* não fazem parte da estrutura argumental do predicado *encontrar*: é claro que o João e a Maria se encontraram em algum tempo e em algum lugar, mas não somos obrigados a colocar essa informação na sentença que estamos construindo para garantir que ela seja gramatical. As expressões *na semana passada* e *em Quixeramobim* (e outras que quiséssemos acrescentar, por exemplo, por algum motivo etc.) se inserem na sentença como **adjuntos**. Assim, há uma distinção muito clara a ser feita aqui: argumentos são selecionados por um dado núcleo lexical, porém adjuntos não o são – podem compor a "cena" do evento, mas não são peças indispensáveis para a gramaticalidade da sentença. Por isso, (6a) é uma sentença bem formada em português, mas (6b) ou (6c) não são:

(6) a. O João encontrou a Maria.
b. *O João encontrou.
c. *Encontrou a Maria.

O fato de o adjunto não estar incluído na sentença não lhe traz problemas de gramaticalidade. Contudo, se o que falta é um argumento, como em (6b) e (6c), a sentença é agramatical. Obviamente, para que os julgamentos de gramaticalidade em (6) se confirmem, devemos entender que em (6b) e (6c) não existem argumentos implícitos.

O leitor pode facilmente concluir que o número de expressões que somos obrigados a colocar em uma sentença com o verbo *morrer* é diferente daquele que constitui uma sentença com o verbo *dar*, por exemplo. No caso de *morrer*, um único argumento é suficiente para obtermos uma sentença bem formada como (7a), mas no caso de *dar* devemos colocar três argumentos na sentença, como em (7b):

(7) a. A Maria morreu.
b. A Maria deu o livro para o João.

Um dos aspectos mais interessantes das línguas naturais, no que tange à seleção, diz respeito ao pequeno número de argumentos exigidos pelos núcleos, aqui considerando especialmente os verbos. Haverá aqueles que não selecionam nenhum argumento, caso dos verbos que expressam fenômenos da natureza como *chover*; haverá os que selecionam um único argumento como *morrer* em (7a), aqueles que selecionam dois argumentos como *gostar* em (3a) e aqueles que selecionam três argumentos, como *dar* em (7b). Porém, não há um verbo em qualquer língua natural que possa selecionar *n* argumentos, *n* sendo maior que três. Da mesma forma, os "papéis" que os diferentes argumentos podem desempenhar num dado evento (numa "cena") são também limitados, como veremos adiante. Como o modelo que exploramos aqui busca, acima de tudo, lançar luz sobre o funcionamento mental do ser humano, esse tipo de evidência com respeito a tais limites pode ser extremamente relevante.

Até aqui falamos de predicados como *encontrar*, *morrer* ou *dar* que são verbais. Contudo, outros tipos de predicado também podem tomar argumentos, como já vimos no capítulo anterior. Para exemplificar esta situação, observe as sentenças em (8):

(8) a. [A destruição da cidade] foi completa.
b. [O lançamento do livro] foi concorrido.

Existe uma estrutura do tipo predicado/argumento dentro dos colchetes em (8): em (8a), *destruição* toma como argumento *(d)a cidade*; em (8b), *lançamento* toma *(d)o livro* como argumento. Repare que *destruição* e *lançamento* são deverbais, isto é, são nomes que têm o mesmo radical, respectivamente, dos verbos *destruir* e *lançar*, sendo derivados deles; no entanto, observe também que o nome não tem necessidade de tomar o mesmo número de argumentos que o verbo, como vemos na comparação de (8) com (9):

(9) a. O inimigo destruiu a cidade.
b. A editora lançou o livro.

Enquanto é necessária a ocorrência de *o inimigo* e *a editora* quando são argumentos do verbo em (9), não existe esta necessidade em (8). Se quiséssemos incluir tais elementos na sentença, então seríamos obrigados a incluir igualmente uma preposição específica para poder acomodá-los: *a destruição da cidade (pelo inimigo) foi completa* ou *o lançamento do livro (pela editora) foi concorrido*.

Além de o predicado definir o número de argumentos com os quais coocorre, define também com que tipo de argumento pode se combinar, deve se combinar ou que combinações são impossíveis. Por exemplo, se temos um predicado como *beijar*, sabemos que, para ser possível montar uma sentença bem formada com ele, é necessário combiná-lo com argumentos de um certo tipo semântico e categorial. Observe os exemplos em (10):

(10) a. A Maria beijou o Pedro.
b. *A pedra beijou o Pedro.
c. *A Maria beijou que o João saiu.

A impossibilidade de (10b) resulta do fato de o verbo *beijar* exigir que o argumento que funcionará como sujeito da sentença seja um DP capaz de fazer referência a um ser "beijador" – a pedra não tem lábios para tanto. Neste caso, estamos falando de s-seleção, isto é, de seleção semântica, como já estudamos no capítulo anterior. Por outro lado, a agramaticalidade de (10c) se explica pelo fato de o verbo *beijar* não poder ser complementado por um CP, mas apenas por um DP. Estamos aqui falando de c-seleção, ou seja, a seleção categorial, um conceito também abordado no capítulo anterior. Chamaremos esse conjunto de impossibilidades de **restrições de seleção**.

Não existe predicado com mais de uma possibilidade de s-seleção, embora possa existir uma mesma palavra com s-seleções diferentes. Se isto acontece, estamos diante de casos de homonímia. Contudo, um mesmo predicado pode c-selecionar argumentos diferentes. Um exemplo de predicado com diferentes possibilidades de c-seleções é o verbo *dizer*, que pode selecionar um DP ou um CP como complemento:

(11) a. A Maria disse [$_{DP}$ *a verdade*].
b. A Maria disse [$_{CP}$ *que o João saiu*].

A c-seleção de um predicado também pode variar de uma língua para outra, embora a s-seleção se mantenha estável. Se traduzíssemos uma sentença com *gostar*, por exemplo, para o inglês, veríamos que o complemento do verbo, que é um PP em português, deve ser um DP no inglês, como mostra (12):

(12) a. O João gosta [$_{PP}$ *da* Maria].
b. John likes [$_{DP}$ Mary].

Enquanto as informações categoriais de um argumento podem estar em variação, as semânticas parecem ser universais, ontológicas.

Uma observação final: o léxico é aprendido por todos nós durante a nossa infância com maior intensidade (porém, esse processo perdura a vida toda, na verdade), mas a noção de categoria sintática é tomada, neste modelo, como inata. Assim, os itens lexicais vão sendo estocados na memória, mas o formato do léxico mental é dado pelo nosso aparato genético – isto é, os tipos de categoria e a estrutura argumental das palavras que aprendemos devem se conformar a um modelo já existente em nosso(a) cérebro/mente.

Passemos agora à formalização do que vimos discutindo até aqui.

A Teoria dos Papéis Temáticos: seu funcionamento

Na seção anterior mostramos que um predicado ou núcleo lexical impõe uma série de restrições sobre seus argumentos. Estas restrições podem ser exemplificadas com as informações em (13) para um verbo como *chutar*:

(13) a. O menino chutou a bola.
b. chutar:

categoria	[-N , +V]
nº de argumentos	[– , –]
c-seleção	[DP, DP]
s-seleção	[AGENTE, TEMA/PACIENTE]

As informações relativas à s-seleção codificam o que é chamado em teoria gerativa de **papel temático** ou **papel** □ (da letra grega *Theta*). Estudar como se dá a atribuição dos papéis θ é tarefa da Teoria θ. É a ela que cabe explicar:

- quais são os elementos capazes de atribuir papel θ;
- quais elementos são capazes de receber os papéis θ;
- qual é o nível sintático em que se dá a atribuição e o recebimento de papéis θ;
- quais são as posições em que se dá a atribuição e o recebimento de papéis θ;
- que princípios regulam a atribuição dos papéis θ.

Talvez seja importante notar que não teremos uma preocupação imediata em relação a quais sejam propriamente os papéis temáticos atribuídos/recebidos.[2] Tomaremos como primitivo teórico o número de argumentos de um determinado predicado e, portanto, o número de papéis que esse predicado terá que atribuir, vale dizer, a sua **grade temática**. Voltemos à (13), exemplificando a grade temática de *chutar* em (14):

(14) Grade temática de *chutar*
a) chutar:

AGENTE	TEMA
i	j

b) realização: [O menino]^i chutou [a bola]^j.

O item lexical *chutar* traz do léxico as informações relevantes quanto à sua grade temática tanto em termos categoriais como semânticos, e a sintaxe se encarrega de preencher os argumentos selecionados pelo predicado, bem como de verificar se o preenchimento produz uma sentença gramatical. O que queremos dizer com isso é que a grade temática de *chutar* prevê que um argumento seja realizado como AGENTE e outro como TEMA; porém, é no nível sintático que tais argumentos serão saturados pelos constituintes adequados, ou seja, preenchidos por elementos que tenham a característica de AGENTE e de TEMA, respectivamente. Veja que no lugar de *o menino* podemos ter outro DP qualquer desde que ele represente um AGENTE, por exemplo *o jogador de futebol*. O mesmo se dá com o TEMA, como o leitor já pode imaginar. Os índices superescritos aqui apenas indicam mnemonicamente este "cruzamento" entre a grade temática no léxico e sua saturação na sintaxe.

Examinemos agora o paradigma a seguir.[3]

(15) a. Astrogildo [pegou [um táxi]].
b. Astrogildo [pegou [uma gripe danada]].
c. Astrogildo [pegou [o filho] (no colo)].
d. Astrogildo [pegou [a xícara sem cabo]].
e. Astrogildo [pegou [no batente]]. (= Astrogildo foi trabalhar)

Há vários fenômenos para serem explorados aqui. Em primeiro lugar, embora o verbo *pegar* se mantenha constante nos cinco exemplos, parece claro que o papel semântico de Astrogildo em cada evento é diferente. Não podemos imaginar que Astrogildo seja AGENTE em *pegar uma gripe*, enquanto é plausível imaginar que o seja em *pegar o filho no colo*. Isso é evidência, então, de que o papel θ que Astrogildo recebe em cada sentença não provém apenas do núcleo *pegar* e sim do núcleo mais o seu complemento. Portanto, é o complexo [pegar uma gripe] que dará a Astrogildo o papel de EXPERIENCIADOR de um dado estado físico. Dito de maneira mais técnica, é o nível V' que é o responsável pela atribuição do papel θ ao argumento que ocupa o especificador de VP.

Em segundo lugar, podemos observar que (15e) é uma expressão idiomática, ou seja, uma expressão da língua que comporta também um sentido não literal, no caso, Astrogildo não segurou nenhum batente, mas foi trabalhar. Em geral, expressões idiomáticas se formam de um núcleo verbal e seu complemento. Vamos explorar um pouco mais esse tópico.

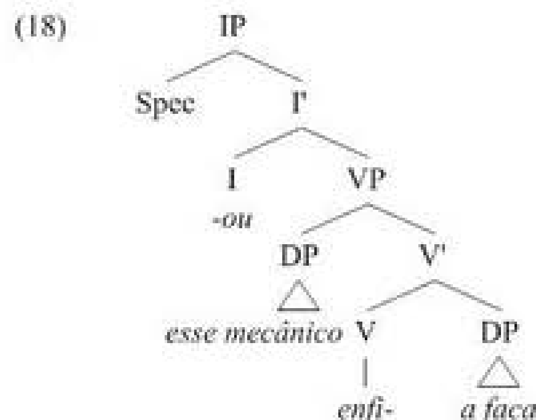
(16) a. Carmela [bateu [as botas]] (= morreu)
b. Esse mecânico [enfia [a faca]] (= cobra caro)

Em certas regiões do Brasil, sabe-se que (16a) pode ter um sentido literal em que o DP *as botas* será interpretado referencialmente, ou seja, é prudente que se bata um par de botas específico antes de calçá-las para evitar acidentes com aranhas, escorpiões etc. Porém, a expressão *bater as botas* também comporta uma leitura idiomática em que o DP *as botas* deixa de ser referencial e toda a expressão *bater as botas* passa a significar *morrer*. O mesmo raciocínio se aplica a (16b), com as cores mais dramáticas para o sentido literal da expressão. Um fato interessante é que podemos manipular em algum grau as expressões idiomáticas:

(17) a. Esse mecânico **enfia** a faca.
b. Esse mecânico **enfiará** a faca (em mim).
c. Esse mecânico **enfiou** a faca (em mim).
d. Esse mecânico **não** enfia a faca.

Como vimos no capítulo "Teoria X-barra", as informações sobre o tempo de uma sentença se alojam no núcleo de IP, portanto acima do nódulo VP, assim como a negação. Portanto, os dados acima são evidência de que os papéis temáticos dos argumentos de *enfiar* são atribuídos dentro do VP. Vejamos a DS de (17c):[4]

(18)



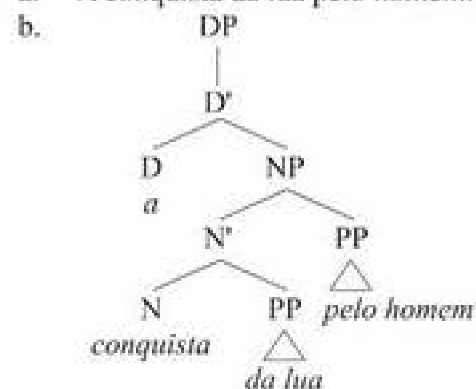
Chamamos o complemento do núcleo – no caso deste exemplo, o núcleo relevante é o V – de **argumento interno**, pois, tanto quanto o núcleo, está imediatamente dominado pelo nível da barra, isto é, é o nódulo irmão do núcleo. O especificador da projeção máxima (no caso, a projeção relevante é o VP) é chamado de **argumento externo**, pois é um nódulo irmão do nível X'.

A atribuição dos papéis θ pode se realizar através de marcação direta, quando o atribuidor é um núcleo X e o argumento que o recebe é interno; ou indireta, quando o atribuidor não é o núcleo sozinho, mas a composição do núcleo e seu argumento interno, ou seja, a categoria intermediária X', o que se evidencia, como vimos, pelos exemplos em (15). No entanto, mesmo sabendo que não é a maneira mais precisa de fazer referência ao fenômeno, para simplificar a discussão normalmente dizemos que o núcleo seleciona os seus argumentos, sejam eles internos ou externos.

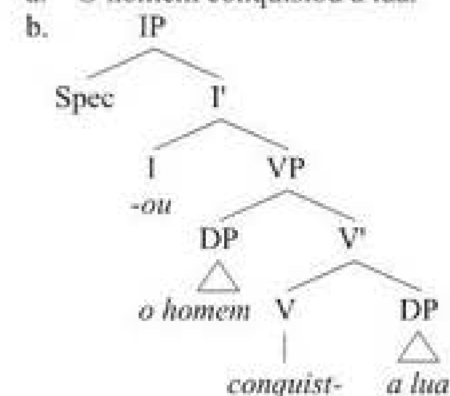
Embora já tenhamos notado anteriormente, nunca é demais lembrar que a marcação θ é feita pelos **núcleos lexicais**, já que apenas eles têm a capacidade de s-selecionar seus argumentos, contrariamente aos núcleos funcionais, que apenas c-selecionam o seu único argumento, que ocupa a posição de complemento.

Dentre outras previsões e generalizações, uma que deriva da Teoria Temática é a correlação entre diferentes categorias lexicais. Já dissemos que N atribui papel θ a seus argumentos e exemplificamos esta situação com os deverbais *destruição* e *lançamento* em (8). Consideremos ainda um outro deverbal como *conquista* em (19), comparando-o com o verbo *conquistar* em (20):

(19) a. A conquista da lua pelo homem.
b.



(20) a. O homem conquistou a lua.
b.



Deixamos para o capítulo "Teoria do Caso" a tarefa de responder por que os argumentos do nome são PPs enquanto os do verbo são DPs; aqui simplesmente chamamos a atenção para o fato de o especificador do nome estar à sua direita enquanto o do verbo está à sua esquerda. O que é relevante perceber é que *a lua* tem o papel θ TEMA e *o homem* o papel θ AGENTE tanto em (19) quanto em (20). O essencial das representações (19b) e (20b) é que, do ponto de vista das relações θ, o verbo *conquistar* não é substancialmente diferente do nome *conquista*, já que em ambos os casos a organização temática de seus argumentos é a mesma: *a lua* seria o complemento e receberia o papel θ de TEMA e *o homem* seria o especificador e receberia o papel θ de AGENTE, conforme acabamos de apontar acima.

Da perspectiva da Teoria X-barra, o importante é notar que os dois argumentos podem ser θ-marcados porque estão incluídos na projeção máxima do núcleo do constituinte – em outras palavras, os papéis θ associados a um núcleo X têm que ser atribuídos dentro das projeções de X, como apontamos empiricamente na discussão dos exemplos em (15). De modo paralelo, um adjetivo como *indiferente* atribui um papel θ, identificado como TEMA, a seu complemento entre colchetes em (21):

(21) Indiferente [aos protestos do povo]

No que diz respeito à preposição, é preciso traçar uma distinção entre aquelas que são lexicais e aquelas funcionais, uma questão já levantada no capítulo anterior. As primeiras se caracterizam por serem predicados e apresentarem carga semântica, o que não acontece com as últimas. Predicado com "carga semântica" pode agora ser traduzido por predicado com "capacidade de atribuir papel θ".

Voltando a (21), a preposição *a* não atribui papel θ ao DP *os protestos do povo*. O papel θ deste DP provém do núcleo lexical *indiferente*. A preposição *a* é, então, funcional e, como veremos no próximo capítulo, representa um recurso de que certas línguas dispõem para marcar o DP com Caso. Se voltamos a (19), podemos afirmar coisa semelhante a respeito da preposição *de*. Observe que o papel θ de *a lua* provém de *conquista* em (19) e de *conquistar* em (20). Dado que em (19) e (20) temos fundamentalmente a mesma relação temática, seria muito estranho que em (19) o papel θ fosse oriundo da preposição, mas em (20), do verbo.

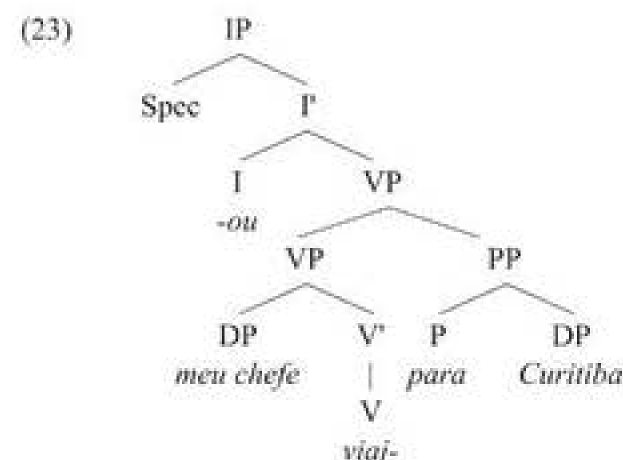
Por outro lado, as preposições lexicais são capazes de atribuir papel θ. É o que se verifica em (22) a seguir:

(22) a. Meu chefe viajou.
b. Meu chefe viajou [*para Curitiba*].
c. Meu chefe viajou [*de Florianópolis*] [*para Curitiba*] [*de carro*].

Percebemos, através de (22a), que o verbo *viajar* não seleciona complemento. Mas, certamente, *Curitiba* em (22b) possui um papel θ, a que chamaremos de OBJETIVO, atribuído pela preposição *para* – uma preposição lexical. O mesmo se dá em (22c) com *Florianópolis*, *Curitiba* e *carro*; todos esses elementos recebem o seu papel θ das preposições lexicais que os antecedem: vamos chamá-los de ORIGEM, OBJETIVO e INSTRUMENTO, respectivamente.

Esse ponto é bastante importante, então vale insistirmos um pouco mais nele aqui. Os três constituintes que seguem o verbo *viajar* em (22c) não são argumentos verbais, já que não são selecionados pelo verbo. Trata-se de **adjuntos**. Como tal, são encabeçados por preposições lexicais que, por seu turno, s-selecionam seus complementos, atribuindo-lhes um papel θ. O leitor pode se reportar à representação arbórea sobre posições temáticas e não temáticas em (32), mais adiante neste capítulo, para visualizar com clareza essas considerações.

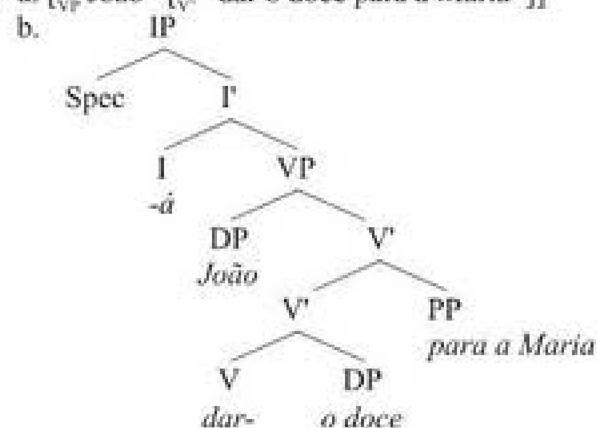
Por ora, vamos representar (22b) como (23) em DS:

(23)


O DP *meu chefe* recebe o papel θ como argumento externo de *viajar*, enquanto *Curitiba* o recebe da preposição *para*, que introduz o adjunto.

Voltemos novamente a nossa atenção para a marcação temática que acontece dentro do VP. O núcleo V atribui papel θ diretamente para os argumentos internos a V' em (24):

(24) a. [$_{VP}$ João [$_{V'}$ dar o doce para a Maria]]
b.



Para o DP *o doce*, o verbo atribui o papel θ TEMA; e para o DP *a Maria*, ele atribui o papel θ BENEFACTIVO.[5] O fato de o DP *a Maria* ser antecedido por uma preposição não muda a afirmação, já que se trata de uma preposição funcional cuja ocorrência deve ser explicada pela Teoria do Caso, no próximo capítulo. Porém, por se encontrar fora de V', a marcação θ do DP *João* é indireta, conforme já discutimos. O leitor deve atentar para o fato de que o PP *para a Maria* em (24b) está dominado pelo nível V', o que demonstra o seu caráter argumental, enquanto o PP *para Curitiba* está dominado pelo segmento de cima do VP, assegurando seu caráter de adjunto.

Como deve ter transparecido ao leitor, categorias lexicais e funcionais são complementares, ou seja, se uma categoria é lexical, então não pode ser funcional e se é funcional, não pode ser lexical. As preposições, contudo, parecem colocar um certo problema para essa ideia, conforme se depreende da discussão que acabamos de fazer. Vamos, então, insistir um pouco nesse ponto, levantando algumas características lexicais e outras funcionais dessa classe.

A principal característica lexical é que elas podem expressar vários significados, como LOCATIVO (João mora em Roma), INSTRUMENTO (João cortou o pão com a faca), AGENTE (A cidade foi destruída pelo exército) etc., alguns dos quais vimos na discussão de (22c).

Essa propriedade mostra a capacidade que algumas preposições têm de atribuir papel temático, distinguindo-as de outras categorias funcionais que não podem atribuir papel θ a seus argumentos, e aproximando-as, por seu turno, de outras categorias lexicais, como os verbos. Assim, é lícito afirmar que tais preposições se comportam como predicados, do mesmo modo que as demais categorias lexicais.

Contudo, elas também apresentam propriedades das categorias funcionais. Talvez a característica mais marcante de uma categoria funcional seja pertencer a uma

classe fechada, que é aquele tipo de classe de palavras para a qual não se cunham facilmente novos itens, a classe dos determinantes, por exemplo. O português tem determinantes definidos e indefinidos, mas como falante da língua não podemos criar um novo determinante com a mesma facilidade com que criamos novos verbos.

O mesmo se aplica às preposições. Há uma série delas, mas como falantes não acrescentamos novos itens à lista. Quaisquer novidades, aliás, surgem apenas como reflexo de mudança na língua, como a substituição da preposição *a* por *para* em muitas partes do Brasil (*Maria foi a Santos* vs. *Maria foi para Santos*).

Uma outra característica das preposições é sempre ter um complemento, o que espelha uma propriedade conhecida das categorias funcionais: como elas são sempre a projeção estendida de uma categoria lexical (isto é, as categorias funcionais são sempre a projeção que está acima de uma categoria lexical), é natural afirmar que essas categorias obrigatoriamente precisam de um complemento. Assim, D é a projeção estendida de um elemento nominal (o DP sempre está acima de um NP), I é a projeção estendida de um elemento verbal (o IP sempre está acima de um VP) etc. Assim, as categorias funcionais sempre vão dominar alguma categoria lexical de que são uma 'extensão'. Contudo, observe que a c-seleção das categorias funcionais é rígida, mas não a das preposições: se por um lado elas sempre exigem um complemento, por outro, aceitam diversas categorias como argumento – preposições podem tomar DPs, InfPs, AgrPs e CPs como complemento, o que claramente não é uma característica das projeções estendidas.

Portanto, as preposições formam uma categoria bastante heterogênea, apresentando um comportamento híbrido, ora compartilhando características das categorias lexicais, ora das funcionais. É por esta razão que tratamos algumas delas no capítulo anterior – mais especificamente aquelas que funcionam como argumento de algum núcleo – como categorias semifuncionais, embora algumas preposições tenham um comportamento mais lexical e outras, mais funcional, um ponto que não vamos explorar aqui, mas que é relativamente fácil de o leitor detectar.

Vamos resumir nossa discussão sobre essa categoria neste e no capítulo anterior através do seguinte quadro:

Característica	*P lexical*	*P funcional*
expressam vários significados	+	-
atribuem papel temático	+	-
atribuem Caso[6]	+	+
são argumentos de outros núcleos	-	+
são adjuntos a outros núcleos	+	-
formam uma classe fechada	+	+

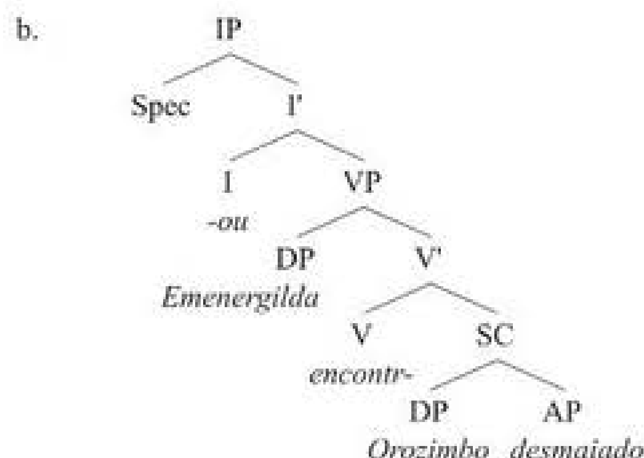
Estamos prontos, agora, para responder duas das questões colocadas no início da seção, das quais a Teoria Temática deve dar conta:

- Quais são os elementos capazes de atribuir papel θ? Os núcleos lexicais.
- Quais elementos são capazes de receber os papéis θ? Os argumentos selecionados pelos núcleos lexicais.

No capítulo anterior foram introduzidas as *small clauses* (SC) identificadas como estruturas de predicação. Agora deve ficar mais claro para o leitor o porquê dessa identificação: um dos elementos da SC comporta-se como um predicado que s-seleciona um argumento – cuja função será de sujeito da SC – e, assim, atribui a ele um papel θ. Vejamos um exemplo:

(25) a. Emenergilda encontrou [$_{SC}$ [$_{DP}$ Orozimbo] [$_{AP}$ desmaiado]].

b.



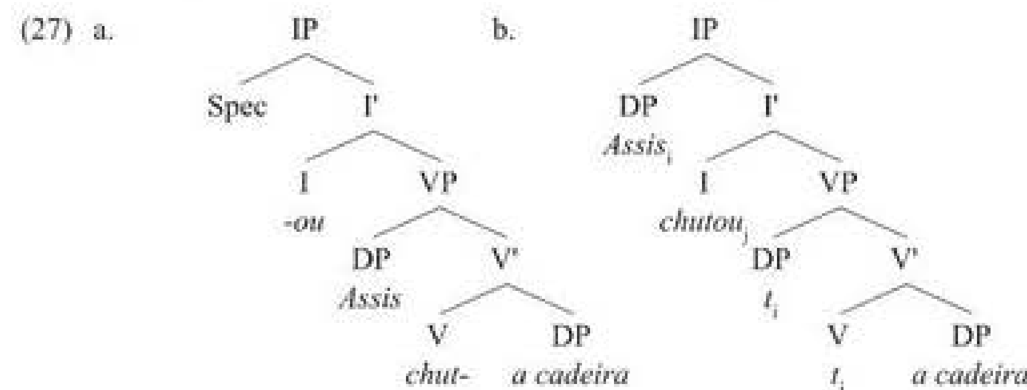
Em (25) o DP *Orozimbo* recebe seu papel θ do núcleo do AP *desmaiado* – um adjetivo deverbal derivado do verbo *desmaiar* em sua forma de particípio. É bom lembrar também que toda a SC receberá igualmente o papel de TEMA como argumento interno de *encontrar* – "a cena" encontrada *Orozimbo desmaiado* –, uma vez que é argumento do núcleo V.

Um aspecto interessante dos papéis θ diz respeito ao fato de que em sentenças com verbos que expressam um evento com dois participantes, em que um deles é AGENTE/CAUSATIVO e o outro é PACIENTE/TEMA, normalmente o AGENTE será o argumento externo – que se tornará o sujeito da sentença, como em (26a). O padrão inverso, com o TEMA como argumento externo sendo posteriormente alçado à posição de sujeito, não se verifica, conforme constatamos em (26b):

(26) a. Assis chutou/construiu/encontrou/empurrou/limpou/quebrou a cadeira.
b. *A cadeira chutou/construiu/encontrou/empurrou/limpou/quebrou Assis.

Vamos apresentar a DS e a SS de (26a), como (27a) e (27b), respectivamente:

(27) a. b.



Essa correlação parece ser tão forte nas línguas naturais que vários autores propuseram uma hierarquia temática:[7]

(28) Hierarquia Temática (adaptação livre de Baker, 1997: 105)

AGENTE / CAUSATIVO / EXPERIENCIADOR > TEMA > BENEFACTIVO / LOCATIVO...

O que (28) nos garante é a generalização a que acabamos de nos referir anteriormente. Segundo a hierarquia proposta, o argumento externo de um verbo, o primeiro argumento mais alto dentro do VP, tenderá a receber o papel temático de AGENTE; o argumento interno, mais baixo no VP, tenderá a receber o papel temático de TEMA.

Se voltarmos ao exemplo (14), repetido aqui como (29), poderemos observar o funcionamento da hierarquia:

(29) [$_{VP}$ o menino [$_{V'}$ chutar a bola]]

O constituinte mais baixo – [a bola] – recebe o papel de TEMA e o mais alto – [o menino] – recebe o papel de AGENTE; o leitor pode visualizar o processo em (27a).

Explorar criteriosamente a Hierarquia Temática vai muito além dos objetivos deste *Manual*; entretanto, é interessante ressaltar que ela nos permite fazer algumas previsões: se um verbo selecionar apenas o argumento externo, então ele será AGENTE; porém, se selecionar apenas um argumento interno, então ele será TEMA. Voltaremos a esse ponto quando estudarmos os inacusativos mais adiante.[8]

Como o leitor deve ter reparado, pela discussão desenvolvida até aqui, que para a marcação θ devemos olhar tanto para os sintagmas como para as posições que ocupam. Melhor dizendo, os sintagmas recebem seu papel θ unicamente em determinadas posições. Este esclarecimento é útil na medida em que identificamos o papel θ de um sintagma deslocado pelo fato de estar conectado com a posição onde recebe aquele papel θ. Em outras palavras, uma das características das línguas naturais é que pronunciamos determinados elementos em uma posição, porém eles são interpretados semanticamente em outra. Observemos a sentença em (30):

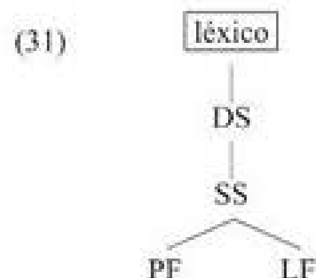
(30) Que livro$_i$ ela comprou t_i?

Como vimos no capítulo anterior, o sintagma Wh *que livro* foi gerado, em DS, onde está o vestígio (*t*) e posteriormente movido, em SS, para a periferia esquerda da sentença, conforme nos asseguram os índices subscritos que conectam as duas posições. Mas a despeito de ser pronunciado no início da sentença, é interpretado como argumento interno do verbo *comprar*.

Podemos supor, então, que é na conexão com a posição θ, representada por t_i, que *que livro* recebe seu papel θ TEMA. As consequências dessa observação serão amplamente exploradas quando estudarmos o movimento, no último capítulo deste *Manual*, mas há uma conclusão que pode ser extraída desde já. O fato de a atribuição dos papéis θ se dar nas posições de base em que os argumentos se combinam com os núcleos que os selecionaram revela que esse módulo da teoria se aplica em DS, portanto, antes de os elementos se moverem para suas posições de SS, isto é, para as posições em que serão pronunciados.

Se retomarmos o esquema de gramática deste modelo, apresentado no primeiro capítulo, isso fica ainda mais claro:

(31)



DS é o nível de representação sintática que faz interface com o léxico, local onde os núcleos estão armazenados juntamente com a informação quanto às suas propriedades lexicais, em especial, quanto à sua grade temática.

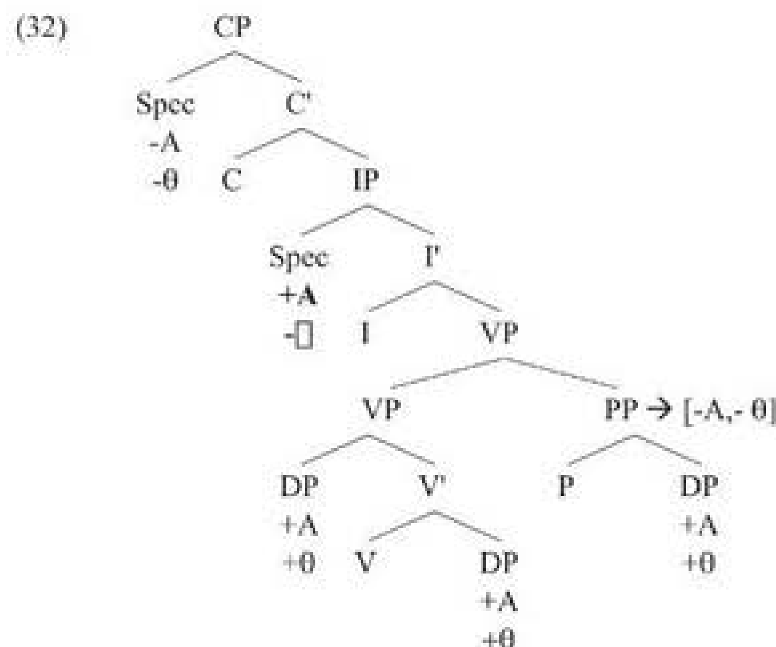
Agora podemos então responder a mais duas das questões colocadas pela Teoria Temática no início da seção:

- Qual é o nível sintático em que se dá a atribuição e o recebimento de papéis θ? Em DS.
- Quais são as posições em que se dá a atribuição e o recebimento de papéis θ? As posições em que os argumentos são gerados originalmente.

Este conjunto de observações sobre posições de atribuição temática nos permite distinguir entre **posições temáticas** (θ) e **não temáticas** (não θ). Para efeitos da marcação θ, as posições não θ são as que não são selecionadas por um núcleo lexical. Lembremos uma vez mais que a marcação θ pode se realizar somente no âmbito da projeção máxima XP do núcleo X atribuidor de papel θ.

Além de posições θ e não θ, outra distinção pode ser estabelecida: entre posições argumentais – **posições A** – e posições não argumentais – **posições A-barra**. As primeiras se caracterizam por serem identificadas com uma função gramatical (sujeito, objeto direto, objeto indireto), o que não ocorre com as últimas. Marcaremos em (32) as posições de acordo com as distinções estabelecidas, convencionando o uso de "-" para as posições não argumentais e/ou não temáticas e o uso de "+" para as posições argumentais e/ou temáticas:

(32)



(32) mostra que, se uma posição é θ, ela é necessariamente A; mostra também que uma posição A-barra é necessariamente não θ; mas nem toda posição A é necessariamente θ: o especificador de IP impede a correspondência total entre posições A e θ; por ser o especificador de uma projeção funcional não é uma posição θ, e por ser a posição canônica da função gramatical "sujeito" é uma posição A. Notemos que o PP adjungido ao VP não é uma posição A, nem θ, já que esse elemento não é selecionado pelo verbo – trata-se de um adjunto. No entanto, o DP dentro do PP é selecionado pela preposição lexical e é, assim, uma posição A e θ. O leitor pode imaginar uma sentença que caiba na representação em (32).

Falta ainda responder a última pergunta colocada pela Teoria θ:

- que princípio regula a atribuição dos papéis θ?

Um dos princípios que regulam a atribuição dos papéis θ se chama **Critério** □ e pode ser assim formulado:

(33) CRITÉRIO θ
 (i) Cada argumento tem que receber um e um só papel temático;
 (ii) Cada papel temático tem que ser atribuído a um e um só argumento.

Esse princípio pode ser invocado para rejeitar sequências como:

(34) a. *Quem a Maria viu o João?
 b. *Maria viu.

Como vimos, a desobediência a um princípio leva inapelavelmente uma sequência a ser rejeitada como sentença. Assim, a agramaticalidade de (34a) se explica em função de existirem lá três argumentos associados a *ver* – *quem*, *a Maria* e *o João* –, mas apenas dois papéis θ a serem atribuídos: EXPERIENCIADOR e TEMA. Resulta daí que um dos argumentos ficará sem papel temático, violando a cláusula (i) de (33). Por seu turno, (34b) é agramatical em decorrência de *ver* ter dois papéis temáticos para atribuir e apenas um argumento para recebê-los, violando portanto a cláusula (ii) de (33). As sequências em (34), então, violam o Critério θ por não apresentarem correspondência biunívoca entre o número de argumentos de *ver* e de papéis θ que este verbo tem para atribuir.

Entretanto, (34b) pode ser uma sentença gramatical em determinadas situações, se pressupomos a existência de argumentos implícitos, como discutimos no capítulo "O estudo da gramática", na rápida incursão que fizemos nos objetos nulos do PB. A gramaticalidade possível de (34b) poderia ser representada por meio de uma **ec**, como em (35):

(35) Maria viu **ec**.

A interpretação da **ec** é estabelecida na sua conexão com outro constituinte, pertencente ao contexto discursivo. A posição da **ec** acima deve constar da estrutura para que se preservem as relações de seleção (que, como vimos, devem ser locais) e para que o Critério θ não seja violado.

O princípio que garante a preservação da estrutura de constituintes é o **Princípio de Projeção**:

(36) PRINCÍPIO DE PROJEÇÃO

 As propriedades de seleção de cada núcleo lexical devem ser preservadas nos níveis de representação de DS, SS e LF.

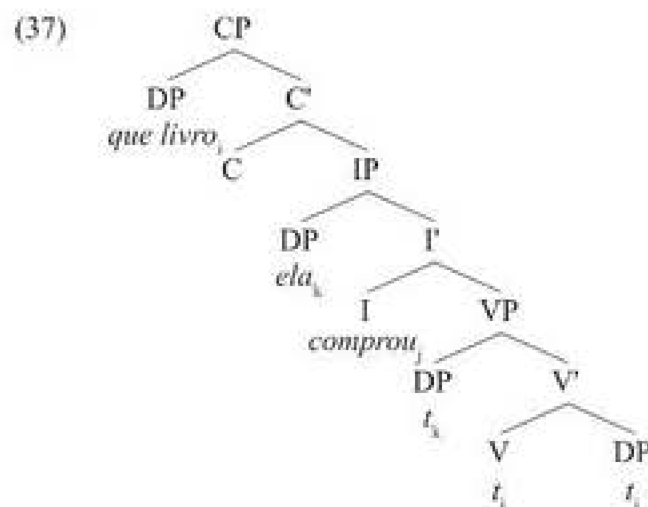
O Princípio de Projeção procura garantir fundamentalmente que não se pode, no correr da derivação de uma sentença, aumentar ou diminuir o número de argumentos ou posições argumentais selecionadas por um dado núcleo. Na passagem de um nível de derivação para outro, então, podemos deslocar constituintes, mas não apagar a posição de onde o constituinte foi deslocado: esta posição vai ser ocupada por um vestígio (*t*) em SS e LF. Por outro lado, se a grade θ de um núcleo prevê a existência de um argumento e esse argumento não tem matriz fonética, esta posição é em DS ocupada por uma **ec**, como em (35). Veremos no capítulo "Teoria da Ligação" que as categorias vazias não têm todas as mesmas propriedades e merecem tratamento diferenciado.

Por ora, o mais interessante para nós é observar exemplos como (30), em que existe uma clara conexão entre o DP *que livro* e seu vestígio *t*, pois esta categoria vazia ocupa a posição original em que o DP foi gerado, em DS, antes de se mover para sua posição de superfície no início da sentença. Comparando (30) e (35), ainda que intuitivamente podemos constatar a diferença entre os dois tipos de categoria vazia: enquanto em (35) ela representa um elemento implícito no discurso sem matriz fonética, a de (30) representa o vestígio deixado pelo movimento da categoria que porta o mesmo índice.

Neste último caso, então, como há movimento de uma categoria de sua posição original para outra, podemos entender que estes elementos, por terem o mesmo índice no âmbito da sentença, formam uma **cadeia**. Esta noção pode ser intuitivamente concebida como uma sequência de posições que portam o mesmo índice de tal modo que a posição mais alta, **a cabeça** da cadeia, contém o sintagma movido e as outras posições contêm seus vestígios. À mais baixa destas posições, a única

que pode ser uma posição θ, chamamos **cauda** da cadeia. Vamos representar a SS de (30) como (37) a seguir, para que a noção fique mais clara:

(37)



O que é importante notar em (37) é que o DP *que livro* é gerado como argumento interno do núcleo *comprar*, onde recebe seu papel θ, movendo-se em SS para a posição de especificador de CP, formando, assim, a cadeia (*que livro*$_i$, t_i). Da mesma forma, o DP *ela* é gerado como argumento externo do núcleo verbal, onde recebe seu papel θ, movendo-se em SS para a posição de especificador de IP e formando, igualmente, a cadeia (*ela*$_k$, t_k).[9]

E porque existem cadeias nas línguas, seria mais interessante reformular nosso Critério θ, dado em (33), como (38):

(38) CRITÉRIO θ (revisto)

(i) Cada cadeia tem que receber um e um só papel temático;
(ii) Cada papel temático tem que ser atribuído a uma e uma só cadeia.

As cadeias (*que livro*$_i$, t_i) e (*ela*$_k$, t_k) que aparecem em (37) segundo o Critério (38) são lícitas: apenas suas caudas receberam papel temático, já que os sintagmas *que livro* e *ela* foram movidos posteriormente para uma posição não temática. O Critério, assim reformulado, tem como consequência colocar algumas restrições ao movimento, que efetivamente se observam nas línguas naturais. É lícito mover um elemento de uma posição θ para uma posição não θ, como em (37); neste caso, *que livro* ocupa Spec CP em SS e *ela*, Spec IP – ambas as posições não θ. Também é lícito mover um elemento de uma posição não θ para outra não θ, como é o caso de (39), onde temos movimento de adjunto:

(39) Quando$_i$ você acha que a Maria comprou este livro t_i?

Se (39) fosse representada na SS, o vestígio deveria aparecer em uma posição de adjunto da sentença encaixada e *quando*, na posição Spec CP da sentença matriz. Tanto a cauda quanto a cabeça da cadeia são posições não θ.

O que é absolutamente ilícito é uma posição θ receber um elemento **movido**, já que a atribuição de papéis θ tem que se dar em DS. Há duas implicações para essa postulação. A primeira é que como o movimento se dá posteriormente à DS, caso o elemento movido saísse de uma posição não θ, ele receberia um papel θ em SS, o que é barrado pelo Princípio de Projeção. A segunda é que se o elemento movido saísse de uma posição θ, indo para outra posição θ, o resultado seria uma cadeia com dois papéis θ, o que viola (38i). Respondemos, através da discussão acima, a última perguntada colocada:

- Que princípios regulam a atribuição dos papéis θ? O Critério θ e o Princípio de Projeção.

Porém, ainda nos resta devotar mais atenção ao sujeito da sentença. O Princípio de Projeção, apresentado em (36), determina que só serão projetados na sintaxe argumentos temáticos selecionados por um determinado núcleo. Seria o caso, por exemplo, do argumento externo de um verbo com um único argumento como *viajar*, exemplificado em (22a). Mas e com verbos como *chover*, o que ocorreria? Teria este último verbo argumento externo? Da perspectiva da Teoria θ, é plausível dizer que não. Porém, em algumas línguas que exigem a presença de um sujeito, aparece um elemento foneticamente realizado em tal posição. Este elemento é o expletivo *it* no inglês, por exemplo, como vemos em (40a):

(40) a. **It** rained yesterday.
/Expletivo choveu ontem/
b. *Rained yesterday.
c. Choveu ontem.
d. [**ec** choveu ontem]

Em inglês, a ausência do pronome expletivo deixa a sentença agramatical, como mostra (40b).

O inglês não é a única língua que apresenta um expletivo nestas construções; também o francês e o alemão, dentre outras línguas de sujeito obrigatório, apresentam elementos do mesmo tipo. Como queremos um modelo que dê conta das

línguas de modo universal, nossa teoria deve prever, então, que, mesmo nas línguas em que não é foneticamente realizado, o expletivo existe como uma categoria vazia. Seria o caso do português, do italiano, do espanhol. Ao invés de termos a realização lexical de um expletivo (como *it* do inglês), teríamos uma **ec** (um expletivo nulo), como vemos em (40d) – a representação de (40c).

Em qualquer das línguas, o verbo é incapaz de atribuir papel θ a esse elemento, já que não o s-seleciona. Ele ocupa a posição Spec IP que, como é possível conferir em (32), é uma posição não θ, embora argumental. Note, entretanto, que o Princípio de Projeção não garante a obrigatoriedade da posição Spec IP em todas as sentenças, porque I não é um núcleo lexical e, portanto, o Princípio de Projeção em (36) não tem nada a dizer sobre isso. Assim, uma estipulação independente deve ser formulada para dar conta desta obrigatoriedade, comum a todas as línguas: o Princípio de Projeção Estendido (EPP, do inglês *Extended Projection Principle*), em (41) a seguir:

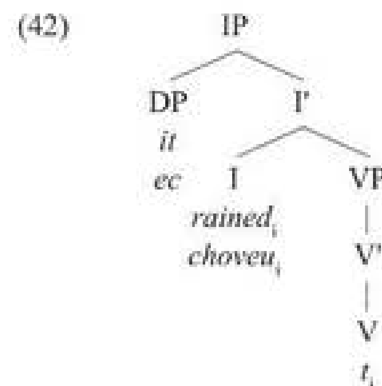
(41) PRINCÍPIO DE PROJEÇÃO ESTENDIDO **(EPP)**

Toda sentença tem sujeito

O EPP garante que Spec IP é uma posição sempre presente e conspira para que certos fenômenos relacionados com essa posição se produzam na sentença. Se o verbo tem argumento externo, é este que deve ocupar a posição sujeito, por razões que concernem à Teoria do Caso (que examinaremos no próximo capítulo) e também à Hierarquia Temática apresentada em (28). Se o verbo não tem argumentos, só um expletivo pode satisfazer o EPP; este elemento é nulo ou com matriz fonética, dependendo de propriedades paramétricas das línguas, como vimos no capítulo "O estudo da gramática".

Neste ponto, o importante é notar que, em casos como *chover*, o sujeito da sentença é um mero argumento sintático, isto é, um elemento sem nenhuma propriedade semântica, dado que não é s-selecionado pelo núcleo lexical. Vejamos a SS de (40), representada como (42), junto com sua glosa para o português, para tornar a discussão mais familiar:

(42)



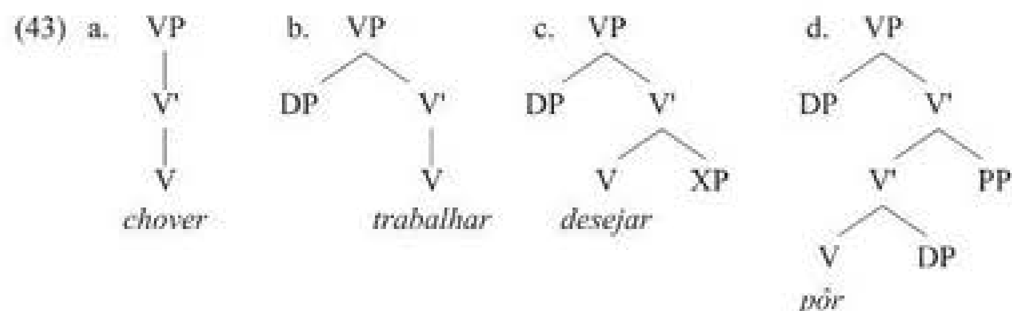
O expletivo, quer foneticamente realizado como no inglês, quer nulo como no português, ocupa uma posição argumental (é sujeito da sentença, respeitando o EPP), porém não é temático, já que não foi selecionado pelo verbo.

Mas o que acontece se o verbo tem um único argumento que não é o externo? Duas saídas se apresentam: ou um expletivo figura em Spec IP, ou outro argumento ocupará esta posição, o que mostra que, de uma forma ou de outra, a compulsão por ter um sujeito é uma propriedade acentuada das sentenças. A próxima seção demonstrará que existem verbos que têm um único argumento que não é o externo.

Inacusativos

Para demonstrar que existem verbos que têm um único argumento e que esse é o argumento interno, vamos recapitular rapidamente as informações fornecidas no capítulo anterior e juntá-las com aquelas deste capítulo. Vimos em "Teoria X-barra", explorando intuitivamente a noção de argumento, que o VP é a projeção máxima de V e que, se V tem argumentos, estes devem ser incluídos na sua projeção máxima. Neste capítulo exploramos com mais cuidado a noção de argumento e mostramos que cada argumento de um verbo recebe um papel θ dele, de tal modo que deve existir uma relação biunívoca entre o número de argumentos e o número de papéis θ. Estas considerações nos levam a prever que os VPs podem ser estruturados, de acordo com o número de argumentos (e de papéis θ), como em (43):

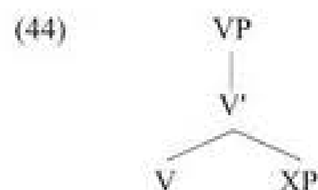
(43)



Estas composições do VP retomam, de modo cuidadoso, as intuições da GT: (43a) representa um verbo que não dispõe de argumentos (como *chover*); (43b) é o desenho de um verbo com um argumento, o externo (como *trabalhar*); (43c) esquematiza o VP encabeçado por um verbo de dois argumentos, um externo e outro interno, que é representado como XP porque tanto pode ser um DP, como um CP (como *desejar*); (43d) configura a classe dos verbos com três argumentos, um externo e dois internos (como *pôr*).

Entretanto, (43) não contém o desenho de uma outra possibilidade: aquela de um verbo com um único argumento que, em vez de ser externo como (43b), é o argumento interno, como ilustramos em (44):

(44)



A possibilidade em (44) não se coloca na classificação tradicional, a não ser no caso de certos verbos impessoais como *haver*, em (45a). Com verbos que não são considerados impessoais, se o argumento é um DP, como *dinossauros* em (45b), ou mesmo um CP, como [*que a Maria enfrenta os problemas com coragem*], a análise sintática força a concebê-los como sujeito do verbo matriz. A concordância explícita entre *existir* e *dinossauros* em (45b) vem como reforço para a análise de *dinossauros* como sujeito da sentença e contribui para obscurecer o fato de que tal sujeito dificilmente se coloca na posição dele, que é antes do verbo.

(45) a. Há dinossauros neste parque.
b. Existem dinossauros neste parque.
c. Parece que a Maria enfrenta os problemas com coragem.

Esta análise induz à concepção de que o argumento destes verbos deva corresponder ao que chamamos de argumento externo. É desta análise que, acreditamos, deriva a dificuldade de imaginar um verbo com a configuração em (44).

Se o complemento é uma sentença infinitiva, o problema é diluído por se considerar, nos moldes tradicionais, que estamos às voltas com uma locução verbal, como [*parece enfrentar*] em (46):

(46) A Maria parece enfrentar os problemas difíceis com bravura.

Um desconforto imediato que esta diluição traz é que é impossível propiciar uma análise unificada para, por exemplo, o verbo *parecer*, que vai ser considerado auxiliar em (46) e verbo principal intransitivo em (45c) pela GT.

Reconhecemos o que está desenhado em (44) como a hipótese **inacusativa** apontando que o nome deriva da inabilidade de este tipo de verbo atribuir Caso acusativo, mesmo tendo um DP complemento (ver o capítulo "Teoria do Caso").[10] Esta hipótese, em conjunto com o tratamento modular que o modelo gerativo fornece, evita os desconfortos apontados e outros, propiciando um tratamento adequado para os verbos que pertencem à classe dos inacusativos. Se, além do mais, pudermos demonstrar que existe uma classe de verbos que seleciona argumento interno sem selecionar argumento externo e, portanto, sem atribuir papel θ a esta posição, então nosso tratamento modular ficará ainda mais motivado.

Para demonstrar que existe a classe dos verbos inacusativos dois passos são necessários. O primeiro é mostrar que existem verbos que têm argumento interno mas não têm argumento externo. O segundo passo exige que mostremos que, se um DP aparece na posição de sujeito de um verbo desta classe, este DP não é o argumento externo deste verbo. Vemos aqui a necessidade de reforçar a diferença entre ser **sujeito da sentença** e ser **argumento externo do verbo**. Para que nossa demonstração chegue a bom termo, vamos usar o verbo transitivo *desejar* que, sem dúvida, tem um argumento externo, contrastando-o com *parecer*, tomado como protótipo de verbo inacusativo.

Comecemos considerando o par em (47):

(47) a. Parece que a Maria enfrenta os problemas com coragem.
b. *Deseja que a Maria enfrente os problemas com coragem.

(47a) evidencia que *parecer* pode ocorrer numa sentença sem argumento externo; por outro lado, (47b) é agramatical se não postulamos um argumento, mesmo que nulo, que seja marcado tematicamente por *desejar*: a inexistência de um tal argumento viola a cláusula (ii) do Critério θ. O contraste em (47) mostra que, enquanto *desejar* tem

que ocorrer com um argumento em (47b), em (47a) *parecer* não tolera que se postule um argumento temático como sujeito. De fato, se acrescentamos este argumento, os julgamentos de gramaticalidade são revertidos, como vemos no par em (48):

(48) a. *João parece que a Maria enfrenta os problemas com coragem.
b. O João deseja que a Maria enfrente os problemas com coragem.

Agora, (48a) viola a cláusula (i) do Critério θ pois aqui temos um argumento sem papel θ. Assim, foi dado o primeiro passo da demonstração para a hipótese inacusativa, ficando constatado por meio de (48a) que o verbo *parecer* não seleciona argumento externo.

Entretanto, um par de sentenças como (49) parece poder colocar em xeque a conclusão tirada acima:

(49) a. A Maria parece enfrentar os problemas com coragem.
b. A Maria deseja enfrentar os problemas com coragem.

Será que agora *a Maria* não é o argumento externo de *parecer*? A fim de evitar que (49) funcione como contra-argumento para a hipótese inacusativa, devemos mostrar que *a Maria*, que sem dúvida é o argumento externo de *desejar* em (49b), não pode ser o argumento externo de *parecer* em (49a). A forma de fazer isso é demonstrar que *parecer*, embora tenha *a Maria* como sujeito, não lhe atribui papel θ. Os pressupostos da Teoria θ que subjazem a esta forma de argumentar são dois: um DP só pode ser argumento de um núcleo se este lhe atribui papel θ; um núcleo impõe pesadas restrições de natureza θ sobre o DP que é selecionado por ele.

Consideremos, agora, (50) e (51):

(50) a. O cachorro parece gostar do patrão.
b. A pedra parece pairar no vazio.
c. A felicidade parece ter acabado.
d. Parece chover na Ilha.

(51) a. ??O cachorro deseja gostar do patrão.
b. *A pedra deseja pairar no vazio.
c. *A felicidade deseja acabar.
d. *Deseja chover na Ilha.

As duas séries de exemplos são montadas numa escala decrescente que vai de um sujeito animado não humano, *o cachorro*, até um expletivo, passando por um sujeito concreto não animado e por um abstrato. O que observamos? Por um

lado, observamos que o verbo *desejar* reage a todos os sujeitos em (51) (com uma dúvida em (51a) a respeito da capacidade de cachorros sentirem desejos desta natureza). Isto significa que *desejar* impõe pesadas restrições ao DP que pode ser seu sujeito. Por que isso acontece? Porque *desejar* s-seleciona seu sujeito que, portanto, é seu argumento externo.

Por outro lado, observamos em (50) que o verbo *parecer* não reage ao tipo semântico de sujeito que tem, nem mesmo ao expletivo em (50d). Se nenhuma incompatibilidade se verifica entre verbo e o sujeito em (50), somos levados a desconfiar que o sujeito não é argumento de *parecer*. A desconfiança se transforma em prova se consideramos finalmente (52):

(52) *A pedra parece estar doente

Agora, a sentença é agramatical, mas a incompatibilidade não pode decorrer de uma restrição temática que *parecer* imponha ao sujeito *a pedra*. Este não pode ser o caso porque o DP *a pedra* já figurou como sujeito de *parecer* em (50b) sem nenhum problema. Na verdade, a incompatibilidade temática se verifica entre *a pedra* e (*estar*) *doente*, o que equivale a dizer que *a pedra* é argumento de *doente* e não de *parecer*.

Portanto, uma sentença com o verbo *parecer* pode ter um sujeito lexical, mas com certeza não é tal verbo que atribui papel θ a ele. Em outras palavras, este sujeito não pode ser seu argumento externo. Como, por hipótese, *parecer* seleciona só um complemento, enquadramos este verbo na classe dos inacusativos. Se na sentença pronunciada este verbo aparece em vários tipos de estrutura, vamos dizer que isto se deve aos tipos de complemento que ele seleciona e que são exemplificados em (53):

(53) IP
Spec I'
I (-e) VP
V'
V (*parec-*) XP
(47a) *[$_{CP}$ que a Maria enfrenta os problemas com coragem]*
(49a) *[$_{Infl}$ a Maria enfrentar os problemas com coragem]*
(50d) *[$_{Infl}$ chover na Ilha]*
(54) *[$_{SC}$ a Maria corajosa]*

(54) A Maria parece corajosa

Se no fim das contas a sentença vai apresentar um sujeito lexical, como ocorre em (49a) e (54), isto deriva em parte do EPP e em parte de certas exigências estabelecidas em outros módulos da gramática como a Teoria do Caso (ver próximo capítulo) ou a Teoria do Movimento (ver último capítulo). Se, por outro lado, a sentença não apresenta um sujeito lexical, como acontece em (47a), o EPP é satisfeito pela inserção de um expletivo e nenhuma das exigências que atuaram em (49a) e (54) se verifica. No caso de (50d), o núcleo lexical do complemento – *chover* – não dispõe de um argumento lexical para figurar como sujeito da sentença. Nos dois últimos casos, então, o expletivo nulo é inserido.

Como não é permitida a atribuição de papel θ à distância (todo papel θ é atribuído dentro da projeção máxima do núcleo lexical atribuidor) e como o Critério θ se aplica em DS, então o sujeito lexical de sentenças com *parecer*, quando há um, tem que ser argumento do núcleo lexical de seu complemento.

INACUSATIVOS COM COMPLEMENTOS *(QUASI-)*SENTENCIAIS

A hipótese inacusativa que vimos explorando se estende naturalmente a muitos outros verbos. Vamos classificá-los de acordo com o tipo de complemento que selecionam. Nesta seção nos limitamos àqueles cujo complemento não é um DP. Os complementos destes inacusativos ou são sentenças ou "*quasi*-sentenças", como veremos.

Antes de entrar propriamente na classificação, vamos desenvolver uma tática segura para reconhecer os inacusativos com complementos (*quasi*-)sentenciais e distingui-los claramente dos outros verbos que têm o mesmo tipo de complemento, que são os transitivos. O principal desta tática está apoiado na demonstração que desenvolvemos na seção anterior, em especial no fato de que, quando um verbo é inacusativo e a sentença tem sujeito, este sujeito não é selecionado por aquele verbo.

Reconhecemos um inacusativo quando conseguimos mostrar que ele não reage à troca de seu sujeito por outros de tipos semânticos variados, como fizemos na escala em (50) e (51). Assim, se nos defrontamos com o verbo *odiar* numa sentença como (55), reconhecemos que ele não é inacusativo através de um paradigma comparativo como em (56):

(55) Aquela menina odeia passear no frio.

(56) a. *Pedras odeiam rolar pela montanha.
b. *A bondade odeia ser escassa em tempos de crise.
c. *Odeia chover nesta época do ano.

O que (56) mostra é que sentenças com o verbo *odiar* não aceitam qualquer tipo de sujeito. Se isso acontece é porque o verbo s-seleciona seu argumento externo, que se alçará para a posição de sujeito, e portanto trata-se de um verbo transitivo. Se, por outro lado, nos defrontamos com o verbo *costumar* numa sentença como (57), reconhecemos que ele é inacusativo pelo que acontece em (58):

(57) Aquela menina costuma passear no frio.

(58) a. Pedras costumam rolar pela montanha.
b. A bondade costuma ser escassa em tempos de crise.
c. Costuma chover nesta época do ano.

O que (58) mostra é que sentenças com *costumar* aceitam qualquer tipo de sujeito. Se isto acontece é porque este verbo não seleciona seu argumento externo, sendo o sujeito alçado de outra posição de dentro do complemento de *costumar*. Isso nos indica que se trata, portanto, de um inacusativo.

Passemos à classificação destes verbos de acordo com o complemento que selecionam. Primeiramente, existem os inacusativos que c-selecionam CP como complemento, como vemos em (59):

(59) Convém $[_{CP}$ que a Maria traga a mochila dela].

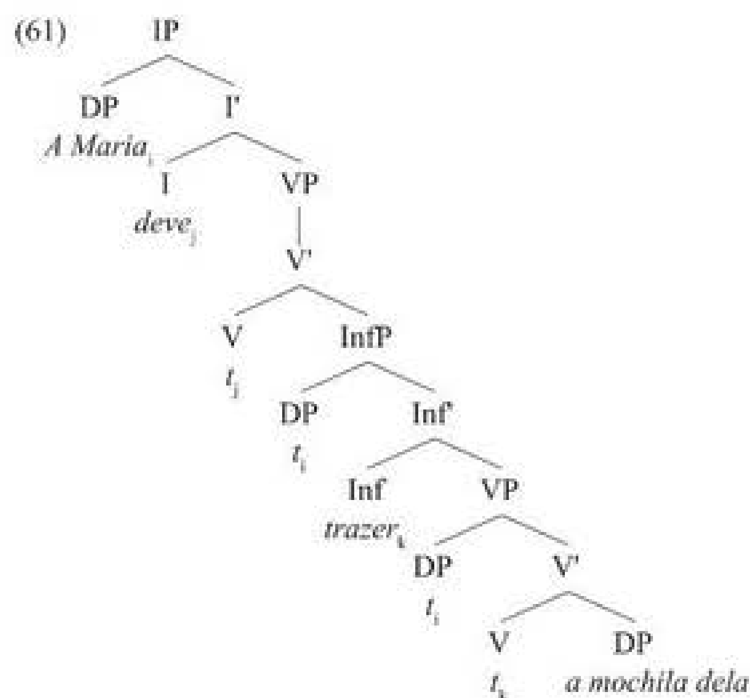
Reconhecer estes verbos como inacusativos dispensa o uso de qualquer tática porque claramente eles não têm sujeito. Como *convir* se comportam os verbos *parecer, constar*, *obstar* etc. O fenômeno interessante de construções como a de (59) é que na sentença matriz o EPP não pode ser satisfeito por *a Maria* porque este DP está satisfazendo o EPP na sentença encaixada (onde ele já tem Caso nominativo, conforme a discussão do próximo capítulo). Assim, o EPP só pode ser satisfeito mediante a inserção de um expletivo nulo (em inglês seria o pronome expletivo realizado por *it*).

Em segundo lugar, temos os inacusativos que selecionam um complemento InfP, como exemplificamos em (60):

(60) A Maria deve trazer a mochila dela

Convidamos o leitor a aplicar a nossa tática de reconhecimento de inacusativos a sentenças que apresentam esta sequência de verbo finito + infinitivo impessoal. Como *dever* se comportam *parecer*, *poder*, *costumar*, *ir* (significando futuro).

A maioria dos verbos desta classe são os **modais**, assim chamados porque modalizam o evento denotado pelo verbo encaixado, atribuindo-lhe quase um caráter adverbial. O fenômeno interessante de construções que apresentam esta classe de inacusativos é que um argumento do verbo encaixado (o externo, quando o verbo encaixado tem um) vai acabar sendo o sujeito da sentença, satisfazendo desta forma o EPP, como mostramos na SS de (60) desenhada em (61):

(61)


O leitor poderia perguntar: por que, agora, a inserção do expletivo nulo para satisfazer o EPP, como teria acontecido em (59), tem como resultado uma sentença agramatical, como (62)?

(62) *Deve a Maria trazer a mochila dela.

Nesta altura, temos condições de dar apenas meia resposta para a pergunta: de fato, a inserção do expletivo nulo satisfaria o EPP, mas ainda assim a sentença seria agramatical porque ficaria faltando ao DP *a Maria* uma propriedade crucial que, veremos no próximo capítulo, é o Caso abstrato. Isso explicará por que o DP *a Maria* tem que ser alçado de sua posição de dentro do complemento de *dever* para figurar como sujeito da sentença matriz.

Temos uma outra classe de inacusativos, como *estar*, que, em vez de selecionar InfP, seleciona um complemento com verbo no gerúndio, como mostra (63):

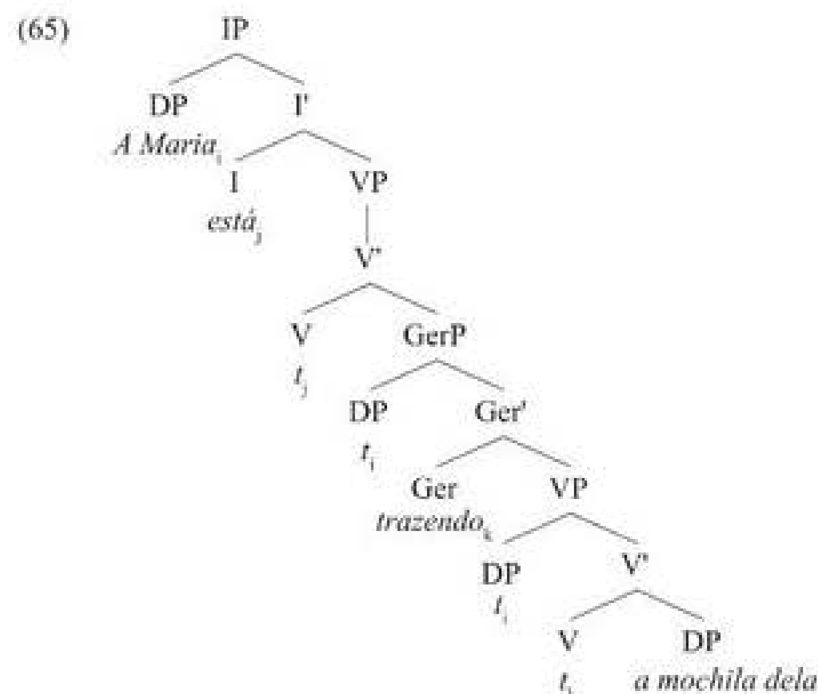
(63) A Maria está trazendo a mochila dela.

Esta classe é denominada classe dos **aspectuais**, assim chamados por atuarem sobre o evento denotado pelo verbo encaixado marcando aspecto **durativo/não acabado**. Nossa tática de reconhecimento de verbos inacusativos funciona bem para reconhecer *estar* como um verbo inacusativo e para enquadrar nesta classe outros verbos como *ficar*, *andar* (≠ de *caminhar*), *permanecer* etc. Ao mesmo tempo, a tática permite, com segurança, manter fora desta classe verbos que na aparência ocorrem em contextos semelhantes, como *telefonar* em (64):

(64) A Maria telefonou chorando.

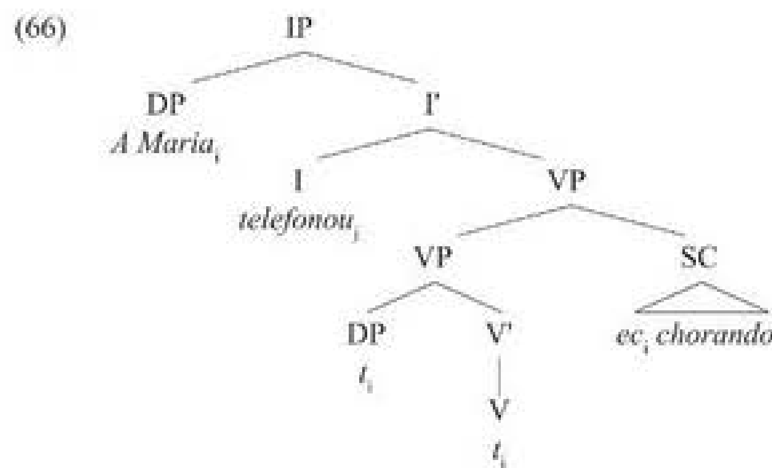
Com certeza, *a Maria* é argumento de *telefonar* e o leitor tem todo o instrumental para prová-lo.

A representação em SS de (63) seria (65):

(65)


(65) é idêntica em tudo a (61), exceto por ter um GerP como complemento do verbo inacusativo. Por sua vez, (64) tem uma estrutura em que *a Maria* é o único argumento de *telefonar* e que, por isso, *chorando* tem que ser adjunto, uma situação já examinada no capítulo "Teoria X-barra" quando discutimos as SCs adjunto – a diferença aqui é que um dos membros da SC é realizado pelo gerúndio. A SS de (64) seria como (66):

(66)



Nesta altura, não podemos perder a chance de convidar o leitor a discutir a ambiguidade da sentença em (67):

(67) A Maria anda chorando.

Uma outra classe de inacusativo aspectual é constituída pelos verbos *ter*, *haver* quando selecionam particípio. Convidamos o leitor a representar a SS de uma sentença que contém o verbo *ter*, atentando para o fato de que o complemento deste verbo, ao invés de ser um gerúndio, será um particípio.

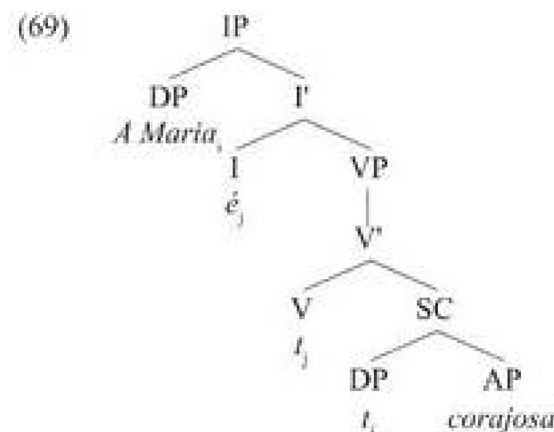
Por fim, há verbos inacusativos, como *ser*, que selecionam como complemento uma SC, o que pode ser examinado em (68):

(68) a. A Maria é corajosa.
b. A Maria é uma heroina.
c. A Maria é de ferro.

O predicado da SC pode ser um AP, como em (68a), um DP, como em (68b) ou um PP, como em (68c). Esta classe engloba os verbos conhecidos como de **ligação**, que compõem aquela famosa lista que fomos obrigados a decorar na escola: *estar*, *parecer*, *ficar*, *permanecer*, *andar*, *continuar* etc. A nossa tática para reconhecer verbos inacusativos funciona corretamente também com estes verbos, já que as

sentenças em que eles figuram aceitam sujeito de vários tipos semânticos, tornando claro que o sujeito é argumento de outro predicado, no caso o predicado da SC. A SS de (68a), por exemplo, pode ser desenhada como (69):

(69)



Neste caso, o AP *corajosa* está atribuindo o papel temático a *a Maria*, sintagma que é posteriormente alçado para SpecIP para, dentre outras coisas, satisfazer o EPP. Convidamos o leitor a apontar as diferenças estruturais entre uma sentença como (70a) e (70b):

(70) a. A Maria parece furiosa.
b. A Maria telefonou furiosa.

Para terminar esta seção, vamos observar que as SCs selecionadas como complemento de um verbo inacusativo são de complexidade variada, como observamos em (71):

(71) a. Viver é lutar.
b. é [$_{SC}$ viver lutar]
c. Viver$_i$ é [$_{SC}$ t$_i$ lutar]

Não deve nos espantar que possamos ter infinitivos como sujeito e como predicado da SC, nem mesmo que o sujeito da SC seja um CP. Vejamos o fenômeno em (72):

(72) a. Que a Maria é corajosa parece verdadeiro.
b. parece [$_{SC}$ [que a Maria é corajosa] verdadeiro]
c. [Que a Maria é corajosa]$_i$ parece [$_{SC}$ t$_i$ verdadeiro]
d. Parece verdadeiro que a Maria é corajosa.

(47) a. Parece [$_{CP}$ que a Maria enfrenta os problemas com coragem].

Em particular, não se deve pensar que (72a) contraria o argumento, formulado a partir de (47a), de que o CP [$_{CP}$ *que a Maria enfrenta os problemas com coragem*] não é argumento externo de *parecer*, mas seu complemento. Note que o complemento de *parecer* é diferente em cada uma das sentenças. Em (72a) o complemento é uma SC, como vemos em (72b), cujo sujeito é um CP que, como mostra (72c), pode ser movido para antes de *parece*, talvez para satisfazer o EPP.[11] O lugar natural para o CP ocorrer parece ser no fim da sentença, possibilidade exemplificada em (72d): existe uma generalização (*Heavy DP/XP Shift*) ainda um pouco mal compreendida que afirma que os constituintes com estrutura fonologicamente pesada se localizam melhor à direita da sentença.

INACUSATIVOS QUE SELECIONAM DP

Nesta seção vamos estudar um pouco os verbos inacusativos que selecionam um DP, na verdade, os verbos responsáveis pelo nome que a classe tem. São os chamados monoargumentais, que distinguiremos observando os paradigmas em (73) e (74):

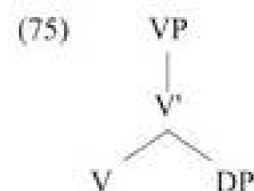
(73) a. O João nada.
b. *Nada o João.
c. *A pedra nada.
d. *Nada a pedra.

(74) a. O menino chegou.
b. Chegou o menino.
c. A carta chegou.
d. Chegou a carta.

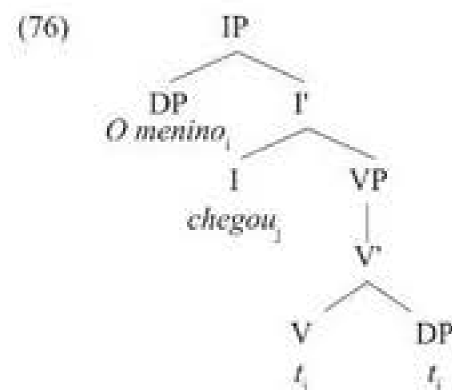
O leitor já deve ter notado a clara distinção de comportamento sintático entre as sentenças de (73), com o verbo *nadar*, e aquelas de (74), com *chegar*. Em (74), o verbo tanto pode s-selecionar um argumento com traço semântico [+animado] – *o menino* – como um com o traço [-animado] – *a carta*. Essa liberalidade de seleção já não é atestada em (73), em que o núcleo *nadar* exige que seu argumento tenha o traço semântico [+animado], como vemos pela agramaticalidade de (73c). Outro aspecto que diferencia (73) de (74) diz respeito à ordem entre o argumento e o núcleo. Enquanto *nadar* só admite que seu argumento se superficialize como sujeito da sentença à esquerda, conforme vemos pelo contraste de gramaticalidade entre (73a) e (73b), *chegar* parece não impor tamanha restrição quanto à posição em que seu argumento se superficializará.

Se analisarmos o argumento selecionado em (73a), tomando seu caráter de animacidade, veremos que apresenta o traço semântico agentivo: João pratica a ação de nadar. Já é mais difícil afirmar o mesmo para os argumentos selecionados por *chegar*. Não é possível afirmar que uma carta tenha qualquer caráter agentivo. Mesmo *o menino* em (74a,b) pode ser considerado como um elemento afetado pelo evento de "chegar"; em outras palavras, não é necessário que *o menino* incorpore o traço semântico "volição", como é o caso de *João* em (73). Os casos de (74) envolvem muito mais a constatação de um evento – "a chegada de algo ou alguém" – do que a participação do argumento como AGENTE para que o evento ocorra. Se, de fato, os argumentos selecionados em (74) são afetados pelo evento, constatamos que esses elementos recebem o papel de TEMA. Nos casos de (74a,c) temos, então, um TEMA como sujeito da sentença, o que não é esperado segundo uma das previsões que extraímos da Hierarquia Temática apresentada em (28).

O que esses fatos todos nos revelam? Embora ambos os verbos apresentados sejam monoargumentais, provavelmente esta não é uma classe verbal homogênea. Enquanto (73) se comporta de forma canônica, com um sujeito agentivo em posição pré-verbal, (74) tanto pode apresentar seu único argumento – TEMA – na posição posposta ao verbo. Ressaltando, novamente, que não são usuais sujeitos com papel temático de TEMA, então esses fatos nos levam a crer que o argumento selecionado por núcleos como *chegar* não é o argumento externo, como em (43b), mas, sim, o argumento interno, como em (44) aqui repetido como (75), com DP no lugar de XP:

(75)


Assim, a SS de (74a), seria (76), onde fica claro qual a posição de base de *o menino*:

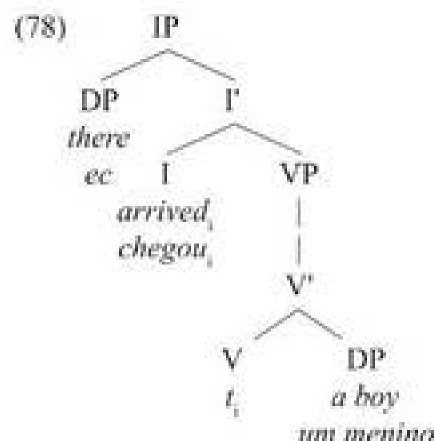
(76)


O DP *o menino* é gerado como argumento interno de *chegar*, posição em que recebe o papel de TEMA, sendo alçado em SS para SpecIP para satisfazer o EPP (e receber Caso, como veremos no próximo capítulo), formando a cadeia (*o menino*$_i$, t_i) – uma cadeia lícita pois respeita o Critério Temático (38), já que o DP sai de uma posição temática e se move para uma posição não temática, ficando apenas a cauda da cadeia marcada tematicamente. Este tipo de cadeia foi formado licitamente em todas as classes de verbos inacusativos estudados até agora.

O que acontece em casos como (74d) em que o argumento interno não é alçado? Tematicamente não haveria problemas, pois o argumento recebe seu papel temático na posição em que é gerado; entretanto, não há como satisfazer o EPP sem que se preveja a presença de um expletivo que possa preencher a posição SpecIP. Embora os expletivos na nossa língua sejam nulos, isto é, não sejam pronunciados, conforme vimos a partir de (42), podemos buscar evidência de sua existência em línguas de sujeito obrigatório, em que o expletivo deve possuir então uma matriz fonética, como o inglês:

(77) There arrived a boy.
/Expl chegou um menino/

em que *there* é um expletivo similar ao *it* de (42). Fornecemos, em (78), a representação em SS de (77) e sua versão em português.

(78)


Uma outra evidência de que se trata de argumento interno com expletivo nulo em SpecIP é que praticamente perdemos, no PB falado, a concordância de plural se o argumento não é alçado, como em (79). Em casos como (79b) o verbo está concordando com o expletivo que é singular. Isso dá conta da perda de concordância na língua em tais sentenças, pois mostra que o falante trata mesmo o DP *as cartas* como argumento interno, com o qual o verbo jamais concordará:

(79) a. ec chegou a carta.
b. ec chegou as cartas.

Se estamos falando de duas classes distintas de verbos monoargumentais, então precisamos distingui-los metalinguisticamente também. Tradicionalmente, usa-se o termo *intransitivo* para os verbos que selecionam apenas um argumento, mas ele não é adequado porque não será capaz de diferenciar as duas classes que vimos examinando. Assim, vamos usar o termo **inacusativo** para os verbos que selecionam apenas um argumento interno e vamos introduzir o termo **inergativo** para aqueles que selecionam apenas o argumento externo. O segundo termo exprime o fato de que o argumento externo tenderá a ser de caráter agentivo/causativo. Já o primeiro termo traduz uma generalização muito forte nas línguas naturais: o fato de que núcleos que selecionam apenas um argumento interno – sempre um TEMA – <u>não</u> são capazes de atribuir Caso acusativo a ele. O leitor entenderá melhor o que isso significa no próximo capítulo.

Vamos recorrer mais uma vez a fenômenos que acontecem em outras línguas para mostrar que existem, de fato, duas classes distintas de verbos monoargumentais. A língua a que recorremos agora é o italiano (mas poderia ser também o francês ou o alemão) e o fenômeno que nos interessa é o uso dos auxiliares *essere* (*ser*) e *avere* (*ter*). Para formar o pretérito composto de verbos transitivos o auxiliar usado é *avere*, como mostra (80):

(80) a. Maria ha mangiato la pasta.
/Maria tem comido o macarrão/
"Maria comeu o macarrão."
b. *Maria è mangiata la pasta.
/Maria é comida o macarrão/

Como mostra (80b), o auxiliar *essere*, que sempre provoca a concordância do particípio com o sujeito, produz uma sentença agramatical.

Se se trata de verbos monoargumentais, alguns como *telefonare* (*telefonar*) exigem o auxiliar *avere*, outros como *arrivare* (*chegar*) exigem o auxiliar *essere*, fenômeno mostrado em (81) e (82):

(81) a. Maria ha telefonato.
"Maria telefonou."
b. *Maria è telefonata.

(82) a. *Maria ha arrivato.
b. Maria è arrivata.
"Maria chegou."

Como mostra a tradução dos exemplos, no português a diferenciação é neutralizada pois só temos o pretérito simples para traduzir os verbos. Quem se interessar pelo assunto pode recorrer à bibliografia adicional fornecida no fim deste capítulo.

O que os falantes de italiano sabem é que devem usar o auxiliar *avere* com verbos transitivos e inergativos e o auxiliar *essere* com os verbos inacusativos. O que transitivos e inergativos têm em comum? Ambos selecionam um argumento externo e, portanto, atribuem papel θ a ele. Assim sendo, o papel θ atribuído só pode ser AGENTE/CAUSATIVO, como apontamos anteriormente. Sistematicamente, os verbos monoargumentais que se usam com o auxiliar *avere* têm o argumento com esse papel θ.

Os inacusativos são diferentes porque, para dizer o mínimo, não selecionam argumento externo. Isto significa que o sujeito dos inacusativos nasce como argumento interno e se move para o Spec IP. Em algum estágio deste movimento, por passar por cima do particípio, estarão em relação local (Spec-núcleo) com ele e isso vai desencadear a concordância entre os dois e com o auxiliar quando chegar em Spec IP. Já com os transitivos e inergativos a concordância com o particípio não acontece porque o sujeito deles nasce numa posição alta demais e só tem condições de provocar a concordância em IP.

Para terminar a seção, fazemos notar outra vez que as restrições de seleção que um verbo (ou, mais precisamente, o nível V') impõe ao argumento externo são mais estritas do que aquelas relativas ao argumento interno. É por isso que o argumento selecionado pelo verbo inergativo tende a apresentar o traço [+animado]: o papel θ atribuído por esses verbos é AGENTE. Por outro lado, como o argumento de um verbo inacusativo é o interno, as restrições de seleção são menos pesadas e o papel θ associado a ele é sistematicamente TEMA.

VOZ PASSIVA

Uma última palavra sobre papéis temáticos. Voltemos à sentença apresentada em (13), repetida aqui como (83):

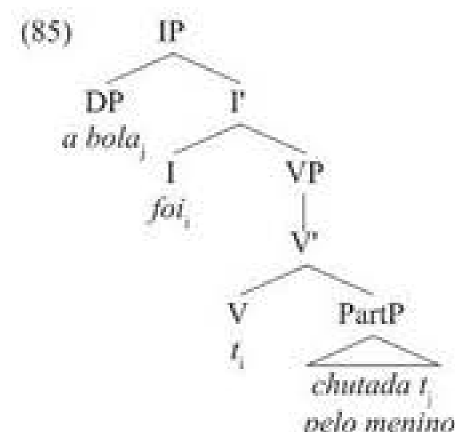
(83) O menino chutou a bola.

A maioria dos verbos que selecionam um argumento externo – AGENTE – e um interno – TEMA/PACIENTE – pode, no português, apresentar-se na voz passiva:

(84) A bola foi chutada (pelo menino).

A primeira coisa a reparar em (84) é que o AGENTE – *o menino* – não precisa se realizar como argumento e, no caso de estar presente na sentença, será realizado como complemento da preposição *por*, dentro de um adjunto, de quem receberá seu papel temático. Isso mostra que tal elemento não pode ser, então, argumento externo do verbo. A segunda é que o elemento com papel temático TEMA (o DP *a bola*) sobe para a posição de sujeito da sentença. Ora, não é exatamente isso o que ocorre com os verbos inacusativos? Temos em mãos, então, mais uma extensão da hipótese inacusativa: a flexão passiva tem a capacidade de "inacusativizar" o verbo. Não tendo argumento externo, o argumento interno vira o sujeito. Veja a representação simplificada de (84) em (85):

(85)



Vamos retomar a grade temática ilustrada em (14) para *chutar*, comparando-a com a da forma passiva:

(86)

a)	chutar:	AGENTE i	TEMA j

b) realização: [O menino]^i chutou [a bola]^j

a')	chut- + -ado/a	AGENTE	TEMA j

b') realização: [A bola]^j foi chutada.

b'') $[_{IP}$ [a bola]$_j$ foi chutada t_j]

O que a representação em (86a') nos mostra é que o papel temático de AGENTE – o que recebe o argumento externo de *chutar* – é "removido" da grade pelo sufixo de particípio da forma passiva. (86b'') mostra que o DP *a bola* é gerado como argumento interno do núcleo, onde recebe seu papel temático de TEMA, sendo alçado em SS para a posição de sujeito da sentença, como em qualquer outro caso de inacusativo.

Bibliografia adicional

Há uma discussão introdutória e interessante sobre papéis temáticos no capítulo sobre o Léxico em Radford (1988). Raposo (1992) também pode ser consultado sobre o assunto. Além desses, boa parte da discussão travada na introdução deste capítulo é desenvolvida extensivamente por Haegeman (1994). Desses, apenas o livro de Raposo está em português (europeu).

Para maior aprofundamento no assunto, sugerimos:

1. Williams (1995) e a bibliografia lá citada. São obras que verticalizam a discussão sobre a natureza dos papéis temáticos. Outro estudioso que pode ser consultado, ainda para os que leem em inglês, é Jackendoff, numa série de trabalhos que vão de seu livro de 1972 a vários artigos na revista *Linguistic Inquiry*. Trata-se, no entanto, de trabalhos bem mais especializados e talvez seja melhor o leitor acabar este *Manual* introdutório antes de se aventurar nestes textos mais pesados. São clássicos no assunto;
2. Sobre a Hierarquia Temática o leitor poderá consultar, dentre outros, Baker, M. (1997) "Thematic roles and syntactic structure", em *Elements of Grammar*, um livro editado por L. Haegeman. Na realidade, trata-se de uma retomada e aprofundamento de alguns aspectos de Baker (1988). Ainda sobre a Hierarquia, há também um texto interessante de D. Dowty, "Thematic proto-roles and argument selection", publicado em 1991 pela revista *Language*. Em ambos os casos estamos falando de textos mais especializados;
3. Para a Generalização de Burzio (que aqui chamamos apenas de Hipótese Inacusativa), cf. Burzio (1986);
4. Para um aprofundamento em relação ao comportamento sintático de verbos psicológicos, recomendamos Belletti & Rizzi (1988). Para uma discussão crítica da proposta de Belletti & Rizzi, o leitor pode se referir a Pesetsky (1995);
5. Sobre os auxiliares em italiano, cf. Figueiredo Silva & Mioto (2003);
6. Sobre voz passiva, ainda que de uma perspectiva distinta da que apresentamos neste *Manual*, o leitor pode consultar Boeckx (1998), e bibliografia lá citada para tratamentos do fenômeno mais próximos do que apresentamos aqui. Contudo, é obra que demanda maior conhecimento de teoria sintática;
7. Para o caráter "híbrido" das preposições como categorias lexicais ou funcionais, cf. Zwarts (1997) e Littlefield (2006). Este último além de apresentar as propriedades lexicais e funcionais das preposições também discute sua aquisição. Os dois textos estão em inglês, no entanto.

Exercícios

1. Represente as seguintes sentenças em SS, marcando com um θ os elementos que recebem papel θ, e grifando o elemento que está atribuindo o papel θ:

   a) Quem disse que o João construiu a piscina?
   b) Fugimos das obrigações de cidadania.
   c) Eles deram o bolo para o vizinho.
   d) Eu vendi o carro à vista.
   e) Chorei.

2. Explique a agramaticalidade das sentenças, pressupondo apenas as categorias vazias indicadas e nenhum outro elemento implícito:

   a) * ec morri o povo.
   b) * O que eu vendi o carro?
   c) * Apontam.
   d) * Maria desmaiou a Joana.
   e) * Ele pôs na garagem.

3. Observe a estrutura abaixo e responda as questões a seguir:

   [$_{CP}$ O que$_i$ [$_{IP}$ você <u>queria</u> [$_{CP}$ que [$_{IP}$ a Maria <u>fizesse</u> ti <u>por</u> ele]]]]

   a) Qual a grade temática dos núcleos grifados?
   b) Em que posição os núcleos atribuem seus papéis temáticos?
   c) Por que é possível garantir que o sintagma *o que* não recebe papel θ na posição em que está?
   d) Qual é a categoria dos elementos c-selecionados pelos verbos?
   e) Desenhe a estrutura da sentença em SS e marque as posições argumentais.
   f) A partir da representação feita em (e), marque as posições θ.
   g) Indique as relações de complementação e de adjunção na sentença acima.

4. Demonstre, trazendo o maior número de argumentos e testes que conseguir, a diferença de comportamento entre os verbos dos três pares de sentenças que se seguem:

   a) (i) As crianças pularam na festa.
      (ii) As crianças caíram na festa.
   b) (i) Joana pretende fugir.
      (ii) Joana deve fugir.
   c) (i) Os alunos se preocupam com o estado das universidades.
      (ii) O estado das universidades preocupa os alunos.

5. A Gramática Tradicional normalmente associa a função de sujeito das sentenças ao papel temático de AGENTE, através de definições como "sujeito é o ser que pratica a ação". Que tipo de problemas essa definição enfrenta perante os exemplos a seguir? Analise as sentenças mostrando o que está em jogo com cada sujeito, lembrando que para tanto o leitor deve partir da grade temática do(s) verbo(s) envolvido(s):

   a) O professor sentiu dores nas costas.
   b) Flores agradam as mulheres.
   c) Caiu o estojo.
   d) Aquela criança é inteligente.
   e) A água parecia rolar do morro.

6. Analise as seguintes sentenças contendo expressões idiomáticas. Mostre como se dá a atribuição do papel temático ao argumento externo e veja se há alguma característica especial nas expressões dadas:

   a) Rosinha pagou o pato. (= levou a culpa)
   b) Rosinha pagou um mico. (= passou vergonha)
   c) Rosinha pagou uma geral (na turma). (= deu uma bronca)
   d) Rosinha enfiou o pé na jaca. (= fez besteira)
   e) Rosinha botou a boca no trombone. (= fez alguma denúncia, espalhou alguma notícia)
   f) Rosinha botou o bloco na rua. (= agiu)

7. Explique por que **não** pode haver cadeia envolvendo os elementos coindexados nas sentenças que se seguem (note que, sem a coindexação, algumas são estruturas possíveis em PB e outras não). Como há categorias vazias de diferentes naturezas, todas serão representadas por **ec**:

   a) Izidoro$_i$ odeia **ec**$_i$
   b) Quem$_i$ Pedro agrediu Paulo$_i$?
   c) Maria$_i$ deseja [**ec**$_i$ viajar de trem]
   d) A pedra$_i$ parece **ec**$_i$ trovejar.
   e) [**ec**$_i$ voar de asa delta] perturba a Maria$_i$.

8. Mostre por que as cadeias envolvendo os elementos coindexados nas sentenças a seguir são lícitas de acordo com o Critério Temático:

   a) [$_{IP}$ Crispim$_j$ ficou [$_{SC}$ t$_j$ bonito]]
   b) [$_{IP}$ As meninas$_j$ chegaram t$_j$]
   c) [O que$_j$ [$_{IP}$ Evilázio comprou t$_j$]]?
   d) [$_{IP}$ A pedra$_j$ parece [$_{InfP}$ t$_j$ rolar]]

Notas

1 O termo "predicado" já utilizado também no capítulo sobre Teoria X-barra não pode ser aqui confundido com o seu uso pela Gramática Tradicional. A Teoria Gerativa empresta os termos "predicado" e "argumento" cunhados pela Lógica Clássica, embora os conceitos não se recubram totalmente.

2 Apenas para tornar familiares alguns rótulos utilizados para os papéis temáticos, apresentamos uma breve lista com exemplos (para uma lista mais exaustiva, cf. Radford, 1988: 373). Lembramos, entretanto, que papéis temáticos neste modelo têm um caráter bastante distinto daquele assumido por teorias semânticas, especialmente as lexicais.

TEMA (ou PACIENTE) = entidade que sofre o efeito de alguma ação (A Cláudia espetou a Maria);
AGENTE/CAUSATIVO = entidade causadora de alguma ação (A Maria correu na São Silvestre);
EXPERIENCIADOR = entidade que experiência algum estado psicológico ou físico (A Maria sentiu dor);
BENEFACTIVO = entidade que se beneficia de algum evento (O João deu flores para a Maria);
LOCATIVO = lugar onde algo/alguém se situa ou onde algo ocorre (O João pôs o livro na estante).

3 Essa discussão inspira-se em Hornstein, Nunes & Grohmann (2005).

4 Não queremos dizer com isso que todas as expressões idiomáticas da língua possam ser manipuladas quanto a tempo ou modo. Há algumas, aparentemente envolvendo imperativos, que, se colocadas no indicativo, perdem a leitura não literal:

(i) Vá plantar batata! (= não me amole) vs.
(ii) João vai plantar batata.
A sentença em (ii) parece só comportar a leitura literal. No entanto, (iii) pode ter leitura idiomática:
(iii) A Maria mandou o João ir plantar batata.

5 Embora não seja nossa preocupação primordial aqui discutir com exatidão o tipo de papel θ atribuído pelos núcleos lexicais, vale uma ressalva. Há papéis que são eminentemente atribuídos a argumentos verbais, como o de AGENTE, enquanto que há outros que servem tanto para argumentos selecionados pelo verbo, como para aqueles selecionados por uma preposição lexical – portanto, para adjuntos. Vejamos um exemplo com o BENEFACTIVO:

(i) João deu as flores para a Maria.
(ii) João comprou as flores para a Maria.
Em (i) *para a Maria* é argumento do verbo *dar* e dele recebe o BENEFACTIVO. Em (ii) o PP *para a Maria* é um adjunto e o DP *a Maria* recebe este mesmo papel da preposição lexical *para*.

6 Esse ponto ainda será discutido no capítulo "Teoria do Caso".

7 O leitor deve referir-se às obras indicadas na Bibliografia adicional, ao final deste capítulo, para detalhes.

8 Há uma classe de verbos que, à primeira vista, parece não se acomodar à (28): são os chamados verbos **psicológicos** que, como o nome adianta, descrevem estados psicológicos. A grade temática de tais verbos envolve normalmente dois papéis θ, de EXPERIENCIADOR e TEMA. Contudo, existe uma classe deles que tem o EXPERIENCIADOR como o papel θ mais proeminente, como a classe de *temer*, e outra que tem o TEMA como argumento mais proeminente, como a classe de *preocupar*:

(i) a. João teme a situação do país.
    b. A situação do país preocupa João.
Mesmo os verbos da classe de *preocupar* podem se acomodar em dois tipos de estrutura, como mostra (ii):
(ii) [João] se preocupa com [a situação do país]
Tanto em (i) quanto em (ii) *João* é EXPERIENCIADOR e *a situação do país* é TEMA. Contudo, como qualquer um dos papéis pode se alçar para a posição de sujeito da sentença, isso parece ferir a hierarquia em (28), que prediria apenas a subida do EXPERIENCIADOR, ficando o papel de TEMA sempre reservado para o argumento interno do verbo. Não cabe aqui explorar esse fenômeno, mas remetemos o leitor a Belletti & Rizzi (1988) que mostram que a estrutura do VP que tem verbos psicológicos como núcleos também se amolda à predição de que argumentos internos são normalmente TEMAS. Quando estudarmos os verbos inacusativos, veremos como esses dois fenômenos são homogêneos quanto aos papéis temáticos, uma unificação que agrega elegância à análise.

[9] Há ainda a cadeia formada pelo movimento do verbo que não será explorada aqui.

[10] Quem propôs essa generalização foi Burzio (1986), conhecida, portanto, na literatura como "Generalização de Burzio" ou hipótese inacusativa.

[11] Sempre se pode alegar que o CP não ocupa o Spec IP (posição com a qual ele não é diretamente compatível – uma discussão sobre esse ponto se encontra no próximo capítulo), e assim ele não estaria anteposto para satisfação do EPP, mas que está adjunto a IP como um tópico da sentença. Entretanto, como observamos no capítulo anterior, essa discussão foge aos limites deste *Manual* e, em nome da simplificação, vamos assumir que o CP possa ser alçado para Spec IP.

Teoria do Caso

A noção de Caso

Caso é uma categoria da gramática que tem longa tradição mas que não retém sentido uniforme na teoria linguística. Por isso, para tornar preciso o que é **Caso abstrato** em gramática gerativa, faremos um contraste com os outros sentidos associados a esta categoria. A partir de agora, sempre que estivermos nos referindo a esta noção de Caso abstrato, utilizaremos a palavra com a primeira letra maiúscula para evitar confusão com outros usos do mesmo termo.

Em primeiro lugar, Caso abstrato deve ser distinguido de **caso semântico**, uma noção difundida pela corrente que se chamou Gramática de Casos. Para estes estudiosos, caso tem sentido muito próximo do que chamamos no capítulo "Teoria Temática" de papel θ. É uma noção semântica que corresponde ao papel que o argumento desempenha na relação estabelecida pelo núcleo lexical do sintagma: AGENTE, TEMA, INSTRUMENTO, LOCATIVO e alguns outros. Essas noções semânticas estão presentes na "cena de cirurgia" da sentença (1):

(1)	O veterinário	operou o porco	com uma faca	no chiqueiro
	AGENTE	TEMA	INSTRUMENTO	LOCATIVO

Caso abstrato também não deve ser confundido com **caso morfológico**. Embora haja intersecção entre os dois conceitos, apenas caso morfológico supõe a existência de um paradigma de morfemas associados aos diferentes casos. Certas línguas manifestam esta morfologia, mas não todas.

O latim é uma língua que tem um paradigma rico de morfemas para os casos e dois deles, que correspondem ao Nominativo (NOM) e Acusativo (ACC), podem ser isolados nas sentenças de (2):

(2) a. Puer puellam amat.
menino$_{NOM}$ menina$_{ACC}$ ama
"O menino ama a menina"
b. Puella puerum amat.
menina$_{NOM}$ menino$_{ACC}$ ama
"A menina ama o menino"

Nessa língua, normalmente o verbo finito vem no fim da sentença. Vamos observar as duas ocorrências de *puella* (menina) em (2). Em (2b) o DP está no caso Nominativo, identificado pelo morfema Ø; em (2a) aparece o morfema *-m*, que é a marca do caso Acusativo. Paralelamente, em (2a) o DP *puer* (*menino*) no Nominativo apresenta o morfema Ø e, em (2b), tem o morfema *-(u)m* do Acusativo.

Sabemos que uma sentença na voz passiva preserva os papéis θ da voz ativa. Se passamos a sentença (2a) para a voz passiva, teremos (3), onde aparece um terceiro caso do paradigma latino, o Ablativo (ABL):

(3) Puella a puero amatur
menina$_{NOM}$ por menino$_{ABL}$ amada é
"A menina é amada pelo menino"

Agora, *puer* tem afixado o morfema *-o*. Assim, para expressar cada um dos diversos casos, o latim clássico dispunha de um morfema que aparecia afixado ao nome.

Qual o papel destes morfemas casuais nas sentenças latinas? Eles têm o papel de estabelecer as funções gramaticais (sujeito, objeto de verbo, objeto de preposição) dos DPs e é através deles que são reconhecidos os papéis θ dos argumentos. Como sabemos, na relação de amor marcada pelo verbo em (2), qual é o DP que desempenha o papel do que ama? Sabemos pelo morfema Ø do Nominativo: *puer* em (2a) e *puella* em (2b). Como sabemos qual é o DP que desempenha o papel θ do que é amado em (2)? Sabemos pelo morfema *-m* do Acusativo: *puella**m*** em (2a) e *pueru**m*** em (2b). São os morfemas que marcam a reversão de papéis θ em (2). Já numa sentença passiva como (3), o morfema que marca o papel θ do que é amado é Ø do Nominativo e o papel θ do que ama é indicado pelo morfema *-o* (em conjunto com a preposição *a(b)*, que se traduz como *por*).

Note que um mesmo caso como o Nominativo serve para indicar papéis θ diferentes; ou casos diferentes como Nominativo e Ablativo podem indicar o mesmo papel θ. Portanto, caso morfológico não pode ser confundido com papel θ. Mas existe uma relação entre eles que pode ser enunciada a partir da constatação de que o caso tem que ser explícito para que se possa deduzir o papel θ do DP

em questão: numa língua como o latim, não é possível a ocorrência de um DP sem marca de caso morfológico. Se isso acontecesse, não saberíamos como interpretar esse DP na sentença. Dizemos, então, que o caso torna o DP **visível** para a interpretação θ.

Essa é, aliás, uma propriedade muito mais geral: também numa língua como o português, que não apresenta marca morfológica de caso, os DPs devem ser visíveis para a interpretação θ. Observe as traduções respectivas das sentenças latinas de (2) e (3) em (4):

(4) a. O menino ama a menina.
b. A menina ama o menino.
c. A menina foi amada pelo menino.

Como sabemos que *o menino* desempenha o papel do que ama em (4a)? Sabemos porque este DP antecede o verbo. Como sabemos que *o menino* desempenha o papel do que é amado em (4b)? Sabemos porque este DP vem depois do verbo. *Grosso modo*, podemos dizer que a ordenação dos DPs no português é importante para torná-los visíveis para a interpretação θ.

Vamos admitir então que essa condição de **visibilidade** se aplica a qualquer língua, mesmo às que não dispõem de caso morfológico. Isto é, abstraindo a morfologia, todas as línguas seriam semelhantes porque todas têm que dar visibilidade aos DPs para que eles tenham sua interpretação θ garantida. Todas as línguas são idênticas por disporem da categoria gramatical **Caso**. O que pode ser diferente de uma língua para outra é a forma como esta categoria se expressa: em algumas, concretamente, por meio de um paradigma mais ou menos rico de morfemas; em outras, mais abstratamente, por meio de recursos tais como a ordem dos DPs em relação aos núcleos que os selecionaram.

Daí a noção de Caso abstrato, uma noção mais geral do que caso morfológico, e universal já que sua existência é postulada para qualquer língua natural.

O português é uma língua em que os DPs, apesar de se submeterem à condição de visibilidade, não são marcados morfologicamente por caso. Entretanto, resíduos de marcas casuais persistem no sistema dos pronomes pessoais, como vemos em (5):

(5) a. Eu vi a Maria.
b. A Maria me viu.
c. A Maria olhou para mim.

Independentemente de *me* ser um clítico, isto é, um elemento fonologicamente dependente do verbo, os pronomes de primeira pessoa assumem formas diferentes como reflexos de Casos diferentes: *eu* é a forma do Nominativo, *me* a do Acusativo e *mim* a do Oblíquo – este último associado a complementos de preposições. O fato de os pronomes terem Caso explícito pode ser tomado como indício de que existe marcação casual no português.

A Teoria do Caso

Vimos que a categoria gramatical de Caso é necessária para qualquer língua na medida em que permite que os DPs sejam interpretados: numa sentença o DP marcado por Nominativo pode ser o AGENTE, o marcado por Acusativo pode ser o TEMA e assim por diante. Sem o Caso, não seria possível recuperar qual o papel temático do DP. Essa necessidade de Caso se verifica mesmo para línguas que não dispõem de nenhum morfema para este fim. Como todas as outras, esta língua precisa indicar qual o papel θ do DP e isso é feito por meio do Caso abstrato.

Ora, já vimos que a gramática gerativa é uma teoria modular. E um dos seus módulos é exatamente o que trata do Caso abstrato, a Teoria do Caso. Esta subteoria deve ser formulada de modo a estabelecer:

- quantos e quais são os Casos abstratos;
- quais são os elementos que atribuem os Casos abstratos;
- quais são os sintagmas que os recebem;
- quais as formas de atribuição de Caso;
- quais os princípios que regulam a atribuição de Caso.

Comecemos pelos princípios que regulam a atribuição de Caso. Como o leitor pode observar dos módulos anteriores e dos posteriores, cada subteoria da gramática é composta por um número extremamente reduzido de princípios. A Teoria do Caso compreende um único princípio. Para atender ao fato de que a necessidade de Caso é universal, não importando as variações observadas na morfologia das línguas, vamos enunciar o **Filtro do Caso**, que é um princípio que garante que um DP pronunciado tenha Caso.

(6) FILTRO DO CASO

*[DP] se DP é pronunciado e não pertence a uma cadeia marcada com Caso

Tal como formulado em (6), o Filtro do Caso não tem nada a dizer com respeito aos DPs fonologicamente vazios. Mas, como veremos, no que diz respeito aos DPs pronunciados, o Filtro do Caso provoca vários tipos de arranjo na sentença para que lhes seja garantido um Caso. Este princípio também não se aplica a constituintes que não sejam do tipo DP, como o CP, o IP, o PP e assim por diante.

O princípio do Caso é formulado em termos de cadeia, noção que já abordamos de modo intuitivo no capítulo "Teoria Temática", mas que será abordada com mais cuidado no capítulo "Mova α". Desta forma, são recobertas as situações em que o DP não consegue seu Caso se pertence a uma cadeia trivial, isto é, uma cadeia com uma única posição que não é marcada por Caso. Nesta situação, forma-se uma cadeia A(rgumental) não trivial (isto é, com pelo menos duas posições). De qualquer maneira, é importante salientar que uma cadeia só pode ser marcada por um único Caso.

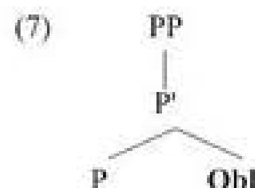
São três os Casos pertinentes para a nossa discussão aqui sobre o português: o Nominativo (NOM), o Acusativo (ACC) e o Oblíquo (OBL). Eles são atribuídos, como enuncia o Filtro do Caso, a DPs. Os atribuidores de Caso são os dois núcleos lexicais que se definem pelo traço [-N] (o verbo e a preposição) e o núcleo funcional I finito – veremos mais adiante que também a preposição funcional e o núcleo que encabeça o infinitivo pessoal do português são capazes de atribuir Caso. O núcleo lexical [-N,+V], o verbo (transitivo), atribui Caso ACC; o núcleo [-N,-V], a preposição, atribui Caso OBL. Por sua vez, o núcleo funcional I atribui NOM. Cada um dos atribuidores de Caso tem um único Caso para descarregar (que pode ou não ser descarregado dependendo da presença de algum DP que deva recebê-lo e que esteja na configuração adequada).

A marcação de Caso

A MARCAÇÃO CANÔNICA DE CASO

Os Casos são atribuídos em configuração normal e excepcional sob **regência**, uma noção que formalizaremos mais à frente; por agora, vamos centrar nosso interesse em compreender o funcionamento da Teoria do Caso e tomar regência intuitivamente como algo próximo do conceito da gramática tradicional para este termo. Em situações normais, a preposição, lexical ou funcional, atribui

Caso OBL ao seu complemento, que é regido por ela. A configuração relevante é desenhada em (7):

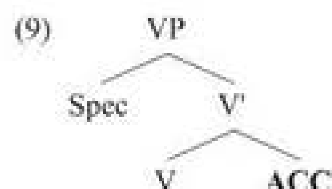
(7)


Numa sentença, o DP marcado por OBL é o que aparece imediatamente à direita da preposição, como podemos ver em (8):

(8) a. A menina olhou para o menino.
b. A menina olhou para mim.

Em (8b) *mim* recebe Caso OBL da preposição *para* e sabemos disso através da forma do pronome pessoal, exclusiva para o Caso Oblíquo; em (8a) *o menino* recebe Caso OBL da preposição *para* e, já que não temos nenhuma marca morfológica específica desse processo, deduzimos o Caso OBL da configuração, a mesma de (8b): o DP é o complemento da preposição.

O verbo é o outro núcleo lexical que atribui Caso. Como a preposição, ele deve ser do tipo que rege um complemento ao qual atribui Caso. A configuração de atribuição de ACC é a desenhada em (9):

(9)


Na sentença, o DP marcado por ACC aparece à direita do verbo, como podemos ver em (10):

(10) A menina viu o menino no cinema.

Em (10), o DP *o menino* recebe Caso do verbo e, uma vez que também aqui não temos marcas explícitas deste processo, deduzimos o Caso ACC da configuração: o DP é complemento do verbo. Observe de passagem que o verbo é transitivo.

Existe, porém, uma situação em que a marcação de ACC é explícita: quando o complemento do verbo é um pronome, como *o* em (11):

(11) A menina *o* viu no cinema.

Neste caso, no entanto, a posição que o pronome ocupa não é a de complemento. Como se trata de um clítico dizemos que o pronome faz parte de um conjunto de núcleos incorporados que inclui a flexão I e o verbo V, assunto que discutiremos com mais vagar no capítulo "Mova α".

Agora, o que fazer quando o complemento do verbo não se encontra à direita, como acontece em (12)?

(12) O menino, a menina viu no cinema.

Podemos dizer que *o menino* tem Caso ACC em (12)? A resposta só pode ser afirmativa já que aquele DP é interpretado como tendo o papel θ de TEMA, atribuído pelo verbo *ver*, e já sabemos que a interpretação só é visível quando o DP recebe um Caso. Observemos que o verbo não pode atribuir Caso ao DP *o menino* nesta configuração: a relação entre atribuidor e receptor de Caso, em (12), não é aquela desenhada em (9). Mais sério ainda: a relação entre o V e o DP *o menino* aqui não é local,[1] no sentido de que aparentemente não se estabelece dentro da projeção máxima do núcleo atribuidor de Caso.

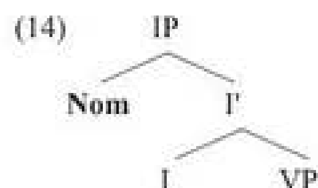
A questão que (12) levanta pode ser formulada da seguinte maneira: o DP *o menino* tem Caso, porque sabemos que ele tem papel θ, mas não pode receber este Caso na posição em que se encontra. A solução deve levar em conta o fato de que o nosso DP problemático pertence a uma cadeia não trivial, isto é, uma cadeia que envolve mais de uma posição. Em (12), uma cadeia é formada pelas duas posições que estão coindexadas e ela contém o DP *o menino* e a categoria vazia *t*, ambos portadores do índice *i* em (13):

(13) O menino$_i$ a menina viu t_i no cinema.

Desta forma, os problemas são resolvidos – o da localidade de atribuição de Caso, já que na verdade o ACC é descarregado em ***t***; e o do Caso de *o menino*, que agora lhe é garantido por sua condição de membro da cadeia (*o menino*$_i$, t_i).

Consideremos agora o núcleo I, que atribui NOM à posição de Spec, como desenhamos em (14):

(14)



Desta forma, o Caso NOM é atribuído à esquerda, ao contrário do OBL e do ACC que são atribuídos à direita; note que, além disso, a configuração de atribuição deste Caso é diferente uma vez que o NOM é atribuído na relação Spec-núcleo, enquanto o ACC e o OBL são atribuídos na relação núcleo-Compl. Para unificar as duas formas de atribuição de Caso utilizamos a noção de regência (ainda a ser definida); em qualquer das situações o Caso é atribuído sob regência dentro de um certo domínio de localidade: tanto o complemento quanto o especificador são regidos pelo núcleo.

Mas há ainda uma outra diferença entre os Casos: na grande maioria das situações, o NOM, mas não o ACC e o OBL, pressupõe movimento, isto é, o DP marcado por NOM é movido para Spec IP, não é gerado ali. Esta posição é [-θ], o que quer dizer que ela não abriga em DS um elemento que necessite de papel θ. Por outro lado, o complemento do verbo e o da preposição, se ela é lexical, correspondem a posições [+θ] e, para elas, o Caso poderia ser atribuído junto com papel θ em DS. Se, contudo, em DS podemos ter DPs sem Caso, isso só pode ser acomodado em nossa teoria se dissermos que o nível relevante para a atribuição de qualquer Caso é a SS. Então, o Filtro do Caso se verifica na SS, o que significa que um DP pode ficar sem Caso na DS.

Vimos acima que o DP NOM é, na maioria dos casos, parte de uma cadeia – portanto, é perfeitamente possível a atribuição de Caso se o DP que o recebe pertence a uma cadeia (não trivial). Tomemos agora o verbo (transitivo) que atribui ACC ao seu complemento: em SS, ele já terá saído do VP e se encontrará amalgamado à flexão em I, formando uma cadeia de núcleos. Será esta cadeia, portanto, a responsável pela atribuição do ACC em SS ao DP complemento – portanto, é também perfeitamente natural que o atribuidor do Caso seja parte de uma cadeia (não trivial), pelo menos no que respeita aos Casos atribuídos na relação núcleo-complemento.

Nas sentenças do português, normalmente o DP marcado por NOM aparece à esquerda do verbo flexionado, como vemos em (15a):

(15) a. A menina viu o menino no cinema.
b. (Foi) a menina que viu o menino no cinema.

Em (15a), *a menina* é o DP marcado por NOM. Do mesmo modo que o DP marcado com ACC em (13), o DP marcado com NOM pode aparecer deslocado na periferia esquerda da sentença, como vemos em (15b): o complementizador *que* mostra que *a menina* está acima de Spec IP. O Spec IP deve, então, conter um ***t***, de modo paralelo ao que foi afirmado para (13), e o Caso do DP *a menina* é provido por meio da cadeia não trivial cujas posições são indexadas pelo **i** subscrito em (16):

(16) (Foi) a $menina_i$ que t_i viu o menino no cinema.

Mostramos que o ACC e o OBL são atribuídos à posição de complemento do verbo (transitivo) e da preposição, núcleos [-N]. No entanto, já notamos no capítulo "Teoria Temática" que nomes e adjetivos, núcleos [+N], também podem selecionar complementos, como mostra (17):

(17) a. [A indiferença aos protestos populares] compromete o governo.
b. O governo é [indiferente aos protestos populares].

Observemos primeiramente que em (17a) é o sintagma *os protestos populares* que efetivamente é o argumento de *indiferença*, que é o núcleo que lhe atribui papel θ; de modo paralelo, em (17b) é o sintagma *os protestos populares* que é o argumento de *indiferente*. No entanto, esses dois núcleos [+N] são incapazes de atribuir Caso a *os protestos populares* que, como qualquer DP, precisa de Caso.

Será que o verbo em (17a) pode atribuir Caso ao DP em foco? Não pode, porque ele descarrega o Caso ACC no seu complemento: o DP *o governo*. E a flexão I? Também não, porque descarrega o NOM no DP *a indiferença aos protestos populares* que preenche Spec IP. Como se explica então que a sentença seja gramatical? Observe que *os protestos populares* é antecedido pela preposição ***a***. Esta é uma preposição que, de acordo com o capítulo "Teoria Temática", não atribui papel θ a seu complemento, o DP *os protestos populares*: o papel θ é atribuído pelo núcleo lexical [+N,-V] *indiferença*. A mesma linha de raciocínio vale para (17b) onde temos o adjetivo *indiferente*, uma categoria [+N,+V], atribuidora de papel temático, mas que não faz parte da lista dos atribuidores de Caso abstrato.

Assim (17) é uma instância da situação em que uma preposição funcional precisa ser inserida na sentença para prover o Caso do DP. Sem a preposição as sentenças são agramaticais:

(17') a. *A indiferença os protestos populares compromete o governo.
b. *O governo é indiferente os protestos populares.

Inserir a preposição funcional na sentença é uma operação de último recurso para licenciar o DP, tornando-o visível para a interpretação temática. Por esta razão, os DPs complementos de categorias [+N] são invariavelmente preposicionados.

A ideia de que a inserção da preposição é uma operação de último recurso para salvar a sentença torna-se ainda mais plausível se observamos o que acontece com as preposições nas sentenças em (18), (19) e (20):

(18) a. O medo da inflação paralisa os negócios.
b. *O medo a inflação paralisa os negócios.
c. O medo de que a inflação dispare paralisa os negócios.
d. O medo que a inflação dispare paralisa os negócios.

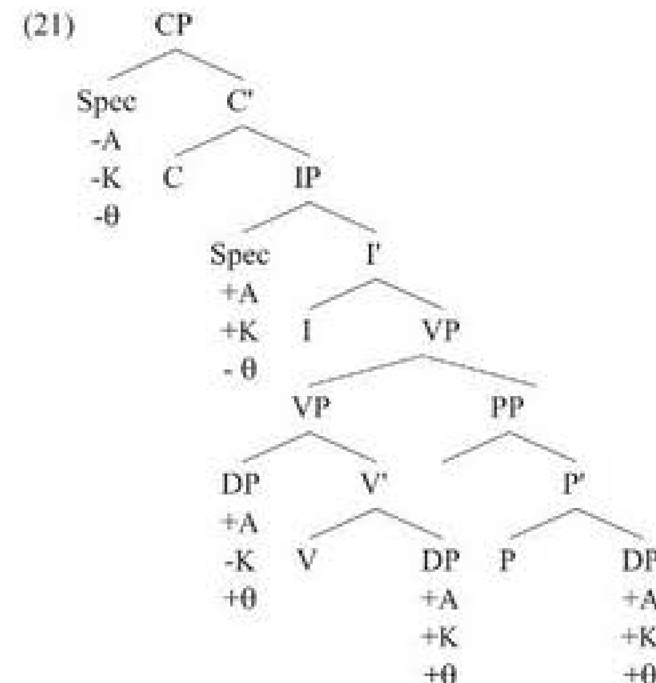
(19) a. Ele fica preocupado com a Maria.
b. *Ele fica preocupado a Maria.
c. Ele fica preocupado com que ela saia sozinha.
d. Ele fica preocupado que ela saia sozinha.

(20) a. Ele gosta da Maria.
b. *Ele gosta Maria.
c. Ele gosta de que Maria dance.
d. Ele gosta que Maria dance.

Os exemplos de (18) e (19) contêm complementos nominais ou sentenciais do nome *medo* e do adjetivo *preocupado*, núcleos [+N] incapazes de atribuir Caso; (20) contém o verbo *gostar*, núcleo [-N] que idiossincraticamente é incapaz de atribuir ACC. A presença das preposições funcionais sublinhadas garante que todas as sentenças sejam gramaticais, quer o complemento seja um DP, quer seja um CP. Entretanto, a ausência das preposições faz emergir a seguinte assimetria: quando o complemento é um CP, como em (18d), (19d) e (20d), a sentença é gramatical; mas, quando o complemento é um DP, nos exemplos (18b), (19b) e (20b), a sentença é agramatical. Como se explica essa assimetria? A explicação é imediata se consideramos que Caso não é uma exigência que pesa sobre CPs, mas sobre DPs: por um lado, CPs não precisam receber Caso e, então, a preposição pode ser dispensada; por outro lado, DPs pronunciados sem Caso não são licenciados e assim, se falta a preposição quando o complemento é um DP, como em (18b), (19b) e (20b), o resultado será uma sentença agramatical.

Assim, sempre que temos o complemento de um núcleo nominal, ele deve ser encabeçado por uma preposição, mesmo que esse núcleo nominal seja um nome deverbal, e que o verbo correspondente a ele selecione um DP como complemento, não um PP – o exemplo que utilizamos anteriormente é *demolição*, o nome derivado de *demolir*. Dado que nomes e adjetivos não podem atribuir Caso, os seus eventuais argumentos devem ser licenciados pelo Caso OBL, atribuído por uma preposição funcional, que é inserida ali especialmente para este fim.

Em resumo, três são os Casos abstratos do português. Eles são atribuídos para as posições marcadas [+K] em (21):

(21)


Em (21), além das posições casuais, estão também representadas duas outras propriedades, apontadas no capítulo "Teoria Temática", que as posições podem ou não ter: a de serem argumentais (isto é, de poderem abrigar apenas argumentos), sinalizadas aqui como [±A]; e a de serem temáticas, sinalizadas na árvore como [±θ].

A MARCAÇÃO EXCEPCIONAL DE CASO (ECM)

A parte que esboçamos da Teoria do Caso explicitou que são três os Casos relevantes para a nossa discussão (também conhecidos como 'Casos estruturais'), dois deles atribuídos por núcleos [-N] e um atribuído pelo núcleo funcional I.

As situações de marcação casual apresentadas são descritas como canônicas em virtude de os núcleos marcarem seu complemento ou especificador, como vemos em (22):

(22) a. A menina vigiou o namorado para a amiga.
b. *Ela o* vigiou para *mim*.

Em (22a) *a menina* recebe NOM de I, a flexão finita que aparece amalgamada ao verbo; *o namorado* recebe ACC do verbo; e *a amiga* recebe OBL da preposição. Que a marcação de Caso é esta fica evidenciado em (22b) onde os pronomes, que têm os mesmos papéis θ dos DPs, refletem explicitamente os Casos que os DPs têm.

Existe, porém, um outro processo de marcação casual, conhecido como marcação excepcional de Caso (ECM, do inglês *Exceptional Case Marking*). A ECM se distingue da marcação canônica por envolver um núcleo que atribui Caso a argumentos de outro núcleo.

Antes de abordar diretamente as configurações de ECM, vamos retomar a discussão sobre sentenças infinitivas. Observemos inicialmente o verbo e a preposição, cada um com seu complemento entre colchetes em (23):

(23) a. A Maria [viu [os amigos rirem]].
b. A Maria fez palhaçadas [para [os amigos rirem]].

Vamos primeiramente identificar o tipo categorial do complemento de *viu* e *para*. Em [*os amigos rirem*], as marcas morfológicas presentes na flexão verbal indicam que se trata de um infinitivo pessoal – já vimos que estes complementos se estruturam como AgrPs que tomam como complemento um InfP. A pergunta agora é: complementos infinitivos devem ou não conter uma projeção CP que os introduza? Os infinitos pessoais diferem dos infinitivos impessoais a este respeito?

Observemos inicialmente que a presença do complementizador *que* em (24) demonstra que o verbo *ver* e a preposição *para* podem c-selecionar um CP, isto é, não existe nenhuma incompatibilidade de c-seleção em jogo:

(24) a. A Maria [viu [$_{CP}$ que [$_{IP}$ os amigos riam]]].
b. A Maria fez palhaçadas [para [$_{CP}$ que [$_{IP}$ os amigos rissem]]].

Vamos admitir então que em (23) o complemento de *viu* não é simplesmente um AgrP que domina o InfP, mas sim um CP, que não é preenchido por nenhum item lexical. Em outras palavras, estamos admitindo que as sentenças infinitivas pessoais são encabeçadas por um CP que deve ser nulo (em PB, a contraparte deste CP é aquele encabeçado por *que*, exemplificado em (24), que c-seleciona um IP finito). Se este é o caso, estamos livres para postular que a representação de (23) é (25):

(25) a. A Maria [viu [$_{CP}$ Ø [$_{AgrP}$ os amigos rirem]]].
b. A Maria fez palhaçadas [para [$_{CP}$ Ø [$_{AgrP}$ os amigos rirem]]].

Na verdade, pode-se fornecer argumentos para provar que este CP nulo de fato existe. Consideremos as sentenças em (26), reconhecidamente pertencentes a um registro muito formal do PB:

(26) a. O presidente afirmou [terem os ministros falhado no controle da inflação].
b. O presidente passou as reformas por [terem os deputados desistido].

Vamos assumir a hipótese de que o sujeito da oração infinitiva encaixada está ocupando Spec AgrP, a posição mais alta da oração infinitiva (pessoal), na qual o DP desencadeia concordância com o auxiliar e onde recebe seu Caso NOM. A questão que se coloca é: onde está *terem*? Certamente, mais alto que a posição Agr. Dado que os núcleos só podem transitar por posições de núcleo, como veremos mais detidamente no capítulo "Mova α", o auxiliar deve estar ocupando a posição de núcleo acima de Agr, que só pode ser C. Portanto, a representação de (26) deve conter um CP em cujo núcleo o auxiliar *terem* estará alojado:

(27) a. O presidente afirmou [$_{CP}$ terem$_i$ [$_{AgrP}$ os ministros t_i falhado no controle da inflação]].
b. O presidente passou as reformas por [$_{CP}$ terem$_i$ [$_{AgrP}$ os deputados t_i abandonado o plenário]].

Assim, vamos sustentar que o complemento de *viu* e *para* em (25) é um CP, apesar de não haver ali nenhum item realizado fonologicamente que evidencie isto. Portanto, estamos supondo que infinitivos pessoais possuem uma projeção de concordância e uma projeção de complementizador. Ainda que aqui esta decisão não seja crucial, ficará claro, na discussão que segue, o papel que o CP pode ter na introdução de sentenças infinitivas.

Como se dá a marcação de Caso de *os amigos* em (25)? Este DP ocupa a posição Spec AgrP e recebe NOM do Agr preenchido pelo infinitivo pessoal *rirem*. Esta é a configuração canônica de marcação de nominativo. Ela é possível em português exatamente porque esta língua dispõe de infinitivo pessoal, isto é, de uma projeção AgrP no infinitivo, fundamental para a atribuição de NOM. Outras línguas não são capazes de atribuir NOM nesta situação, pois seu infinitivo é invariavelmente impessoal, isto é, não podem projetar AgrP, apenas InfP, no contexto infinitivo.

Agora já estamos em condições de abordar o fenômeno da ECM. Se fizermos aparecer o pronome de primeira pessoa como argumento externo de *rir* na sentença (23b), obteremos as sentenças em (28):

(28) a. A Maria fez palhaçadas para eu rir.
b. A Maria fez palhaçadas para mim rir.

Embora gramáticos tradicionais policiem ferozmente os falantes para não produzirem (28b), esta sentença é gramatical. O que incomoda profundamente esses gramáticos é o fato de o pronome – argumento externo do verbo *rir* – aparecer na forma oblíqua *mim*. Em termos mais técnicos, o incômodo resulta de uma atribuição de Caso que envolve a preposição como núcleo atribuidor e o DP preenchido pelo pronome como receptor. O pronome não consegue disfarçar que se trata do Caso OBL.

(28a) não traz desconforto porque evidencia uma marcação canônica de Caso: o núcleo Agr presente no contexto do infinitivo pessoal marca casualmente o pronome cuja forma deixa ver o Caso NOM.[2] Em (28b), temos em mãos uma marcação casual que não é canônica, no sentido de que ela não acontece na configuração núcleo-complemento, como fazem normalmente as preposições e os verbos. Observe que não é exatamente o complemento que está recebendo o Caso da preposição em (28b); o complemento da preposição não é o pronome *mim*, mas uma sentença infinitiva, que a princípio não necessita de marcação casual. Na verdade, é o pronome *mim*, argumento externo de *rir*, que está sendo marcado por Caso pela preposição. Esta é a razão pela qual dizemos que a marcação é excepcional: não é o complemento que recebe o Caso, mas o 'filho' do complemento, digamos assim.

O curioso nesta história é que se reescrevermos (23a) substituindo o DP *os meninos* pelo pronome de primeira pessoa, o nosso gramático incomodado vai querer que o pobre falante produza (29b) em vez de (29a):

(29) a. A Maria viu eu rir.
b. A Maria viu-me rir.

Não deixemos de notar a contradição: aqui a 'polícia' atua para coibir (29a), a sentença em que se verifica a marcação canônica de Caso: o NOM refletido no pronome *eu* é atribuído pelo núcleo Agr do infinitivo pessoal. Agora não incomoda que o argumento externo do verbo *rir* exiba, em (29b), o Caso ACC, mesmo que esteja em ação uma marcação de Caso excepcional, paralela à que se verifica em (29b).

Independentemente de qualquer incômodo que alguma das sentenças de (28) ou de (29) possa causar, a Teoria do Caso se coloca como tarefa explicar a marcação de Caso, qualquer que seja ela. Em (28a) e (29a), o DP que está em Spec AgrP do infinitivo pessoal recebe NOM. O problema é mostrar como o Caso OBL é atribuído em (28b) e o ACC em (29b).

Vamos começar a discussão pelo ACC. Consideremos (30) e (31):

(30) a. *A Maria viu-nos rirmos.
b. *A Maria viu-os rirem.

(31) a. A Maria viu-nos rir.
b. A Maria viu-os rir.

A comparação entre as sentenças de (30) e (31) mostra que são as marcas de flexão que tornam as sentenças de (30) agramaticais. Em (30) temos um Agr capaz de atribuir NOM, mas os pronomes que, para recebê-lo, deveriam ocupar o Spec AgrP encaixado apresentam-se claramente com marcas de ACC. Em (31), os pronomes *nos* e *os* também aparecem na forma acusativa, mas agora não se verifica nenhuma incompatibilidade porque o infinitivo é impessoal: desprovido da projeção de AgrP, ele é incapaz de atribuir Caso NOM ao argumento externo de *rir*.

Um fato interessante evidenciado por (30) é que o Caso não pode provir de dois marcadores distintos, como o infinitivo pessoal e o verbo matriz. Isto quer dizer que um mesmo DP não pode receber Caso de dois atribuidores distintos, se por nenhuma outra razão, pelo fato de que seria impossível dar a este DP uma forma que satisfizesse simultaneamente aos dois Casos – imaginemos o que se passaria em uma língua que expressa os Casos abstratos via casos morfológicos, como o latim. No português, o problema só se coloca claramente na morfologia dos pronomes: por exemplo, se o Caso for Nominativo, o pronome é *eu*, mas no Caso Oblíquo, a forma seria *mim*. Qual delas escolheríamos?

No entanto, este não é o único fato evidenciado por (30). Na verdade, aqui se recoloca a questão da localidade: quando um núcleo tem condições de atribuir Caso a um DP em configuração canônica dentro de sua projeção máxima, jamais este núcleo cede a vez para outro atribuidor. De modo muito mais geral, quando um núcleo garante a existência de uma determinada relação nos seus domínios (isto é, dentro de sua projeção máxima), fica terminantemente proibida a interferência de outro núcleo para implementar esta mesma relação nesse mesmo domínio.

Vamos abordar agora o problema de saber como o verbo matriz é capaz de atribuir ACC a um argumento de outro verbo. Até este ponto só nos referimos a

verbos que atribuem ACC ao seu DP complemento, não a um DP que é argumento de outro verbo. Como isto é possível?

É preciso, antes de mais nada, fazer notar que a preposição *para* e os verbos ECM formam um conjunto lexicalmente restrito no PB e os itens são marcados expressamente com esta propriedade no léxico. No reino das preposições, somente *para* tem esta capacidade; no domínio dos verbos, também, poucos são os elementos com esta propriedade: apenas (um subconjunto de) verbos de percepção e verbos causativos podem atribuir Caso para um DP dentro de um infinitivo impessoal.

Recordemos agora (25a), repetido a seguir, representação para a qual postulamos que o complemento do verbo *ver* é um CP vazio que c-seleciona AgrP:

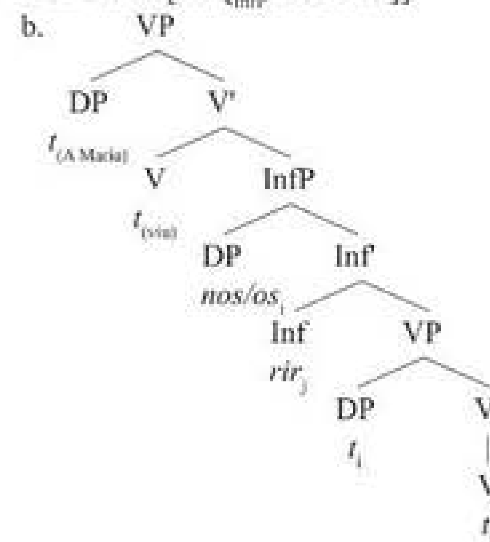
(25) a. A Maria [viu [$_{CP}$ Ø [$_{AgrP}$ os amigos rirem]]].

À primeira vista, poderíamos pensar que este CP, mesmo vazio, põe distância suficiente entre *viu* e *os amigos* de forma a impedir que o ACC possa ser atribuído, já que a relação entre os dois itens não seria local. Mas, na verdade, a presença do CP é irrelevante: dada a presença de AgrP e a disponibilidade de NOM dentro desta projeção, as considerações que fizemos sobre localidade não deixam outra saída: nesta situação a única atribuição possível é NOM, proveniente do infinitivo pessoal. O verbo matriz não pode atribuir Caso ao DP *os amigos* e, por isso, as sentenças de (30) não podem conter as formas acusativas *nos* e *os*.

O fato agora de os pronomes acusativos *nos* e *os* serem possíveis em (31) significa que o verbo *viu* atribuiu Caso a eles. Isto implica que a relação entre o verbo e os pronomes é local e que, portanto, não pode existir um CP bloqueando a regência e a atribuição de Caso (e nem um AgrP capaz de suprir a exigência de Caso dentro do domínio de localidade do infinitivo, o que se revela na impossibilidade de qualquer morfema de concordância sobre o infinitivo neste contexto). Assim, a estrutura de (31) não supõe nenhum CP nulo (isto é, com um complementizador Ø, como supusemos ser o caso em (25a)) e o argumento externo de *rir* fica acessível à regência e à atribuição de Caso do verbo ECM *ver*. Se ignorarmos que *nos* e *os* se posicionam de modo particular na sentença por serem clíticos (note que eles podem estar antes do verbo), a representação de (31) vai ser (32a) – a parte relevante da SS da sentença (32a) está em (32b):

(32) a. A Maria [viu [$_{InfP}$ nos/os rir]]

b.

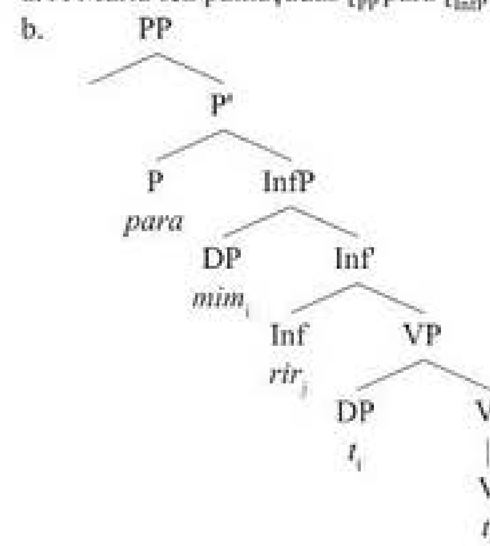


Em (32), além da falta do CP, chamamos a atenção do leitor para o fato de que InfP é a projeção do infinitivo impessoal, aquele incapaz de atribuir NOM.

Se em vez de um verbo ECM como em (29b) tivermos a preposição ECM *para* como em (28b), o mesmo tipo de estrutura vai ser postulado e o resultado é (33a) – o trecho relevante da árvore está em (33b):

(33) a. A Maria fez palhaçadas [$_{PP}$ para [$_{InfP}$ mim rir]]]

b.



De modo paralelo a (25a), em (25b) postulamos a presença de um CP vazio que seleciona um AgrP responsável pelo caráter flexionado do infinitivo, disponibi-

lizando NOM para o DP sujeito do complemento e assim tornando-o inacessível para o Caso OBL atribuído por *para*, um atribuidor externo. Assim, num contexto como esse, o pronome só poderia ostentar a forma do Nominativo. Em (33a), por outro lado, não existe um tal CP nem um atribuidor interno à projeção do infinitivo; a relação que se estabelece entre a preposição e o pronome é local, o que explica o Caso OBL do pronome. Em (33a) *rir* deve ser analisado como um infinitivo impessoal, paralelamente ao que acontece em (32a): se se tratasse de um infinitivo pessoal, mesmo com realização de morfema zero, a projeção de AgrP estaria presente e o pronome teria que ter a forma nominativa *eu*.

Vimos nesta seção que um Caso pode ser atribuído excepcionalmente por um verbo de percepção ou causativo e pela preposição *para* a um DP que não é seu complemento.[3] Para que se verifique ECM é necessário pressupor que não haja um CP vazio interferindo entre o atribuidor e o DP que recebe o Caso: a presença de um CP impediria a regência e a atribuição de Caso. Como nunca se verifica ECM com infinitivo pessoal, supomos que neste contexto ocorre um CP nulo.

Outro contexto em que se supõe a inexistência de CP é aquele em que ocorrem SCs, como exemplificado pelo que aparece entre colchetes em (34):

(34) a. A Maria sentiu [as pernas bambas].
b. A Maria acha [o governo incompetente].
c. A Maria considera [o governo um lixo].
d. A Maria sentiu [o estômago em chamas].

Recordamos que estes exemplos se assemelham àqueles que foram discutidos no início do capítulo "Teoria X-barra", quando exploramos a ambiguidade decorrente de não sabermos se o que está entre colchetes é ou não um único DP. Mas como já vimos que o que está entre parênteses em (34) não é um único DP, as sentenças de (34) podem ser representadas como em (35):

(35) a. A Maria sentiu [$_{SC}$[$_{DP}$ *as pernas*] [$_{AP}$ bambas]]
b. A Maria acha [$_{SC}$ [$_{DP}$ *o governo*] [$_{AP}$ incompetente]]
c. A Maria considera [$_{SC}$ [$_{DP}$ *o governo*] [$_{DP}$ um lixo]]
d. A Maria sentiu [$_{SC}$ [$_{DP}$ *o estômago*] [$_{PP}$ em chamas]

Em (35), a estrutura de predicação está assim representada: os DPs em itálico são o sujeito e o que vem logo após é o predicado.

O que é importante para nós aqui é observar que os DPs sujeito precisam de Caso e que essa necessidade não pode ser suprida dentro da SC. Assim, a marcação de Caso só pode vir de fora dela, ainda que o papel θ para o DP sujeito tenha origem no predicado. Desse modo, podemos conceber (35) como exemplos de ECM: o verbo matriz atribui ACC para o sujeito da SC. É importante notar que aqui se repetem as condições em que um núcleo lexical atribui Caso para um DP que não é seu complemento, ou seja, não existe um CP impedindo esta relação. A inexistência de CP é mais perceptível aqui do que quando temos um infinitivo porque o que temos em jogo é uma SC. Retomamos esta discussão na próxima seção.

Posições argumentais sem Caso

As exigências da Teoria θ e da Teoria do Caso estabelecem que, para ser licenciado numa sentença, um DP tem que ter papel θ e, se for pronunciado, tem que ter Caso – ou, dito de modo mais cuidadoso, um DP tem que pertencer a uma cadeia marcada por um papel θ e um Caso. A falta de qualquer dessas duas propriedades inviabiliza a ocorrência de um DP numa sentença. Se num nível de representação da sentença não é relevante a verificação de uma determinada propriedade, neste nível esta propriedade pode não ser verificada. Contudo, tão logo se passe ao nível em que aquela propriedade é relevante, a deficiência tem que ser sanada. Assim, para sanar a deficiência no nível relevante, a gramática tem que recorrer a qualquer um dos expedientes disponíveis ou mesmo lançar mão de expedientes de último recurso.

Vamos exemplificar o que foi afirmado com uma situação concreta. Sabemos que Caso não é relevante para um DP no nível de representação DS; então, neste nível um DP pode se apresentar sem Caso. Mas sabemos também que no nível SS o Filtro do Caso se aplica e um DP sem Caso, neste nível, será responsável pela agramaticalidade de uma sentença. Para sanar o problema, a gramática deve assegurar que o DP obtenha Caso, ajeitando a estrutura para que isto possa acontecer. Recordemos que, embora possam atribuir papel θ para seu complemento, as categorias [+N] não são capazes de lhe atribuir Caso. Como a gramática do português procede para prover o Caso para o DP complemento desta categoria? Para responder, observemos (36), onde o nome *conquista* certamente atribui papel θ para o complemento *a lua*:

(36) a. a conquista da lua
b. *a conquista a lua

Se nada acontece, o DP *a lua* não é licenciado na estrutura porque, sem saber qual é seu Caso, não conseguimos interpretar tematicamente este DP, donde a má-formação do sintagma em (36b). Como o Caso do DP tem que ser provido, a gramática lança mão de uma operação de último recurso para salvar o sintagma: como vimos, é inserida a preposição funcional *de* para prover o Caso de *a lua*. Desta forma, é satisfeito o Filtro de Caso em SS. Assim, teremos (36a) que é um sintagma bem formado.

Há duas situações de deficiência de Caso que queremos explorar nas duas próximas seções: a falta de Caso do argumento externo de V e das SCs; e a falta de Caso do argumento interno de um verbo inacusativo ou de um argumento pertencente ao complemento de um verbo inacusativo.

O ARGUMENTO EXTERNO

Como já sabemos, o argumento externo é dominado pela projeção máxima do verbo ocupando a posição Spec VP, como vemos em (37):

(37) a. [$_{VP}$ Os meninos pag- o pato]
b. VP
DP V'
Os meninos
V DP
pag- *o pato*

Para generalizar o tratamento, vamos considerar os sujeitos de SC estruturalmente idênticos aos argumentos externos de verbos. O ponto de identidade a ser focalizado é que, de saída, esses DPs não têm Caso e o Caso não lhes pode ser provido nos limites da projeção máxima da qual estes DPs são o especificador: se a projeção máxima é um VP, o V não é capaz de lhes dar Caso porque V só atribui Caso ao complemento; se "a projeção máxima" é uma SC, o predicado dessa SC também não é um núcleo atribuidor de Caso – ou, quando o é, como no caso de P, repete-se o mesmo problema de V já que P só atribui Caso para o complemento. Uma vez

que não há um atribuidor disponível internamente ao constituinte VP ou SC, é necessário um atribuidor de Caso externo para que o Filtro do Caso seja atendido.

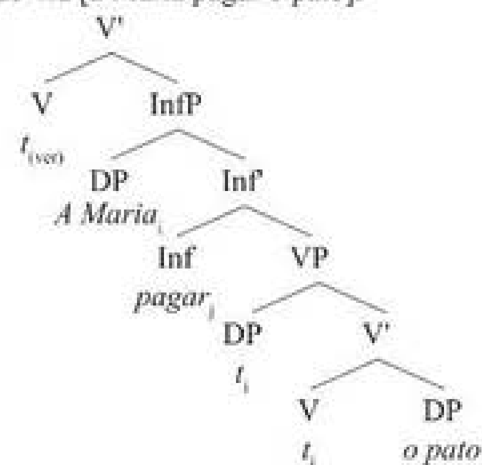
Examinemos primeiramente o que acontece com o VP. A categoria que o domina tem que ser do tipo que espelha uma flexão verbal: IP, InfP, GerP ou PartP. Pelo que sabemos destas categorias, as únicas capazes de atribuir um Caso são aquelas providas de **concordância**: o IP ou o InfP pessoal. Nesta situação, a deficiência do DP é suprida quando ele se move para o Spec de uma destas categorias e recebe NOM, como mostra (38):

(38) a. Os meninos pagaram o pato.
b. Não é novidade [os meninos pagarem o pato].
c. IP (ou AgrP)
DP I' (ou Agr')
Os meninos$_i$
I (ou Agrf) VP
pagaram$_j$
pagarem$_j$ DP V'
t_i
V DP
t_j *o pato*

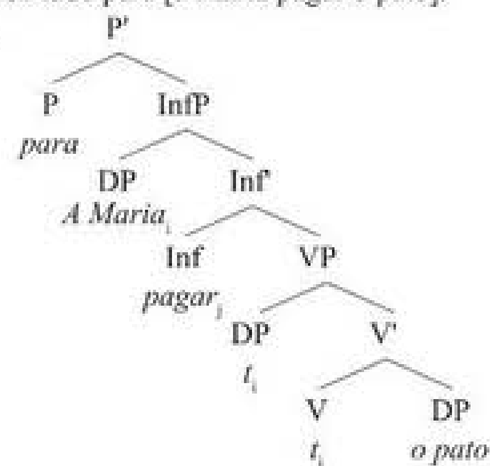
Em (38c), *os meninos* sai da posição Spec VP que é [+θ,-K] e vai para uma posição [-θ,+K], deixando na posição de origem o vestígio t_i. O movimento forma a cadeia A (*os meninos*$_i$, t_i) possibilitando que o DP consiga as duas propriedades necessárias para ser licenciado: papel θ na posição do t_i e Caso na posição Spec IP. O processo é basicamente idêntico quer se trate da sentença finita em (38a) ou da infinitiva pessoal entre colchetes em (38b).

Todavia, quando estivermos diante de um InfP impessoal, a questão do Caso deve se resolver por meio de uma categoria superior a InfP. Se a categoria superior tem por núcleo um verbo transitivo, temos que observar se ele é ou não do tipo ECM. Se é, o DP supre sua deficiência de Caso recebendo ACC, como em (39). Se a categoria superior é a preposição ECM *para*, o DP recebe Caso OBL, como em (40):

(39) a. O João viu [a Maria pagar o pato].
b. ...



(40) a. Ele fez tudo para [a Maria pagar o pato].
b. ...



Suponhamos agora que o VP que domina InfP seja encabeçado pelo verbo transitivo *querer*. Se tentarmos construir uma sentença paralela a (39) tendo [*a Maria pagar o pato*] como complemento, o resultado será agramatical, como mostra (41):

(41) *O João quer [a Maria pagar o pato].

A que se deve a agramaticalidade de (41)? Podemos aventar a hipótese de que a causa é o fato de *a Maria* não receber Caso. Esta hipótese é reforçada quando consideramos (42):

(42) O João quer [*ec* pagar o pato].

A categoria vazia *ec* tem sua existência garantida pelo fato de que *pagar* tem um argumento externo com papel θ. Como o Filtro do Caso se aplica a DPs pronunciados, ele pode não ser relevante para uma *ec*. Então, ao contrário do DP *a Maria*, esta *ec* não precisa, em princípio, de Caso. Disso segue o contraste verificado entre (41) e (42).

Falta, ainda, dar uma explicação para o contraste entre (41) e (39a): por que *a Maria* não recebe Caso em (41) mas pode recebê-lo em (39a), se os dois verbos são transitivos? Uma resposta poderia ser que *querer*, embora atribua ACC como vemos em (43), não é um verbo ECM:

(43) a. O João quer a maçã.
b. O João a quer.

No entanto, esta não é ainda a explicação completa, dada a gramaticalidade de (44):

(44) a. O João quer $[_{SC}$ a Maria bonita].
b. O João a$_i$ quer $[_{SC}$ t_i bonita].
c. O João quer $[_{SC}$ a casa em ordem].
d. O João a$_i$ quer $[_{SC}$ t_i em ordem].

Em (44) *querer* atribui Caso a um DP que não é seu argumento: *a Maria* é o sujeito da SC adjetival em (44a) e *a casa* da SC preposicional em (44c). Veja que é possível pronominalizar estes DPs com o pronome acusativo *a*, como mostram (44b,d). Se não podemos negar que *querer* seja um atribuidor (excepcional) de acusativo, então a saída é procurar uma explicação na diferença entre um InfP impessoal e uma SC.

Não é nossa intenção fazer um estudo aprofundado do verbo *querer* nem apontar uma solução definitiva para o problema, mas apenas chamar a atenção do leitor para o tipo de questão que os itens lexicais nos colocam. Adotaremos aqui uma solução para o caso de *querer* que parte da observação de que, enquanto um InfP pode supor um CP que o domine, uma SC nunca é dominada imediatamente por um CP. Assim, *a Maria* recebe Caso de *querer* em (44) porque, não havendo a interferência de um CP, a relação entre os dois é local; por outro lado, entre *querer* e o DP, pronunciado em (41) e vazio em (42), não existe localidade que permita a atribuição de Caso em vista de haver um CP protegendo o DP de ser regido pelo verbo matriz, como mostramos na representação em (45):

(45) a. *O João quer $[_{CP}$ ∅ $[_{InfP}$ a Maria pagar o pato]].
b. O João quer $[_{CP}$ ∅ $[_{InfP}$ *ec* pagar o pato]].

Neste particular, o comportamento de um verdadeiro verbo ECM como *ver* é diferente do de um verbo como *querer*, pois só o primeiro "elimina" a projeção CP do complemento InfP para reger e marcar com Caso o argumento externo do verbo encaixado. Mas estas duas classes de verbos ainda são diferentes em outro aspecto, a saber, na capacidade de selecionar como complemento um infinitivo pessoal, como nos mostra o contraste em (46):

(46) a. *O João quer os meninos pagarem o pato.
b. O João viu os meninos pagarem o pato.

Sabemos que *querer* não pode c-selecionar um infinitivo pessoal como complemento em vista da agramaticalidade de (46a). Não nos alongaremos nesta discussão, nem nos debruçaremos sobre uma formulação mais precisa do que queremos dizer com '"elimina" a projeção CP', embora seja plausível presumir que tais idiossincrasias sejam marcadas no léxico das línguas. Novamente, a ideia aqui é apenas mostrar como o conjunto de asserções feitas se articula para fornecer uma resposta para problemas específicos colocados por propriedades idiossincráticas de algum item lexical em uma dada língua.[4]

O que acontece, agora, se o verbo que seleciona InfP é inacusativo, como exemplificamos em (47)?

(47) a. [$_{IP}$ Deve [$_{InfP}$ a Maria pagar o pato]].
b. [$_{IP}$ Deve [$_{CP}$ $\varnothing$ [$_{InfP}$ a Maria pagar o pato]].

Observemos que *a Maria*, sendo o argumento externo do verbo *pagar*, não tem Caso e não tem como suprir esta deficiência dentro do InfP. Por isso, o atribuidor de Caso deve ser buscado acima. Essa necessidade descarta que possa haver um CP nulo, como em (47b): se houvesse, seria impossível que *a Maria* recebesse Caso, pois o CP funcionaria como barreira. Sem o CP nulo, podemos afirmar que o verbo *dever* rege o argumento externo do verbo encaixado; porém, mesmo que a relação de regência se estabeleça, esse verbo não vai ser capaz de prover o Caso para *a Maria*, pois ele é inacusativo. Então, o atribuidor de Caso deve ser buscado na categoria de cima, que agora é o IP, e assim serão encontradas as condições para que *a Maria* tenha suprida sua deficiência: este DP recebe Caso NOM movendo-se para Spec IP.

Em resumo, de acordo com suas propriedades lexicais, o verbo matriz cria três situações em que um InfP (impessoal) dominando um verbo com argumento externo é selecionado:

(48) a. ver^{transitivo} [$_{InfP}$ DP V]
b. querer^{transitivo} [$_{CP}$ $\varnothing$ [$_{InfP}$ DP V]]
c. dever^{inacusativo} [$_{InfP}$ DP V]

As três situações colocam (48b) de um lado contra (48a) e (48c), pois nestas duas últimas situações não existe um CP nulo para barrar as relações necessárias entre a estrutura de cima e o InfP. (48b) descreve a situação em que verbos transitivos com as propriedades lexicais de *querer* estão impedidos, pela interferência de um CP nulo, de alcançar o DP para regê-lo e lhe atribuir Caso. Como não existe nenhuma outra forma de prover Caso para o DP, só uma possibilidade resta para ele: que ele seja nulo – um **PRO**, como veremos no próximo capítulo – para satisfazer o Filtro de Caso.

(48c) descreve a situação em que verbos inacusativos podem reger o DP de um outro V dado que não existe um CP para bloquear esta relação. Entretanto, como o verbo é incapaz de atribuir Caso, o movimento do DP de V para Spec IP deve ser desencadeado, pois não existe outra alternativa para ele ser marcado por Caso. Na posição do DP interna a InfP só pode ficar um vestígio **t** – como veremos no próximo capítulo – dado que aquela posição é invariavelmente [-K].

(48a) descreve a situação em que verbos transitivos com as propriedades lexicais de *ver* regem o DP de um outro V e, portanto, atribuem ACC a ele. Por isso, esta é a única situação de (48) em que não há nenhum impedimento para que o DP em questão seja pronunciado.

Passando às SCs, as situações descritas em (48) se repetem, exceto pelo fato de que elas não podem ter um CP nulo protegendo-as das ações do verbo matriz:

(49) a. ver^{transitivo} [$_{SC}$ DP XP]
b. querer^{transitivo} [$_{SC}$ DP XP]
c. parecer^{inacusativo} [$_{SC}$ DP XP][5]

A falta de CP, que é característica das SCs, reunifica a classe dos verbos transitivos já que agora o DP de XP vai ser regido e marcado por ACC por estes verbos e, por isso, eles podem ser pronunciados. Por outro lado, na situação descrita em (49c) o movimento do DP para Spec IP continua sendo necessário, pois o verbo inacusativo não consegue atribuir Caso para o DP.

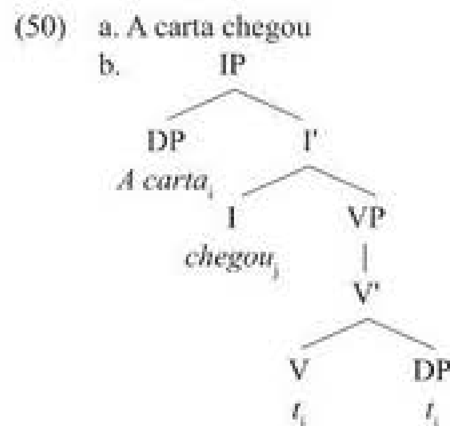
O ARGUMENTO INTERNO

Na seção anterior mostramos como é suprida a deficiência apresentada pelo argumento externo dos verbos (e das SCs) no que diz respeito ao Caso. A deficiência resulta de a posição onde ele é gerado ser invariavelmente caracterizada pela falta de Caso. Nesta seção, vamos mostrar que existe uma deficiência semelhante para argumentos internos dos inacusativos e do particípio passivo.

Vimos no capítulo "Teoria Temática" que um verbo inacusativo seleciona apenas um argumento, que é o argumento interno. Agora podemos explicar melhor a razão de seu nome: o nome deriva de sua incapacidade de atribuir Caso ACC ao DP complemento, ao contrário do que acontece com um verbo transitivo. O resultado disso é que, para atender ao Filtro de Caso, vai ser necessário um atribuidor de Caso externo ao VP, de modo semelhante ao que acontece com o argumento externo.

Como vimos na seção anterior, este atribuidor vai ser uma preposição ECM, um verbo ECM, um I finito ou um infinitivo pessoal. No caso de o atribuidor ser I finito, o DP se move para Spec IP para receber NOM e passa a fazer parte de uma cadeia A, como vemos em (50):

(50) a. A carta chegou
b.



Ressalte-se que o DP, mesmo sendo complemento, pode ser deslocado para Spec IP porque um verbo inacusativo não tem argumento externo. Assim, não existe nada bloqueando a subida de *a carta* em (50). Se houvesse um argumento externo, a subida do DP complemento seria impedida. Aqui, como nos outros casos de cadeia A, o movimento do DP, ao mesmo tempo em que supre o Caso para o DP, satisfaz o EPP.

Contudo, em paralelo com (50), temos uma sentença como (51), como mostramos no capítulo "Teoria Temática":

(51) a. Chegou a carta.
b. * Chegou-a.

A questão, agora, é saber como o DP consegue seu Caso permanecendo na posição de complemento do verbo inacusativo. A satisfação do Princípio de Projeção Estendido, o EPP, não se coloca, pois sempre é possível postular um expletivo nulo em Spec IP. Uma das soluções proposta na literatura para resolver este problema assume que o expletivo nulo e o DP pós-verbal formam uma cadeia A, excepcional, já que o DP lexical está na cauda, de tal modo que o expletivo [+K] em Spec IP transmite o NOM para o DP lexical: esta hipótese ficou conhecida como a Hipótese da Transmissão de Caso. Evidentemente, esta cadeia só é possível em razão de haver um expletivo na cabeça da cadeia, o que faculta que não haja dois papéis θ envolvidos. Note que o DP é NOM, pois sua substituição por um clítico acusativo, como em (51b) torna a sentença agramatical.

As sentenças com sujeito anteposto ou posposto se repetem com a voz passiva, como vemos em (52):

(52) a. Foi achado um tesouro na Amazônia.
b. Um tesouro foi achado na Amazônia.
c. *Foi achado-o na Amazônia.

Presumimos que a Hipótese da Transmissão de Caso concorre para explicar o sujeito pós-verbal também com os verbos passivos. E como ocorre com (51), também neste caso o elemento posposto só pode ser NOM, dada a agramaticalidade da sentença em (52c) com o clítico acusativo.

Vamos considerar agora estruturas em que um InfP que domina um VP encabeçado por um verbo inacusativo como *flutuar* seja complemento de verbos transitivos ou inacusativos, como exemplificamos em (53):

(53) a. Ele viu a Maria flutuar.
b. Ele quer flutuar.
c. Ele deve flutuar.

O esquema descritivo para (53) é (54), semelhante em tudo a (48) exceto pelo fato de o verbo encaixado ser inacusativo:

(54) a. ver^{transitivo} $[_{InfP}$ V DP$]$
b. querer^{transitivo} $[_{CP}$ ∅ $[_{InfP}$ V DP$]]$
c. dever^{inacusativo} $[_{InfP}$ V DP$]$

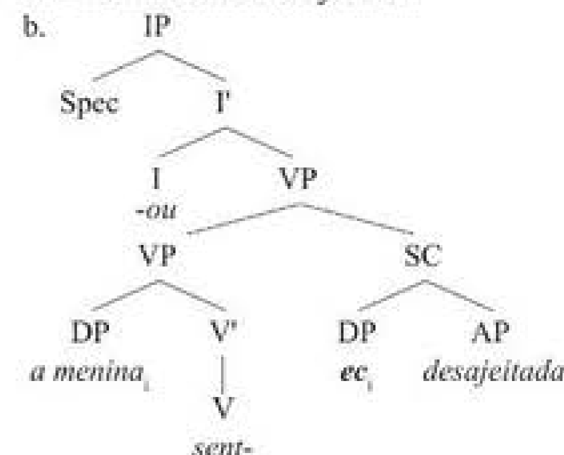
Em (54), o DP deficiente quanto ao Caso é o complemento do verbo inacusativo. O Filtro de Caso impõe sobre ele as mesmas exigências impostas ao argumento externo do verbo em (48). Por isso, o DP em (54a) pode ser pronunciado já que o verbo *ver* o rege e lhe atribui ACC; o DP em (54b) tem que ser nulo já que ele não tem como receber Caso; o DP em (54c) tem que ser igualmente nulo, mas este nulo é formado pelo movimento do DP para Spec IP onde vai receber NOM, ou seja, neste caso, a categoria vazia é fruto de movimento. Assim, como observado a propósito de (48) e (49), a deficiência do DP necessitado de Caso ou é sanada por um núcleo que está acima na estrutura ou tem que ser nulo se ele está protegido do núcleo superior por uma barreira, que postulamos ser um CP ∅ .

ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS

Nesta pequena seção exploramos algumas das consequências do Filtro de Caso, isto é, do fato de que Caso é uma categoria que diz respeito a DPs e, dentre eles, apenas aos que são pronunciados:

- Tendo em vista que a posição de argumento externo nunca tem Caso, o argumento externo de um verbo, se pronunciado, sempre depende do núcleo atribuidor que está imediatamente acima na estrutura para atender ao Filtro de Caso. Se o núcleo é I (ou Agr nas infinitivas pessoais), o argumento externo vai se mover e fatalmente ser o sujeito da sentença. Se o núcleo é um verbo ECM, o argumento externo vai ser marcado por ACC por esse verbo. Se o argumento externo está protegido do núcleo atribuidor por um CP ∅ , ele vai ter que ser nulo. O mesmo se aplica ao argumento interno dos verbos inacusativos e ao sujeito das SCs.
- Uma SC adjunto, por não ser regida, terá fatalmente um sujeito nulo, já que um sujeito pronunciado não teria como encontrar um núcleo atribuidor (uma observação válida também para GerPs funcionando como adjunto), como vemos em (55). Se a SC é complemento, ela vai ser regida e vai se aplicar o que foi dito no parágrafo anterior.

(55) a. A menina sentou desajeitada.
b.



- A única forma de satisfazer o EPP com verbos inacusativos que selecionam um CP é mediante a inserção de um expletivo nulo. Isto se verifica porque no CP encaixado não vai haver DP carente de Caso, como observamos em (56a):

(56) a. [**expl** Parece [$_{CP}$ que os meninos flutuam].
b. O meninos parecem flutuar.

Já esta possibilidade não está disponível para os verbos inacusativos que selecionam InfP, SC, GerP e PartP, porque estas estruturas encaixadas conterão um DP carente de Caso e este DP vai ter que satisfazer o EPP.

Ao término desta discussão o leitor já deve ter percebido uma generalização que se pode extrair. Todo CP sempre selecionará um IP [+Agr], em que a atribuição de NOM ao sujeito da encaixada poderá se dar de forma canônica. Nos demais casos, o CP é apagado porque de outra forma constituiria barreira para a atribuição de Caso por um marcador excepcional.

Uma última palavra sobre sujeitos. Vimos, no capítulo "Teoria X-barra", que o português admite orações encaixadas, encabeçadas por CP ou InfP, em posição de sujeito da sentença matriz. Vamos retomar o exemplo:

(57) a. Que Maria pratique alpinismo incomoda o João.
b. Praticar alpinismo incomoda o João.

Admitimos, naquela altura, em nome da simplicidade, que o CP pudesse ocupar a posição de Spec IP da matriz. Agora o leitor pode entender por que essa questão é complexa. Pelo que vimos até aqui, a posição Spec IP será preenchida por um

elemento que possa satisfazer EPP e não é claro que CPs ou InfPs possam fazê-lo, além do fato de o Filtro de Caso aplicar-se apenas a DPs pronunciados. Como não é possível desenvolver aqui um estudo aprofundado sobre (57), continuaremos admitindo que o sujeito oracional ocupa Spec IP, conscientes de que esta é um simplificação excessiva do problema.

Complementos verbais regidos de preposição

Embora já tenhamos mostrado, em (7), a configuração em que a atribuição canônica de OBL se dá, há dois casos que merecem uma breve menção. O primeiro deles envolve verbos que c-selecionam um PP como seu único argumento interno, como *gostar de*, *precisar de*, *conviver com* etc.:

(58) a. Maria precisa de um amigo.
b. Maria precisa de mim.
c. *Maria precisa um amigo.
d. *Maria precisa me.
e. *Maria precisa de me.

Como o núcleo verbal c- e s-seleciona o argumento interno, então atribui a ele um papel θ; contudo, o verbo fica impedido de atribuir Caso ao DP *um amigo*, pois este está protegido do verbo através da projeção máxima da preposição. Dito de outra forma, o regente do DP é a preposição e não o verbo. Constatamos a incapacidade de o verbo atribuir ACC a seu argumento interno através de (58c,d) – sentenças agramaticais. Igualmente verificamos que é a preposição que está atribuindo OBL ao DP por conta do contraste de gramaticalidade nos exemplos com pronome em (58b,c).

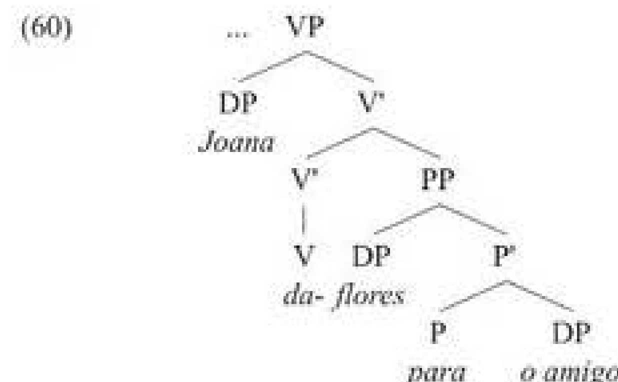
Esses casos são distintos daqueles em que a preposição é engendrada na estrutura como último recurso, pois aqui se trata de idiossincrasias lexicais. Há, então, uma série de verbos no português que estarão marcados no léxico como itens que c-selecionam um PP como seu único complemento. A consequência dessa idiossincrasia é que tais verbos, embora transitivos, não conseguem atribuir ACC ao seu complemento; a preposição tem que atribuir OBL a eles para que se tornem visíveis para a interpretação temática.

O segundo caso envolve os verbos que selecionam dois complementos internos, como *dar*, *doar* etc.:

(59) a. Joana deu flores para o amigo.
b. *Joana deu flores o amigo.
c. Joana deu-as para mim.

Como vimos no capítulo "Teoria Temática", o verbo em (59) seleciona dois argumentos internos aos quais atribui papéis θ, já que ambos estarão dominados pelo nível V'. Vamos representar a parte relevante de (59a) em (60):

(60)



Em (60) fica claro por que o DP *flores* pode receber ACC de V, porém o DP *o amigo* tem que receber OBL de P. A configuração para a atribuição de ACC é canônica; entretanto, V não poderia atribuir novamente ACC ao DP *o amigo* independentemente da configuração. Empiricamente isso se constata pela agramaticalidade de (59b). Novamente, então, estamos diante de um núcleo que é capaz de atribuir papel θ aos seus dois argumentos internos, mas fica incapacitado de atribuir Caso a um deles. A preposição salva mais uma vez a estrutura, atribuindo Caso ao segundo argumento interno (isto é, o que não se configura como o mais local deles), tornando-o, assim, visível para a interpretação temática.

O que diferencia (58) de (59) é que no primeiro caso temos exemplos de processos idiossincráticos lexicais, provavelmente de natureza histórica, enquanto que no segundo caso a preposição cumpre seu papel de licenciadora do DP, como último recurso.

Regência

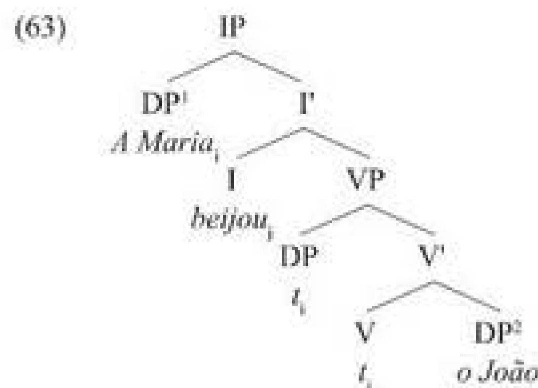
Nas seções anteriores afirmamos que Caso é atribuído sob regência, adiando a definição de regência para esta seção final. Vamos agora apresentar uma definição de regência que sirva para analisar os fatos envolvidos na atribuição de Caso.

Regência é definida em (62). Como a definição de regência engloba o conceito de m-comando, apresentamos primeiro a definição de m-comando em (61):

(61) M-COMANDO
α m-comanda β se e somente se α não domina β e cada projeção máxima γ que domina α também domina β.

(62) REGÊNCIA
α rege β se e somente se:
(i) $\alpha = X^0$ (ou seja, α é um núcleo lexical N, A, V, P ou α é o núcleo funcional I);
(ii) α m-comanda β e β não está protegido de α por uma barreira (= uma projeção máxima)

Vamos aplicar as definições primeiramente a uma estrutura com marcação canônica de Caso, partindo da definição de m-comando, para depois passar à de regência. Considere a representação em (63):

(63)


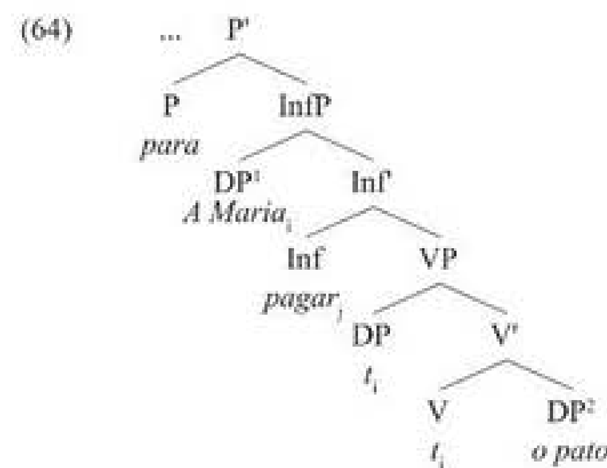
- O DP¹ m-comanda o DP²? Sim, porque o primeiro não domina o segundo e a projeção máxima que domina a Maria, que é o IP, também domina o João.
- O DP² m-comanda o DP¹? Não, porque, apesar de o primeiro não dominar o segundo, existe uma projeção máxima que domina DP² que não domina DP¹: o VP.
- I m-comanda DP¹? Sim, porque o primeiro não domina o segundo e a projeção máxima que domina I domina também DP¹: o IP.
- DP¹ m-comanda I? Sim, porque o primeiro não domina o segundo e a projeção máxima que domina DP¹ domina também I. Este é um caso de m-comando mútuo.
- VP m-comanda DP²? Não, porque VP domina DP².

Agora passemos à noção de regência:

- DP¹ rege I? Não, porque DP¹ não é um núcleo.
- I rege DP¹? Sim, porque I é um núcleo definido como um núcleo regente em português; I m-comanda DP¹; e não existe barreira (= nenhuma projeção máxima) protegendo DP¹ de I.
- I rege VP? Sim, porque I é um núcleo regente que m-comanda VP; e não existe barreira protegendo VP de I.
- I rege DP²? Não, porque existe uma barreira que protege DP² de I que é VP.
- V rege DP²? Sim, porque V é um núcleo regente (= X^0); V m-comanda DP²; e não existe barreira (= nenhuma projeção máxima) protegendo DP² de V.

O exercício acima mostra que, em tais condições, I rege DP¹ podendo atribuir a ele NOM e V rege DP² podendo atribuir a ele ACC.

Vejamos agora a uma estrutura de marcação excepcional. Vamos novamente aplicar primeiro a definição de m-comando à representação em (40b), repetida aqui em (64), para passar depois à noção de regência:

(64)


Exercitando:

- O DP¹ m-comanda o DP²? Sim, porque o primeiro não domina o segundo e a projeção máxima que domina a Maria, que é o InfP, também domina o pato.
- O DP² m-comanda o DP¹? Não, porque, apesar de o primeiro não dominar o segundo, existe uma projeção máxima que domina DP² e não domina DP¹: o VP.
- Inf m-comanda DP¹? Sim, porque o primeiro não domina o segundo e a projeção máxima que domina Inf domina também DP¹: o InfP.

- DP[1] m-comanda Inf? Sim, porque o primeiro não domina o segundo e a projeção máxima que domina DP[1] domina também Inf. Este é um caso de m-comando mútuo.
- VP m-comanda DP[2]? Não, porque VP domina DP[2].

Agora passemos à noção de regência, exercitando também com (64):

- DP[1] rege Inf? Não, porque DP[1] não é um núcleo.
- Inf rege DP[1]? Sim, porque Inf é um núcleo definido como um núcleo regente em português; Inf m-comanda DP[1]; e não existe barreira (= nenhuma projeção máxima) protegendo DP[1] de Inf.
- Inf rege VP? Sim, porque Inf é um núcleo regente que m-comanda VP; e não existe barreira protegendo VP de Inf.
- Inf rege DP[2]? Não, porque existe uma barreira que protege DP[2] de Inf que é VP.
- P rege InfP? Sim e o leitor pode apontar por quê.
- P rege DP[1]? Esta questão é crucial para a atribuição de Caso porque afirmamos que P atribui excepcionalmente OBL para a Maria e que Caso é atribuído sob regência. A resposta à pergunta é não: existe a barreira InfP protegendo DP[1] de P. Entretanto, devemos considerar que existe regência nesta situação, porque ECM se realiza exatamente neste tipo de configuração. Como sair desta contradição? Note primeiramente que onde se pressupõe que existe um CP, como em (25a) e (25b) repetidos a seguir, este sim protege o DP em questão de ser regido (e marcado por Caso) pelo verbo viu e pela preposição para:

(25) a. A Maria [viu [$_{CP}$ Ø [$_{IP}$ os amigos rirem]]].
b. A Maria fez palhaçadas [para [$_{CP}$ Ø [$_{IP}$ os amigos rirem]]].

Logo, somos obrigados a concluir que um InfP, mesmo sendo projeção máxima, tem comportamento especial, não atuando como barreira para a regência e atribuição de Caso por um núcleo superior na estrutura. E se consideramos as SCs como projeções máximas, também a elas devemos atribuir esta propriedade especial de não se configurarem como barreiras para a regência e a atribuição de Caso por parte de um núcleo que as domina imediatamente.

Bibliografia adicional

1. Se o leitor quer ter uma noção da história do conceito de Caso abstrato, o artigo pioneiro de Rouveret & Vergnaud (1980) é uma boa indicação. Mas muito se fez para chegarmos ao conceito que temos hoje.
2. Um trabalho crucial para todo o desenvolvimento da Teoria do Caso, em particular da Hipótese Inacusativa, é Burzio (1986), que desenvolve uma análise detalhada dos dados do italiano.
3. Há autores, como Belletti (1988), que postulam a existência de outros Casos, como o Partitivo (PART), atribuído a DPs não definidos junto com o papel θ. Essa é uma propriedade dos Casos ditos inerentes, como também Genitivo (GEN), nos quais não tocamos aqui. O livro de Chomsky (1986a) também tem uma discussão sobre o assunto.
4. O conceito de regência é assunto de muita literatura gerativista. Em particular, o conceito de barreiras que utilizamos aqui foi bastante simplificado, mas o leitor pode encontrar a discussão completa no livro *Barriers* de Chomsky (1986b). Porém, este livro pressupõe um conhecimento mais aprofundado da Teoria Gerativa do que este *Manual* pode proporcionar.

Exercícios

1. Mostre como cada DP das estruturas que se seguem recebe Caso e qual o Caso recebido:

(1) O Pedro conhece a Maria.
(2) O Pedro beijou a Maria na festa.
(3) O menino ouviu as meninas cantarem.
(4) A Maria acha o João muito chato.
(5) O João comprou este livro para mim.
(6) O João comprou este livro para mim ler.
(7) Que menino que a Maria ama?
(8) Qual livro que o João comprou para eu ler?
(9) A Maria, o João disse que a Ana encontrou no parque.
(10) O João costuma cantar no banheiro.

2. Dados os contrastes a seguir, justifique a necessidade das preposições em:

   (1) a. A vitória da Seleção foi arrasadora.
   b. * A vitória Seleção foi arrasadora.

   (2) a. O João está consciente do perigo.
   b. * O João está consciente o perigo.

3. Faça a árvore em SS das seguintes sentenças:

   (1) A Maria encontrou o Pedro no mercado.
   (2) O João viu o Pedro arrasado.
   (3) A Maria comprou o carro para mim usar.
   (4) O João ouviu o Paulo cantar.

4. Tendo em vista a Teoria do Caso, explique o contraste de gramaticalidade das sentenças a seguir:

   (1) a. * O João deseja a Maria sorrir.
   b. O João deseja sorrir.

   (2) a. * Parece a Maria dançar.
   b. A Maria parece dançar.
   c. * A Maria parece o João dançar.

5. A nossa teoria separa em dois módulos distintos a interpretação de um DP (a Teoria Temática) e a função gramatical deste DP (a Teoria do Caso). A razão para isso é que nem sempre estas coisas coincidem. Por exemplo, em (1) a seguir, o papel temático do DP *o João* é fornecido pelo adjetivo *inteligente*, mas o Caso é atribuído pelo verbo matriz *considera*:

   (1) A Maria considera o João inteligente.

   Formule outros exemplos em que o núcleo que marca tematicamente o DP não é o mesmo que lhe atribui Caso.

6. Onde pode haver cadeia A nos exemplos que se seguem? Mostre qual é a cadeia e tente explicar como chegou a esta conclusão:

   (1) Estes caras costumam ficar olhando a casa.
   (2) Estes caras gostam de ficar olhando a casa.
   (3) A menina está infeliz.
   (4) O delegado ouviu o bandido confessar o crime para os jornalistas.

Notas

[1] A condição de localidade é uma condição central da gramática, já que afeta uma série de processos sintáticos, tais como o Caso e os papéis temáticos. As violações aparentes a ela devem ser estudadas com vagar porque tudo leva a crer que cada vez que a localidade de um processo parece ter sido violada, outros fenômenos estão em jogo.

[2] O fato de aqui não haver a presença explícita de morfologia de flexão verbal sobre o infinitivo não nos deve impressionar: sabemos que, na primeira e na terceira pessoa do singular, é o morfema zero que caracteriza a flexão verbal do infinitivo pessoal.

[3] Podemos observar que, quando a preposição não é ECM e seleciona um complemento infinitivo, muitas vezes não se faz a contração da preposição com o artigo do DP contíguo a ela, como em (i). Note-se que, em casos de marcação canônica, a contração é obrigatória, como mostra a agramaticalidade de (ii):

(i) a. O fato de os protestos serem veementes intimidou o presidente.
b. Apesar de os protestos terem sido veementes, o presidente não se intimidou.

(ii) a. *Quando os amigos de o presidente estão felizes, o povo está infeliz.
b. * Apesar de os protestos, o presidente saiu de férias.

[4] Que certos itens lexicais exibam propriedades idiossincráticas não deve nos surpreender. Veja que o verbo *to want*, que é a tradução de *querer* em inglês, pode ser um ECM. Veja também que, no latim, praticamente todos os verbos eram ECM já que ensejavam a construção **acusativo com infinitivo**.

[5] Não vamos discutir aqui estruturas do tipo $V^{INACUSATIVO}[_{SC}$ DP DP], em que as duas projeções da *Small Clause* são DPs e para as quais seria preciso prever um mecanismo de atribuição ou transmissão de Caso ao DP predicado. Há fenômenos distintos envolvidos na estrutura e sua discussão fugiria aos limites deste *Manual*. Convidamos o leitor a consultar Moro (1997) e (2000).

Teoria da Ligação

Os elementos nominais nas línguas naturais

No primeiro capítulo, demos um exemplo de uma impossibilidade na UG de se atribuir a mesma referência para *ele* e *o João* em frases como (1a) e a possibilidade de os dois DPs serem correferentes em (1b) – como sempre, estamos marcando a correferência com o mesmo índice subscrito:

(1) a. *Ele$_i$ disse que o João$_i$ viajou.
    b. João$_i$ disse que ele$_i$ viajou.

Neste capítulo, estudaremos as possibilidades e impossibilidades de distribuição de índices referenciais entre os diferentes tipos de DPs. Veremos que, ao contrário do que se poderia pensar à primeira vista, as relações de correferência dependem muito do tipo de DP que temos em mãos e da estrutura sintática na qual ele ocorre.

Começaremos estudando os diversos tipos de DPs e enunciando uma tipologia para estes elementos que leve em conta as diferentes propriedades de distribuição de cada um deles. Falaremos também dos princípios que regem a distribuição desses elementos fazendo uso de conceitos estudados nos capítulos anteriores. Finalmente, veremos que, ao lado dos DPs com matriz fonológica, as línguas humanas dispõem de um conjunto de DPs sem matriz fonológica que se deixa descrever pela mesma tipologia, com um acréscimo: existe uma **ec** nominal que não tem contraparte nas categorias nominais lexicalmente realizadas.

Primeiramente, no entanto, devemos desfazer uma possível confusão terminológica, promovida pela diferença entre o sentido de certos termos que usaremos aqui e a acepção da GT para estes mesmos termos. A GT reconhece dois tipos de

nominais: os nomes (ou, melhor dito, os substantivos, como *Maria* ou *mesa*) e os pronomes que "substituem o nome" em frases como as em (2) e (3) a seguir:

(2) a. A Ana$_i$ viu a Maria$_k$.
b. A Ana$_i$ a$_k$ viu.
c. A Ana$_i$ se$_i$ viu no espelho.

(3) a. A mesa$_i$ está limpa.
b. Ela$_i$ está limpa.

Comecemos por observar que não é bem o nome (ou o substantivo) que o pronome pode substituir, mas todo o DP – em (3b), por exemplo, *ela* substitui *a mesa*, não *mesa* simplesmente. E é muito surpreendente o fato de que elementos como *se*, mesmo "substituindo" nomes, não possam ser trocados pelo nome correspondente em português, como vemos em (4) a seguir – compare com (2c):

(4) *A Ana$_i$ viu a Ana$_i$ no espelho.

Adicionalmente, a GT classifica tanto *a* quanto *se* como pronomes átonos do Caso Oblíquo; entretanto, não faz nenhuma menção ao fato de que em sentenças como (2b), o argumento externo e o argumento interno de *ver* terão necessariamente referentes diferentes no mundo, ao passo que eles necessariamente terão o mesmo referente na sentença (2c).

Dado que queremos explicar como interpretamos as relações de correferência entre os diversos tipos de DP, vamos diferenciar elementos como *a* ou *ela* de elementos como *se* (com interpretação reflexiva) como em (2c). Introduzindo a terminologia técnica, aos primeiros chamaremos **pronome** e para os últimos reservaremos o termo **anáfora**. Mais: o que chamamos anáfora também inclui a expressão *um* P *o outro* (como *um com o outro* ou *um no outro*, onde P vale pela preposição), que tem interpretação recíproca.[1]

Uma última observação: falaremos aqui da distribuição de DPs que ocupam posições argumentais. Dito de outro modo, tudo o que diremos aqui deve se passar dentro do domínio A(rgumental) de uma sentença. As posições A-barra ficam, portanto, fora da discussão deste capítulo.

Propriedades de distribuição

DAS ANÁFORAS

As anáforas, como *se* (e seu equivalente tônico *si*) ou expressões como *um* P *o outro*, fazem algumas exigências especiais com respeito à estrutura sintática em que podem aparecer. A primeira delas é que itens anafóricos exigem a presença do elemento com o qual se identificam referencialmente. Chamaremos **antecedente** a este elemento. É o que vemos em (5):

(5) a. A Maria$_i$ se$_i$ adora.
b. *A Maria$_i$ se$_k$ adora.
c. Os meninos$_i$ atiraram [um no outro]$_i$
d. *Os meninos$_i$ atiraram [um no outro]$_k$

(5b) e (5d) são agramaticais porque a anáfora não tem antecedente: os únicos DPs presentes na construção não portam o mesmo índice da anáfora. Portanto, concluímos que as anáforas são referencialmente dependentes. E, mesmo que nem sempre isso seja visível, anáfora e antecedente partilham traços de pessoa, de gênero e de número.

Todavia, temos razões para pensar que exigir simplesmente a presença do antecedente não é a formulação completa da restrição que pesa sobre as anáforas, porque (6b) é agramatical:

(6) a. [A mãe do Pedro]$_i$ se$_i$ adora.
b. *A mãe d[o Pedro]$_i$ se$_i$ adora.

Se o antecedente da anáfora é o DP *a mãe de Pedro*, como em (6a), a sentença é gramatical; porém, se o antecedente é o DP *o Pedro*, como mostra a coindexação em (6b), a sentença é impossível: a anáfora *se* não pode ser referencialmente dependente de *o Pedro*, isto é, a sentença não pode receber a interpretação de que a mãe do Pedro adora o próprio Pedro.

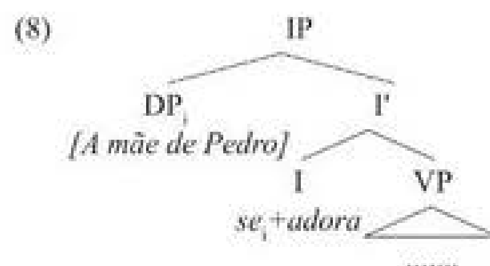
Observe que a noção de precedência linear não é adequada para descrever o que acontece em (6), porque nas duas sentenças o antecedente precede a anáfora. Precisamos de uma noção que dê conta das relações hierárquicas entre os constituintes. Mais adequado é lançar mão da noção de c-comando definida no capítulo "Teoria X-barra".

(7) C-COMANDO[2]

> α c-comanda β se e somente se β é o irmão de α ou se β é dominado pelo irmão de α.

Assim, a segunda exigência feita pela anáfora se deixa descrever pela seguinte generalização: só um DP que c-comande a anáfora pode contar como seu antecedente. Vejamos primeiramente a representação em árvore de (6a) em (8):

(8)

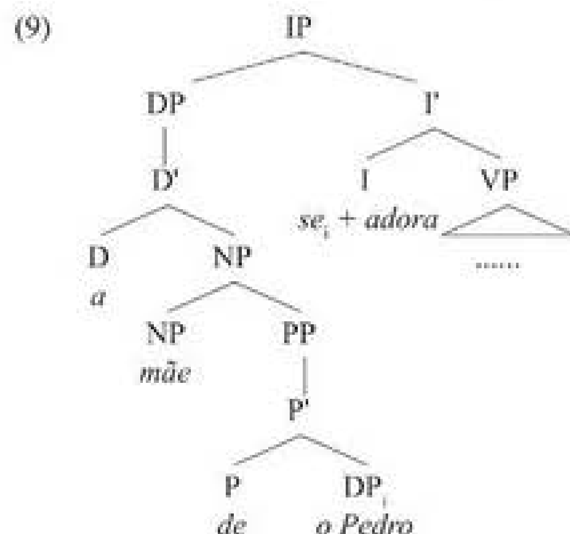


Vamos supor que a anáfora *se*, por ser um clítico, deva se mover de sua posição de complemento de V para I, a mesma posição ocupada pelo verbo (no próximo capítulo, discutiremos este comportamento estranho dos clíticos, categoria que inclui a anáfora *se* e também os pronomes como *me* ou *a*); o VP ficará assim sem material fonético.

Como você pode conferir aplicando a definição (7) a (8), o DP$_i$ *a mãe de Pedro* c-comanda *se* em I, porque I é dominado pelo irmão do DP$_i$ que é I'. Assim, o DP$_i$ é um antecedente adequado para a anáfora *se*.

Examinemos agora a representação de (6b) na árvore em (9):

(9)



Em (9), não é difícil ver que o DP$_i$ não c-comanda *se*: *se* não é nem o irmão do DP$_i$ nem é dominado pelo irmão de DP$_i$.

Repare, então, que não é suficiente que a anáfora seja c-comandada por um DP qualquer (o DP mais alto de nossa árvore em (9) c-comanda *se*), mas é fundamental que o DP que a c-comanda porte o mesmo índice referencial. A essa combinação de fatores – ser c-comandado por um elemento que porta o mesmo índice referencial – chamamos **ligação**. Assim, dizemos que as anáforas têm que ser ligadas.

Entretanto, mesmo que a exigência de que a anáfora seja ligada resolva o problema do contraste em (6), ela ainda não se aplica a todos os casos de impossibilidade de ocorrência de anáforas. Em particular, os contrastes de gramaticalidade em (10) e (11) dizem que o elemento com mesmo índice que a c-comanda deve estar "bastante próximo" da anáfora:

(10) a. A Maria$_i$ disse que a Ana$_k$ se$_k$ adora.
b. *A Maria$_i$ disse que a Ana$_k$ se$_i$ adora.

(11) a. [O João e o Pedro]$_i$ disseram que os meninos$_k$ atiraram [um no outro]$_k$
b. *[O João e o Pedro]$_i$ disseram que os meninos$_k$ atiraram [um no outro]$_i$

Observe que nas sentenças acima o requisito da ligação é cumprido. Aparentemente, "bastante próximo" quer dizer que o antecedente deve ocupar uma posição de c-comando na mesma sentença em que se encontra a anáfora. Contudo, ainda não é suficiente formular assim a restrição de localidade sobre a relação antecedente/anáfora, especialmente para os casos em que não estivermos lidando com sentenças finitas.

Examinemos o caso das sentenças infinitivas (12):

(12) a. A Maria$_i$ se$_i$ viu desfilar na televisão.
b. *Os meninos$_i$ ouviram [[o João e o Pedro]$_k$ se$_i$ elogiarem].

Em (12a) estamos diante de uma sentença encaixada infinitiva impessoal, no contexto de ECM: *se* é na verdade o argumento externo de *desfilar* e não argumento interno de *ver*. Como já mostramos, *se* deve se mover para o I (no caso, o I do verbo matriz) porque é um clítico. Dado que a sentença é gramatical, devemos dizer que, quando se trata de uma infinitiva (impessoal) complemento de um verbo ECM, é possível que a anáfora não encontre o elemento que porta o mesmo índice e que a c-comanda dentro da sentença infinitiva, mas na sentença matriz. Portanto, dizer que a sentença na qual se encontra a anáfora é onde ela deve ser ligada não é o bastante. Note, contudo, que não é qualquer sentença infinitiva que

permite a ligação de uma anáfora fora de sua projeção. (12b) exemplifica o caso do infinitivo flexionado e a tentativa de ligação da anáfora pelo sujeito matriz não dá bom resultado. Assim, já sabemos que sentenças finitas ou infinitivas pessoais configuram domínios para a ligação da anáfora; infinitivos impessoais, por outro lado, não. Será que é a presença da flexão modo-temporal e/ou número-pessoal o fator determinante para a delimitação desse domínio?

O exame de algum contexto que não exiba flexão modo-temporal e/ou número-pessoal pode ser muito útil para respondermos a esta questão. Vejamos em (13) como se comporta uma anáfora dentro de uma SC adjetival:

(13) a. A Ana acha [a Maria$_i$ orgulhosa de si$_i$].
b. *A Ana$_i$ acha [a Maria orgulhosa de si$_i$].
c. O João$_i$ acha- [se$_i$ inteligente].

(Em (13c) lançamos mão de um artifício para manter o clítico na posição de sujeito da SC: colocando-o em ênclise ao verbo matriz.) O contraste de gramaticalidade entre (13a) e (13b) parece mostrar que a presença da flexão modo-temporal e/ou número-pessoal não é decisiva para definir o espaço no qual a anáfora deve ser ligada, já que as SCs não dispõem desse tipo de flexão e a anáfora aqui deve ser ligada dentro da SC. Por outro lado, (13c) mostra novamente a possibilidade de ligação da anáfora pelo sujeito matriz.

A pergunta então é: o que (12a) e (13c), os casos de ligação da anáfora fora da sua projeção "sentencial", repetidos a seguir em (14), têm em comum?

(14) a. A Maria$_i$ viu- [se$_i$ desfilar na televisão]
b. A Maria$_i$ acha- [se$_i$ inteligente]

No capítulo "Teoria do Caso", vimos que essas são construções de ECM: em ambos os casos, a anáfora recebe Caso acusativo do verbo matriz numa configuração excepcional. Vimos também que a atribuição de Caso sempre se dá em uma configuração de regência. Assim, o que parece importante para a delimitação do espaço onde a anáfora deve ser ligada é a presença do seu regente: se ele está na sentença matriz, é lá que a anáfora deve ser ligada; se, ao contrário, ele se encontra numa projeção máxima encaixada, é ali que a anáfora deve encontrar um elemento de mesmo índice que a c-comande. Portanto, já temos certeza de que, para definir o domínio de ligação da anáfora, devemos levar em conta onde está a anáfora e onde está o seu regente (que, nos casos examinados, é quem lhe atribui Caso abstrato).

Mas talvez o problema ainda não esteja completamente resolvido por conta da existência de sentenças como (15) que segue:

(15) a. ?Eles$_i$ ouviram [$_{DP}$ algumas estórias sobre si$_i$].
b. * Eles$_i$ ouviram [$_{DP}$ as minhas estórias sobre si$_i$].

Embora (15a) não seja perfeita, não há dúvida de que ela é muito melhor do que (15b). No entanto, essas sentenças são idênticas com respeito ao que dissemos até agora sobre o domínio de ligação da anáfora: em ambos os casos é dentro do DP que encontramos a anáfora *si* e o seu regente (a preposição *sobre*), mas em nenhum dos casos a anáfora está ligada dentro desse DP. Algo mais deve entrar nessa conta.

E é verdade que há pelo menos mais uma diferença que devemos observar entre as sentenças de (12): em (12b) o DP *o João e o Pedro* é o argumento externo do verbo *elogiar* e é ele que ocupa a posição sujeito da infinitiva encaixada. Em (12a), entretanto, é a própria anáfora que responde pelo papel θ de argumento externo de *desfilar* e por isso é ela a candidata a ocupar a posição sujeito da sentença infinitiva. A mesma diferença se vê em (13): em (13a) o DP A Maria é o argumento externo do predicado adjetival e é o sujeito da SC; por outro lado, em (13c) é a própria anáfora que recebe o papel temático externo do adjetivo e é ela que ocupa a posição de sujeito.

Parece, portanto, que, se há um sujeito independente dentro do domínio onde está a anáfora, é aí que ela deve ser ligada, como está representado por exemplo em (13a); tentar ligá-la fora dos colchetes, quando existe um sujeito dentro dos colchetes, produz resultado agramatical, como mostra (13b). Se, por outro lado, é a própria anáfora que é o sujeito dessa sentença, a anáfora pode procurar seu antecedente na sentença mais alta, como em (13c).

Essa observação pode explicar o contraste de gramaticalidade em (15) se assumirmos que os possessivos funcionam como sujeito dentro dos DPs. Observe em (16) mais um exemplo do que acontece com a relação entre anáfora (desta vez um recíproco) e antecedente dentro de um DP:

(16) a. Eles$_i$ destruíram [$_{DP}$ as fotografias [um do outro]$_i$].
b. *Eles$_i$ destruíram [$_{DP}$ as minhas fotografias [um do outro]$_i$].

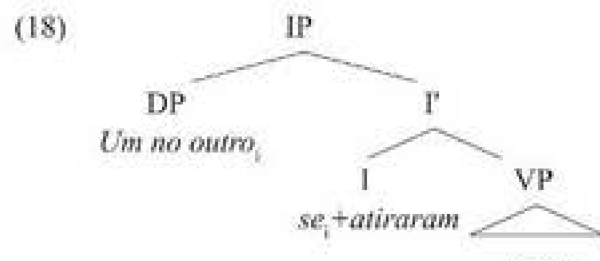
Se a nossa hipótese quanto ao fato de possessivos serem os sujeitos do DP está correta, quando não há sujeito independente dentro do DP o recíproco *um do outro* é ligado pelo sujeito da sentença sem problemas, como vemos em (16a); quando está presente o possessivo, no entanto, a ligação da anáfora pelo sujeito da sentença não é mais possível, como mostra a agramaticalidade de (16b).

E é digno de nota o fato de que a própria anáfora em posição sujeito nunca é bem formada, salvo em construções com verbos ECM, como as de (12a), onde a anáfora é o argumento externo do verbo no infinitivo impessoal; (17) a seguir mostra os casos em que um recíproco ocupa a posição Spec IP – da sentença matriz em (17a) e da sentença encaixada em (17b):

(17) a. *[Um no outro]$_i$ se$_i$ atiraram.
b. *[O João e o Pedro]$_i$ disseram que [um no outro]$_i$ atiraram.

Construções deste tipo são impossíveis nas línguas naturais. O problema com (17a) não diz respeito a *se*, que é ligado por *um no outro*, já que a anáfora aqui é c-comandada por seu antecedente: *se* em I é c-comandado por *um no outro* em Spec IP, como o leitor pode averiguar retomando a definição de c-comando em (7).

O problema em (17a), então, deve se localizar em *um no outro*: este DP, um recíproco, não está sendo ligado por nenhum outro DP. O único DP que poderia ligar *um no outro* seria *se*. No entanto, como observamos em (18), *se* não c-comanda *um no outro*:

(18)


Já que nenhum DP c-comanda a anáfora *um no outro*, ela não é ligada, o que explica a impossibilidade de (17a). (17b), por outro lado, é malformada não por apresentar problema de c-comando, pois o sujeito matriz c-comanda *um no outro*, que está na posição sujeito da sentença encaixada. O problema tampouco é a ausência de um "sujeito independente", porque o "sujeito independente" neste exemplo está presente na sentença matriz e nem por isso a sentença é gramatical. Aqui o problema é mesmo de localidade: o domínio onde está a anáfora e seu regente é a sentença encaixada, e assim é ali que deve estar seu antecedente também.

Parece que chegamos, finalmente, ao conjunto de exigências que as anáforas fazem com respeito ao domínio em que devem encontrar seu antecedente. Esse domínio é chamado "categoria de regência" na literatura e pode receber uma formulação como a que aparece em (19) a seguir:

(19) CATEGORIA DE REGÊNCIA

A categoria de regência de α é o XP mínimo que contém α, o regente de α e
(i) um sujeito que é distinto de α e que não contém α; ou
(ii) a flexão que atribui Caso Nominativo para α.

Você deve lembrar que o regente de α deve ser um núcleo lexical ou a flexão I e que ele deve m-comandar α, o que quer dizer que α pode ser o especificador ou o complemento do núcleo ou ainda ser dominado pelo complemento.[3]

Note que a definição em (19) tem duas cláusulas disjuntivas – é isso que quer dizer aquele "ou" no finalzinho de (i). A aplicação dessas cláusulas se faz da seguinte maneira: para estabelecer a categoria de regência de qualquer DP α, devemos buscar a primeira projeção máxima XP que contenha α, seu regente e um sujeito distinto de α; se o sujeito nesse XP não é distinto de α, então devemos aplicar a cláusula (ii) para ver se está presente nesse mesmo XP um I capaz de atribuir Nominativo para α. Se a segunda cláusula também não é satisfeita, estamos autorizados a buscar o próximo XP e repetir o procedimento.

Vejamos como esta definição funciona para alguns dos casos de anáforas bem formadas, como (5a) e (13a), repetidos em (20) a seguir:

(20) a. A Maria$_i$ se$_i$ adora.
b. A Ana acha [a Maria$_i$ orgulhosa de si$_i$].

Em (20a), o IP se define como o menor XP onde temos a anáfora (*se*), o regente da anáfora (o verbo finito *adora*, que atribui Caso Acusativo para ela) e onde há um sujeito distinto da anáfora que não a contém (*a Maria*). Portanto, é dentro deste IP que a anáfora *se* deve encontrar um DP com o mesmo índice que a c-comande. Como a cláusula (i) já funcionou, a cláusula (ii) é inoperante. De modo paralelo, em (20b), é a SC que se define como o menor XP onde temos a anáfora (*si*), o regente da anáfora (a preposição *de*, que atribui Caso Oblíquo para ela) e onde há um sujeito distinto da anáfora que não a contém (*a Maria*). Novamente, como a cláusula (i) já funcionou, não estamos autorizados a aplicar a cláusula (ii) e por isso é dentro da SC que a anáfora deve encontrar seu antecedente.

Vamos analisar agora casos em que entra em ação a linha (ii) da definição de categoria de regência. Um exemplo é a sentença finita com anáfora em posição de sujeito, dado em (17b), aqui repetido como (21):

(21) *[O João e o Pedro]$_i$ disseram que [um no outro]$_i$ atiraram.

Na sentença subordinada temos a anáfora *um no outro*, o seu regente (a flexão finita, que lhe atribui Caso Nominativo), mas não temos um sujeito diferente da anáfora (a anáfora é o sujeito). Ora, se só tivéssemos a cláusula (i), a anáfora estaria autorizada a ir buscar na sentença matriz o seu antecedente, posto que a sentença matriz conteria o XP mínimo em que há um sujeito distinto da anáfora e que não a contém. Se isso fosse possível, (21) deveria ser gramatical, contrariamente aos fatos. Assim, é preciso garantir que a anáfora deve buscar seu antecedente dentro da própria sentença encaixada: como a cláusula (i) não pode ser satisfeita, a anáfora deve averiguar primeiro se a cláusula (ii) pode ser satisfeita antes de poder ir buscar na sentença matriz o seu antecedente. E como este é um caso em que há flexão capaz de atribuir Caso Nominativo para a anáfora, então é neste XP mínimo (a oração encaixada) que a anáfora deve ser ligada.

Podemos sumarizar toda a discussão desta subseção em (22) a seguir:

(22) **As anáforas devem ser ligadas em sua categoria de regência.**

Vamos agora alargar o espectro de nossa discussão examinando como se distribuem os pronomes, um estudo que, ao mesmo tempo, ampliará o nosso conhecimento sobre os pronomes e facilitará a compreensão do comportamento das anáforas.

DOS PRONOMES

O que estamos chamando de pronome em nossa teoria é aquilo que a GT chama de "pronomes pessoais" exceto os reflexivos e os recíprocos, que aqui receberam o nome de anáfora e foram estudados na seção anterior. Devemos mostrar agora que os pronomes têm propriedades distintas das exibidas pelas anáforas, pois só assim estará justificada a divisão destes itens em dois grupos diferentes.

Vamos começar examinando (23):

(23) a. A Maria$_i$ adora ela$_k$.
b. *A Maria$_i$ adora ela$_i$.

O pronome *ela* pode se referir a qualquer DP do gênero feminino, como mostra o índice *k* em (23a), menos ao DP *a Maria*, como mostra o índice *i* em (23b). Exatamente ao contrário de *se* em (5a), pronomes não podem ser ligados na sua categoria de regência, que é o IP em (23b), domínio onde se encontra o pronome, um regente para ele (o verbo) e um sujeito independente. Observe que este DP sujeito porta o mesmo índice referencial do pronome e está numa posição de onde o c-comanda. Assim, o pronome está sendo ligado na sua categoria de regência.

Mas o que acontece fora deste domínio? Observe (24):

(24) a. A Joana$_k$ disse que a Maria$_i$ adora ela$_k$.
b. A Joana$_k$ disse que a Maria$_i$ adora ela$_j$.
c. *A Joana$_k$ disse que a Maria$_i$ adora ela$_i$.

As sentenças em (24) mostram que os pronomes podem ter antecedentes em domínios maiores, como nos mostra a possibilidade de coindexação de *ela* com *a Joana* em (24a), ainda que nenhuma coindexação seja obrigatória, como a gramaticalidade de (24b) atesta. Assim, contrariamente às anáforas, os pronomes não necessitam de antecedentes, mas, se os têm, eles não podem estar 'perto' demais, como mostra a agramaticalidade de (24c).

Observe que a exigência de c-comando parece não se aplicar aos pronomes: em (24a) o antecedente c-comanda o pronome, como você pode averiguar desenhando a árvore. Mas nem sempre é este o caso, como mostra (25a); aliás, o que se observa é que se o pronome estiver coindexado com um DP num domínio muito estrito, o ideal é que ele não seja c-comandado por este DP, como atesta a gramaticalidade de (25b):

(25) a. O namorado da Maria$_i$ pensa que o Pedro gosta dela$_i$.
b. O namorado da Maria$_i$ gosta dela$_i$.

O leitor já está treinado na representação em árvore deste tipo de sentença. Então não será difícil ver que em nenhuma das sentenças de (25) o DP *a Maria* c-comanda o DP *ela* (inserido no PP *dela*): *ela* não é nem irmão de *a Maria* nem é dominado pelo irmão deste DP.

Finalmente, observe que se reproduzirmos todos os contextos que examinamos ao tratar das anáforas, as sentenças com pronomes fornecem sistematicamente resultados de gramaticalidade inversos aos fornecidos pelas anáforas. Vamos mostrar em (26) alguns dos contrastes:

(26) a. *O João$_i$ disse que [o Pedro se$_i$ machucou].
b. O João$_i$ disse que [o Pedro o$_i$ machucou].
c. *Os meninos$_i$ ouviram [o João e o Pedro se$_i$ elogiarem].
d. Os meninos$_i$ ouviram [o João e o Pedro os$_i$ elogiarem].

e. *O João$_i$ acha [a Maria orgulhosa de si$_i$].
f. O João$_i$ acha [a Maria orgulhosa dele$_i$].

g. *Eles$_i$ destruíram [$_{DP}$ as minhas fotografias [um do outro]$_i$].
h. Eles$_i$ destruíram [$_{DP}$ as minhas fotografias d[eles]$_i$].

Em (26a,b), estamos lidando com sentenças finitas encaixadas; em (26c,d), com sentenças infinitivas pessoais encaixadas; em (26e,f), temos SCs com sujeito especificado; e finalmente em (26g,h), com DPs que têm um possessivo como sujeito.

Como podemos perceber, reflexivos e recíprocos, de um lado, e pronomes, de outro, têm comportamentos complementares com relação à necessidade ou não de um antecedente em uma certa configuração na sua categoria de regência. Assim, em (26a), a categoria de regência da anáfora é o IP encaixado, pois este é o lugar onde encontramos a própria anáfora, o seu regente, que é o verbo, e um sujeito independente da anáfora. Portanto, é neste IP encaixado que a anáfora deveria encontrar o seu ligador, isto é, um DP com o mesmo índice que a c-comande. Como seu antecedente não está neste domínio, a sentença é agramatical. Em (26b), por outro lado, devemos garantir que o pronome seja livre dentro do IP encaixado, que é a categoria de regência do pronome também, já que é nesse espaço sintático que encontramos o próprio pronome, o regente dele (o verbo) e um sujeito independente dele (o DP *o Pedro*). E é exatamente isso o que acontece: o antecedente do pronome, que é o sujeito da sentença matriz, está fora deste domínio e portanto a sentença é gramatical.

Exatamente o mesmo raciocínio explica os outros pares em (26). Por exemplo, em (26e,f), a categoria de regência da anáfora ou do pronome é a SC adjetival, porque é nesse domínio que encontramos a anáfora ou o pronome, um regente para eles (a preposição *de*) e um sujeito independente, que é o DP *a Maria*. Assim, é dentro da SC que a anáfora deve encontrar seu antecedente, mas aí dentro o pronome não pode ser coindexado com um elemento que o c-comande. Se fora daí ele tiver um antecedente, não há nenhum problema.

Podemos sumarizar a discussão sobre o comportamento dos pronomes em (27) a seguir:

(27) **Os pronomes não devem ser ligados em sua categoria de regência.**

Nos casos que examinamos acima, é adequado definir categoria de regência do mesmo modo para anáforas e pronomes, assim derivando a distribuição complementar dessas formas. Agora, vamos examinar um terceiro e último tipo de DP, as expressões-R (isto é, as expressões referenciais).

DAS EXPRESSÕES REFERENCIAIS

Vimos até aqui dois tipos de DPs quanto a suas propriedades referenciais: o primeiro é aquele que não é capaz de referir por si só e que sempre depende de um antecedente para fixar sua referência; o segundo tipo é aquele que tem relativa independência referencial, podendo ter um antecedente na sentença para fixar sua referência ou ter sua referência fixada no contexto discursivo. O terceiro tipo, que contém as chamadas expressões-R, são DPs como *a Maria* ou *o aluno do curso de química*, que têm autonomia referencial.

Observemos inicialmente que, como os pronomes, as expressões-R não necessitam de antecedente, como vemos em (28):

(28) a. O João não beijou a Maria na festa.
b. Os meninos gostam de sorvete.
c. O livro está na mesa amarela.

Todos os DPs dispensam a presença de um antecedente, já eles não o têm nas sentenças acima e elas são absolutamente gramaticais. E, também como os pronomes, as expressões-R resultam em sentenças malformadas naqueles contextos em que as anáforas são gramaticais. Compare (5a), (13a) e (15a) com os exemplos em (29):

(29) a. *Eles$_i$ viram os meninos$_i$.
(cf. A Maria$_i$ se$_i$ adora. (=(5a))
b. *O Pedro$_k$ acha eles$_i$ orgulhosos dos meninos$_i$.
(cf. A Ana acha [a Maria$_i$ orgulhosa de si$_i$]. (=(13a))
c. *Eles$_i$ destruíram as fotografias dos meninos$_i$.
(cf. ?Eles$_i$ ouviram [$_{DP}$ algumas estórias sobre si$_i$] (=(15a))

Contudo, as expressões-R são impossíveis em vários contextos sintáticos em que os pronomes podem ocorrer, como vemos na comparação de (26b), (26d), (26f) e (26h) com (30):

(30) a. *Eles$_i$ disseram que o Pedro$_k$ viu os meninos$_i$.
(cf. O João$_i$ disse que [o Pedro o$_i$ machucou]. (=(26b))
b. *Eles$_i$ ouviram as meninas$_k$ elogiarem os meninos$_i$.
(cf. Os meninos$_i$ ouviram [o João e o Pedro os$_i$ elogiarem]. (=(26d))
c. *Eles$_i$ acham o Pedro$_k$ orgulhoso dos meninos$_i$.
(cf. O João$_i$ acha [a Maria orgulhosa dele$_i$]. (=(26f))
d. *Eles$_i$ destruíram as minhas fotografias dos meninos$_i$.
(cf. Eles$_i$ destruíram [$_{DP}$ as minhas fotografias d[eles]$_i$] (=(26h))

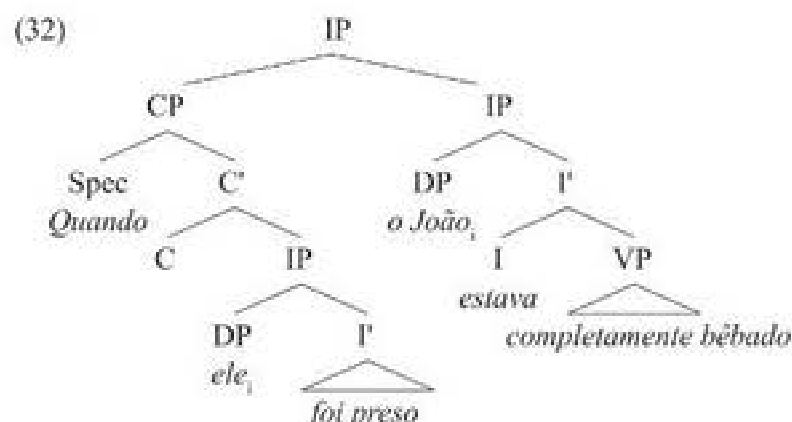
O denominador comum de todas as sentenças de (29) ou de (30) é que a expressão-R *os meninos* é c-comandada por um elemento que porta o mesmo índice, *eles*, em algum domínio, ou seja, a expressão-R está sendo ligada.

O exemplo (31), por outro lado, mostra que, se não houver c-comando entre o antecedente e a expressão-R e, portanto, não houver ligação, a sentença é gramatical:

(31) Quando ele_i foi preso, o $João_i$ estava completamente bêbado.

Vamos examinar a árvore (32), em que está representada a parte relevante de (31), para vermos que não existem as restrições que tornariam essa sentença impossível:

(32)



Apesar de preceder a expressão-R *o João*, com a qual está coindexado, *ele* não c-comanda *o João*, já que esta expressão não ocupa um nó irmão de *ele*, nem filho do irmão de *ele*. Se *ele* não c-comanda *o João*, então este não é ligado por aquele.

Diferentemente dos pronomes, que só não podem ser ligados dentro da sua categoria de regência, as expressões-R não podem ser ligadas nunca, em qualquer que seja o domínio (A). Assim, (33) descreve com rigor a distribuição das expressões-R:

(33) **As expressões-R não devem ser ligadas.**

Vamos então enunciar os princípios que regem a distribuição desses três tipos de DPs e formular uma tipologia dos elementos nominais das línguas humanas.

Os princípios de Ligação

Acabamos de examinar os três tipos de DPs que as línguas naturais exibem: anáforas, pronomes e expressões-R. Cada um deles pode ou não aparecer em certas estruturas sintáticas em relações de correferência. Vamos sumarizar as propriedades principais de cada um desses elementos:

Anáfora

- deve ter um antecedente, isto é, um elemento com o mesmo índice;
- este antecedente deve c-comandar a anáfora;
- este antecedente deve estar dentro de um certo domínio, chamado "categoria de regência", que depende da presença da anáfora, do regente da anáfora e de um sujeito independente da anáfora.

Pronome

- pode ter um antecedente, mas não é necessária a presença de um;
- se houver antecedente, ele não pode c-comandar o pronome dentro da sua categoria de regência, mas pode c-comandá-lo fora deste domínio;
- aparentemente, a categoria de regência se define do mesmo modo para pronomes e anáforas, dada a distribuição complementar que existe entre esses dois tipos de DPs.

Expressão-R

- não precisa de antecedente, porque tem autonomia referencial;
- se houver antecedente, ele não pode c-comandar a expressão-R em nenhum domínio.

Chegamos assim ao ponto de apresentar os princípios da Teoria da Ligação, que enunciam as possibilidades de correferência que os DPs têm e que retomam as generalizações apresentadas em (22), (27) e (33). São eles:

(34) PRINCÍPIOS DE LIGAÇÃO

A: uma anáfora tem que estar ligada em sua categoria de regência;
B: um pronome tem que estar livre em sua categoria de regência;
C: uma expressão-R tem que estar livre.

"Estar ligada" quer dizer ser c-comandada por um elemento que porte o mesmo índice referencial; e "estar livre" quer dizer não estar ligado, isto é, não ser

c-comandado por um elemento que porte o mesmo índice referencial.[4] Observe que, indiretamente, a formulação do Princípio B é feita por negação: enuncia que o pronome não pode estar ligado na sua categoria de regência.

A Teoria da Ligação, portanto, é uma teoria sobre as possibilidades de correferência de anáforas, de pronomes e de expressões-R. Dado que esses parecem ser os únicos DPs lexicalmente realizados com propriedades referenciais que as línguas naturais conhecem, podemos tentar derivá-los da combinação dos traços básicos [+/-pronominal], decorrente do Princípio B, e [+/-anafórico], decorrente do Princípio A:

(35) TIPOLOGIA DOS DPS LEXICAIS

a.	[+anafórico, - pronominal]	Recíprocos e reflexivos
b.	[-anafórico, +pronominal]	Pronomes (pessoais)
c.	[-anafórico, - pronominal]	Nomes (próprios ou comuns)
d.	[+anafórico, +pronominal]	*

Por que a combinação em (35d) é impossível? Note que, se um elemento é [+anafórico], ele deve respeitar o Princípio A, isto é, deve ser ligado na sua categoria de regência; por outro lado, se é [+pronominal], ele deve respeitar o Princípio B, o que equivale a dizer que deve ser livre na sua categoria de regência. Temos aqui uma contradição: um elemento deve ser simultaneamente ligado e livre no mesmo domínio, e por isso a nossa teoria nos faz prever que não existe um DP deste tipo. Ou, por outra, se um tal DP existe, a teoria nos faz prever que ele não pode ter categoria de regência para não ter que atender simultaneamente às duas exigências conflitantes em (35d).

Mas qual seria a implicação de "não ter categoria de regência"? E por que estamos dizendo que DPs lexicalmente realizados devem ter sua categoria de regência, razão do asterisco em (35d)? A segunda pergunta é respondida logo a seguir; a primeira, na próxima seção, quando tratarmos das categorias vazias.

Vamos chamar a sua atenção aqui para as consequências (e benefícios) de uma teoria modular como a nossa. De toda a discussão do capítulo "Teoria do Caso", sabemos que DPs lexicalmente realizados têm que receber Caso. Já sabemos também que não são muitas as configurações em que Caso pode ser atribuído, sendo a noção de regência aquela que subjaz a todas as configurações: ou o DP recebe Caso Nominativo da flexão com traços pessoais (finita ou não), como em (36a,b); ou recebe Caso Acusativo do verbo (estando na posição de complemento, (36c) ou, nos casos de verbos ECM, como (36d), na posição de especificador do complemento) ou, como última possibilidade, recebe Caso Oblíquo da preposição, nas mesmas configurações em que o Caso Acusativo é atribuído, como se vê em (36e,f):

(36) a. [O João] saiu.
b. O João viu [[os meninos] saírem de carro].
c. O João beijou [a Maria].
d. O João acha [[a Maria] inteligente].
e. O João deu o disco para [as meninas].
f. Eu comprei o livro para [[as meninas/mim] ler].

Vamos examinar cada uma destas situações para mostrar que, sempre que há atribuição de Caso para o DP, qualquer que seja ele, esta configuração é igualmente uma categoria de regência. Começando por (36a,b), se o DP recebe Caso Nominativo, então ele deve estar em Spec IP e assim tem uma categoria de regência definida pelo próprio IP, que é o menor XP onde temos o DP, o regente dele (a flexão I) e, ainda que não possamos aplicar a cláusula (i) da definição (19) – o sujeito é o próprio DP –, podemos aplicar a cláusula (ii) já que temos flexão atribuidora de Caso NOM: esta é a situação dos sujeitos *o João* e *os meninos*.

Se, por outro lado, o DP recebe Caso Acusativo, temos duas situações para examinar. Na primeira delas, em (36c), o DP *a Maria* é complemento do verbo. Parece claro que neste caso também vai existir um XP, que é o VP, que ao mesmo tempo contém *a Maria*, contém o regente de *a Maria* (que é o próprio verbo ou o seu vestígio) e contém um sujeito distinto desse DP que é *o João* (ou o seu vestígio). Assim, o nosso DP terá uma categoria de regência quando ele for complemento de V. Na segunda situação, em (36d), estamos lidando com o DP *a Maria*, que é o sujeito da SC complemento do V. A SC, onde se encontra o DP, não é um XP que satisfaça a definição de categoria de regência, porque o sujeito da SC não é distinto dele mesmo; portanto, ele tem que procurar um XP mais acima. O XP mais acima é o VP encabeçado pelo verbo matriz que obviamente contém a SC e portanto contém o próprio DP, contém também o verbo *achar* que rege *a Maria* (porque a SC não é uma barreira para regência) e contém o DP *o João*, que é um sujeito distinto de *a Maria*.

Em (36e,f), existem duas situações distintas envolvendo os PPs. Na situação exemplificada em (36e), o DP *as meninas* não reconhece o PP (que é um complemento do verbo *dar*) como o XP que constitui o domínio de vinculação, pois o PP, embora contenha *as meninas* e o regente de *as meninas*, que é a preposição, não

contém um DP que possa funcionar como sujeito, nem flexão que atribua Nominativo (embora a própria preposição atribua Caso Oblíquo). Por isso, a procura passa para o domínio superior, o VP, que vai conter *o João*, um sujeito independente.

Em (36f), por outro lado, poderíamos pensar que estamos frente a uma situação semelhante à de (36d), só que aqui lidando com uma preposição (não com um verbo) ECM: o InfP encaixado no PP é o menor XP onde se encontra *as meninas* (ou *mim*) e o seu regente (o próprio infinitivo), mas este não é um domínio em que exista um sujeito diferente de *as meninas* (ou *mim*) e, dado que a sentença infinitiva é do tipo infinitivo impessoal, também não há flexão capaz de atribuir Nominativo neste domínio, exatamente como quando lidamos com SCs. No entanto, aqui o próximo XP seria o PP, onde tampouco há um sujeito diferente de *as meninas* ou flexão capaz de atribuir Nominativo, o que nos autorizaria a ir buscar um XP superior a ele. O problema sério que enfrentamos aqui é que este PP é um adjunto, não um complemento, e portanto não é certo que possamos recorrer ao VP matriz como 'próximo XP', porque o PP não estará incluído no VP, apenas contido nele. É verdade que esse tipo de construção adverbial – as chamadas orações adverbiais finais da GT – são bastante especiais, a começar pelo objeto nulo obrigatório em (36f). Além disso, observando (37) a seguir

(37) a. * A Maria$_i$ comprou o livro para [si$_i$ ler].
b. A Maria$_i$ comprou o livro para [ela$_i$ ler].

vemos que a anáfora na posição de sujeito encaixado é completamente impossível, mas a sentença com o pronome na mesma posição é perfeita, o que sugere fortemente que não é possível satisfazer as condições pertinentes para a ligação da anáfora neste contexto, mas é perfeitamente possível satisfazer as exigências do pronome. Para o que nos interessa aqui, no entanto, isto basta: é possível encontrar uma categoria de regência neste contexto sintático.

Os PPs, que, como estamos assumindo, não têm sujeito, colocam de qualquer modo uma questão bastante intrigante para a teoria mesmo em frases simples, sejam eles complementos ou adjuntos verbais, porque a distribuição de anáforas e pronomes dentro deles é bastante particular, como podemos conferir nos exemplos em (38):

(38) a. O João$_i$ comprou um carro para si$_i$.
b. O João$_i$ comprou um carro para ele$_i$.
c. O João$_i$ falou de si$_i$.
d. O João$_i$ falou dele$_i$.

Ainda que os falantes não sejam unânimes na aceitação imediata de todas estas sentenças, elas parecem fundamentalmente possíveis em PB. Qual é a conclusão que podemos tirar daqui? A primeira delas, envolvendo os Princípios A e B, é que a complementaridade de distribuição entre anáforas e pronomes não é a história completa e só parece funcionar mesmo em contextos sintáticos que tenham um sujeito – sentenças finitas ou infinitivas, SCs e DPs.

Mas existe uma conclusão adicional que podemos tirar que corrobora a impossibilidade de (35d) e reforça o nosso ponto em discussão aqui: em (38), temos sentenças gramaticais exibindo ou uma anáfora ou um pronome, mas nada que seja as duas coisas ao mesmo tempo. Não vamos tentar aqui neste estudo explicar por que os PPs nos deixam utilizar seja a anáfora, seja o pronome no mesmo contexto sintático; se o leitor ficar curioso, pode procurar as indicações na seção de bibliografia adicional. Por agora, basta frisarmos que, dada a ausência do sujeito dentro do PP, a anáfora pode ir buscar o seu antecedente no VP (ou IP) que contém esse PP, e assim novamente o nosso DP, aqui recebendo Caso Oblíquo, deve ter uma categoria de regência. Dito de outro modo, seja nos exemplos (a), seja nos exemplos (b) de (38), em algum lugar da frase se forma a categoria de regência destes nominais que recebem Caso Oblíquo.

Portanto, se todo DP lexicalmente realizado deve ter Caso e se qualquer das configurações de atribuição de Caso é uma configuração de regência – em particular, o atribuidor do Caso sempre rege o DP que o recebe – é fatal que todo DP lexicalmente realizado tenha uma categoria de regência, dada a definição de categoria de regência em (19). Por esta razão, nenhum DP lexicalmente realizado consegue satisfazer ao mesmo tempo os Princípios A e B da Teoria da Ligação.

Na próxima seção veremos que os DPs vazios são categorias muito parecidas com os DPs lexicalmente realizados que acabamos de examinar, com uma fabulosa exceção.

A tipologia das categorias vazias

Até aqui, tratamos da distribuição de DPs com matriz fonética, concluindo que eles se dividem em três classes, cada uma com suas propriedades particulares perante o fenômeno da ligação. Podemos nos perguntar agora se os DPs sem matriz fonética também podem ser classificados da mesma maneira.

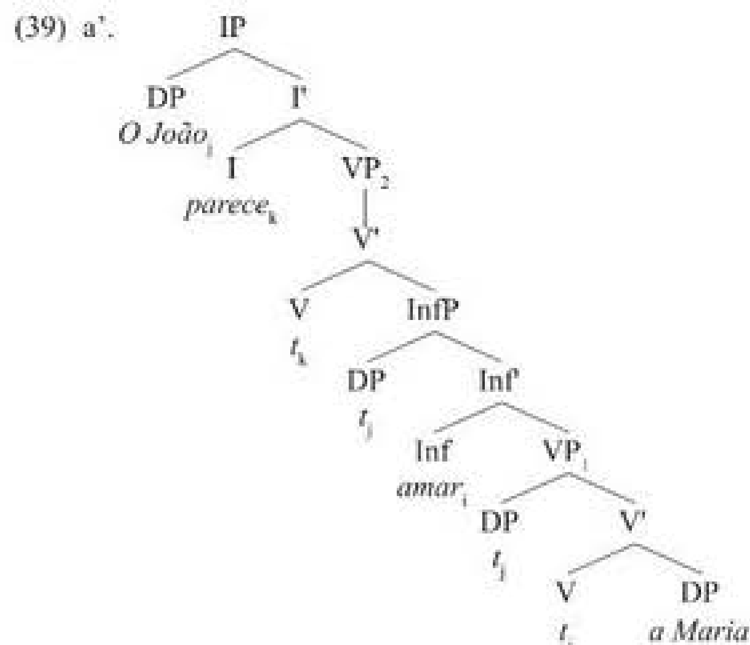
Para começar a nossa discussão, precisamos mostrar que também temos diferentes tipos de DPs não realizados foneticamente. Examinemos os exemplos em (39):

(39) a. O João$_i$ parece **ec**$_i$ amar a Maria.
b. A Maria$_i$ disse que **ec**$_i$ viajou.
c. Quem$_i$ que a Maria disse que o Pedro beijou **ec**$_i$ na festa?
d. Eu quero **ec** comer camarão.

É preciso mostrar primeiramente que a **ec** é uma entidade necessária na estrutura, pois, do contrário, poderia parecer que a postulação de **ecs** é um procedimento arbitrário. As **ecs** são postuladas em cada uma das sentenças de (39) porque a sua inexistência levaria à violação de algum princípio da gramática. Um dos princípios que estariam sendo violados se não fossem postuladas as **ecs** de (39) é o Critério θ: cada verbo encaixado tem um papel θ que não teria como ser descarregado se não existisse um argumento para recebê-lo. Tal argumento é exatamente a **ec** postulada. Como consequência da violação do Critério θ teríamos uma violação do Princípio de Projeção no sentido de que vai existir alguma categoria que não vai ser bem formada em algum nível de projeção. E, em (39b) pelo menos, a inexistência da **ec** levaria à violação do Princípio de Projeção Estendido já que a sentença encaixada ficaria sem sujeito.

Tendo mostrado que as **ecs** não são postuladas arbitrariamente, vamos mostrar que as **ecs** que equivalem a DPs se deixam classificar à luz da Teoria da Ligação. Começando por (39a), temos uma estrutura inacusativa, em que o DP *o João* se move da sua posição de base (de argumento externo do verbo *amar*) para o Spec IP da sentença matriz a fim de obter Caso. A representação de (39a) em SS seria como (39a'):

(39) a'.



Concentrando nossa atenção no vestígio t_j, observamos que esta **ec** tem propriedades que lembram as da anáfora: ela é referencialmente dependente, tendo obrigatoriamente um antecedente, que está na posição A, Spec IP. O antecedente *o João*$_j$ c-comanda t_j, já que t_j é dominado por I', irmão de *o João*. E, por fim, o IP se constitui na sua categoria de regência, pois é o XP mínimo que contém um sujeito (*o João*) ou uma flexão capaz de atribuir Nominativo: veja que a categoria de regência não pode ser o VP$_1$, nem o InfP, nem o VP$_2$, já que nenhum sujeito independente (ou flexão que atribui Nominativo) se apresenta em qualquer um deles.[5]

Os contextos que envolvem verbos inacusativos, como (40a), e voz passiva, como (40b), fornecem ainda uma configuração que ressalta as propriedades de anáfora da **ec**, como podemos observar comparando estas duas sentenças com (40c):

(40) a. A Maria$_i$ sumiu **ec**$_i$.
b. A Maria$_i$ foi beijada **ec**$_i$ (pelo João).
c. A Maria$_i$ feriu a si (mesma)$_i$.

Em (40c), temos na posição de objeto do verbo *ferir* a anáfora *a si (mesma)* e na posição de sujeito o seu antecedente. A mesma situação se repete em (40a) e (40b), exceto pelo fato de termos na posição de objeto uma **ec**. Se, afinal, um DP anafórico vazio e um foneticamente realizado estão em distribuição complementar – veja que não podemos substituir as **ecs** por anáforas lexicais – devemos atribuir este comportamento a razões independentes da Teoria da Ligação, em particular ao fato de que um DP realizado foneticamente precisa receber Caso. Assim, não parece descabido identificar a **ec** resultante do movimento de DPs como anáfora. Chamamos esta **ec** de **vestígio** (**t**, do inglês *trace*, como já apontamos anteriormente).

Por seu turno, a **ec** em (39b) leva todo o jeito de pronome: não necessita de antecedente, ainda que possa ter um, que é *a Maria*. Se existe um antecedente na estrutura, ele não pode c-comandar a **ec** estando dentro da sua categoria de regência. Note que em (39b) a categoria de regência da **ec** se completa no IP encaixado que tem a flexão capaz de atribuir Caso Nominativo e que o antecedente *a Maria* está fora deste domínio. Também está fora da categoria de regência o antecedente *a Maria*, já que este DP não pertence ao IP que se fecha no pronome *eu*, como indicado em (41):

(41) A Maria$_i$, [$_{IP}$ eu encontrei **ec**$_i$ no cinema ontem].

Em (39b) e (41), o pronome *ela* no lugar da **ec** forneceria os mesmos resultados com respeito à gramaticalidade das estruturas. Aqui parece ainda mais razoável

pensar que temos a versão sem matriz fonética de um verdadeiro pronome, com propriedades de distribuição muito semelhantes. Chamaremos esse elemento de **pro** (leia-se *prozinho*).

Observe que esse tipo de **ec** pronominal aparece em outros contextos sintáticos, contextos que, no PB, não admitem a presença de um pronome lexicalmente realizado, como vemos em (42):

(42) a. *pro* Parece que a Maria chegou.
b. *pro* Choveu.

No entanto, em línguas como inglês ou francês, é obrigatória a presença de um pronome com matriz fonética, como em (43):

(43) a. **It** seems that Mary arrived.
"Expl parece que a Maria chegou"
b. **It** rained.
"Expl choveu"

Já vimos, no capítulo "Teoria Temática" que o verbo *parecer* não seleciona argumento externo e assim não há papel temático para atribuir para a posição Spec VP, que não será nem mesmo projetada. Somos, portanto, obrigados a concluir que *pro* em (42a), do mesmo modo que o pronome lexicalmente realizado *it* em (43a), só pode ser um expletivo, isto é, não pode jamais ter papel θ. Podemos avançar mais e concluir que tanto *pro* quanto *it* estão inseridos nestas construções para satisfazer o Princípio de Projeção Estendido que, como o leitor deve lembrar, garante que toda sentença tem sujeito.

Raciocínio semelhante pode ser estendido à **ec** em (42b): os verbos meteorológicos não selecionam nenhum argumento e sua posição de argumento externo não será projetada. Portanto, a inserção de um pronome foneticamente realizado, como em (43b), ou vazio, como em (42b), deve-se à satisfação do Princípio de Projeção Estendido e jamais tem valor referencial.

Chamamos a sua atenção ainda para duas propriedades interessantes dos pronomes nulos; a comparação entre (42) e (43) sugere que a existência de um pronome nulo nas línguas naturais é uma questão paramétrica: existem línguas que admitem pronomes não lexicalmente realizados; existem línguas que não os admitem. Na verdade, a gama de variação entre as línguas é maior: existem línguas que admitem *pro* seja com interpretação expletiva, seja com interpretação definida, como o italiano; mas existem línguas que aceitam (ou ainda exigem!) este tipo de *pro* expletivo, mas nem sempre admitem *pro* com interpretação definida – este parece ser o caso do PB atual, como alguns estudos recentes tentam mostrar.

O segundo fato interessante com respeito a *pro* é que ele aparece principalmente na posição sujeito de sentenças com I pessoal (finito ou infinitivo), com o qual concorda, e assim podemos identificar o seu conteúdo através dos traços de pessoa e número presentes em I. Parece, entretanto, que *pro* não está limitado a este contexto sintático: muitos estudiosos do PB afirmam que a **ec** que aparece em posição objeto bastante frequentemente na nossa língua deve ser *pro*, dadas as suas propriedades pronominais. Observe os exemplos em (44):

(44) a. A Maria viu **ec** na televisão ontem.
b. Para quem que o João comprou **ec**?
c. Que a IBM venda **ec** a particulares me espanta.

Para o leitor interessado nestas questões, a seção "Bibliografia adicional" fornece várias indicações.

Voltemos aos exemplos de (39). Concentremos nossa atenção na **ec** de (39c): essa **ec** parece ter as propriedades de distribuição das expressões-R. Ela não pode ser uma anáfora, porque, se fosse, deveria estar ligada a *o Pedro*, sujeito da sentença encaixada. Também não pode ser um pronome, porque, se fosse, deveria poder ser ligada a *a Maria*, sujeito da sentença matriz. Na verdade, a **ec** em (33c) só pode ser ligada por *quem*. Note, entretanto, que está descartada a possibilidade de uma expressão-R ser ligada por *quem*. Será que, apesar disto, podemos afirmar que a **ec** de (39c) e uma expressão-R têm propriedades semelhantes no que diz respeito à ligação? A resposta é positiva se observamos que *quem* se encontra numa posição A-barra – lembre-se que toda a teoria da ligação faz referência a posições A(rgumentais). Estas observações, então, valem tanto para uma expressão-R quanto para uma **ec** como a de (39c).

Observe que o mesmo se verifica em (45), onde temos *a idiota* que presumimos ser uma expressão-R. Se o antecedente da expressão-R estiver em uma posição A-barra, nenhum efeito de Princípio C é observado:

(45) A Maria_i, a Ana disse que o Pedro beijou a idiota_i.

Vamos assumir que o DP *a Maria* esteja em uma posição de adjunção a IP, uma posição A-barra como todas as posições de adjunção. Temos aqui uma evidência adicional para afirmar que a Teoria da Ligação é uma teoria sobre as possibilidades de ligação de DPs que se encontram ambos em posições A. Portanto, quando falamos de ligação, estamos sempre falando de ligação-A e, por isso, podemos dizer que a **ec** de (39c) e uma expressão-R têm propriedades comuns que deri-

vam do fato de elas serem imunes aos princípios A e B. À **ec** presente em (39c) chamamos **variável** (**vbl**, do inglês *variable*).

Finalmente, observemos a **ec** de (39d). Como vimos, o Critério θ nos obriga a postular uma **ec** antes de *comer*, já que o verbo *comer* tem dois papéis θ para atribuir: um deles é atribuído ao argumento interno *camarão* e o outro à **ec** na posição de argumento externo de *comer*. Ao considerarmos a interpretação referencial desta categoria, vemos que ela só pode ser correferencial com *eu*: isto é, por ser referencialmente dependente, a **ec** de (39d) tem propriedades de anáfora. Entretanto, esta **ec** não pode ser totalmente identificada com o vestígio de (39a). Por isso, a ela é atribuído um nome diferente – **PRO** (leia-se *prozão*) – e a relação de correferência entre ele e o antecedente chama-se **controle**. Assim, o exemplo em (39d) ilustra um caso de **PRO obrigatoriamente controlado**.

Para entender as diferenças entre **t** e **PRO**, vamos partir da comparação entre (39a) e (39d) para observar que:

- **t** ocorre em uma estrutura em que o verbo matriz é inacusativo e **PRO** em uma em que o verbo matriz é transitivo. A consequência imediata disso é que o sujeito de *parecer* em (39a) não é seu argumento externo, enquanto o sujeito de *querer* o é;
- por não ser argumento de *parecer*, o antecedente de **t** não tem papel θ independente, enquanto o antecedente de **PRO** tem;
- se o sujeito de *parecer* não é seu argumento, então ele é argumento do verbo *amar* e foi movido para Spec IP deixando um **t** na posição de origem; por outro lado, se o sujeito de *querer* é o argumento externo dele, então o **PRO** não pode ser resultado de movimento.

Digamos, por agora, que estas observações sejam suficientes para distinguir **PRO** de **t**, apesar de as duas **ecs** terem propriedades de anáfora.

Além dos contextos de controle obrigatório, existem outros em que a **ec**, que pode ser identificada como **PRO**, não é obrigatoriamente controlada. Tal tipo de contexto se verifica em (46), por exemplo:

(46) Eu me pergunto como [**ec** enriquecer neste país].

Neste caso, dizemos que a interpretação é **arbitrária** e a sentença pode ser grosseiramente parafraseada por alguma coisa do tipo: eu me pergunto como qualquer um pode enriquecer neste país. Agora, estamos diante de um fenômeno que se parece muito com o que se passa com os pronomes, já que a **ec** não tem antecedente na sentença. Imediatamente, nos ocorre que a **ec** deveria ser um *pro*. Mas, assim como a **ec** em (39d) não é um **t**, a de (46) também não se deixa analisar como um *pro*, já que, para dizer o mínimo, esta **ec** não se deixa substituir por um pronome lexical, como vemos em (47b), logo a seguir. Vemos, assim, que o contexto de infinitivo impessoal é diferente daquele de flexão pessoal finita de (39b) que abriga um *pro*. Em suma, estamos diante de uma **ec** que sintetiza um paradoxo: tem traços de anáfora, mas não é um **t**; tem traços de pronome, mas não é um *pro*. Para desfazermos o paradoxo, vamos ter que tecer algumas considerações adicionais.

Uma característica notável do **PRO** e de **t** é que essas **ecs** não podem ocorrer numa posição marcada por Caso. O diagnóstico desta impossibilidade para **PRO** é dado pelo fato de não podermos substituir a **ec** de (39d) ou de (46) por DPs lexicalmente realizados como *a Maria* e *alguém*, como a agramaticalidade de (47) atesta:

(47) a. *Eu quero a Maria comer camarão.
b. *Eu me pergunto como alguém enriquecer neste país.
c. *Eu me pergunto como os meninos enriquecerem neste país.

Como Caso é atribuído sob regência por I (pessoal), V ou P, temos de admitir que nenhum daqueles núcleos atribui Caso para *a Maria* ou *alguém* em (47). Em (47b), o único candidato a atribuidor de Caso para *alguém* é o infinitivo, mas isto não se efetiva porque ele é impessoal, como mostra a agramaticalidade de (47c). Em (47a) existem dois candidatos, o verbo *querer* e o infinitivo: o infinitivo é descartado pelas mesmas razões alegadas para (47b); e o verbo *querer* também deve ser descartado porque não temos uma sentença correlata de (47a) com o DP claramente marcado com Acusativo, como em (47a'), onde usamos ***a***, a forma explicitamente acusativa do pronome pessoal:

(47) a'. *Eu a quero comer camarão.

Se efetivamente não há Caso para os DPs sujeito da sentença infinitiva impessoal, a agramaticalidade de (47) é esperada.

O diagnóstico para a falta de Caso de **t** pode ser montado em bases diferentes já que, se mantemos a mesma tática de substituir a **ec** por um DP lexical, vamos criar um problema adicional: além da falta de Caso do DP lexical inserido em (39a''), o sujeito do verbo *parecer* fica sem papel θ.

(39) a. O João parece **t** amar a Maria
a''. *O João parece o Pedro amar a Maria.

A posição de **t** não é marcada por Caso porque, em primeiro lugar, o infinitivo impessoal que o segue não é um marcador de Caso. Em segundo lugar, porque o verbo que o antecede é inacusativo.

Esta dupla possibilidade de diagnóstico permite refinar as divergências apontadas acima entre **t** e **PRO** de forma a fazer com que elas desemboquem nas diferenças entre as duas **ec**s do ponto de vista da Teoria da Ligação: sempre podemos alegar para **t**, em (39a), que a posição **ec** é regida pelo verbo matriz *parecer* porque este verbo é inacusativo, e assim pode reger o argumento externo de seu complemento sem lhe atribuir Acusativo; em oposição, nunca poderíamos alegar para **PRO**, em (39d), que a posição **ec** fosse regida pelo verbo matriz *querer* porque este verbo é transitivo e, se regesse o argumento externo de seu complemento, poderia atribuir-lhe Acusativo, uma propriedade que, já vimos, é lexicalmente marcada. Assim, a diferença entre **t** e **PRO**, refinada para os propósitos da Teoria da Ligação, é que **t** é regido e que **PRO** não é regido.

O fato de **PRO** não ser regido permite resolver o paradoxo que esta **ec** encerra. O que temos em mãos, então? Uma **ec** que é ao mesmo tempo [+anafórica] e [+pronominal]. Mas será que a combinação [+anafórico, +pronominal] para as **ec**s não trará também um problema com a Teoria da Ligação? Lembre-se que excluímos (35d) dizendo que esta combinação era impossível para os DPs lexicalmente realizados porque teríamos um elemento que, sendo [+anafórico], deveria ser ligado na sua categoria de regência, mas, sendo [+pronominal], deveria ser livre neste mesmo domínio. A única maneira de escapar da contradição ficou conhecida como Teorema[6] de PRO, enunciado em (48):

(48) TEOREMA DE PRO

PRO não tem categoria de regência.

O Teorema de PRO se constrói e se sustenta em cima do fato de **PRO** não ser regido: sem um regente, nunca vai ser constituída uma categoria de regência para ele, dada a definição em (19).

O leitor deve estar se perguntando agora por que uma **ec** pode não ter categoria de regência, enquanto um DP lexicalmente realizado obrigatoriamente tem. A resposta a esta questão, como vimos no final da seção 3, está ligada à Teoria do Caso: sempre que um DP recebe Caso, ele deve ser regido pelo seu atribuidor. E sempre que há um atribuidor de Caso regendo um DP, vai existir um XP que contém este DP, o regente e um sujeito distinto dele e não contido nele (ou, alternativamente, o DP está recebendo Caso NOM da flexão pessoal, finita ou não).

Assim, se existe alguma possibilidade de um DP não ter categoria de regência, ela só existe para DPs que não recebem Caso.

Depois desta extensa discussão, podemos apresentar um quadro com a tipologia das **ec**s, à semelhança do que apresentamos em (35), contendo a tipologia dos DPs lexicalmente realizados:

(49) TIPOLOGIA DAS ECS

a.	[+anafórico, - pronominal]	t
b.	[-anafórico, +pronominal]	pro
c.	[-anafórico, - pronominal]	vbl
d.	[+anafórico, +pronominal]	PRO

No próximo capítulo, discutiremos com mais detalhe as **ec**s de (49a) e (49c), geradas por movimento e que partilham o traço [-pronominal]. Veremos que, para os vestígios e as variáveis serem legitimados, sobre eles pesa uma exigência a mais do que sobre as **ec**s com o traço [+pronominal]. Por agora, vamos apenas fornecer um resumo geral das propriedades de todas as categorias vazias que examinamos nesta seção:

(50)

PROPRIEDADES DAS ECS			
EC	CASO	PAPEL θ	REFERÊNCIA
a. t	–	+	antecedente A
b. pro θ/expletivo	+	+/–	não precisa de antecedente
c. vbl	+	+	antecedente A-barra
d. PRO	–	+	antecedente A ou arbitrária

Finalizando, juntamos no quadro (51) as propriedades quanto à Teoria da Ligação das **ec**s e dos DPs lexicalmente realizados, para possibilitar uma comparação:

(51)

PROPRIEDADES QUANTO À TEORIA DA LIGAÇÃO		
PROPRIEDADES	DP LEXICAIS	ECS
[+ anafórico, – pronominal]	Anáforas	t
[– anafórico, + pronominal]	Pronomes	pro
[– anafórico, – pronominal]	expressões-R	vbl
[+ anafórico, + pronominal]	*	PRO

Bibliografia adicional

A Teoria da Ligação é um dos pontos centrais do modelo que leva exatamente este nome: Regência e Ligação. Inúmeros trabalhos podem ser consultados sobre este módulo, a começar pelos livros introdutórios anteriormente citados e pela bibliografia lá contida. No entanto, aqui fizemos uma exposição bem conservadora, sem nem mesmo implementar as modificações feitas pelo próprio Chomsky durante a década de 1980. Fizemos também algumas afirmações sobre as quais o leitor possa querer se aprofundar:

1. Sportiche (2000) apresenta algumas evidências de que possessivos podem ser sujeito de DPs. Abney (1987) também traz argumentos para isso;
2. Sobre as definições de Ligação, bem como sua história, talvez fosse o caso de consultar as obras do próprio Chomsky, especialmente (1973) e (1980), esta última em específico sobre Ligação;
3. Há também uma retrospectiva sobre o assunto escrita por Wayne Harbert, em um dos capítulos do livro editado por Webelhuth (1995);
4. Sobre *pro* no PB, pode-se consultar o livro de Figueiredo Silva (1996), o artigo de Duarte (1993) e também Galves (1993), bem como as referências que lá se encontram. Em relação a *pro* como objeto no PB, Cyrino (1997), para uma visão crítica, e Ferreira (2000) devem ser consultados, assim como bibliografia ali citada;
5. Sobre anáforas e o português brasileiro o leitor pode consultar Menuzzi (1999);
6. Há ainda uma boa discussão sobre as propriedades pronominais e anafóricas de PRO no livro *Knowledge of language* de Chomsky, publicado em 1986. Lá também o leitor encontra uma discussão sobre PPs da perspectiva da Teoria da Ligação.

Exercícios

1. Explique os julgamentos sobre a gramaticalidade das seguintes sentenças:

    (1) * O amigo de [João]$_i$ se$_i$ feriu.
    (2) [O amigo de João]$_i$ se$_i$ feriu.
    (3) O amigo de [João]$_i$ o$_i$ feriu.
    (4) * [O amigo de João]$_i$ o$_i$ feriu.

2. Observe as sentenças que se seguem:

    (1) Ele$_i$ afirma que Eurípedes$_i$ esteve aqui.
    (2) Eurípedes$_i$ afirma que ele$_i$ esteve aqui.
    (3) Eurípedes$_i$ afirma que ele se$_i$ comoveu.
    (4) Ele afirma que Eurípedes$_i$ se$_i$ comoveu.

    Marque as sentenças agramaticais e mostre por que as coindexações são (im) possíveis.

3. Reconheça as categorias vazias anotadas nas seguintes sentenças:

    (1) Maria deseja **ec** voar.
    (2) Maria pode **ec** voar.
    (3) Maria espera **ec** voar.
    (4) Maria costuma **ec** voar.

    Para sustentar sua argumentação do reconhecimento, atente para:

    (i) o fato de que as propriedades temáticas dos verbos da sentença principal determinam DSs diferentes para as sentenças;
    (ii) formas diferentes de derivação das sentenças de DS para SS implicam **ec**s diferentes.

4. Identifique as categorias vazias das estruturas que se seguem. Tendo em mente propriedades das **ec**s, explique como as identificou:

    (1) **ec** Consta no processo que Euzina fugiu de casa.
    (2) Quem que **ec** costuma **ec** chegar tarde?
    (3) Eugênio obrigou Eulália a **ec** rezar.
    (4) Quem Eudes ouviu **ec** gritar?
    (5) Maria, **ec** consta que **ec** estava presente.

5. Por que as anáforas estão excluídas da posição sujeito de sentenças matrizes? E por que também estão excluídas da posição sujeito de sentenças encaixadas com I finito ou infinitivo pessoal? Monte alguns exemplos dessa impossibilidade e explique-a com base nas características das anáforas e no Princípio relevante da Teoria da Ligação.

6. Para o funcionamento da Teoria da Ligação, em particular, para identificar o tipo de configuração em que se dá a ligação, utilizamos a noção de c-comando – é ligado o DP que é c-comandado pelo antecedente. No entanto, para a definição de categoria de regência devemos falar de regência, e este conceito implica o uso da noção de m-comando. Explique:

a. por que a noção de m-comando não é adequada para definir as condições em que um DP é ligado? Utilize o exemplo em (i) a seguir para a sua argumentação:
(i) * [O João e o Pedro]$_i$ disserem que [um no outro]$_i$ se$_i$ atiraram.

b. por que a noção de c-comando não é adequada para regência? Pense na questão da atribuição de Casos, onde a definição de regência foi formulada.

c. por que a noção de m-comando também não é adequada com respeito ao Principio C, em uma sentença como (ii)?
(ii) A Maria$_i$ se$_i$ adora.

Notas

[1] *Se* é ambiguo quanto às interpretações reflexiva e reciproca em sentenças como (i):
(i) Os meninos se machucaram
Tanto é possivel a interpretação em que cada menino machucou a si mesmo, quanto aquela em que um menino machucou o outro. No primeiro caso estamos frente ao *se reflexivo* e, no segundo, frente ao *se recíproco*. No texto, entretanto, utilizaremos *se* sempre como reflexivo, exemplificando os reciprocos com *um* P *o outro*.

[2] Relembremos a definição mais tradicional de c-comando, absolutamente equivalente à dada no texto, mas numa outra formulação:
α c-comanda β se e somente se:
(i) α não domina β nem β domina α;
(ii) cada nódulo ramificante γ que domina α também domina β.

[3] Relembremos a definição formal de regência que demos no capitulo "Teoria do Caso":
α rege β se e somente se:
(a) α = X° (ou seja, α é um núcleo lexical N, A, V, P ou α é o núcleo funcional I);
(b) α m-comanda β e β não está protegido de α por uma barreira (= uma projeção máxima) onde m-comando se define como: α m-comanda β se e somente se α não domina β e cada projeção máxima γ que domina α também domina β.

[4] Não é tarde demais para notar que 'estar ligado' é uma condição dupla, por assim dizer: o elemento deve ser c-comandado por algum DP e, além disso, deve portar o mesmo índice que este DP. Portanto, para estar livre, basta que o elemento desrespeite uma das condições: se há um DP com o mesmo índice que ele na construção, não pode haver c-comando; ou, se um certo DP o c-comanda, este DP não deve portar o mesmo índice referencial.

[5] No limite, a diferença entre o DP *o João*$_j$ e o DP t_j pode ser traçada, quando se considera a cláusula (i) de (28), a partir do fato de um ser nulo e o outro ser foneticamente realizado, ou de um ter Caso Nominativo e o outro não, na representação que resulta do movimento; quando se considera a cláusula (ii) de (28), temos lá a flexão que atribui Caso Nominativo.

[6] O termo **teorema** é usado aqui, como na matemática, para captar que (42) é perfeitamente demonstrável ou deduzível de certas premissas e não precisa ser postulado como um **axioma**, termo que faz referência às verdades não demonstráveis de uma teoria. No caso do modelo com que este livro lida, os princípios são formulados como **axiomas**.

Mova α

O conceito de movimento

Neste capítulo, trataremos mais detalhadamente do movimento de constituintes. Já mencionamos nos capítulos anteriores que UG contém um mecanismo que desloca sintagmas de sua posição de base (aquela posição em que ele foi gerado em DS) para alocá-los em outras posições da sentença. Até aqui, utilizamos este mecanismo chamado **mova** α sem nenhuma formalização explícita, mas devemos agora examinar exatamente o que podemos mover e para onde esse deslocamento pode ser efetuado.

Uma pergunta que se coloca antes de mais nada é: o que é **movimento**? A nossa teoria se dispõe, com este conceito, a responder ao fato de os seres humanos serem capazes de interpretar sintagmas que aparecem na sentença em lugares diferentes do lugar em que são marcados tematicamente, como em (1) a seguir:

(1) a. Quem$_i$ que a Maria encontrou t_i?
b. O João$_i$ parece t_i feliz.

Os falantes de PB sabem (ainda que não saibam como formular esse conhecimento) que em (1a) é sobre o objeto do verbo que recai a pergunta; no entanto, o sintagma objeto da sentença não está na posição em que normalmente se encontram os objetos em PB, que é à direita do verbo: *quem* ocupa a posição mais alta da árvore, Spec CP. O mesmo acontece com (1b) – você deve lembrar do capítulo "Teoria Temática" que o DP *o João* não é argumento de *parece* mas de *feliz*. Assim, diremos que o sintagma foi movido do lugar onde foi gerado por meio de mova α.

Devemos também pensar sobre que tipo de elemento pode ser α: já falamos de movimento de núcleos – o verbo que se move para I, por exemplo – e também

de movimento-A de DPs, o caso do movimento de um argumento de V para Spec IP. Falamos também do movimento de sintagmas interrogativos, o movimento A-barra, que pode contemplar DPs, PPs. Estudaremos cada um desses valores de α em separado e com algum detalhe, a fim de aprofundarmos o conhecimento que já temos dos diferentes tipos de movimento.

Neste estudo mais acurado, reservaremos especial atenção ao movimento WH, porque é a este tipo de movimento que está consagrada grande parte da literatura gerativista dos anos 1980. E não é para menos: uma quantidade enorme de fenômenos foi observada nas línguas e entre as línguas; é impressionante a consistência com que as generalizações se mantêm. Ao fim desse estudo sobre cada tipo de movimento, examinaremos o que há de comum em todos eles e a atuação de princípios e parâmetros da gramática que servem para explicar as diferenças intra e interlínguas.

Duas preocupações principais vão nos guiar aqui. A primeira é como formular uma série de restrições de localidade que pesam sobre a operação mova α dependendo do tipo de movimento e da configuração sintática que podemos atribuir às diversas construções. A segunda é articular a teoria do movimento com a noção de regência, tendo em vista o tipo e a distribuição das categorias vazias que estão em jogo: o vestígio, uma categoria definida pelos traços [-pronominal, +anafórico], e a variável, definida como uma categoria [-pronominal, -anafórica]. Lembremos que apenas as categorias vazias resultantes de movimento são definidas pelo traço [-pronominal], o que nos faz crer que esta é uma propriedade importante do fenômeno sintático que é o movimento.

Finalmente, e em parte como consequência da discussão anterior, reservamos uma palavra sobre certas características das línguas humanas que nos obrigam a postular a existência do nível de representação que chamamos de Forma Lógica (LF, de *Logical Form*).

Movimento de núcleos

Vimos que os verbos, da sua posição de base dentro do VP, devem se deslocar para I a fim de se completarem morfologicamente. Neste caso, dissemos que o verbo se move deixando uma **ec** em sua posição original, representada em (2) por *t*:

(2) a. $[_{IP}$ *pro*$_{expl}$ parece$_i$ $[_{VP}$ t_i $[_{CP}$ que a Maria beijou o João]]]
b. $[_{IP}$ *pro*$_{expl}$ aconteceu$_i$ $[_{VP}$ t_i um acidente]]

Estamos aqui movendo um núcleo para uma posição de núcleo, e não é possível fazer de outro modo: nenhuma posição de especificador, que só pode conter projeções máximas, poderia receber V, ou seja, só I pode responder pela completude morfológica do verbo. E neste modelo é esta mesma a razão do movimento: é obrigatório que o verbo se mova para a flexão para obtermos uma palavra bem formada em PB.

Note que estamos marcando a **ec** do movimento de núcleo com o mesmo símbolo que utilizamos quando definimos o vestígio no capítulo "Teoria da Ligação" e dizer que a **ec** dentro do VP é um vestígio tem suas implicações: vimos que esta **ec** se define pelos traços [+anafórico, -pronominal], exatamente como as anáforas lexicais. Assim, esperamos que a **ec** seja c-comandada pelo seu antecedente em um certo domínio de localidade, que para as anáforas se define em termos de categoria de regência. Como podemos formular a mesma intuição de localidade para a relação entre o verbo movido e seu vestígio e averiguar se estas exigências são efetivamente satisfeitas aqui?

Não é difícil mostrar que, em todas as sentenças em que o verbo se move para I, desta posição ele c-comanda seu vestígio em VP – basta observar as árvores que fizemos no capítulo "Teoria X-barra" e aplicar a definição de c-comando.

Mas se V-para-I é o único tipo de movimento de núcleo que as línguas naturais conhecem, será impossível testar se e onde a **ec** deve encontrar seu antecedente. Nestes casos, o antecedente sempre c-comanda seu vestígio de uma posição bastante próxima dele – na verdade, a primeira posição mais alta na árvore. Note que não é possível movimentarmos V para um outro I que não seja aquele que o c-seleciona, porque sempre haverá violação da restrição morfológica que pesa sobre estes itens. Imaginemos o caso de um infinitivo que vai se alojar na flexão matriz, partindo de uma estrutura como (3a); vemos que (3b) é uma estrutura malformada:

(3) a. A Maria $[_I$ -ia] $[_V$ dev-] $[_{InfP}$ $[_I$ -er] [$[_V$ com-] mais verdura]
b. *A Maria comia$_i$ dev- $[_{InfP}$ -er t_i mais verdura]

E mesmo que de algum modo a flexão infinitiva e o verbo matriz se amalgamassem, a sentença resultante ainda seria agramatical, o que mostra que a restrição não é só morfológica.

No entanto, outros movimentos de núcleo são atestados nas línguas naturais: embora em PB coloquial não seja muito comum, é possível mover o verbo para C em exemplos como os de (4), que são de qualquer modo perfeitos no português europeu – lembre-se de que o infinitivo pessoal é uma projeção AgrP:

(4) a. O João garantiu $[_{CP}$ $[_{C}$ terem$]_i$ $[_{AgrP}$ os meninos t_i repetido de ano]].
b. O João lamenta $[_{CP}$ $[_{C}$ terem$]_i$ $[_{AgrP}$ os meninos t_i repetido de ano]].

Evidentemente aqui a razão do movimento não é morfológica, mas tem a ver com o tipo de CP que o verbo matriz c-seleciona. Observe que neste caso *terem* em C c-comanda seu vestígio em I, e também é respeitada uma localidade bastante estrita: o auxiliar está se movendo para a primeira posição de núcleo mais alta na árvore.

Se verbos amalgamados com a flexão podem se mover para C, podemos tentar um outro teste para saber quão longe da sua posição de origem um núcleo pode estar. Em (5) vamos tentar mover para a posição C da sentença matriz um verbo infinitivo ou o particípio encaixado, pois assim teremos um contexto em que o movimento não é local:

(5) a. *$[_{C}$ Comer$]_i$ $[_{IP}$ a Maria $[_{I}$ devia] $[_{InfP}$ t_i mais verdura]].
b. * O João lamenta $[_{C}$ repetido$_i$ $[_{AgrP}$ os meninos $[_{Agr}$ terem] t_i de ano].

Aqui os verbos *comer* e *repetido* c-comandam seus vestígios, mas as sentenças resultantes são agramaticais. O problema então é efetivamente de outra natureza: um núcleo só pode se mover para a primeira posição de núcleo mais alta na árvore; na verdade, o movimento de *comer* em (5a) ultrapassa pelo menos duas posições de núcleo intermediárias: o núcleo V que aloja o vestígio de *dev(er)* e a flexão que recebe este verbo dando-lhe a forma *devia*. Algo muito parecido se passa em (5b), com o movimento do particípio por sobre pelo menos a posição de núcleo Inf do InfP. Assim, é inevitável concluir que alguma exigência forte de localidade deve pesar sobre estas estruturas, exatamente como pesa sobre as anáforas no reino dos nominais. Formularemos a generalização conhecida como "Restrição de Movimento de Núcleo" (*Head Movement Constraint*, HMC) em (6):[1]

(6) RESTRIÇÃO DE MOVIMENTO DE NÚCLEO (HMC)

Um núcleo só pode se mover para a primeira posição de núcleo que o c-comande.

Observe que estamos enunciando uma generalização, não uma explicação para as sentenças agramaticais de (5); em particular, não estamos esclarecendo o porquê da agramaticalidade. Nas próximas seções, quando examinarmos os movimentos A e A-barra em consonância com o Princípio das Categorias Vazias, será possível entendermos melhor a natureza dessa restrição.

Cumpre notar que as línguas naturais também têm outros tipos de movimento de núcleo, todos eles se conformando à generalização em (6). Um caso que já comentamos ao longo deste livro é a cliticização pronominal nas línguas românicas, exemplificado no PB em (7):

(7) a. A Maria me$_i$ encontrou t_i ontem.
b. O João se$_i$ barbeou t_i.

Primeiramente, note que, se estamos lidando com movimento de núcleo, devemos dizer que o que define o tipo de movimento é a posição de chegada dele, o que parece também confirmado pelos movimentos A e A-barra.

Não entraremos aqui na formulação exata do que está acontecendo com estes elementos, que saem da posição de complemento de V, uma posição de projeção máxima, e chegam a uma posição de núcleo, como I. Salientaremos somente que é esta propriedade – a de começar a sua história como XP e de terminar como X – que torna os clíticos os elementos especiais que eles são, e que nos faz reservar tratamento especial e muita literatura para eles.

Aqui, devemos mostrar que de fato estamos falando de um tipo de incorporação de núcleos, isto é, devemos mostrar que o clítico vai se amalgamar ao conjunto morfológico verbo+flexão, na posição I.

O leitor deve lembrar, das discussões do capítulo "Teoria X-barra" sobre os núcleos funcionais da sentença, que o núcleo da projeção NegP é *não*. Chamaremos a sua atenção agora para o fato de que *não* pode ter duas pronúncias diferentes no PB, grosseiramente /num/ átono e /nãu/ tônico; no entanto, a primeira dessas pronúncias só é possível em contextos sintáticos como (8a), jamais quando a negação aparece isolada como em (8b) ou separada do verbo por um advérbio como em (8c):

(8) a. A Maria /num/ veio.
b. * /num/, a Maria veio sim.
c. * A Maria /num/ mais veio.
(cf. ?A Maria não mais veio aqui)

Vamos admitir que a pronúncia diferente de *não* é indício de que temos em (8a) um núcleo que se amalgama ao verbo. Então é possível concluir que o clítico está também amalgamado a este complexo de núcleos em construções como (9), já que ele aparece entre a negação e o verbo, uma posição impossível para uma projeção máxima como mostrou a agramaticalidade de (8c):

(9) Eu [$_i$ /num/ te$_i$ vi] t_i na festa.

Se de fato este é um movimento de núcleo, é esperado que ele respeite o HMC, ainda que outros processos da gramática possam mascarar seus efeitos. Vamos examinar um fenômeno conhecido na literatura como *clitic climbing* ("escalada" do clítico), que tem por resultado exibir junto ao verbo matriz o clítico que é complemento do verbo infinitivo encaixado. Em (10a) e (10c), o clítico *me* aparece junto ao verbo encaixado e as sentenças são gramaticais. Contudo, em (10b) e (10d) o clítico está junto ao verbo matriz e o resultado é que (10b), embora bastante marginal em PB, fato que estamos marcando com a presença de duas interrogações, ainda é aceitável; já em (10d) temos uma sentença agramatical. O que nos interessa aqui é o contraste entre a marginalidade de (10b) e a impossibilidade completa de (10d):

(10) a. O João pode me$_i$ encontrar t_i amanhã.
b. ??O João me$_i$ pode encontrar t_i amanhã.
c. O João pode não me$_i$ encontrar t_i amanhã.
d. *O João me$_i$ pode não (t_i) encontrar t_i amanhã.

Devemos primeiramente fazer uma observação sobre os tipos de construção nos quais é possível, mesmo que marginalmente, efetuar *clitic climbing*: nada pode interferir entre os dois verbos, talvez porque eles sofram um processo de reestruturação que os torna um complexo verbal único. Quando temos a negação na sentença infinitiva, mesmo que postulemos que esse núcleo negativo também se move para o núcleo flexional formando um complexo [não+me+encontrar], como em (9), a presença mesma desta projeção máxima NegP, que tem como núcleo *não*, impede a fusão dos dois verbos. Neste caso, temos uma posição de núcleo na sentença encaixada – o Inf – que hospedará a negação *não* e que pode também hospedar o clítico, como vemos em (10c). Vamos admitir que o clítico, como qualquer núcleo, uma vez incorporado não pode se excorporar, ou seja, não pode abandonar aquele complexo e movimentar-se sozinho da posição marcada em (10d) como (t_i). Assim, encontramos uma explicação para (10d): segundo HMC, o clítico, que deve se mover para a primeira posição de núcleo na estrutura, está em (10d) tentando se mover para uma posição mais alta na árvore, saltando várias posições de núcleo. Note que em (10a) o movimento não é barrado porque o processo de reestruturação "elimina" as posições de núcleo existentes entre os dois verbos. Assim, *clitic climbing* ainda seria possível em PB em (10b) porque, estando os verbos amalgamados, o clítico não pula nenhuma posição de núcleo; por outro lado, a presença do *não* explicita que não houve reestruturação (isto é, amálgama entre os dois verbos) e o movimento do clítico estaria sendo efetuado por cima de posições de núcleo.

Por fim, o movimento de núcleo produz como resultado cadeias nucleares. Elas se caracterizam por conterem posições X^0 (de núcleos) na cabeça e na cauda. Os elementos que entram na composição desse tipo de cadeia são exclusivamente núcleos. Elementos como sintagmas não podem participar dessas cadeias.

Movimento A

Já vimos que em construções com verbos que têm argumento externo, é ele que deve sofrer movimento para a posição sujeito da sentença, Spec IP, a fim de receber Caso Nominativo, como vemos em (11):

(11) a. *Beijou a Maria o Pedro.
b. A Maria$_i$ beijou t_i o Pedro.

(11a) mostra que se o DP *a Maria* não se move da posição A em que não tem Caso, a sentença resultante é agramatical. Porém, se ele se move, como representamos em (11b), vamos ter uma sentença gramatical.

Vimos também no capítulo "Teoria Temática" que as construções inacusativas, de que são exemplos a passiva ou as estruturas de alçamento com o verbo *parecer*, são igualmente derivadas por movimento de um DP. Exemplificamos respectivamente em (12) e (13) essas duas construções:

(12) a. *Foi destruída a cidade pelos inimigos.
b. A cidade$_i$ foi destruída t_i pelos inimigos.

(13) a. *Parece a Joana enfrentar os problemas com bravura.
b. A Joana$_i$ parece t_i enfrentar os problemas com bravura.

Nos exemplos acima, um DP é movido de uma posição A: em (12), da posição de argumento interno do particípio; em (13), da posição de argumento externo do verbo da sentença infinitiva complemento de *parecer*. Todos os movimentos se efetuam para uma posição A, Spec IP, para o DP obter Caso. Nas representações em (b) temos uma **ec** do tipo [+anafórica, -pronominal]. Esta **ec**, como vimos no capítulo "Teoria da Ligação", se comporta como uma anáfora lexical. O leitor pode conferir (desenhando as árvores) que, nas estruturas (b), o DP

movido c-comanda o seu vestígio; e como este movimento visa a obtenção de Caso, a relação final sempre se dá no domínio sintático em que se encontra o regente da ec – um primeiro passo para estabelecer a sua categoria de regência.

A questão é que, se a **ec** em jogo é do tipo [+anafórica, -pronominal], sabemos que c-comando não é suficiente para explicar as restrições a que está submetido o movimento A. É necessário estabelecer algum tipo de restrição de localidade também para este tipo de movimento. Do que vimos acontecer com o movimento de núcleos, é de esperar que o movimento do DP esteja restrito ao primeiro Spec IP mais alto na árvore. É o que nos mostra (14):

(14) a. Parece que os meninos costumam dormir em pé.
b. $[_{IP}$ *pro*$_{expl}$ parece que $[_{IP}$ os meninos$_i$ costumam $[_{InfP}$ t_i dormir em pé]]]
c. *Os meninos parecem que costuma dormir em pé.
d. *$[_{IP}$ Os meninos$_i$ parecem que $[_{IP}$ *pro*$_{expl}$ costuma $[_{InfP}$ t_i dormir em pé]]]

Em (14a), a posição sujeito de *parece* está preenchida por um pronome nulo expletivo, presente para a satisfação do EPP. Além disso, o DP *os meninos* se move do Spec InfP da sentença infinitiva, onde não dispõe de Caso, para o Spec IP da primeira sentença mais alta na árvore, recebendo aí Nominativo da flexão de *costuma*. Na representação resultante do alçamento de *os meninos*, como mostrado em (14b), o vestígio atende ao Princípio A: o antecedente de t_i se encontra na categoria de regência deste vestígio t_i, o IP encaixado, que é o menor XP onde se encontra o próprio vestígio, o seu regente e um sujeito diferente do vestígio e que não o contém. Porém, (14c) é agramatical. Como se vê em (14d), a agramaticalidade de (14c) é devida ao fato de o DP *os meninos* "saltar" o Spec IP encaixado em seu movimento para o Spec IP matriz. Este fenômeno é conhecido na literatura como *Super Raising* ("super alçamento"). A configuração resultante do *super raising* de *os meninos* faz com que t_i não atenda ao Princípio A: embora o antecedente *os meninos* c-comande t_i, ele se encontra fora da categoria de regência de t_i, que se fecha no IP encaixado, onde está o próprio vestígio, o seu regente e um sujeito independente (que é o *pro*$_{expl}$).

No entanto, em certos casos, o movimento do DP parece poder atravessar uma posição de especificador intermediária, indo se alojar no Spec IP matriz, e o resultado ainda é gramatical:

(15) a. $[_{IP}$ Os meninos$_i$ parecem $[_{InfP}$ ter sido vistos t_i no cinema]].
b. $[_{IP}$ Os meninos$_i$ costumam $[_{InfP}$ parecer [t_i doentes em dia de prova]]].

Nestes casos, um Spec – o do InfP da sentença infinitiva – parece estar sendo saltado no caminho que faz o DP *os meninos* em direção ao Spec IP matriz.

O que diferencia uma estrutura como (14d) das apresentadas em (15)? A diferença mais visível é que as sentenças intermediárias de (15) são infinitivas, enquanto as de (14) são sentenças finitas. Quando estamos às voltas com uma sentença finita, a flexão em I dispõe de um Caso para atribuir ao elemento em Spec IP; quando, entretanto, lidamos com infinitivos não flexionados, nenhum Caso está disponível no Spec InfP infinitivo. Assim, nenhum DP pronunciado pode permanecer nesta posição, como vimos no capítulo "Teoria do Caso". Porém, nada impede que um DP lexical passe por ela em seu caminho para outra posição mais alta na árvore.

Então, uma maneira de explicar o contraste é dizer que em (15) os DPs não se movem diretamente para o Spec IP matriz, isto é, não efetuam um único movimento longo saltando por sobre o Spec InfP intermediário; o caminho que eles fazem é com (pelo menos) dois passos curtos – um da posição onde está *t* nos exemplos até o Spec InfP intermediário e outro desta posição ao Spec IP matriz. Assim, a representação mais adequada para (15) está em (15') a seguir – é possível que (15'a) envolva ainda mais passos, dada a presença também do auxiliar *ser*:

(15') a. $[_{IP}$ Os meninos$_i$ parecem $[_{IP}$ t'_i ter sido vistos t_i no cinema]].
b. $[_{IP}$ Os meninos$_i$ costumam $[_{IP}$ t'_i parecer [t_i doentes em dia de prova]]].

Estamos, portanto, afirmando uma propriedade muito importante do movimento A: ele deve ser **cíclico**, isto é, deve se fazer por pequenos passos, sempre respeitando um certo domínio de localidade. Esta restrição que pesa sobre o movimento A é muito parecida com a que pesa sobre o movimento de núcleos: também lá, o movimento só pode ser feito em pequenos passos, isto é, o movimento dos núcleos também é cíclico, que é a intuição que o HMC capta. E, tendo em vista a Teoria da Ligação, o movimento cíclico preserva a condição de localidade que pesa sobre os vestígios enquanto anáforas que são e os salva frente ao Princípio A.

Obviamente, não podemos enunciar para o movimento A a mesma generalização que enunciamos para o movimento dos núcleos, por razões óbvias: projeções máximas devem se mover para posições capazes de abrigar projeções máximas. Ainda assim, poderíamos dizer, com respeito aos DPs que se movem para posições A, algo muito parecido com o que dissemos em (6) para os núcleos: um DP só pode se mover para a primeira posição Spec IP mais alta na árvore, posição de onde ele vai c-comandar o seu vestígio. O movimento A produz as chamadas

cadeias A que se caracterizam por terem na cabeça um DP em posição marcada por caso e na cauda um vestígio (ou mais de um) em posição sem caso, ambos em posição A.

A pergunta que podemos colocar agora é: será que também o movimento A-barra é sensível ao mesmo tipo de restrição de localidade? Vamos discutir essa questão na próxima seção.

Movimento A-barra

Já examinamos nos capítulos anteriores o movimento de sintagmas WH em frases simples como as que vemos em (16):

(16) a. Pra quem$_i$ que a Maria deu o presente t_i ?
b. O que$_i$ que a Maria viu t_i ?
c. Quem$_i$ que t_i viu a Maria?
d. Quando$_i$ que a Maria encontrou o Pedro t_i ?

Observemos inicialmente que tanto argumentos, como (16a,b,c), quanto adjuntos, como (16d), podem ser movidos. Observe também que o movimento WH não faz restrições ao tipo categorial do sintagma em jogo: podemos ter um PP, como em (16a), um DP como em (16b,c) ou seja qual for a categoria a que pertencem os advérbios em geral, como em (16d). Portanto, ao contrário do movimento A, que só move DPs, o movimento A-barra é indiferente ao estatuto categorial do elemento movido. Contudo, movimentos A e A-barra partilham a exigência de que o elemento movido seja uma projeção máxima, ao contrário do movimento de núcleos, que afetam apenas as projeções mínimas.

Como os outros tipos de movimento que examinamos, este também deixa uma **ec** na posição de origem. No entanto, é tempo de sermos mais precisos a este respeito, porque a **ec** deixada pelo movimento A-barra é diferente daquela deixada pelo movimento A ou pelo movimento de núcleos. Vimos que a **ec** deixada pelo movimento A se define como [+anafórica, -pronominal], partilhando assim as características de anáfora. De modo paralelo, vimos que a **ec** deixada pelo movimento de um núcleo também tem essas propriedades. Por seu turno, a **ec** deixada pelo movimento A-barra é mais bem definida como [-anafórica, -pronominal]. Seria melhor, por isso, simbolizá-la de outro modo, mas para seguir a notação existente na literatura, continuaremos utilizando *t* para simbolizar qualquer **ec** produzida pelo movimento.

Como vimos no capítulo "Teoria da Ligação", esta categoria é uma **variável**. Aproveitamos também para emprestar o termo **operador**, com que vamos designar um sintagma WH. A relação que se estabelece entre o operador e a variável é de quantificação, de modo que o operador fixa o valor da variável. A variável deve escolher seu valor dentre as possibilidades abertas pelo operador. Assim, um operador como *quem* exige que busquemos o valor para a variável varrendo o conjunto das pessoas; já um operador como *onde* exige que o valor para a variável seja encontrado no conjunto dos lugares.

A combinação de traços [-anafórico, -pronominal], que define a variável, é a mesma que define as expressões-R. Portanto, o que esperamos deste tipo de **ec** é que ela seja A-livre. Como o movimento de sintagmas interrogativos se dá sempre para Spec CP, uma posição A-barra, fora do domínio onde são satisfeitas as exigências gramaticais (por exemplo, Caso e papel θ), não esperamos problemas com a aplicação do Princípio C da Teoria de Ligação, que lida com dependências no domínio A.

Ainda assim, devemos investigar se a variável deve manter com o seu operador algum tipo especial de relação estrutural. As estruturas de movimentos A ou de núcleo sempre exigem que o elemento movido c-comande a sua ec. E no caso do movimento A-barra? O leitor pode observar que, nos exemplos de (16) e nos de (17) a seguir, a exigência de c-comando é satisfeita, já que o operador WH no Spec CP matriz efetivamente c-comanda a sua variável:

(17) a. Quem$_i$ que a Maria beijou t_i?
b. Quem$_i$ que a Ana disse que a Maria beijou t_i?
c. Quem$_i$ que o Pedro pensa que a Ana disse que a Maria beijou t_i?
d. Quem$_i$ que o Pedro pensa que a Ana disse que o João acha que a Maria beijou t_i?

O que (17) apresenta de interessante é que, respeitada a exigência de c-comando da variável pelo seu operador, a "distância" entre o sintagma movido e a **ec** pode ser aparentemente imensa: em (17d), temos três CPs encaixados marcando a distância. A interrogação recai sobre um argumento da sentença mais baixa, mas a posição do sintagma WH é o Spec CP mais alto, o que significa que a pergunta tem escopo sobre toda a sentença.

O próximo passo então é verificar se não pesa sobre o movimento A-barra nenhum tipo de restrição de localidade. Se este tipo de movimento se parece com os outros que examinamos nas seções anteriores, é de esperar que sim. Como se formularia a localidade em jogo aqui? Se o movimento WH se faz para posições

Spec CP, nós devemos pensar que movimento local é aquele que se realiza para a primeira posição superior de Spec CP. Mas como é possível que as sentenças (17b, c) sejam bem formadas se *quem* está tão distante? A resposta está na forma como *quem* se move: como você pode ver na representação em (18) que o DP sai de sua posição de base, marcada por *ti*, passa primeiro pelo Spec CP de sua sentença, onde deixa *t'*, depois passa pelo Spec CP da sentença que contém o predicado *acha*, passagem sinalizada aqui por *t''*, daí vai para o Spec CP da sentença com o verbo *disse*, que contém *t'''*, para finalmente se alojar no Spec CP mais alto da construção:

(18) $[_{CP}$ Quem$_i$ que o Pedro pensa $[_{CP}$ t'''_i que a Ana disse $[_{CP}$ t''_i que o João acha $[_{CP}$ t_i que a Maria beijou t_i]]]]?

Podemos dizer, então, que o movimento é cíclico, pois ele se faz por pequenos passos, mesmo quando parece muito longo. A questão é saber se de fato essa é a única possibilidade para obtermos sentenças gramaticais com movimento A-barra; dito de outro modo, a questão é saber se alguma sentença gramatical é capaz de exibir uma relação operador/variável que não seja local. Se o movimento não puder ser cíclico, a sentença resultante será obrigatoriamente agramatical como com os movimentos A e de núcleo?

Para responder essa questão, vamos examinar a sentença em (19a), com a estrutura correspondente em (19b):

(19) a. ? Que livro$_i$ você perguntou onde a Maria comprou t_i?
b. $[_{CP}$ Que livro$_i$ $[_{IP}$ você perguntou $[_{CP}$ onde $[_{IP}$ a Maria comprou t_i]]]]?

A sentença em (19a) não é completamente gramatical, por isso colocamos um ponto de interrogação na frente dela. Mas ela é fundamentalmente bem formada em português. E podemos ver na estrutura em (19b) que o sintagma WH *que livro* está se movendo da sentença encaixada diretamente para a posição Spec CP matriz. O movimento tem que ser direto porque o Spec CP encaixado está ocupado por outro sintagma WH, *onde*.

Por isso, somos levados a reconhecer que o elemento WH movido não é obrigado a passar por todas as posições Spec CP que estão pelo caminho. Pelo menos uma ele pode "saltar", mesmo que a sentença resultante tenha problemas de aceitabilidade, como é o caso de (19a), onde o WH movido é o complemento do verbo *comprar*. Note, porém, que os problemas de aceitabilidade se acentuam se movemos um adjunto do VP encaixado, como mostra (20):

(20) a. *Onde$_i$ você perguntou que livro a Maria comprou t_i?
b. $[_{CP}$ Onde$_i$ $[_{IP}$ você perguntou $[_{CP}$ que livro $[_{IP}$ a Maria comprou t_i]]]]?

O asterisco aqui traduz o fato de que não conseguimos interpretar (20a) como uma pergunta sobre o lugar da compra.

Para completar o quadro, consideremos ainda (21):

(21) a. *Que livro você encontrou o autor que escreveu t_i?
b. $[_{CP}$ Que livro$_i$ $[_{IP}$ você encontrou $[_{DP}$ o autor $[_{CP}$ que $[_{IP}$ escreveu t_i]]]]]?

Em (21a), não conseguimos mover o complemento WH do verbo *escreveu* para o Spec CP matriz saltando por cima de um CP e de um DP. Isto é, não conseguimos extrair nem mesmo uma expressão WH complemento do verbo de dentro de uma relativa. Uma relativa é uma ilha de onde não se pode extrair uma expressão WH interrogativa.

Resumindo, apresentamos o seguinte quadro descritivo:

1. O movimento A-barra é liberado localmente para o primeiro Spec CP ou para Specs de CP mais altos desde que seja realizado ciclicamente.
2. O movimento A-barra é permitido por cima de um CP especificado desde que o WH extraído seja um argumento do verbo.
3. O movimento A-barra é proibido se a expressão WH é extraída de domínios conhecidos como ilhas.

Para dar conta desse quadro, recorre-se a dois módulos da gramática: o primeiro é o da Regência, em particular o Princípio das Categorias Vazias (ECP – *Empty Category Principle*); e o segundo é o da Subjacência.

O módulo da Regência é acionado para determinar as propriedades essenciais que regulam a ocorrência das **ecs**. Assim, como vimos no capítulo "Teoria da Ligação", as **ecs** [+pronominais] só podem ocorrer em contextos em que são identificadas: o prozinho na posição de sujeito, identificada pela flexão finita; o prozão nas outras posições de sujeito, identificadas por não serem regidas. Por outro lado, as **ecs** [-pronominais] só podem ocorrer em posições que são apropriadamente regidas.

Note que as **ecs** que resultam de movimento são todas [-pronominais]: este é o caso do vestígio de um núcleo movido, do vestígio de um DP movido para uma posição A e da variável que resulta do movimento de um XP para uma posição A-barra. Categorias vazias com o traço [-pronominal] devem ocorrer em posi-

ções propriamente regidas. É uma posição como essa que resulta da aplicação da definição em (22):

(22) REGÊNCIA APROPRIADA:

α rege apropriadamente β se e somente se:
(i) α rege tematicamente β (isto é, α rege β e lhe atribui papel θ); ou
(ii) α rege β por antecedência.

O conceito de regência temática é intuitivamente claro, mas a definição de regência por antecedência deve ser explicitada:

(23) REGÊNCIA POR ANTECEDÊNCIA

α rege por antecedência β se e somente se:
(i) α e β estão coindexados;
(ii) α c-comanda β e β não está protegido de α por nenhuma barreira;
(iii) não existe nenhum outro elemento do mesmo tipo de α que c-comande β mas não c-comande α.

Dado que os contextos de ocorrência de uma ec [-pronominal] são muito mais restritos do que os que permitem a ocorrência de uma categoria pronunciada, a Regência Apropriada é muito mais restritiva do que a regência (normal), que revemos a seguir em (24):

(24) REGÊNCIA

α rege β se e somente se:
(i) $\alpha = X^0$ (ou seja, α é um núcleo lexical N, A, V, P ou α é o núcleo funcional I);
(ii) α m-comanda β e β não está protegido de α por uma barreira (= projeção máxima).

Comparando a cláusula (i) de (22) com a de (24), vemos que a primeira definição é muito mais restritiva que a segunda. A cláusula (i) de (22) exige que o núcleo regente seja um núcleo lexical, enquanto a de (24) abre as portas para acomodar núcleos funcionais. Por sua vez, a cláusula (ii) de (22) integra à noção de regência a ligação local que vai valer para os vestígios de núcleos (= antecedente na primeira posição de núcleo acima), vestígios de DPs movidos para posições A (= antecedente no primeiro Spec IP acima) e variáveis de XPs movidos para posições A-barra (= antecedente no primeiro Spec CP acima). Observe ainda que a definição em (22) contém duas cláusulas em disjunção, o que significa que basta que uma das cláusulas seja satisfeita para que a categoria vazia [-pronominal] seja apropriadamente regida. Resta saber se vestígios e variáveis individualmente aceitam obedecer qualquer uma das cláusulas ou se, ao contrário, cada uma dessas ecs deve satisfazer uma exigência específica.

O ECP é o princípio que regula a ocorrência de uma **ec** [-pronominal]:

(25) ECP

Uma **ec** [-pronominal] tem que ser apropriadamente regida.

Regulando a ocorrência desse tipo de categoria vazia, o ECP regula indiretamente o movimento.

Vamos aplicar essas definições primeiramente aos vestígios de núcleo e aos vestígios de movimentos para posição A, para depois voltarmos ao movimento A-barra, que é o que nos importa nesta seção. Comecemos pelo movimento de núcleo retomando os exemplos de (3), repetidos em parte como (26):

(26) a. A Maria $[_{I}$ -ia] $[_{V}$ dev-] $[_{InfP}$ $[_{I}$ -er] [$[_{V}$ com-] mais verdura]
b. A Maria $[_{I}$ devia$_{i}$] $[_{V}$ t_{i}] $[_{InfP}$ $[_{Inf}$ comer$_{k}$] [$[_{V}$ t_{k}] mais verdura]
c. A Maria devia comer mais verdura.
d. A Maria $[_{I}$ comia$_{i}$] $[_{V1}$ dever$_{k}$] $[_{InfP}$ $[_{Inf}$ t_{k}] [$[_{V2}$ t_{i}] mais verdura]
e. *A Maria comia dever mais verdura.

(26c) é uma sentença gramatical, pois, como mostramos em (26a,b), os vestígios dos núcleos verbais *dever* e *comer* são apropriadamente regidos: eles são regidos pelos antecedentes em I e Inf respectivamente. Neste caso, todas as exigências de (22) e (23) são atendidas. Isto valida os movimentos dos núcleos. Entretanto, (26e) é agramatical porque o vestígio t_i de *com-* não é apropriadamente regido: entre seu antecedente em I e ele em V2 há a interferência de dois núcleos (V1/*dever* e Inf/t_k). Isto invalida o movimento de *com-* para I, anotado em (26d). Observe que a Regência por Antecedência é o que garante a gramaticalidade para o movimento dos núcleos, já que neste caso não seria possível falar de regência temática.

No entanto, no caso do movimento A, seria possível falarmos tanto em regência temática quanto em regência por antecedência. Retomemos (14) como (27) para mostrar como o ECP interage com o movimento A:

(27) a. Parece que os meninos costumam dormir em pé.
b. $[_{IP}$ *pro*$_{expl}$ parece que $[_{IP}$ os meninos$_i$ costumam $[_{InfP}$ t_i dormir em pé]]]
c. *Os meninos parecem que costuma dormir em pé.
d. *$[_{IP1}$ Os meninos$_i$ parecem que $[_{IP2}$ *pro*$_{expl}$ costuma $[_{InfP}$ t_i dormir em pé]]]

(27a) é uma sentença gramatical porque *os meninos* foi movido para o primeiro Spec IP disponível. O vestígio deixado por este movimento atende ao ECP, uma vez que é regido por antecedência. Porém, (27c) é agramatical: *os meninos* foi movido para IP1 saltando uma posição de mesma natureza, Spec IP2. O vestígio produzido por este movimento não é regido por antecedência; contudo, ainda haveria a possibilidade de ele ser regido por um núcleo lexical atribuidor de papel temático, pois o DP argumento de *dormir* recebeu papel θ dentro da projeção do VP. Por que o ECP não pode ser respeitado aqui por meio da cláusula (i)?

É importante termos em conta aqui da diferença que existe entre vestígios (uma categoria vazia [+anafórica, -pronominal] e variáveis (que é um tipo de categoria vazia [-anafórica, -pronominal]). Sendo uma **ec** anafórica, o vestígio (seja do movimento de núcleo, seja do movimento A) deve respeitar uma exigência de localidade bastante estrita: ele deve ser ligado dentro da sua categoria de regência. Isso quer dizer que, apesar de em princípio poder usufruir da cláusula de regência temática do ECP, na verdade essa cláusula só vai ser relevante se a cada passo o movimento do vestígio respeitar o Princípio A da Teoria de Ligação. Assim, embora (27d) respeite o ECP – porque respeita a cláusula (i) de (22) –, essa sentença é agramatical porque o vestígio t_i não está sendo ligado em sua categoria de regência, que é IP2: neste domínio não há nenhum DP coindexado com ele que possa lhe servir de antecedente e assim o vestígio não é ligado na sua categoria de regência, resultando em agramaticalidade da sentença.

Por fim, voltemos ao movimento A-barra. Lembremos primeiramente que, por conta de aqui estar em jogo uma **ec** [-anafórica, -pronominal], isto é, uma variável, não são pertinentes as exigências do Princípio A da Teoria da Ligação, mas as do Princípio C, que requer que essa **ec** seja livre em todo o domínio A do movimento. Tendo isso em mente, consideremos as interrogativas indiretas em (28):

(28) a. A Maria não sabe $[_{CP}$ o que$_i$ que a Ana comprou t_i ontem].
b. A Maria não sabe $[_{CP}$ quando$_k$ que a Ana comprou o carro t_k].

Em (28a), o sintagma WH *o que* foi movido da sua posição de complemento do verbo encaixado para o Spec CP da sua própria sentença. Aqui, a **ec** na posição de base é regida pelo núcleo que lhe atribui papel θ: se tomarmos a definição em (24),

o verbo *comprou* em (28a) faz parte dos núcleos regentes e claramente o verbo m-comanda (na verdade, c-comanda) o seu complemento. Portanto, a cláusula (i) de (22) está satisfeita, o ECP é respeitado e a **ec** é legitimada. E, embora não seja necessário porque o ECP já está satisfeito, esta variável também é regida por antecedência, porque o antecedente em Spec CP está coindexado e c-comanda a variável, e não existe barreira entre eles. Adicionalmente, nenhum outro operador está disponível neste domínio para c-comandar esta variável e, além disso, observe que a variável é A-livre em todo o domínio.

Em (28b), é o sintagma WH *quando* que foi movido para o Spec CP intermediário. A **ec** se encontra numa posição adjunta ao VP e por ser um adjunto, ela não recebe papel θ do verbo; portanto, a cláusula (i) de (22) não pode ser satisfeita. Assim, uma **ec** na posição de adjunto só satisfaz o ECP se obedece a cláusula (ii), a regência por antecedente. Como o leitor pode conferir em (28b), *quando* no Spec CP intermediário se qualifica como antecedente: há coindexação entre *quando* e sua variável e *quando* c-comanda t_k, pois t_k é dominado pelo irmão de *quando*, que é C' (desenhar a árvore vai ajudar a ver esse ponto com mais clareza). Observe adicionalmente que não há barreira entre *quando*, em Spec CP, e a sua variável, adjunta a VP, pois a única projeção máxima que intervém entre eles é IP, que não se qualifica como barreira. Tampouco o VP poderia contar como barreira porque é só um segmento dele que está entre o operador e a variável. Finalmente, não há outro operador para c-comandar esta variável e nem há um elemento que possa ligá-la numa posição A.

Consideremos ainda sentenças que envolvem movimento cíclico de WH:

(29) a. $[_{CP}$ Quem$_i$ que o Pedro pensa $[_{CP}$ t'''_i que a Ana disse $[_{CP}$ t''_i que o João acha $[_{CP}$ t_i que a Maria beijou t_i]]]]? (=18)
b. $[_{CP}$ Quando$_i$ que o Pedro pensa $[_{CP}$ t'''_i que a Ana disse $[_{CP}$ t_i que a Maria beijou João t_i]]]]? (=18)

Podemos ver facilmente que a cláusula (i) de (22) é obedecida em (29a), já que o movimento de *quem* deixa um vestígio t_i na posição de argumento interno do verbo *beijar*. Ao mesmo tempo, a cláusula (ii) de (22) também é obedecida porque cada vestígio t_i é regido por antecedência. Portanto, o ECP é satisfeito aqui. Já em (29b), a cláusula (i) de (22) é violada, pois o movimento de *quando* deixa um vestígio t_i em posição de adjunto, que não é marcada por nenhum papel θ. Entretanto, dado o movimento cíclico, cada vestígio t_i (incluindo este primeiro) é regido por antecedência. Note ainda que em nenhuma das duas sentenças há qualquer elemento em posição A com o mesmo índice referencial que o WH

movido, o que garante a boa formação de todas as categorias vazias envolvidas na construção frente ao Princípio C.

Vamos agora ver como o ECP explica os contrastes de gramaticalidade dos exemplos em (30):

(30) a. ? $[_{CP}$ Que livro$_i$ $[_{IP}$ você perguntou $[_{CP}$ onde$_k$ $[_{IP}$ a Maria comprou t_i $t_k]]]]$? (=19)

b. *$[_{CP}$ Onde$_k$ $[_{IP}$ você perguntou $[_{CP}$ que livro$_i$ $[_{IP}$ a Maria comprou t_i $t_k]]]]$? (=20)

Em (30a), a variável t_i ligada pelo argumento deslocado para o Spec CP matriz é regida pelo núcleo lexical que lhe atribui papel θ, o verbo *comprar*, e assim a cláusula (i) do ECP é satisfeita tendo por efeito a legitimação desta **ec**. Por seu turno, ainda em (30a), a variável do adjunto, t_k, mesmo não recebendo papel θ do verbo e, portanto, não podendo satisfazer a cláusula (i) da definição em (22), está sendo regida pelo seu antecedente, o sintagma WH *onde*, que está no Spec CP intermediário, e não há nenhum outro operador neste domínio que c-comande a variável. Assim, esta **ec** obedece à cláusula (ii) do ECP. Portanto, a estrutura é bem formada, e a sentença resultante é gramatical (ainda que ligeiramente marginal, um problema ao qual voltaremos em breve).

No entanto, quando observamos a estrutura em (30b), temos um outro quadro: a variável do argumento, t_i, não terá nenhum tipo de problema, porque é regida pelo verbo *comprar* satisfazendo, portanto, a cláusula (i) de (22), e também é regida por seu antecedente – o operador *que livro*$_i$ – sem que outro operador interfira entre eles, satisfazendo a cláusula (ii) de (22). O problema está com a variável do adjunto, t_k: não sendo selecionado, o adjunto não pode jamais satisfazer a cláusula (i) de (22). Só lhe resta satisfazer a cláusula (ii), mas no caso de (30b) o Spec CP intermediário está sendo ocupado pelo sintagma WH argumento *que livro*$_i$, que não tem o mesmo índice que a variável do adjunto. Assim, *que livro*$_i$ não se qualifica como antecedente para a **ec** coindexada com *onde*$_k$. Por outro lado, o operador *onde*$_k$ que tem o mesmo índice que a variável na posição de adjunto, se encontra no Spec CP matriz, e existe uma barreira separando-os: o CP intermediário. Note adicionalmente que *que livro*$_i$ c-comanda a variável do adjunto mas não c-comanda *onde*$_k$, se comportando como o "interventor" que a cláusula (iii) da definição de regência em (24) se propõe a excluir. Portanto, *onde*$_k$ não pode reger a sua variável por antecedência, e existe um outro operador intervindo entre *onde*$_k$ e sua variável. A estrutura viola ECP e a sentença resultante é agramatical.

Observe que uma sentença que viola ECP é irremediavelmente agramatical. Entretanto, a obediência ao ECP não é suficiente para excluir sentenças agramaticais. Vimos já um caso, em (27c), de movimento A em que o ECP é satisfeito mas outra condição pesa para excluir a sentença. Dito de outra forma, uma sentença pode obedecer ao ECP e, ainda assim, ser agramatical. Temos a seguir mais um exemplo em que isso acontece, o exemplo (21), aqui repetido como (31):

(31) a. *Que livro você encontrou o autor que escreveu t_i?

b. $[_{CP2}$ Que livro$_i$ $[_{IP}$ você encontrou $[_{DP}$ o autor $[_{CP1}$ que $[_{IP}$ escreveu $t_i]]]]]$?

A variável t_i é apropriadamente regida, dado que o verbo *escrever* a rege e lhe atribui papel θ. Apesar disso, a sentença é agramatical. Em (31) temos um fenômeno sintático definido a partir de um domínio sentencial conhecido como ilha: uma ilha é um domínio de onde não se pode extrair nenhum sintagma.

Casos como esses são tratados em outro módulo da gramática, chamado de Subjacência. A condição de subjacência é definida como em (32):

(32) CONDIÇÃO DE SUBJACÊNCIA

O movimento A-barra não pode atravessar mais de uma barreira por ciclo, onde barreiras são DPs e CPs.

A Subjacência é uma condição cumulativa: se apenas uma barreira for ultrapassada, a sentença resultante é marginal; se duas ou mais barreiras são ultrapassadas, a sentença resultante é agramatical. Se examinarmos (31b), veremos o operador *que livro* passa por cima do CP1 e do DP em seu movimento para o Spec CP matriz (lembre-se que o pronome relativo no caso ocupa o Spec CP e assim essa posição não está disponível para o movimento A-barra). Por isso, a sentença em (31a) é excluída.

Por outro lado, reconsideremos (30). Por que (30a) pode apresentar algum problema de aceitabilidade? Porque *que livro* passou por cima de uma única barreira, o CP que tem *onde* em seu especificador. É isso que a Condição de Subjacência tem a dizer a respeito desta sentença. Entretanto, observe que a Condição de Subjacência tem muito pouco a dizer sobre a agramaticalidade de (30b), que seria apenas marginal por ter o movimento de *onde* saltado o Spec do CP intermediário. Na verdade, o caráter agramatical de (30b) é devido a uma violação do ECP. Notemos ainda que a Subjacência é uma condição que opera sobre o movimento A-barra, não sendo relevante para o movimento de núcleos e para o movimento A.

Por fim, vamos chamar a sua atenção para o fato de que o movimento A-barra produz as chamadas cadeias A-barra, que se caracterizam por ter na cabeça, em posição A-barra, um XP e na cauda uma variável em posição A marcada por Caso. Essas cadeias, ao contrário das cadeias X^0 e A, são formadas heterogeneamente de posições A e A-barra.

Mova α em SS e LF

Vimos neste capítulo que temos três (e apenas três) tipos de movimento nas línguas naturais: movimento de núcleo, movimento A e movimento A-barra. E ainda que eles possam parecer bem diferentes, vimos que eles são fundamentalmente idênticos se observamos as restrições que pesam sobre eles, em particular um certo tipo de restrição de localidade, relativizada para cada elemento que se move: núcleo, DP em movimento A ou XP em movimento A-barra. A formulação geral de **mova** α pode ser então extremamente simples, algo como o enunciado em (33):

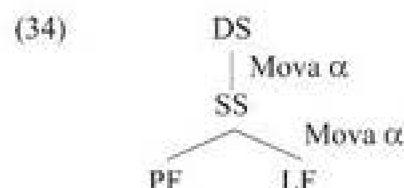
(33) Mova qualquer constituinte pertencente a qualquer categoria gramatical, seja ele um núcleo ou uma projeção máxima, de qualquer posição sintática para qualquer outra posição sintática.

Colocada dessa forma, pode parecer que essa regra seja capaz de gerar todo tipo de estrutura agramatical. Mas nós acabamos de ver que, numa gramática de estrutura modular como a apresentada aqui, apenas um número restrito de estruturas finais serão aceitas, sendo as demais excluídas por princípios gerais como a Subjacência, o ECP, o Critério θ, o Filtro do Caso.

Mova α pode se aplicar entre DS e SS, como estudamos neste capítulo. Quando se aplica entre esses dois níveis de representação, o efeito de mova α é visível, porque é o nível SS que é submetido a PF para ser pronunciado, e α vai ser pronunciado numa posição em que não é gerado.

Contudo, temos razões para crer que mova α deve se aplicar também entre SS e LF, num tipo de movimento que é invisível em PF. Observe o esquema em (34):

(34)



O esquema quer deixar claro que o movimento entre DS e SS é alcançado pela PF e, por isso, o constituinte vai ser pronunciado fora da posição em que é gerado. O que regula os movimentos nessa área são os princípios que se aplicam na DS e na SS. Mas o movimento que ocorre entre SS e LF está fora do alcance da PF e, por isso, os constituintes vão ser pronunciados como se nenhum movimento tivesse sido aplicado.

A pergunta que surge é: por que postular movimentos que não alteram a ordem natural dos constituintes de uma sentença? A resposta a essa pergunta é: esses movimentos invisíveis são necessários para que seja estabelecido o escopo de operadores. O efeito desse movimento é que se abre uma variável cujo valor é estabelecido pelo operador.

Vimos no capítulo "O estudo da gramática" que LF é um nível de representação a par com DS, SS e PF. Este é o nível em que se fecha a interpretação semântica. Sendo um pouco mais precisos agora, diremos que, em nosso modelo, a interpretação está dividida em duas partes: uma parte diz respeito essencialmente à estrutura de argumentos do predicado; essa parte, que vale na DS, é a responsável pela estrutura lexical que a sentença exibe. A outra parte da interpretação diz respeito mais propriamente às relações lógicas que se estabelecem entre os constituintes de um certo tipo em função da configuração sintática em que aparecem. O que isso quer dizer, exatamente?

Vamos dar um exemplo que é um clássico nas discussões sobre LF: as interrogativas com WH-in-situ *versus* as interrogativas com movimento WH, como em (35):

(35) a. O João disse que a Maria beijou quem?
a'. [$_{CP}$ Quem o João disse que a Maria beijou *t*]
b. O João perguntou quem a Maria beijou.
b'. O João perguntou [$_{CP}$ quem a Maria beijou *t*]

Sintagmas interrogativos como *quem* são operadores que, para operarem, devem ter seu escopo estabelecido de algum modo – e o modo é movimentá-los para a esquerda da sentença: o escopo deles corresponderá exatamente ao domínio que vai do lugar de pouso para o lugar de onde ele foi movido (onde está a sua variável).

Nas sentenças de (35) temos a expressão WH interrogativa *quem*. Em (35a), *quem* se mantém *in situ* e a sentença inteira é interrogativa. Então dizemos que *quem*, mesmo estando *in situ* na SS, tem **escopo** sobre toda a sentença, o que tem que ser representado em LF. Por isso, na LF *quem* deve estar no Spec CP matriz para que a

sentença possa ser interpretada como interrogativa. A sua representação em LF, portanto, é (35a'). Por outro lado, (35b) é uma sentença declarativa, apesar de ter *quem* deslocado de sua posição de objeto para o Spec CP encaixado na SS. Estando no Spec CP encaixado, ele vai marcar seu escopo como um fenômeno restrito à sentença encaixada. Por isso, (35b) não pode ser interpretada como uma sentença interrogativa.

Os elementos WH são operadores que pode aparecer numa posição em que seu escopo é explícito ou *in situ*, caso em que seu escopo não é explicitado. Contudo, existem outros tipos de operadores que aparecem numa posição A, posição inadequada para marcar escopo. Tal é o caso de *alguém* ou *todo mundo* que na SS tendem a ocupar uma posição A ou pertencer a um sintagma em posição A. Para mostrar que devemos analisar os quantificadores de modo semelhante ao que usamos para analisar os elementos WH, temos que começar discutindo como interpretamos sentenças como (36):

(36) A menina viu alguém no cinema

Simplificando um pouco a discussão, a interpretação do sintagma *a menina* é imediata: devemos ir buscar seu referente no universo do discurso (observe que esta sentença só é apropriada se há uma menina que todos os envolvidos na conversação sabem quem é). No entanto, esta não é a maneira correta de interpretar o sintagma *alguém*: não há um referente *alguém* que podemos buscar no universo do discurso, isto é, os quantificadores não são referenciais como os DPs *a menina* ou *o Pedro*. Para interpretar *alguém* temos que fazer um raciocínio mais abstrato, algo como (37a), que aparece formalizado em (37b):

(37) a. Existe um x tal que x é humano e a menina viu x
b. ($\exists$ x: x é humano) (a menina viu x)

Para interpretar quantificadores como *alguém* propõe-se que eles sofrem alçamento para uma posição da periferia esquerda da sentença, possivelmente de adjunção a IP, um movimento conhecido como QR (*Quantifier Raising*). Tal movimento invisivelmente abre uma variável interna ao IP sobre a qual *alguém* vai operar. Assim, em LF a representação de (36) é (38) – observe a semelhança entre (38) e (37b):

(38) $[_{IP}$ alguém$_i$ $[_{IP}$ a menina viu t_i]]

Em uma sentença simples como (36), não há razões muito claras para essa proposta para além da semelhança notada entre a interpretação e o que seria a estrutura da sentença em LF. No entanto, em contextos onde estão presentes vários elementos com força quantificacional, a hipótese de QR ganha muita plausibilidade. Observe a sentença em (39) a seguir:

(39) Todos os políticos fizeram um programa de governo.

Essa sentença tem duas interpretações: a primeira é que cada um dos políticos fez um programa de governo diferente; a segunda é que todos juntos fizeram o mesmo programa; ou seja, a sentença em (39) tem duas LFs.

Dito de maneira mais técnica, na primeira interpretação o sintagma quantificado (que chamaremos de QP) *um programa de governo* depende de *todos os políticos* para ser interpretado, exatamente porque, nesta interpretação, o político X fez o programa X', o político Y fez o programa Y', e assim por diante. Dizemos então que o QP *todos os políticos* tem **escopo largo** e que *um programa de governo* tem **escopo estreito**, ou ainda, que o QP *todos os políticos* tem escopo sobre o QP *um programa de governo*.

Na segunda interpretação, é exatamente o contrário que acontece: como se trata do mesmo programa de governo para todos os políticos, diremos mais tecnicamente que o QP *um programa de governo* tem escopo largo e o QP *todos os políticos* tem escopo estreito ou que o QP *um programa de governo* tem escopo sobre o QP *todos os políticos*.

Como a hipótese do alçamento de quantificadores em LF pode nos ajudar a explicar esses fatos? Quando temos dois sintagmas com força quantificacional, como é o caso de *todos os políticos* e *um programa de governo*, ambos devem ser alçados para uma posição de adjunção a IP em LF. O que explica as duas possibilidades de interpretação é a ordem final em que esses dois QPs se encontram. Assim, a primeira interpretação mencionada acima é obtida quando o QP objeto é alçado primeiro e em seguida é alçado o QP sujeito, indo este se alojar numa posição acima daquele. A representação final em LF desses movimentos está em (40):

(40) $[_{IP}$ todos os políticos$_i$ $[_{IP}$ um programa de governo$_k$ $[_{IP}$ t_i fizeram t_k]]]

Observe que em LF o QP *todos os políticos* c-comanda o QP *um programa de governo*, o que é parte da definição mesma de escopo.

Para obtermos a segunda LF, invertemos a ordem de adjunção dos QPs – a adjunção não obedece a nenhuma ordem fixa já em SS, o que nos permite fazer

uso desta propriedade das adjunções também aqui em LF. Assim, o primeiro QP a ser alçado aqui é *todos os políticos*; o QP *um programa de governo* é alçado depois e vai ocupar uma posição acima de *todos os políticos*, de onde c-comanda este QP. Isso explica por que, nesta interpretação, falamos de um único programa feito por todos os políticos. A representação dessa estrutura em LF está em (41):

(41) $[_{IP}$ um programa de governo$_k$ $[_{IP}$ todos os políticos$_i$ $[_{IP}$ t_i fizeram t_k $]]$

É preciso insistir que em sentenças como a de (39) a ordem dos constituintes *ex abrupto* só pode ser SVO: *todos os políticos* é o sujeito e *um programa de governo* é o complemento do verbo. Os elementos quantificacionais têm que pertencer aos sintagmas que eles quantificam e, independentemente do escopo que tomam, eles não podem escapar da ordenação linear do português, como podem os sintagmas WH. Assim, a SS não faz nada para indicar a ambiguidade, pois sua tarefa é estruturar uma sentença gramatical. Então, a sentença (39) é derivada e a tarefa de construir representações que deem conta das interpretações que ela deve ter é delegada à LF. Esta executa sua tarefa deslocando os quantificadores para a periferia esquerda da sentença onde vai ordená-los de acordo com o escopo que tomam.

Nesses casos simples de aplicação de movimento em LF não há dúvida de que tanto o ECP quanto a Condição de Subjacência estão sendo respeitados. No entanto, em casos mais complicados, paira alguma dúvida com respeito à Subjacência: os movimentos em LF (de quantificadores ou de operadores WH-) respeitam Subjacência?

Não vamos discutir essas questões aqui, mas pensamos que o leitor já está instrumentalizado para abordar esses tópicos em livros e artigos da área mais avançados. Este é o caso também de outras questões que não discutimos diretamente, como a questão das ilhas para movimento ou a assimetria sujeito/objeto que se verifica na extração em línguas como o inglês, assuntos muito interessantes para os quais o leitor encontrará sugestões de leitura na próxima seção.

Bibliografia adicional

Não é fácil separar a bibliografia adicional para este capítulo, porque muito do recente trabalho em gramática gerativa é devotado exatamente a este ponto: movimento. Os textos básicos que indicamos desde o primeiro capítulo apresentam uma massa de dados sobre esta discussão que nós não consideramos aqui. É uma boa ideia também consultar a bibliografia destes livros básicos, porque ali se pode encontrar a discussão de problemas específicos de construções e de línguas não abordadas por nós. Mas vamos a algumas sugestões:

1. Alguns textos têm valor histórico, como a tese de doutorado de Ross, de 1967, o "inventor" da noção de ilhas, uma noção que se encontra discutida em muitos outros textos, como o livro também clássico de Cinque (1991). Além da tese de Ross, um outro texto clássico é *Barriers*, que apresenta um dos sistemas idealizados por Chomsky na tentativa de unificar a teoria do movimento e da regência. Como mencionamos já no corpo deste capítulo, este é um livro particularmente difícil e por isso só aconselhamos a sua leitura se o leitor já dominou bem os conceitos expostos neste nosso Manual.
2. Um livro de leitura difícil mas não impossível é *Relativized Minimality*, de Luigi Rizzi, no qual nos inspiramos para todo o tratamento dado neste capítulo às estruturas de movimento. A discussão de Rizzi sobre as diferentes versões do ECP é muito interessante.
3. Falamos muito rapidamente sobre movimento em LF na última seção do capítulo, mas existe vasta literatura a respeito. Consulte a obra histórica de May (1985) e de Huang (1984) e, para uma discussão atual, Hornstein (1995).
4. Um assunto em que só tocamos mas é fascinante é o da cliticização. Kayne (1989) discute o fenômeno de *clitic climbing* que mencionamos aqui; Sportiche (2000) apresenta não só um bom histórico da discussão sobre clíticos como uma excelente bibliografia a respeito. A relação da morfologia com a sintaxe de modo geral é um assunto muito interessante. A obra clássica de Baker (1988) talvez seja um pouco pesada, mas sem dúvida Roberts (1993) é bastante acessível, discutindo inclusive muita história do inglês e do francês.

Exercícios

1. Explique a (a)gramaticalidade das sentenças dos paradigmas que se seguem:

   (1) ?Quem$_i$ que a Maria não sabe onde$_k$ t_i cozinha todas as noites t_k?
   (2) A Maria não sabe onde$_k$ a Ana cozinha todas as noites t_k
   (3) *Quando$_j$ a Maria não sabe onde$_k$ a Ana cozinha t_j t_k ?

2. Explique por que os elementos coindexados não podem formar cadeia A nas sentenças a seguir:

   (1) Olindo$_k$ quer **ec**$_k$ beijar Olinda.
   (2) Olindo$_k$ parece que Olinda beijou **ec**$_k$.
   (3) Ocimar$_k$ disse que **ec**$_k$ gosta de maçã.
   (4) A Maria$_k$ ouviu **ec**$_k$ cantar.
   (5) A Maria$_k$ mandou **ec**$_k$ cantar.

3. Explique os julgamentos de gramaticalidade das sentenças que seguem. Tenha em mente que as expressões WH vinculam variáveis na sentença encaixada:

   (1) ?Que livro você quer saber quando o Leovigildo comprou?
   (2) Que livro você disse que o Leovigildo comprou?
   (3) Quando você disse que o Leovigildo comprou o livro?
   (4) *Quando você quer saber que livro o Leovigildo comprou?

4. O movimento de V para C não é comum em interrogativas ou declarativas do PB, mas em imperativas, exclamativas ou em um certo tipo de condicionais é bastante normal. Observe as sentenças a seguir:

   (1) Faça você!
   (2) Que bons ventos o levem!
   (3) Vai você dizer uma coisa dessas...

   Desenhe as árvores destas sentenças mostrando como se efetuou o movimento do núcleo verbal. Tente formular mais exemplos em que ocorra o mesmo.

5. Por que todo movimento é sempre em direção a uma posição na parte de cima da árvore, e não para alguma posição mais para baixo da posição de origem do movimento?

6. Explique a ambiguidade das sentenças a seguir e dê a análise que oferecemos em gramática gerativa para essas sentenças:

   (1) O João não convidou só a Maria para a festa.
   (2) Todos os politicos não são honestos.

Nota

[1] Não se deve pensar que em sentenças como (ib) tenha havido o movimento do verbo infinitivo por cima do verbo finito:

(i) a. O João quer nadar.
    b. Nadar$_i$ o João quer t_i.
    c. [Comer bolo]$_i$ O João quer t_i.
    d. *[Comer]$_i$ O João quer t_i o bolo.

O movimento de *nadar* por cima de *quer*, se aconteceu efetivamente, não violaria HMC porque (ib) poderia ser analisada como uma estrutura em que *nadar* é concebido não como o núcleo do VP, mas como o que restou de pronunciado do CP complemento de *querer*: $[_{CP}$ $[_{InflP}$ PRO nadar]]. O fato de o movimento em (ic) envolver obrigatoriamente o objeto de *comer*, como mostra a impossibilidade de (id), atesta que não se trata de movimento de núcleo.

Referências bibliográficas

ABNEY, S. P. *The English Noun Phrase in its Sentential Aspect*. 1987. Tese (Doutorado) – MIT.

BAKER, M. *Incorporation*: a theory of grammatical function changing. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

_____. Thematic roles and syntactic structure. In: HAEGEMAN, L. (ed.). *Elements of Grammar*. Dordrecht: Kluwer, 1997.

BELLETTI, A.; RIZZI, L. Psych verbs and Theta theory. *Natural Language and Linguistic Theory*, 6, 1988, pp. 291-352.

BELLETTI, A. The case of unaccusatives. *Linguistic Inquiry*, 19, 1988, pp. 1-34.

_____. *Generalized Verb Movement*. Turin: Rosenberg & Sellier, 1990.

BIANCHI, V. *Consequences of Antisymmetry: Headed Relative Clauses*. Berlim: Mouton de Gruyter, 1999.

BOECKX, C. A Minimalist view on the Passive. *University of Connecticut Working Papers in Linguistics*, 2, 1998.

BRANDÃO, S. F.; S. R. VIEIRA. *Ensino de gramática*: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2009.

BURZIO, L. *Italian Syntax*: a government and binding approach. Dordrecht: D. Reisel Publishing Company, 1986.

CADERNOS DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS. Campinas: Unicamp, 2007.

CARDINALETTI, A.; GUASTI, M. T. (eds.). Small Clauses. *Syntax and Semantics*, v. 28. Academic Press, 1995.

CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CHOMSKY, N. Remarks on Nominalization. In: JACOBS, R.; ROSENBAUM, P. S. (eds.). *Readings in English Transformational Grammar*. Waltham: Ginn, 1970.

_____. *Linguística cartesiana*. Petrópolis/São Paulo: Vozes/Edusp, 1972.

_____. Conditions on transformations. In: ANDERSON, S.; KIPARSKY, P. (eds.). *A Festschrift for Morris Halle*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1973.

_____. On Binding. *Linguistic Inquiry*, 11, 1980, pp. 1-46.

_____. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

_____. *Knowledge of Language*: its nature, origin and use. New York: Praeger, 1986a.

_____. *Barriers*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1986b.

_____. *Language and problems of knowledge. The Managua Lectures*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1988.

CINQUE, G. *Types of A-bar Dependencies*. Cambridge, MA: MIT Press, 1991.

_____. *Adverbs and Functional Heads*: a cross-linguistic perspective. Oxford: Oxford University Press, 1999.

COSTA, J. *Word Order Variation*: a constraint-based approach. Leiden, Holanda, 1998. Tese (Doutorado) – Leiden, HIL.

COSTA, J.; SANTOS, A. L. *A falar como os bebés*. Lisboa: Caminho, 2003.

CRAIN, S.; THORTON, R. *Investigations in Universal Grammar*. Cambridge, MA: MIT Press, 1998.

CUNHA, C. *Gramática do português contemporâneo*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares Editora, 1970.

CYRINO, S. *Objeto nulo no português do Brasil*. Campinas, 1994. Tese (Doutorado) – Unicamp.

_____. *Objeto nulo no português do Brasil*. Londrina: Editora da UEL, 1997.

DOWTY, D. Thematic proto-roles and argument selection. *Language*, 1991, 67: 547-619.

DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (orgs.). *Português brasileiro*: uma viagem diacrônica. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

DUTRA, L. H. *Introdução à teoria da ciência*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

ERNST, T. *The Syntax of Adjuncts*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

FERREIRA, M. *Argumentos nulos em português brasileiro*. Campinas, 2000. Dissertação (Mestrado) – Unicamp.

FIGUEIREDO SILVA, M. C. *A posição Sujeito no Português Brasileiro*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

______.; MIOTO, C. Sobre a seleção de auxiliares e a distribuição do pronome *ne* em italiano. *Fragmento*, n. 21, 2003.

FROMKIN, V.; RODMAN, R. A fala dos bebês. *Introdução à Linguagem*. Coimbra: Livraria Almedina, 1993.

GALVES, C. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (orgs.). *Português brasileiro*: uma viagem diacrônica. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

______. Princípios, parâmetros e aquisição da linguagem. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 29, 1995, pp. 137-152.

GALVES, C. et al. *Parameter theory and linguistic change*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

GRIMSHAW, J. *Extended projections*. Waltham: Brandeis University, 1991.

HAEGEMAN, L. *Introduction to Government and Binding Theory*. Oxford: Blackwell, 1994.

HARBERT, W. Binding Theory Control Little Pro. In: WEBELHUTH, G. (ed.). *Government and Binding Theory and the Minimalist Program*. Oxford: Blackwell, 1995.

HAUSER, M.; CHOMSKY, N.; FITCH, W. T. The Faculty of Language: What is it, who has it, and how did it evolve? *Science*, 298, 2003, pp. 1569-1579.

HORNSTEIN, N. *Logical Form*: from GB to Minimalism. Oxford: Blackwell, 1995.

______; NUNES, J.; GROHMANN, K. *Understanding Minimalism*: an introduction to minimalist syntax. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

HUANG, C-T. J. On the distribution and reference of empty pronouns. *Linguistic Inquiry*, 15, 1984, pp. 531-74.

JACKENDOFF, R. *Semantic interpretation and generative grammar*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1972.

KATO, M. Sintaxe e aquisição na teoria de Princípios & Parâmetros. In: *Letras de Hoje*, 30, 1995, pp. 57-74.

KAYNE, R. Null subjects and clitic climbing. In: JAEGGLI, O.; SAFIR, K. (eds.). *The null subject parameter and parametric theory*. Dordrecht: Kluwer, 1989.

KENEDY, E. *Aspectos estruturais da relativização em português*: uma análise baseada no modelo Raising. Rio de Janeiro, 2002. Dissertação (Mestrado) – UFRJ.

KOOPMAN, H.; SPORTICHE, D. The position of subjects. *Lingua*, 85, 1991, pp. 211-58.

LARSON, R. K. On the double object construction. *Linguistic Inquiry*, 19, 1988, pp. 335-91.

LEMLE, M. *Análise sintática*: teoria geral e descrição do português. São Paulo: Ática, 1984.

LIGHTFOOT, D. The child's trigger experience: degree-0 learnability. *Behavioral and Brain Sciences*, 12, 1989, pp. 321-375.

_____. *How to set parameters*: arguments from language change. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1991.

_____. Shifting Triggers and Diachronic Reanalyses. *University of Maryland Working Papers in Linguistics*, 2, 1994, pp. 110-135.

_____. Cuing a New Grammar. In: KEMENADE, A. van; LOS, B. (eds.). *Handbook on the History of English*. Oxford: Blackwell, 2009.

LITTLEFIELD, H. *Syntax and Acquisition in the Prepositional Domain*: Evidence from English for fine-grained syntactic categories. Boston, 2006. PhD Dissertation, Boston University.

LOBATO, L. *Sintaxe Gerativa do português*: da teoria padrão à teoria da regência e ligação. Belo Horizonte: Vigília, 1986.

LOPES, R. E. V. *Uma proposta Minimalista para a aquisição da linguagem*. Tese de doutorado, Unicamp, 1999.

_____. O inatismo ainda é a melhor hipótese. In: R. Pires de Oliveira e C. Mioto (orgs.). *Percursos da gramática*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

LYONS, J. *Introdução à linguística teórica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

______. *Lingua(gem) e linguística*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MACHADO DE ASSIS, J. M. Na Arca. In: *Papéis avulsos*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editores, 1955.

MATTOS e SILVA, R. V. *Tradição gramatical e gramática gradicional*. São Paulo: Contexto, 1989.

MAY, R. *Logical Form*: its structure and derivation. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1985.

MEISEL, J. Parâmetros na aquisição. In: FLETCHER, P.; MACWHINNEY, B. (eds.). *Compêndio da linguagem da criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MENUZZI, S. *Binding Theory and Pronominal Anaphora in Brazilian Portuguese*. Leiden, 1999. Tese (Doutorado) – Leiden (Holanda): HIL.

MIOTO, C. A gramática gerativa e aquisição da linguagem. *Letras de Hoje*, 30, pp. 75-82, 1995.

MONTEIRO LOBATO, J. B. *Serões de D. Benta e História das invenções*. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1965.

MORO, A. *The raising of predicates*: Predicative noun phrases and the Theory of clause structure. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

_____. *Dynamic Antisymmetry*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2000.

OTHERO, G. *Teoria X-barra*. São Paulo: Contexto, 2006.

PESETSKY, D. *Zero Syntax*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1995.

PINKER, S. *The Language Instinct*. New York: Harper-Collins Publishers, 1994.

POLLOCK, J-Y. Verb movement, UG and the structure of IP. *Linguistic Inquiry*, 20: 1989, pp. 365-424.

RADFORD, A. *Transformational grammar*: a first course. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

RAPOSO, E. *Teoria da gramática*: a faculdade da linguagem. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.

RIZZI, L. *Relativized Minimality*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1990.

_____. The fine structure of left periphery. In: HAEGEMAN, L. (ed.). *Elements of Grammar*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1997.

ROBERTS, I.; KATO, M. *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

ROBERTS, I. *Verbs and diachronic syntax*. Dordrecht: Foris, 1993.

_____. *Comparative Syntax*. London: Arnold, 1997.

ROSA, M. C. *Introdução à (bio)linguística*. São Paulo: Contexto, 2010.

ROSS, J. R. *Constraints on variables in syntax*. 1967. Tese (Doutorado) – MIT.

ROUVERET, A.; VERGNAUD, J-R. Specifying reference to the subject: French causatives and conditions on representations. *Linguistic Inquiry*, 11, 1980, pp. 97-202.

SPORTICHE, D. *Partitions and Atoms of Clause Structure* New York: Routledge, 2000.

TARALLO, F. *Tempos linguísticos*. São Paulo: Ática, 1990.

URIAGEREKA, J. *Rhyme and Reason*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2000.

WEBELHUTH, G. (ed.) *Government and Binding Theory and the Minimalist Program*. Oxford: Blackwell, 1995.

WILLIAMS, E. Theta Theory. In: WEBELHUTH, G. (ed.). *Government and Binding Theory and the Minimalist Program*. Oxford: Blackwell, 1995.

ZWARTS, J. Lexical and Functional Properties of Prepositions. *Lexicalische und grammatische Eigenschaften präpositionaler Elemente*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1997.

Os autores

Carlos Mioto possui graduação e mestrado pela PUC de Campinas, doutorado em linguística pela Unicamp e pós-doutorados pela Università di Siena e pela Unicamp. É bolsista PQ 1D do CNPq, com pesquisa voltada para a periferia esquerda da sentença, em particular para as estruturas focalizadas em geral. É atualmente professor-associado aposentado da Universidade Federal de Santa Catarina e professor visitante sênior da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Maria Cristina Figueiredo Silva possui graduação pela USP, mestrado pela Unicamp, doutorado em linguística pela Université de Genève e pós-doutorado pela Universidade Nova de Lisboa. É bolsista PQ 2 do CNPq, com pesquisa voltada atualmente para a interface sintaxe-prosódia. Tem também desenvolvido trabalhos na área de Morfologia. É atualmente professora-associada da Universidade Federal do Paraná.

Ruth Lopes possui graduação e mestrado pela PUC de São Paulo, doutorado em linguística pela Unicamp e pós-doutorados pela University of Maryland at College Park e pela University of Massachusetts at Amsherst. É bolsista PQ 2 do CNPq, com pesquisa concentrada em aquisição da sintaxe e fenômenos de interface sintaxe-semântica. É professora livre-docente da Unicamp.